

# EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS EM PESQUISAS DA COMUNICAÇÃO



Organizadoras: Yvets Morales,  
Leila Sousa, Bruna Lapa

# EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS EM PESQUISAS DA COMUNICAÇÃO



## **COMITÊ CIENTÍFICO**

### ***Professores orientadores:***

**Jiani Bonin** –UNISINOS

**Efendy Maldonado** –UNISINOS

**Nísia Martins do Rosário** –UFRGS

### **PARECERISTAS**

Alexandre Augusti –UNIPAMPA

Carmen Pereira –UFRJ

Claudio Maldonado – UFRO

Elson Faxina –UFPR

Efendy Maldonado –UNISINOS

Erick Torrico –UASB

Felipe Gue Martini –FSG

Jordi Grau -UAB

Jiani Bonin –UNISINOS

Laura Wottrich –UFRGS

Lisiane Aguiar –UFRR

Ma. Soledad Segura –UNC

Marina Albuquerque –PROCESSOCOM

Marco Bonito –UNIPAMPA

Ma. Del Rosário Millán –UNAM

Nicolás Lorite –UAB

Nísia Martins –UFRGS

Nívea Bona –PROCESSOCOM

Rafael Foletto –UFSM

Raúl Fuentes - ITESO

UNIVERSIDADES PARTICIPANTES: Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Universidade Federal do Maranhão –Campus Imperatriz, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Feevale.

(Orgs.) Yvets Morales | Leila Sousa | Bruna Lapa

# EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS

## EM PESQUISAS DA COMUNICAÇÃO

1º Edição

**São Luís**



2018

Copyright © 2018 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho  
Reitora  
Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva  
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira  
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Esnel José Fagundes  
Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva  
Prof. Dr. Luciano da Silva façanha  
Profa. Dra. Andréa Dias Neves Lago  
Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima  
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra freire  
Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz  
Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos  
Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin  
Prof. Dr. Italo Domingos Santirocchi

**Revisão**

Rafael Tourinho e outros

**Capa e ilustrações**

Guilherme Carniel

**Projeto Gráfico**

Bruna lapa da Guia

**Apoio à organização da publicação:**

Profa. Dra. Jiani Bonin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Experiências metodológicas em pesquisas da comunicação / Yvets Morales, Leila Sousa, Bruna Lapa (Orgs.) – São Luís: EDUFMA, 2018.

300 p. il.:

ISBN 978-85-7862-825-3

1. Comunicação - Pesquisa. 2. Reflexões epistemológicas. 3. Perspectivas metodológicas. 4. Processos metodológicos em pesquisas concretas. I. Morales, Yvets, II. Sousa, Leila. III. Lapa, Bruna. IV. Título.

CDU 001.8: 007

## **SUMÁRIO**

**Prólogo | 8**

**Apresentação | 10**

### **EIXO 1: Reflexões epistemológicas**

**A ciência no altar da devoração: antropofagia epistêmica e metodologia**

*Ricardo de Jesus Machado* | **17**

**Cartografando processos dígitos-comunicacionais de pataxós da bahia**

*Helânia Thomazine Porto* | **43**

**Cidadania comunicativa e educomunicação: imbricações e tensionamento teóricos**

*Lívia Saggin* | **73**

**O corpo em fluxo e refluxo na publicidade**

*João Batista Nascimento dos Santos* | **89**

### **EIXO 2: Perspectivas metodológicas**

**A investigação científica como construto: reflexões transmetodológicas**

*Leila Lima de Sousa* | **108**

**Refletindo sobre trilhas e caminhos do fazer pesquisa**

*Bruna Lapa da Guia* | **129**

**A transmetodologia como procedimento teórico-metodológico em uma pesquisa interdisciplinar**

*Vitória Brito Santos* | **148**

**Comentários no youtube: uma proposta metodológica de análise a partir de uma pesquisa realizada no canal *jout jout prazer***

*Paula Coruja* | **173**

**EIXO 3: Processos metodológicos em pesquisas concretas**

**Interpretações sobre gênero na recepção da série *queen of the south***

*Paulo Júnior Melo da Luz* | **204**

**Hermana misoginia: sexismo midiático no brasil e na argentina**

*C. Letícia Giacomelli* | **219**

**Cidadania híbrida: associações a partir de uma rede heterogênea**

*Vivian Corneti* | **238**

**A internet na significação e ressignificação do pantanal: o caso hidrovía paraguai-paraná (hpp)**

*Eduardo Romero* | **256**

**“O modo tradicional, agora em formato digital”: trilhas metodológicas de uma pesquisa em comunicação indígena**

*Raquel Gomes Carneiro* | **277**

**Sobre os autores** | **300**

**Sobre as organizadoras** | **302**

## Prólogo

O desafio da pesquisa em comunicação, nas suas *práxis* concretas, move as produções reunidas nesta obra, realizadas por sujeitos e sujeitas em formação de pós-graduação, membros do grupo de Pesquisa Processocom, da Unisinos. Uma das marcas definidoras da obra e das produções que a compõem é o compromisso com a reflexão epistêmica e metodológica dos processos de construção da pesquisa que marca, também, a cultura deste grupo.

De fato, em sua trajetória de 16 anos de existência, o Processocom consolidou uma cultura investigativa diferenciada, tendo a pesquisa como *práxis* central de aprendizado, produção, experimentação e invenção. Esta cultura coloca o compromisso ético-político com os contextos e as realidades brasileira e latino-americana como um elemento fundamental de sua *práxis*. Trabalha em perspectiva transmetodológica processos de reflexão, experimentação e produção de pensamentos teóricos e de arranjos metodológicos para dar conta dos desafios colocados pela complexidade e multidimensionalidade dos objetos comunicacionais, em diálogo com múltiplos campos de saber. Afirma a necessidade de reconhecer, valorizar e dialogar com sabedorias e conhecimentos milenares, de povos e culturas para construir uma ciência compromissada com a emancipação humana e com a vida nas suas múltiplas dimensões. Valoriza as pessoas que participam das pesquisas como parceiros epistêmicos na produção de conhecimentos. Reconhece talentos, sensibilidades e particularidades dos sujeitos como fatores que dinamizam e singularizam os processos investigativos e formativos. Cultiva a colaboração, o diálogo, a parceria, a camaradagem e a afetividade como elementos constitutivos de uma cultura científica ética e sensível.

Matizes da cultura do grupo Processocom estão presentes no conjunto dos textos, em várias dimensões. Entre elas, vemos revelar-se nas produções o compromisso com a geração de conhecimentos críticos e aprofundados sobre os processos comunicacionais/midiáticos



contemporâneos, e com a investigação de temáticas comunicacionais relevantes para nossas sociedades que vinculam comunicação, cultura e cidadania. Apreciamos o cultivo da reflexão em dimensões epistêmica, teórica e metodológica para nutrir a produção concreta das pesquisas relatadas. Notamos a presença da experimentação e da inventividade como elementos constitutivos dos processos investigativos; de vivências, aproximações e explorações nos processos da pesquisa para alicerçar a construção de problematizações teóricas e de arranjos metodológicos afinados com as realidades investigadas.

As reflexões, construções e trilhas desenvolvidas nas pesquisas aqui presentes revelam a presença do trabalho artesanal constituindo epistemologias plurais, métodos mestiços, estratégias, táticas e inventividades variadas. Habitam a obra o esforço dos pesquisadores em exercício para construir investigações e, simultaneamente, para autoconstituírem-se como sujeitos reflexivos, criadores e inventivos no corpo a corpo com os fenômenos comunicacionais do mundo da vida.

O livro está organizado na perspectiva de oferecer reflexões e construções epistêmicas, teóricas, metodológicas e operativas vinculadas à produção concreta de pesquisas comunicacionais realizadas por doutorandos e mestrandos do grupo. Busca ser gerador de diálogos, problematizações e pensamentos que possam contribuir para a produção de *práxis* renovadoras e para a formação de pesquisadores reflexivos e críticos.

Desejamos que nossos leitores possam fruir dessas páginas e aprender com as experiências investigativas de nossos companheiros processoconianos como nós temos aprendido. E que também possam sentir o sabor da pesquisa no seu fazer concreto, no seu esforço construtivo, na sua riqueza existencial e no envolvimento vital que provoca naqueles que provaram seu gosto.

Jiani Bonin

Coordenadora do Processocom

São Leopoldo, 13 de dezembro de 2018

## **Apresentação**

Motivados pelos processos de pesquisa nós, estudantes de pós-graduação integrantes do grupo de pesquisa PROCESSOCOM e da Rede AMLAT, nos reunimos para organizar uma publicação com textos de pesquisas em comunicação que articulam dimensões epistêmicas, teóricas, metodológicas e empíricas. Desde um viés reflexivo, solidário, criativo e não menos rigoroso, desenvolvemos este projeto para abordar problemas\objetos que refletem uma multiplicidade de abordagens que caracterizam nossas investigações e que confluem para compor a obra *Experiências metodológicas na pesquisa em comunicação*.

Pensamos esta publicação como um espaço de desenvolvimento do pensamento crítico assim como um exercício pedagógico de promover os modos de divulgação do agir investigativo em que estamos inseridos como estudantes da pós-graduação. Acreditamos que as reflexões, os achados e as contribuições das pesquisas em andamento devem ser compartilhados com a comunidade, como exercício da cidadania científica, para aportar à construção de saberes.

Cada texto encontra-se comprometido com o agir social, para estabelecer diálogos entre a academia e a sociedade e busca aportar para a construção do pensamento científico da comunicação como um espaço cada vez mais crítico, diverso, plural e comprometido com os contextos sociais. Sentimo-nos motivados para pensar em termos transdisciplinares, experimentais, criativos e artesanais problemas de investigação que se conectam com nossa paixão, sensibilidade, com nossos afetos e compromissos com a vida.

Queremos agradecer o acompanhamento e as contribuições críticas, respeitadas, questionadoras e provocativas dos nossos professores orientadores do PROCESSOCOM e da Rede AMLAT: Efendy Maldonado, Jiani Bonin e Nísia Martins do Rosário, com quem compartilhamos nossas

trilhas, nossos desejos e desafios para pensar a pesquisa como um processo em ato que nos permite experimentar, no devir do cotidiano, como sujeitos pesquisadores multidimensionais que somos. Também reconhecemos, aqui, os valiosos aportes feitos pelo conselho editorial que atuou nesta publicação.

O livro foi configurado como uma degustação de paisagens, tons, texturas, cores que vão se tocando uns aos outros. Assim, os textos estão dispostos em três eixos principais: 1) Reflexões epistemológicas, 2) Perspectivas metodológicas e 3) Processos metodológicos em pesquisas concretas.

No primeiro eixo, Reflexões epistemológicas, abre a publicação o texto *A Ciência no altar da devoração: antropofagia epistêmica e metodologia*, de Ricardo Machado. Trata-se de um ensaio que se centra na crítica à Ciência, com “c” maiúsculo. Em contrapartida, sustenta a prática científica como gesto político-epistemológico em contraposição à Ciência em seu sentido hegemônico, dedicada aos grandes projetos do Mercado ou do Estado. Seu tensionamento opera por meio de uma espécie de anarquismo ontológico valendo-se, sobretudo, da perspectiva antropófaga, postulada, inicialmente, por Oswald de Andrade, mas que seguiu contemporaneamente com autores como Viveiros de Castro. A proposta é pensar a ciência por meio de modelos outros que mantêm o rigor científico sem perder a flexibilidade dos métodos.

Helânia Thomazine, no texto *Cartografando processos dígitos-comunicacionais de Pataxós da Bahia*, reflete sobre os percursos de pesquisa empírica que realizou para entender os processos comunicacionais deste grupo, pensados como uma "cartografia errante", representada metaforicamente no “jogo” Kuber. A autora reflete sobre essas experiências constituídas ora em trilhas fortuitas, ora sistematizadas, que configuram caminhos etnográficos diversos dos processos sócio-comunicativos dos Pataxós

Para abordar e problematizar a cidadania comunicativa, compartilhamos o texto de Livia Saggin intitulado *Cidadania comunicativa e educomunicação: imbricações e tensionamento teóricos*. O capítulo

problematiza os conceitos de educomunicação, midiaticização, apropriações e cidadania. O tensionamento e entrelaçamento dos mesmos se vincula à compreensão das modificações oriundas dos processos de penetração das lógicas e sistemas de comunicação na esfera social que têm, aceleradamente, oferecido renovadas formas de acesso, criação, circulação e produção comunicacional aos sujeitos contemporâneos – reconhecidos nesta perspectiva como sujeitos comunicantes.

Fecha o primeiro eixo da publicação o capítulo *O corpo em fluxo e refluxo na publicidade*, de João Batista Nascimento dos Santos. Seu objetivo é entender a transformação do corpo na publicidade a partir da relação entre noções sobre o corpo, a identidade e subjetividade. Busca compreender, ainda, de que modo essas identidades e subjetividades são influenciadas pelas transformações culturais, pelas mudanças no sistema econômico e pela recusa à proposta de subjetividade neoliberal.

Para dar início ao segundo eixo, *Perspectivas metodológicas*, Leila Lima de Sousa reflete sobre a perspectiva e o fazer transmetodológico e seus atravessamentos no texto *A investigação científica como construto: reflexões transmetodológicas*. O texto traz reflexões teóricas e epistêmicas vinculadas à transmetodologia. Aborda a pesquisa em suas práxis constitutivas, discutindo a construção de investigações científicas críticas, o método e a sua episteme. Reflete, ainda, sobre importância dos contextos nas investigações, algo que é defendido pela perspectiva transmetodológica.

Intitulado *Refletindo sobre trilhas e caminhos do fazer pesquisa*, o texto de Bruna Lapa busca problematizar o fazer científico, os modos de construção dos saberes da ciência em suas várias dimensões, e a construção de trilhas metodológicas para a fundamentação de investigações críticas. Aborda também atravessamentos do mundo da vida e da dimensão técnica no fazer ciência, pensando estas questões a partir da perspectiva transmetodológica. Estas reflexões são vinculadas à construção de caminhos de uma investigação em andamento.

Em *A Transmetodologia como procedimento teórico-metodológico em uma pesquisa interdisciplinar*, Vitória Brito Santos realiza uma reflexão sobre o processo de construção de pesquisa desenvolvido em sua

investigação de mestrado, que focalizou a temática do Casamento de Crianças no Brasil, buscando compreender como e de que forma ele ocorre no país. Ao abordar os processos, a autora reflete sobre a perspectiva transmetodológica que ocupou na investigação um papel de conceito, de metodologia e de guia para o desenvolvimento das experimentações propostas.

O texto de Paula Coruja, intitulado *Comentários no YouTube: uma proposta metodológica de análise a partir de uma pesquisa realizada no canal Jout Jout Prazer* apresenta a proposta metodológica desenvolvida em sua pesquisa de mestrado, que tinha por objetivo compreender que aspectos dos feminismos eram debatidos pela youtuber e ressignificados nas manifestações do público. No intuito de observar as interações do público na caixa de comentários do youtube, a autora parte de princípios da etnografia virtual para realizar uma pesquisa exploratória, que forneceu as bases para as demais etapas.

O terceiro eixo da publicação, *Processos metodológicos em pesquisas concretas*, inicia com o texto *Interpretações sobre gênero na recepção da série Queen of the South*, de Paulo Júnior Melo da Luz. Nele o autor aborda as construções de personagens femininas latinas na série investigada, problematizando perspectivas de cidadania comunicativa em relação com o gênero. O autor reflete sobre a recepção como campo de descobertas e de análises através da interpretação de sujeitas que assistem à série, integradas a um contexto de mediações culturais, sociais e tecnológicas. O audiovisual é visto de forma crítica como potencial de discussão, formação e exercício de cidadania comunicativa.

Letícia Giacomelli, no texto intitulado *Hermana misoginia: sexismo midiático no Brasil e na Argentina: Uma reflexão acerca das operações discursivas das revistas IstoÉ e Noticias de La Semana sobre Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner*, discute a construção midiática de Dilma Rousseff e de Cristina Kirchner nas revistas investigadas. Busca compreender como ambas as revistas operaram discursivamente para

retratar e apresentar as presidentas durante seus mandatos, enquanto sujeitas mulheres políticas.

*Comunicação e cidadania: seguindo os rastros de uma rede heterogênea*, de Vívian Corneti, traz problematizações sobre a cidadania como um elemento híbrido, construído através de associações entre uma rede de atores sociotécnicos. A concepção é esclarecida pela autora a partir de uma interpretação teórico-metodológica desenvolvida pela Teoria Ator-Rede, propondo que a Declaração dos Direitos Humanos, somente se consolida na relação híbrida do homem com diversos instrumentos técnicos, numa evolução que vai desde as máquinas de escrever até as hashtags.

O texto de Eduardo Romero, intitulado *A internet na significação e ressignificação do pantanal: o caso Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP)* se propõe a ser um cotejo de uma pesquisa acerca do uso da comunicação na significação e ressignificação de valores em relação ao meio ambiente, tendo como ponto de discussão o projeto de criação da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) no bioma Pantanal. Investiga a utilização da internet e do Boletim Ecologia em Notícias utilizado no período de 1997 a 2002, no estado do Mato Grosso do Sul, pela ONG Ecoa.

Raquel Gomes Carneiro fecha a publicação com o artigo intitulado *O modo tradicional, agora em formato digital: trilhas metodológicas de uma pesquisa em comunicação indígena*. Neste texto, a autora aborda as processualidades do método, refletindo sobre uma travessia investigativa que tem como objeto empírico as práticas etnocomunicacionais na produção multimidiática da Rádio Yandê, primeira webradio indígena do Brasil, produzida e veiculada exclusivamente por sujeitos comunicacionais indígenas de distintas etnias e situados em diferentes regiões brasileiras.

Os artigos que compõem esta publicação convergem na produção de reflexões sobre processualidades metodológicas desenvolvidas em pesquisas comunicacionais. Dialoga com fundamentos, problematizações,

construções e experiências desenvolvidos pelo grupo de pesquisa PROCESSOCOM que estimula, desde a graduação até o doutorado, o compromisso ético, social, político e acadêmico nas produções investigativas de seus estudantes, ampliando e fomentando olhares atentos, problematizadores, inquietos e sensíveis para as realidades concretas e complexas.

Convidamos você para ser parte desta experiência de pesquisa e escrita em comunicação. Sejam bem-vindas, bem-vindos, bem-vindes, bem-vindxs, bem-vind@s!

*Yvets Morales  
Leila Lima de Sousa  
Bruna Lapa*



# REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS







## A Ciência no altar da devoração: antropofagia epistêmica e metodologia

Ricardo de Jesus Machado

### | Por uma cátedra antropófaga

Este texto não pretende, de forma alguma, produzir uma ciência maior, aquela escrita com “c” maiúsculo<sup>1</sup>. Tampouco se colocar como oposição binária ao modelo científico hegemônico, pautado sobretudo pela produtividade, e muito menos aos autores que por ele se orientam. Trata-se de um ensaio que se inspira no sofisticado pensamento dos povos ameríndios ou, se preferir, dos povos menores. Menores, não piores, porque alheios ao paradigma do desenvolvimento. Pauta-se por aquilo que Viveiros de Castro definiu como uma espécie de anarquismo ontológico, caracterizado por uma postura radicalmente crítica ao que seria possível chamar de santíssima trindade Moderna: “O Estado, pai; o Mercado, filho; a Razão, espírito santo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Dito isso, a proposta deste texto tem dois eixos detonadores: 1) a constatação ocasional em um trecho de outro artigo que versa sobre a Semiótica da Cultura (LOTMAN, 1996) e o Perspectivismo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002 e 2015), em que percebemos que o gesto acadêmico-científico por excelência é canibal ou antropófago, tanto melhor quanto mais

---

Texto revisado por Carla Bigliard

<sup>1</sup> A definição de Ciência com “c” maiúsculo que tomamos nesse trabalho se inspira em 1) Bruno Latour, que sustenta: “Essa Ciência com C maiúsculo *não* é uma descrição do que os cientistas fazem. Para usar um velho termo, é uma ideologia que nunca teve qualquer outro uso na mão do epistemólogo, senão o de oferecer um *substituto* para a discussão pública. Ela sempre foi uma arma política para abolir as coações da política. Desde o princípio, como vimos no diálogo [*o autor remete aos diálogos descritos por Platão entre Górgia e Sócrates*], ela foi confeccionada para esta finalidade única e nunca deixou, no passar dos tempos, de ser usada desta maneira.” (LATOUR, 2017, p. 306, *grifo nosso*); e em 2) Isabelle Stengers, que critica duramente aquela ciência tolerada pelo empresariado e que ela postula com uma pergunta: “Que Ciência é essa que intervém aqui como terceiro ladrão, árbitro tolerado pelo Empresário que diz respeito a seu direito de inovar, da mesma forma que reconhece (forçosamente) o direito do Estado de proibir? Utilizei letra maiúscula para distingui-la das práticas científicas” (STENGERS, 2015, p. 60).



antropófago. Isso ocorre à medida que engolimos certos autores e, logo em seguida, fazemos uma espécie de regurgitação, transformando-os em algo novo e criativo na produção teórica ou metodológica. Ao contrário do que se possa pensar inicialmente sobre essa metonímia (da predação e da regurgitação), a correspondência com o processo científico reside na medida em que nos apropriamos dos autores com quem temos contato, digerimos suas ideias e as devolvemos em nossas proposições. Sem dúvidas, esse processo parece contribuir com nossas reflexões, críticas e tensionamentos, convocando autores e teorias em nossos artigos, debates, aulas e pesquisas; o outro eixo impulsionador foi 2) a retomada de minha monografia da especialização em Filosofia – *Eu como outro. Ensaio de antropofagia filosófica* (2017) –, na qual há a sustentação de que no pensamento de Oswald de Andrade, especialmente em o *Manifesto Antropófago* (1978) e em *A crise da filosofia messiânica* (1978), há o reconhecimento da antropofagia como uma faculdade do pensamento ameríndio que é potente em termos teóricos.

Devemos, portanto, explicitar o que compreendemos como *canibalismo* e *antropofagia*. Quanto ao canibalismo, nos filiamos, por metonímia, à perspectiva de Montaigne, em *Dos Canibais* (1972), em que ele, ainda no século XVI, tratou de desmitificar a prática colocando-a em contraste com o que era socialmente aceito, mas ainda mais desumano, a Inquisição. O canibalismo e suas instâncias processuais não devem ser lidos em chave de leitura moralizante. Diz Montaigne, ao tomar conhecimento das narrativas sobre os rituais antropófagos dos povos do novo mundo.

Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. (MONTAIGNE, 1972, p. 107)

Tampouco, quando falamos de canibalismo, estamos tratando da antropofagia por fome, chamada por Oswald de *baixa antropofagia*. “A baixa antropofagia aglomerada nos pecados de catecismo – a inveja, a usura, a



calúnia, o assassinato. Peste dos chamados povos cultos e cristianizados, é contra ela que estamos agindo. Antropófagos”. (ANDRADE, 1978, p. 19). Não se deve, jamais, confundir o canibalismo nos termos apresentados, que é criativo e potente, com o canibalismo por fome, que é destrutivo e violento.

Quanto à Antropofagia, retomando a primeira parte do aforisma acima citado, extraído do *Manifesto Antropófago*, cabe dizer:

A luta entre o que se chamaria Incriado e a Criatura – ilustrada pela contradição permanente do homem e o seu Tabu. O amor cotidiano e o *modus vivendi* capitalista. Antropofagia. Absorção do inimigo sacro. Para transformá-lo em totem. A humana aventura. A terrena finalidade. Porém, só as puras elites conseguiram realizar a antropofagia carnal, que traz em si o mais alto sentido da vida e evita todos os males identificados por Freud, males catequistas. O que se dá não é uma sublimação do instinto sexual. É a escala termométrica do instinto antropofágico. De carnal, ele se torna eletivo e cria a amizade. Afetivo, o amor. *Especulativo, a ciência*. Desvia-se e transfere-se. (ANDRADE, 1978, p. 18-19, *grifo nosso*).

Veja, as perspectivas que trabalhamos não opõem canibalismo à antropofagia, mas coloca os termos em uma espécie de diferença de grau: quanto mais o gesto canibal se aproxima de uma perspectiva política e estética, mais antropófago ele se torna. Na ponta oposta desta flecha está o canibalismo por fome, que serve somente para uma necessidade “fisiológica”<sup>2</sup>, não possuindo nada de criativo, portanto sem valor estético e político. Deste modo, defender uma antropofagia epistêmica significa devorar o inimigo sacro, nesse caso a própria *ciência* em seu caráter hegemônico, baseada em hierarquizações e formalizações, no mais das vezes mais obedientes às burocracias que às pessoas. A proposta, portanto, baseia-se em apresentar uma *ciência especulativa*, nos termos de Oswald, sobre o gesto *político-estético-teórico-metodológico* que a noção de antropofagia engendra no ato de pesquisar.

---

<sup>2</sup> A relação metonímica com o termo fisiologia tem a ver com a ideia posta em *Anti-Édipo* (2011) e no volume 3 de *Mil Platôs* (1996), de Deleuze e Guattari, em que os autores postulam a necessidade de se pensar um “corpo sem órgãos”, no sentido de se produzir uma nova organização: “Percebemos pouco a pouco que o CsO [*corpo sem órgãos*] não é de modo algum o contrário dos órgãos. Seus inimigos não são os órgãos. O inimigo é o organismo. O CsO não se opõe aos órgãos, mas essa organização dos órgãos que se chama organismo.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 21, *grifo nosso*). Explicando detalhadamente, poderíamos pensar o *organismo* como a Ciência e os *órgãos* como as práticas científicas, para usarmos termos de Isabelle Stengers, explicados na nota de rodapé anterior.



Assim, retirar o canibalismo de sua confortável zona de interpretação à qual o senso comum, pleno de culpa cristã e preconceito científico, tratou de solidificá-lo, torna-se uma tarefa indispensável à memória dos saberes ancestrais ameríndios e também um tensionamento necessário à ciência hegemônica, sobretudo, por modelos do norte global. O objetivo deste artigo é demonstrar como a antropofagia em seu sentido teórico-metodológico é capaz não somente de tensionar a prática científica em sua forma hegemônica, como também é potente em produzir, desde dentro do sistema acadêmico, fraturas nos cânones epistemológicos. Parte-se da premissa de que a produção do conhecimento, sempre mediado por teorias, é uma espécie de gesto antropófago, de modo que é sempre uma apropriação (devoração) e (re)criação da vida.

Em termos de organização, o texto está dividido em três seções: 1) *A ciência no altar da devoração*, 2) *Antropofagia epistêmica* e 3) *Picadinho metodológico*. Na primeira seção – *A ciência no altar da devoração* –, abordamos a crise da modernidade a partir das críticas produzidas desde Oswald de Andrade (1978), passando por Bruno Latour (2011, 2012 e 2013), Isabelle Stengers (2015) e Viveiros de Castro (2002 e 2015). Na segunda etapa – *Antropofagia epistêmica* –, explicamos como Oswald de Andrade (1978) pensou o gesto antropófago e como ele abre caminho para aproximações teórico-metodológicas, com Ruffinelli e Rocha (2011) e Antelo (2001). Por fim, apresentamos o *Picadinho metodológico*, em que descrevemos como a antropofagia se traduz também em uma espécie de possibilidade metodológica de caráter pluralista e aberto como forma de manejo e compreensão tanto dos objetos empíricos como teóricos, valendo-nos, além das bases teóricas já apresentadas, das proposições de Alberto Efendy Maldonado (2009) e das provocações trazidas por Nísia Martins do Rosário e Lisiane Aguiar (2013).

Antes de mergulharmos em cada uma das seções do artigo, consideramos oportuno apresentar uma premissa fundamental, sem a qual uma adequada compreensão dos argumentos fica comprometida. Dado que trouxemos acima formulações teóricas do que compreendemos como canibalismo e antropofagia, estabilizadas no campo científico, cabe agora explicitar a que o termo remete a partir das proposições especulativas



apresentadas neste texto: *antropofagia é a apropriação criativa e inventiva das virtudes teóricas e metodológicas de proposições apresentadas por autores que são mobilizados por um dado problema de pesquisa.*

Ao longo do trabalho, desenvolveremos mais rigorosamente como isso se processa. Ressaltamos, porém, a importância de não cometer o erro primário, mas muito comum, de confundir a antropofagia com o canibalismo por fome, que é a “baixa antropofagia”, como já explicamos. Apesar de suas semelhanças, há diferenças de (sobre)natureza<sup>3</sup>. Por enquanto, basta considerar que a antropofagia não é, por óbvio, o canibalismo literal, muito menos o canibalismo simbólico, uma vez que ambos operam pelo regime da “fome” (de uma necessidade teórico-fisiológica). Claro que tal proposição só pode ser válida se considerarmos que a pesquisa, pelos arranjos engendrados, possui certa corporalidade metonímica. Tal corporalidade é sua extensão, em sentido filosófico, que é próprio de qualquer fenômeno, sem o qual se torna impossível sua análise.

## **| A Ciência no altar da devoração**

*Só a antropofagia nos une.* O grito oswaldiano ecoa nas paredes da biblioteca ocupada apenas por livros. É preciso dizer, com aspas de ironia, que a essa altura “os humanos estão demasiadamente ocupados em seus laboratórios, estudando hipóteses que não podem ser negadas, afinal há muito dinheiro em jogo e não se pode passar anos estudando para, no final, perceber-se equivocado”. A ciência é coisa, sobretudo, de resultados, dirá a maior parte dos investidores em pesquisas. Mas voltemos à biblioteca, aquele lugar quase austero para humanos obcecados por laboratórios e algoritmos de tabulação de

---

<sup>3</sup> Marco Antonio Valentin tem uma proposição, ao mesmo tempo, muito clara e muito provocativa sobre o que ele compreende como “sobrenatureza”, à qual nos filiamos integralmente. Diz ele: “ (...) pensar a sobrenatureza da catástrofe implica concebê-la como resultado de uma ‘guerra [ontológica] de mundos’ (Latour, 2002; Almeida, 2013; De la Cadena, 2015), na qual humanos e não-humanos, vivos e não-vivos, espíritos e máquinas, indígenas e alienígenas, se imaginam e contraimaginam uns aos outros, segundo metafísicas heterogêneas e incomensuráveis, como que em mútua projeção espectral. Se a divisão entre natureza e cultura é a base do cosmopolitismo moderno, a sobrenatureza consiste na forma mesma da agência político-cósmica.” (VALENTIM, 2018, p. 24).



dados. Em um canto recôndito grita um livro praticamente esquecido, vocifera o imperativo antropófago de Oswald de Andrade expresso no *Manifesto Antropófago*, “Só a antropofagia no une” (1978, p. 13), escrito e publicado originalmente há 90 anos. Insurge-se contra a crença científica da modernidade, denunciada bem mais recentemente por Bruno Latour (2011, 2012, 2013 e 2017) e Isabelle Stengers (2015). Disso decorre a tarefa de colocar a ciência no altar da devoração. No fundo estamos diante do dilema: ou a devoramos ou é ela quem nos devora.

Compreendemos por devoração o gesto antropófago, anteriormente descrito, aquele que toma da alteridade suas virtudes, transformando-a em algo novo, criativo. Por “altar da devoração”, e aqui os termos são inseparáveis, compreendemos como o espaço (não o local) de sacrifício das “ideias objetivadas. Cadaverizadas”. (ANDRADE, 1978, p.15). Pretendemos, contra Freud, transubstanciar o tabu<sup>4</sup> em totem, operando no altar da devoração a favor de Oswald com “A ciência codificação da Magia. Antropofagia. A transformação permanente do Tabu em totem” (1978, p. 15). Contra uma ciência hipotética, o instinto canibal orientado a uma ciência especulativa. “Morte e vida das hipóteses. Da equação *eu* parte do *Cosmos* ao axioma *Cosmos* parte do *eu*. Subsistência. Conhecimento. Antropofagia”. (ANDRADE, 1978, p. 15).

O progresso científico empenhado desde o início da Modernidade foi deslocando o humanismo cada vez mais para a margem das relações sociais, de modo que a voz da Ciência foi sendo sistematicamente ampliada, via de regra de modo acrítico no que diz respeito aos interesses do Estado, como se este último fosse alheio à ciência. Isso nos levou ao *des-envolvimento*<sup>5</sup>, o que, com

---

<sup>4</sup> “Mas ‘tabu’ é igualmente tudo, tanto as pessoas como os lugares, objetos e estados passageiros, que são depositários ou fonte dessa misteriosa característica. Também se chama tabu a proibição que deriva dessa característica; é denominado tabu, enfim, conforme seu sentido literal, algo simultaneamente sagrado, acima do habitual, e perigoso, impuro, inquietante.” (FREUD, 2012, p. 48).

<sup>5</sup> Alexandre Nodari postula a ideia de desenvolvimento de forma muito breve e precisa em seu artigo *Antropofagia. Único sistema capaz de resistir quando acabar no mundo a tinta de escrever* (2017): “Talvez possamos descrever o projeto motor da modernidade, o desenvolvimento, como o rompimento dessa tessitura que co-relaciona os seres e as coisas, essa teia vital invisível que se forma entre os seres – o inter-esse. Nesse sentido, a modernidade não seria só um processo de desencantamento do mundo, como o formulou Max Weber, mas também um processo de des-interessamento do homem em relação ao mundo. O mundo se



o passar dos anos, tornou-se praticamente um imperativo moral. Tal característica, que atualmente desemboca na Revolução 4.0<sup>6</sup>, para falar resumidamente, transformou a ciência em um ente quase surdo em relação a tudo aquilo que escapa dos modos hegemônicos de produção de verdade. De valor metodológico de impulsão da pesquisa e da produção de hipóteses, a exigência de “provas” tornou-se um dispositivo de interdição de parte do debate científico. Não à toa, o desastre humano, social e planetário que testemunhamos está expresso, entre outros locais, naquilo que poderíamos chamar de campos de concentração de refugiados, sejam os climáticos, sejam os dos conflitos armados, passando, inclusive, pela destruição de territórios dos povos ancestrais da América Latina. Isso tudo está diretamente ligado a uma noção hegemônica de ciência que transforma a vida humana, em todas suas dimensões, em ativos financeiros<sup>7</sup>. Esse tema, entre outros, é debatido no livro de Isabelle Stengers *No tempo das catástrofes* (2015), em que ela, justamente, chama atenção para uma prática científica burocrata capaz de imobilizar o debate de atores sociais fora do cânone acadêmico.

Com a ciência, já não se trata da prova como êxito, como o que constitui acontecimento. A prova é o que *devemos ter o direito de exigir* quando surge uma questão, uma objeção, uma proposição incômoda. O primeiro papel do refrão “não está provado” é fazer calar, separar o que será considerado

---

torna um objeto externo e disponível, matéria morta separada do homem, que, por sua vez, é convertido em um sujeito autônomo e individual. Entre eles, parece não haver mais um laço, uma relação, mas apenas domínio, sujeição, propriedade. Fechado em si mesmo, o autossuficiente sujeito humano, o *homo autotelus*, acredita dispor das coisas do mundo, inclusive outros humanos, como se fossem seus objetos, como se seu agir sobre o mundo não implicasse em uma reação” (NODARI, 2017, p. 2).

<sup>6</sup> Sobre a Revolução 4.0 é importante levar em conta o livro de Klaus Schwab, que organizou uma série de textos que balizaram as discussões do Fórum de Davos, em 2016. A referência completa pode ser lida na Bibliografia.

<sup>7</sup> Este texto guarda uma ambiguidade que nos parece importante descrever, sobretudo para dar vistas às nossas contradições, no mais das vezes inescapáveis. Ao mesmo tempo que produz tensionamentos e críticas às formas hegemônicas de vida, irriga o moinho produtivista dos órgãos de fomento e atende aos clamores dos Programas de Pós-Graduação, quem sem esse tipo de produção arrisca-se a perder os parques recursos públicos à pesquisa científica no Brasil, cada vez mais ameaçada por uma política de austeridade feroz. O paradoxo incontornável, no entanto, é que a possibilidade de se colocar em causa o desenvolvimentismo estatal, que trucidou as populações marginalizadas às quais, muitas vezes, só encontram guarida nas disputas políticas do campo acadêmico, é, justamente, por meio de um certo tipo de produção científica sensível a tais causas. O capitalismo é o contrário da Antropofagia, é um moinho satânico, como descreveu Polanyi (2000), que fagocita todas as dimensões da vida. Evidentemente este texto, como suas potencialidades e limitações, não se reduz à dimensão da financeirização da vida, mas é parte dela.



objetivo ou racional, e o que será rejeitado como subjetivo ou ilusório, ou manifestação de apego irracional a modos de vida infelizmente-condenados-pelo-progresso. (STENGENS, 2015, p. 63).

Nem tudo é *des-envolvimento*. Insurja-se contra isto e lhe caberá o ônus da prova. A grandiosidade da insustentabilidade retórica da perspectiva desenvolvimentista-burocrata reside no fato de que a prova que ela exige é, no fundo, o próprio fim do mundo, uma vez que nem tudo pode ser previsto de modo calculado e, inclusive, talvez nem tenhamos todos os elementos para a equação sobre o fim dos tempos (melhor dizendo, de um tempo). Contudo se o tema do fim do mundo pode ser tomado como certo, dado que todos os seres do universo conhecido tendem à entropia (mais ou menos acelerada), surge a questão/resposta formulada e desenvolvida por Déborah Danowski e Viveiros de Castro: *Há mundo por vir?* (2017), título da obra homônima que nos inspira, instiga e atormenta. Concretamente caberá a nós, quer sejamos testemunhas ou não do fim do mundo, inventar um mundo para vivermos.

Se considerarmos uma hipótese otimista, de que o fim do mundo não é uma possibilidade, talvez seja possível concordarmos que a modernidade, se não acabou, respira por aparelhos. Não se trata, evidentemente, de negar a contribuição científica da modernidade, mas de a percebermos criticamente. Façamos o sacrifício da Modernidade<sup>8</sup> e assumamos, de uma vez por todas, que ela nunca nos entregou o que prometeu. Segundo Latour, a principal crença que fundou a Modernidade e sua ciência foi o princípio da divisão dos humanos e das coisas, do que é da ordem da natureza e da cultura, do que é da ordem da ciência e da política. O problema, no entanto, é que os modernos jamais fizeram isso, senão a multiplicação dos híbridos<sup>9</sup>, inclusive transformando a própria ciência em algo radicalmente político.

---

<sup>8</sup> O sacrifício, bem entendido, não possui nenhuma dimensão religiosa. Trata-se de colocar o modo hegemônico de fazer ciência no *altar da devoração*, explicado anteriormente, a fim de retirar da própria modernidade suas virtudes metodológicas, teóricas e políticas para que sejamos capazes de construir uma razão para além dos interesses do Estado e do Mercado.

<sup>9</sup> O termo híbrido não se refere exatamente à perspectiva de Néstor García Canclini no livro *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidade* (2001). Se um diálogo entre os autores é possível, este texto não tem como objetivo estabelecê-lo, tampouco negá-lo. Centramo-nos na perspectiva apresentada por Latour explicada na sequência argumentativa do ensaio.





Os modernos pensam que só conseguiram tal expansão por terem separado cuidadosamente a natureza e a sociedade (e colocado Deus entre parênteses), quando na verdade só o fizeram por terem misturado massas muito maiores de humanos e não-humanos, sem colocar nada entre parênteses e sem proibir qualquer tipo de combinação! Foram gerados pela ligação do trabalho de purificação e do trabalho de mediação, mas só atribuem os motivos de seu sucesso ao primeiro. (LATOURE, 2013, p. 46).

Esta, entre outras, é a razão pela qual pegamos a ciência moderna pela mão e a levamos, a contragosto, é verdade, ao altar da devoração. A teimosia metodológica da ciência em sua forma hegemônica se preocupa em distinguir o que é de caráter objetivo do subjetivo – é muito comum usar os eufemismos *pesquisa quanti* e *pesquisa quali* para classificar uma investigação –, o que denota, claramente, sua origem moderna. Em *A esperança de Pandora* (2017), Bruno Latour faz apropriações sobre a ciência que são bastante explicativas em relação ao que estamos discutindo. Ele faz uma divisão em três tendências: Ciência Nº 1, Ciência Nº 2 e, em uma nota de rodapé, Ciência Nº 3 (2017, p. 306-307). Explicaremos primeiro as ímpares. Nesse sentido, a Ciência Nº 1 tem a ver com uma dimensão política das análises qualitativas, às vezes mobilizadas pelos pesquisadores em um sentido de autoridade. Em resumo, refere-se à Ciência com “c” maiúsculo, cuja definição apresentamos no primeiro parágrafo deste ensaio. Contudo, cabe acrescentar:

Tendo sido projetada como arma, essa concepção da Ciência, aquela a que Weinberg tanto se apegava, não é utilizável nem para “tornar a humanidade menos irracional” nem para tornar as ciências melhores. Tem apenas um uso: “Você, mantenha a boca fechada” – com o “você” designando, curiosamente, outros cientistas envolvidos em controvérsias tanto quanto as pessoas em geral. (LATOURE, 2017, p. 306).

A Ciência Nº 3 tem a ver com as análises estritamente quantitativas, em que Latour considera possuir um sentido “*logístico* porque está diretamente ligado ao *número* de entidades que se deseja socializar e ter acesso a elas. (...) A Ciência Nº 3 permite que se estabeleçam rápidas e seguras comunicações de dados; não assegura que alguma coisa sensível seja transferida”. (LATOURE, 2017, p. 307-308). Por suposto, o leitor haveria de perguntar: *e a Ciência Nº 2?* Pois é justamente dessa ciência que estamos tratando, de uma ciência que tenha passado pelo processo de despurificação moderna, que torna seus processos



políticos aparentes e que seja capaz de encarar os sujeitos não humanos envolvidos nos procedimentos de investigação.

A Ciência Nº 2 lida com entidades não humanas, que sendo, a princípio, estranhas à vida social, são lentamente socializadas em nosso meio através dos canais dos laboratórios, expedições, instituições e assim por diante, como os historiadores da ciência mais recentes tantas vezes descreveram. Aquilo de que os cientistas querem ter certeza é que eles não construíram, com seu próprio repertório de ações, as novas entidades às quais têm acesso. Querem que cada nova entidade não humana lhes enriqueça o repertório de ações, sua ontologia. (LATOURE, 2017, p. 306-307).

É importante ter em conta que a modernidade não é a falsa consciência dos modernos e nós devemos prestar atenção para reconhecer na sua Constituição<sup>10</sup>, assim como na ideia de Revolução, uma eficácia própria. Longe de ter eliminado o trabalho de mediação, esta permitiu seu crescimento. “Da mesma forma, como ideia de Revolução levou os revolucionários a tomarem decisões irreversíveis que não teriam ousado sem ela, a Constituição forneceu aos modernos a audácia de mobilizar coisas e pessoas em uma escala que seria proibitiva sem ela.” (LATOURE, 2013, p. 45).

Se não quisermos repetir o erro moderno, acusado por René Girard (GIRARD In LATOURE, 2013), de sacrificarmos o bode expiatório acusado pela multidão, sem a culpa do crime que lhe é atribuído, devemos também não repetir o erro antropocêntrico de Girard e tirarmos do altar do sacrifício os seres humanos, colocando em seu lugar os objetos, nesse caso a própria ciência. O ponto é que não mais podemos apontar o dedo somente para os chefes de Estado quando se trata de responsabilizar alguém a respeito da catástrofe social e ambiental que vivemos; somos parte do desajuste climático e social.

---

<sup>10</sup> Há quatro garantias que formam aquilo que Latour chama de Constituição moderna: “Primeira garantia: ainda que sejamos nós que construímos a natureza, ela funciona como se nós não a construíssemos. Segunda garantia: ainda que não sejamos nós que construímos a sociedade, ela funciona como se nós a construíssemos. Terceira garantia: a natureza e a sociedade devem permanecer absolutamente distintas; o trabalho de purificação deve permanecer absolutamente distinto do trabalho de mediação.” (LATOURE, 2013, p. 37). Mais adiante o autor apresenta a quarta garantia, Deus suprimido: “Ninguém é realmente moderno se não aceitar afastar Deus tanto do jogo das leis da natureza quando das leis da República. Deus tornou-se o Deus suprimido da metafísica, tão diferente do Deus pré-moderno dos cristãos quanto a natureza construída em laboratório o é da antiga physis ou quanto a sociedade o é do velho coletivo antropológico todo povoado por não-humanos.” (LATOURE, 2013, p. 38).



Se levarmos em conta, por exemplo, o debate científico no campo geofísico sobre o aquecimento global, considerando as vertentes alarmistas e negacionistas, a Comunicação possui um papel central. Há, é verdade, quem levante a voz para dizer que esta problemática não é específica do campo da Comunicação. Nada mais moderno que esse argumento. Não há ciência possível sem comunicação, sobretudo porque ciência é, antes de tudo, política. A comunicação, mais ou menos eficaz, continua sendo o fio de vida das garantias modernas, enquanto na prática empírica “não podemos mais reconhecer as garantias constitucionais dos modernos: as leis universais das coisas, os direitos imprescritíveis dos sujeitos. O destino das multidões famintas, assim como o de nosso pobre planeta, encontram-se ligados no mesmo nó górdio” (LATOURE, 2013, p. 54).

A questão de fundo é que uma comunicação acadêmica alinhada com os inúmeros desafios postos à ciência na atualidade deve primar, de um lado, pelo reconhecimento das assimetrias entre os atores envolvidos na rede científica; e, de outro, pela minimização de tais assimetrias, reconhecendo também outros sujeitos sociais, assim como os objetos mobilizados, como acionadores de nossas postulações. Trata-se de dizer sim à alteridade e de reconhecer a pluralidade de pontos de vista (perspectivas) sobre o(s) mundo(s), mantendo-se a uma distância segura de quaisquer arroubos hierárquicos. Isso torna-se um gesto ético necessário à medida que há sempre um desejo de deslegitimar quem está fora do sistema acadêmico. No mais das vezes, isso ocorre relegando a apropriação de centenas de milhares de pessoas à obscura definição “senso comum”, que tende a falar mais sobre o postulante do que sobre os postulados.

Agora é uma assimetria entre pessoas que detêm crenças mais ou menos distorcidas sobre alguma coisa e pessoas que conhecem a verdade sobre a matéria (ou logo conhecerão). Faz-se uma divisão entre os que têm acesso à natureza dos fenômenos e aqueles que, por não terem aprendido o suficiente, têm acesso apenas a visões distorcidas desse fenômeno. (LATOURE, 2011, p. 284).

No livro *Reagregando o social. Uma introdução à teoria do Ator-Rede* (2012), Bruno Latour sustenta que se deve forçar os sociólogos a “esclarecer os meios não sociais que mobilizam quando invocam o poder das explicações



sociais” (2012, p. 104). Nessa mesma obra, o autor ressalta que devemos assumir o risco dos relatos científicos que produzimos – na descrição da *Quinta fonte de incerteza: escrever relatos de risco* (2012, p. 179). Ele leva em conta o fato de que nossos relatos científicos são sempre produzidos por uma complexa rede de relações entre os diversos atores que compõem a pesquisa. No fundo, a tentativa metodológica é responder à pergunta: “que fazemos quando traçamos conexões sociais? Não estaremos, na verdade, compondo relatos sociais?” (LATOURE, 2012, p. 181).

Mas o que toda essa conversa tem a ver com a antropofagia? Que conexão é possível estabelecer entre a constituição da ciência na modernidade e a cátedra antropófaga? Como tais dimensões se articulam teórica e metodologicamente? Se reconhecermos com Oswald que a antropofagia é um traço cultural que nos atravessa, como filhos diletos de Pindorama, devemos, por dever de ofício, fazer memória à deglutição do Bispo Sardinha, o desafortunado jesuíta que serviu de banquete aos Tupinambá no século XVI, colocando no altar da devoração nossas mais profundas crenças, inclusive as científicas.

Dito de outro modo, a convocação antropófaga de Oswald é também uma forma de colocar em causa o imperativo moderno, ao parodiar em tom de chiste, Marx e Engels, em sua convocatória aos proletários do mundo, naquele que ainda hoje é o mais famoso manifesto de todos os tempos, o *Manifesto Comunista*, publicado há 170 anos. Se há algo em que o socialismo e o capitalismo dão alegremente as mãos é na crença no ser humano como senhor de si, capaz de separar pessoas e coisas, capaz de fugir das próprias contradições, quando na verdade são elas que o determinam (e nos determinam). Ainda que o ser humano seja, a um só tempo, relator e réu da crise civilizacional que testemunhamos, não nos parece adequado, uma vez mais, oferecê-lo ao sacrifício em busca de uma possível redenção; devemos desta vez ignorar Girard e oferecer a ciência hegemônica e calculista em seu lugar. Já que “Nada existe fora da Devoração. O ser é a Devoração pura e eterna” (ANDRADE, 1946, p. 64), como disse certa vez Oswald, devemos ouvir o “cogito canibal” de Viveiros de Castro.



Tal argumento, do “cogito canibal”, é desenvolvido ao longo de toda a quarta parte do livro *Metafísicas canibais* (2015), cuja complexidade é irreduzível a uma citação, mas que a fazemos com o desejo de buscar clareza conceitual, assumindo os riscos de o esforço não parecer mais que uma tentativa precária.

Uma analogia onde, em lugar de tomar as concepções indígenas como entidades semelhantes aos buracos negros ou às falhas tectônicas, tomemo-las como algo de mesma ordem que o *Cogito* ou a mônada. Diríamos então, parafrazeando a citação de Latour, que o conceito melanésio da pessoa como “divíduo” (Strathern, 1988) é tão imaginativo como o individualismo possessivo de Locke; que compreender a “filosofia da chefia ameríndia” (P. Clastres, 1962) é tão importante quanto comentar a doutrina hegeliana do Estado; que a cosmogonia maori se equipara aos paradoxos eleáticos e às antinomias kantianas (Schrempf, 1992); que o perspectivismo amazônico é um objetivo filosófico interessante como compreender a metafísica de Leibniz... E se a questão é saber o que importa na avaliação de uma filosofia – sua capacidade de criar novos conceitos –, então a antropologia, sem pretender substituir a filosofia, não deixa de ser um poderoso *instrumento* filosófico, capaz de ampliar um pouco os horizontes ainda excessivamente etnocêntricos de “nossa” filosofia. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 224).

Se admitirmos como possível a “Lei da constância antropofágica” formulada por Oswald, que o ser humano é um animal devorante por natureza (2009, p. 50), por lógica devemos reconhecer que a própria ciência é também uma espécie devorativa, já que feita também por humanos. Quando afirmamos, na introdução do texto, que o gesto científico é por excelência canibal ou antropófago, buscamos argumentar que a prática acadêmica não pode prescindir da devoração, à medida que engolimos dados, observações e teorias para postularmos um tipo de síntese aditiva capaz de gerar novas proposições.

### **| Antropofagia epistêmica**

Sejamos selvagens. Nos últimos anos, com mais intensidade talvez na última década, muitos estudos têm sido produzidos no campo das ciências humanas que enveredam por aquilo que se convencionou denominar “estudos decoloniais”. Sem muitas delongas, tal perspectiva pode ser compreendida como estudos que levam em conta, preferencialmente, autores e teorias do sul



global em relação às postulações teóricas da Europa e dos Estados Unidos<sup>11</sup>. A *antropofagia epistêmica* constitui-se autopoieticamente, razão pela qual não deveria ser compreendida exatamente como algo que se encaixe perfeitamente à perspectiva decolonial. Nem a favor, nem contra. Não é a favor porque não é antropocêntrica, isto é, não pretende expurgar da discussão os autores e teorias do norte global, quais sejam seus limites e potencialidades. Não é contra porque reconhece nos saberes ancestrais dos povos nativos das Américas e da África a potência criativa de uma ciência sofisticada, a despeito de nem sempre serem legitimados pelo cânone científico. A antropofagia, ao longo dos séculos, assumiu diferentes significados, quase nunca associados a aspectos positivos. Sublinhamos uma vez mais: a antropofagia não é o canibalismo por fome. Por via tortas, Hans Staden (1930) foi quem introduziu o tema da antropofagia na Europa, ainda no século XVI, ao relatar sua viagem ao Brasil. No começo do século XX, Freud deu tintas psicanalíticas e enviesadas – porque demasiadamente cristão e colonialista, talvez inconscientemente (sic) – ao tema, particularmente em *Obras Completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do pensamento psicanalítico e outros textos* (2012). No artigo que trata do totem e do tabu, Freud argumentará que a antropofagia, em seus próprios termos e significados, foi o que deu origem à organização social, à moralidade e à religião, o que de certa maneira pode ser considerado correto. Entretanto, Freud é absolutamente ignorante em relação ao que significa a noção de Outro (alteridade) para os povos nativos da Amazônia e Mata Atlântica brasileiras e só consegue perceber no fenômeno a partir de sua obsessão edipiana, que desconsidera outras formas de organização do pensamento, que, na tradução antropológica dos mundos indígenas, só seriam melhor explicadas décadas mais tarde.

Recorrendo à cerimônia da refeição totêmica, podemos dar uma resposta. Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. (Talvez um avanço cultural, o manejo de uma nova

---

<sup>11</sup> Um dos textos introdutórios sobre esse tema, traduzido para vários idiomas, inclusive ao português, é o de Walter D. Mignolo, professor da Duke University, nos Estados Unidos (sic), intitulado: *Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política*. A referência completa está na Bibliografia.



arma, tenha lhes dado um sentimento de superioridade.) O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião. (FREUD, 2012, p. 217)

Ao criticar Freud não pretendemos, de forma alguma, refutar sua teoria psicanalítica, mas apresentar seus “vícios de origem”, por assim dizer. A julgar pelas apropriações de Staden e Freud, para ficarmos em dois exemplos, pode-se dizer que antropofagia, na perspectiva que defendemos, não é coisa para saxão. O francês Montaigne, como apresentamos inicialmente, parecia bem mais aberto ao tema, mesmo tendo vivido séculos antes.

Indo em outra direção, a biológica, poderíamos recursivamente chegar ao princípio dos organismos pluricelulares no planeta, há 2 bilhões de anos, para encontrar traços antropófagos. Biologicamente, o “nascimento” da vida complexa tem origem em um ato de antropofagia – o canibalismo exogâmico, devoração da alteridade – de uma arqueia que engoliu uma bactéria, e do encontro desses dois seres surgiu a primeira unidade pluricelular do planeta. O processo evolutivo desembocou, na atualidade, nos *sapiens* do tempo presente, capazes de desintegrar um átomo (como já teria dito Einstein) e tolerar a miserabilidade humana nas suas mais variadas formas – dos totalitarismos messiânicos à convivência silenciosa a práticas privadas e estatais de exclusão social. Conforme atesta Adam Rutherford no livro *Criação: a origem da vida* (2014), as primeiras e principais formas de vida existentes eram basicamente duas: arqueias e bactérias, ambas seres unicelulares. *Luca* (sigla para o termo em inglês *Last Universal Common Ancestor*, ou se preferir, nosso tataravô mais antigo) teve menos sorte que Adão (este “nasceu” no Éden). Tendo surgido na face da terra há alguns bilhões de anos, Luca é de uma época em que nosso planeta era tão inóspito que correspondia mais à ideia de “Jardim de Hades” que de paraíso. Antes do surgimento de Luca não houve amor, compaixão ou mesmo sexo selvagem, apenas um gesto antropófago de uma arqueia que engoliu uma bactéria, mas não por fome (igualzinho aos Tupinambá da costa



atlântica, no século XVI, que comiam os inimigos para incorporar suas virtudes). Com o exocanibalismo, a bactéria passou a fazer parte da própria autopoiesis da arqueia, dando origem, então, a uma das formas mais elementares da vida complexa (pluricelular). Esse ato de canibalismo literal, sem o qual não haveria a possibilidade de vida humana bilhões de anos mais tarde, foi um pequeno gesto para a vida celular e um imenso salto para a humanidade. A partir daquele momento, quando a arqueia devorou a bactéria, parte dos seres existentes passaram a possuir em seus núcleos uma espécie de usina de energia própria e independente (as mitocôndrias) que permitiu um tipo de desenvolvimento celular mais sofisticado e, posteriormente, a combinação de células diferentes umas das outras, que deram origem primeiro a diferentes tecidos orgânicos e depois à vida orgânica complexa.

(...) durante os dois primeiros bilhões de anos a vida não passou do estágio dos micróbios. Esses dois domínios da vida são arqueias e bactérias – superficialmente, coisas similares, ambas entidades unicelulares e mais ou menos do mesmo tamanho. (...) O grande salto adiante ocorreu com a chegada de vida complexa. Esse ramo da árvore, o terceiro domínio, é o dos chamados eucariotos, e inclui tudo que não está nos dois primeiros, inclusive você e eu, levedura e cobras, algas e fungos, flores, árvores, nabos. Em algum ponto, talvez cerca de 2 bilhões de anos atrás, a vida complexa emergiu quando uma junção extremamente improvável ocorreu: uma arqueia engoliu uma bactéria. Em vez da morte de uma e de outra, o resultado foi o benefício mútuo. O consumido deixou de ser uma entidade viva livre e ficou permanentemente anexado às entranhas do que cresceria para se tornar o terceiro domínio da vida, aquele em que você está. (RUTHERFORD, 2014, p. 52-53)

Na mesma linha de raciocínio, o neurocientista português, radicado nos Estados Unidos, António Damásio publicou em português, em julho de 2018, o livro *A estranha ordem das coisas: As origens biológicas dos sentimentos e da cultura* (2018). No capítulo 4 – *De células únicas a sistemas nervosos e mentes* –, ele desenvolve uma hipótese que corrobora a ideia apresentada.

Historicamente, o mundo das bactérias – células sem núcleo, conhecidas como procariotas – foi seguido, 2 bilhões de anos depois, pelo mundo muito mais complexo das células nucleadas, as eucariotas. (...) Por exemplo, células bacterianas cooperaram com outras na criação de organelas de células mais complexas (as mitocôndrias são exemplos de organelas, miniórgãos dentro de um organismo celular). Tecnicamente falando, algumas de nossas células





começaram incorporando bactérias em sua estrutura. Por sua vez, células nucleadas cooperam para construir tecidos que, posteriormente, cooperam para formar órgãos e sistemas. (DAMÁSIO, 2018, p. 68-69)

Voltando à questão central do texto, a antropofagia como traço cultural brasileiro marginalizado, nossa defesa do gesto antropófago parte da premissa de que tal perspectiva tem profundo valor científico. É verdade que culturalmente a antropofagia nos atravessa historicamente, de Hans Staden à trupe tropicalista de Caetano e Gil, com o disco *TROPICALIA ou Panis et Circenses* (1968). Entretanto, a antropofagia cultural somente se realizou em sua força criativa por meio de linhas de fuga. “Na verdade, são poucos os momentos na nossa história cultural que estão à altura da visão oswaldiana. Tal como eu a vejo, ela é antes uma decisão de rigor do que uma panaceia para resolver o problema da identidade no Brasil” (VELOSO, 1997, p. 249). Os detratores da antropofagia atestam seu fracasso por meio, por exemplo, da geração de 1968 que chegou ao poder no Brasil, com políticas, no mais das vezes, conservadoras ou conciliatórias do ponto de vista econômico. O diagnóstico é verdadeiro descritivamente, mas falso na perspectiva da aproximação teórica, pois se trata do que Oswald chamaria de “baixa antropofagia”, como já explicamos. A antropofagia a que nos referimos diz respeito a outra dimensão prática, aquela que atende por uma postura criativa em relação à vida, da existência como sublimação. Isso porque, explicaremos mais tarde, o misto antropófago não é formado somente por virtudes, guarda seu quinhão conservador, ao qual precisamos estar atentos para não o atualizar.

Passados 90 anos, uma tarefa que se impõe diante do *Manifesto Antropófago* é desoswaldianizar a antropofagia, de modo que sejamos capazes de responder à pergunta de João Cezar de Castro Rocha: “É possível convertê-la [*a antropofagia*] numa forma crítica de entendimento da realidade contemporânea?” (RUFFINELLI; ROCHA, 2011, p. 647, *grifo nosso*). Acreditamos que sim. Acrescentamos ainda a necessidade de se construir uma nova imaginação crítica e teórica para os mais variados problemas, em particular neste texto, à ciência. Uma pista de por onde seguir é dada pelo próprio autor, que faz a pergunta. “(...) Sem intenção de alimentar falsas



polêmicas, mas de estar à altura da potência do pensamento de Oswald de Andrade, acredito que, para atualizar a leitura do Manifesto Antropófago, é preciso desnacionalizá-lo e desoswaldianizá-lo” (RUFFINELLI; ROCHA, 2011, p. 654).

É desde esse deslocamento que precisamos compreender a tarefa da antropofagia epistêmica, de modo a valorizar a perspectiva nativa de produção de saberes e teorias, reconhecendo também a necessidade de não a reduzir a algo da ordem do local, do regional. O horizonte último da antropofagia é a alteridade, o Outro, razão pela qual se torna um projeto sempre em construção. Isso coloca em marcha questões importantes em relação à identidade e à propriedade – campos semânticos do patriarcado. O nacionalismo é, em certo sentido, efeito da combinação desses dois fatores. Evidentemente não se trata de deslegitimar qualquer luta identitária de minorias políticas, mas, uma vez mais, estar atento às formas devoradoras da ciência – a sociologia aí incluída – que não visam a absorção das virtudes da alteridade, mas, sim, sua aniquilação. A antropofagia epistêmica tem a ver com “o vigor, simbólico, da antropofagia [que] se relaciona com a capacidade de enriquecer-se através da assimilação do alheio” (RUFFINELLI; ROCHA, 2011, p. 654, *grifo nosso*).

Em termos teóricos, uma *antropofagia epistêmica* exige aquilo que Raul Antelo definiu como “arco hermenêutico incompleto”. É quimera presumir que a antropofagia faz uma ode ao irracionalismo. Ao contrário, ela mobiliza nossa razão em sua ancestralidade mais radical, tal qual referimos anteriormente sobre o processo que deu origem à vida complexa. “A alternativa [ao *patriarcalismo capitalista*], porém, não reside na reivindicação do irracionalismo, mas na construção de um arco hermenêutico incompleto, isto é, um meio não diferencial, onde se inscrevem as diferenças enfrentadas” (ANTELO, 2001, p. 267, *grifo nosso*). Tanto mais faremos uma epistemologia antropófaga quanto mais reconhecermos a incompletude do processo científico e dos sujeitos que fazem ciência, que não somente conformam seus objetos de pesquisa como são por eles conformados.

Considerando-se a possibilidade de fazer uma síntese, a despeito de toda a complexidade que a *antropofagia epistêmica* maquina, diríamos, então, que a *antropofagia epistêmica é uma forma de relação com os aparatos teóricos*



*e empíricos que não é regulada hierarquicamente e que reconhece a necessidade constante de devoração do cânone estabilizado, em nome de uma postura de hospitalidade às alteridades, sendo capaz de construir uma síntese criativa no processo de formulação e abordagem dos problemas de pesquisa.*

Atravessar o “Rubicão da Ciência” em direção à *antropofagia epistêmica* pode ser um caminho que leva a tensões, às vezes, irremediáveis. No entanto, cabe lembrar, é a coragem o mínimo múltiplo comum que une os devoradores e os que são dignos de serem devorados. Dado que não se pode servir a dois senhores ao mesmo tempo, que a servidão, posto que de resto ela tornou-se incontornável no mundo dos algoritmos de rendimento, seja aquela capaz de sacrificar o que cerceia o pensamento e que nos exige mais obediência que criatividade. Diante do altar da ciência, que sejamos mais capazes de devorá-la que adorá-la.

### **|Picadinho metodológico**

O esforço empreendido nas seções anteriores teve como objetivo produzir certa base paradigmática dos conceitos e suas apropriações dentro deste estudo. Cabe-nos, portanto, a partir de agora tentar oferecer uma alternativa de abordagem metodológica. Não se trata, em nenhuma medida, de apresentar um modelo de investigação, mas de demonstrar como tais aproximações são capazes, também, de sugerir uma multiplicidade de arranjos metodológicos. Tomamos a perspectiva das “multiplicidades”, a partir de Nísia Martins do Rosário e Lisiane Aguiar (2013), para pensar os processos de pesquisa científica. Tal referência permite que ingressemos na questão metodológica a partir de uma visada não antropocêntrica, à qual temos feito uma abordagem crítica ao longo de nossa argumentação. “A construção do objeto de pesquisa da comunicação exige ruptura com o saber imediato, descontinuidade com o pensamento científico, transformações de conceitos e nos tipos de racionalidade” (ROSÁRIO; AGUIAR, 2013, p. 45-46). Entretanto, antes de mergulhar nas questões metodológicas mais de fundo, parece-nos importante dar dois passos atrás e tentar compreender como a



transmetodologia da pesquisa, nos termos de Alberto Efendy Maldonado (2009), é uma base comum capaz de fazer operar teorias de diferentes campos em torno de uma problemática investigativa.

No livro *Transmetodología de la investigación teórica en comunicación. Análisis de la vertiente Verón en América Latina* (2009), Maldonado faz uma profunda descrição de como o pensamento de Eliseo Verón mobiliza uma série de autores e pensadores que circulam por diferentes campos do conhecimento, que vai da antropologia estruturalista de Lévi-Strauss à semiologia de Barthes, das proposições sobre interdisciplinaridade da Escola de Palo Alto ao projeto interdisciplinar de Edgar Morin. Particularmente, dentro do debate que nos propomos a apresentar, interessamos as relações que o autor estabelece entre as condições sociais de produção do pensamento e a possibilidade de se produzir conhecimento científico. Tal perspectiva conecta-se diretamente com a primeira parte deste trabalho – *A ciência no altar da devoração* –, em que apresentamos as críticas de Latour ao paradigma hegemônico de produção acadêmica. Isso porque Maldonado argumenta, seguindo Verón, que a problemática em torno da objetividade científica é tão dependente dos aparatos teórico-metodológicos, quanto estes o são dos sistemas de ação social (2009, p. 73). Tomar esses pontos em conta é, também, uma forma de retirar a ciência, ou mais especificamente a chamada “objetividade científica”, de um pedestal onde ela se torna uma mediadora quase incontestada dos discursos de verdade.

Dado que a ciência é um produto da ação humana em relação a inúmeros atores sociais envolvidos – Estado, iniciativa privada, condições geopolíticas, climáticas, financeiras, etc. –, é condição *sine qua non* que ela seja falível. Ainda que não haja nenhuma novidade nessa afirmação, o ponto, no entanto, é ampliar o espectro de possibilidade de validação do que poderíamos chamar de “verdade científica”. Não se trata de relativizar a ciência, mas de postular sobre a possibilidade de condições de produção científica para além das formas derivadas do silogismo aristotélico. Sobre o tema, Maldonado argumenta que “la objetividad, a pesar de ser un problema metodológico importante, no es simplemente un problema abstracto, epistémico; es fundamentalmente un problema social empírico, como tal, adquiere su trascendencia histórica y



epistemológica” (2009, p. 74). Importante ressaltar, porém, que nada disso implica afrouxar o rigor científico, que deve se manter como horizonte último de produção intelectual.

Tão importante quanto construir arranjos metodológicos plurais, baseados na multiplicidade, é não naturalizar modelos metodológicos, quais sejam, inclusive a proposta contida neste texto. Isso porque, como sustenta Maldonado (2009, p. 78), um método não pode ser aplicado mecanicamente como dispositivo de explicitação da realidade. É próprio da escolha metodológica – dos aparatos teóricos e empíricos que são mobilizados – decisões subjetivas multideterminadas por variadas condicionantes, que vão desde condições histórico-políticas-econômicas-sociais a condições pessoais (gênero, sexualidade, etnia, características físicas, etc.). Interessa-nos, portanto, sublinhar o conceito de ciência trabalhado por Maldonado a partir dos estudos sobre Eliseo Verón.

La ciencia es una forma de relaciones sociales específicas, que construyen un tipo de producto humano esencial, definidor de la naturaleza y de la sociedad. El conocimiento científico, como propiedad inherente a la humanidad, permitió que ésta cambiase su tempo-espacio natural de vida e inventase objetos, dimensiones y nuevas realidades como expresión del universo conocido (MALDONADO, 2009, p. 81).

É justamente nesse fluxo que Rosário e Aguiar (2013) mergulham para propor atualizações e rupturas no cânone da construção metodológica da pesquisa científica. O exercício, portanto, é o de inventar propostas metodológicas que fujam de arranjos mais normatizados, seja pelo viés da dependência ou das apropriações, seguindo a descrição de Martin-Barbero citada pelas autoras (2013, p. 45). Deste modo, a alternativa apresentada postula a necessidade de se “viver rupturas epistemológicas, conceituais (teóricas) e operacionais (metodológicas)” (ROSÁRIO; AGUIAR, 2013, p. 46), como um caminho produtivo de se fazer avançar a pesquisa acadêmica.

Se seguirmos Bergson, como fazem as pesquisadoras que inspiram este trecho do trabalho, devemos reconhecer a importância do conceito de duração à medida que a pesquisa e a própria comunicação se dão em fluxo e mobilizam, a cada novo problema de pesquisa, um arranjo particular de teorias.



Evidentemente tal escolha cobra o seu preço, a saber: o desconforto e a tensa alegria de trilhar um caminho jamais percorrido. Se a pesquisa é duração, a análise do que quer que seja exige um deslocamento desse fluxo para que possa ser decomposto, descrito e analisado. A esse processo, Bergson dá o nome de percepção: “Perceber é imobilizar” (BERGSON, 2006, p. 88). Dito tudo isso, podemos, então, avançar para nossa proposta de arranjo investigativo, postulada como *picadinho metodológico*.

A produção científica, nos termos que este trabalho apresenta, tende a operar por duas tendências: 1) *canibal* e 2) *antropófaga*. Se os termos soam estranhos, o problema não é o conceito, mas o ouvido. Explico. Não arriscaria dizer que a maior parte da produção científica funciona mais aos modos da primeira tendência – *produção científica canibal* –, porque isso requereria uma pesquisa quantitativa que trouxesse evidências capazes de ser sustentadas cientificamente. Aliás, a própria pesquisa quantitativa alheia a uma análise de caráter qualitativo é justamente um exemplo de produção científica de caráter canibal. Isso porque as investigações que se orientam por esse paradigma repetem o erro do canibalismo humano, cuja prática volta-se à saciedade da fome. Isto é, incorporam dados por uma necessidade fisiológica, não por uma relação mais sofisticada entre pesquisador, objeto de pesquisa e objeto empírico. Outro exemplo de produção científica canibal é a pesquisa cuja resposta ao problema já está dada antes mesmo do processo investigativo, de modo que é necessário apenas encontrar uma presa – um observável – que confirme a hipótese. Ao fazer tais descrições explicativas, não estou desconsiderando que há casos em que o pesquisador resvala nessas armadilhas, de modo que tais escolhas podem não ser totalmente deliberadas. Isso, contudo, não o isenta de responsabilidades.

No que diz respeito à segunda tendência – *produção científica antropófaga* – há uma radical diferença de fundo, pois ela é necessariamente inventiva ou então não é antropófaga. Como bem explicamos no início do texto, a antropofagia não é o canibalismo por fome, mas a devoração das virtudes da alteridade. O ritual tupinambá envolvia uma longa preparação do inimigo aprisionado, que ficava preso e era muito bem alimentado e recorrentemente lavado durante os dias que precediam sua devoração. Isto significa dizer que a



*produção científica antropófaga* requer uma relação de respeito, cuidado e atenção com as teorias, os dados, os objetos empíricos, as condições sociais de emergência da pesquisa. Nenhuma dessas dimensões pode ser comparada à tendência canibal, pois opera por um viés de zelo com os entes da investigação.

Há outra característica fundamental que nos parece importante sublinhar no caso da tendência antropófaga: ela jamais visa a eliminação da alteridade, mas o contrário, exige uma sofisticada economia da devoração, de modo a preservar correntes teóricas divergentes. A tendência antropófaga não elimina totalmente a possibilidade de contribuição de uma teoria, qual seja. Devora-se o que convém em um determinado fluxo, para um determinado problema, mantém-se preservado o que não interessa. Trata-se de um manejo ecossustentável da biodiversidade teórica, postura que é tributária aos saberes ameríndios. O que muda essencialmente em relação à produção científica é a postura, sempre de sacrifício, nunca de adoração. Daí a necessidade (método)lógica de colocar a *ciência no altar da devoração*.

Por fim, retomamos o argumento do começo: é próprio do fazer científico devorar autores e teorias para depois apresentar postulados. Eles serão tão mais produtivos e criativos quanto menos operarem pela tendência do canibalismo e mais pela da antropofagia. Veja que não se trata de termos opostos, fugimos dos binarismos, mas de duas tendências que se diferem de natureza, para usar termos bergson-deleuzianos, configurando, portanto, um problema de pesquisa verdadeiro<sup>12</sup>. A questão, portanto, não é que um tipo de tendência é melhor e outra pior – diferenças meramente de grau –, mas que as escolhas em jogo determinarão a natureza própria da investigação, se canibal ou antropófaga.

O *picadinho metodológico* que sustentamos tem a ver, justamente, com a segunda tendência, à medida que reconhece a importância de mobilizar não

---

<sup>12</sup> Reconhecemos como verdadeiros, problemas de pesquisa cuja questão de fundo articule uma questão qualitativa. Valemo-nos da proposição de Deleuze, por ser clara e objetiva, para explicitar nosso ponto: “Em resumo, toda vez que se pensa em termos de mais ou de menos, já foram negligenciadas diferenças de natureza entre as duas ordens ou entre os seres, entre os existentes. Por aí *se vê como o primeiro tipo de falsos problemas repousa em última instância sobre o segundo*: a ideia geral de ordem como misto mal analisado, etc. E o engano mais geral do pensamento, o engano comum à ciência e à metafísica, talvez seja conceber tudo em termos de mais e de menos, e de ver apenas diferenças de grau ou diferenças de intensidade ali onde, mais profundamente, há diferenças de natureza”. (DELEUZE, 2012, p. 15).



hierarquicamente diferentes aspectos que conformam a investigação – pesquisador, teorias, objetos, condições sociais, decisões discursivas, etc. Todos esses elementos pertencem ao fluxo da pesquisa, ou à duração, diria Bergson, e mesmo quando estancamos um determinado acontecimento para focar nossa atenção nele, continuamos agenciando e sendo agenciados por todos os entes que compõem o fazer acadêmico. É a mistura de todas essas perspectivas que (re)configura todas as partes do picadinho. A pesquisa, no fundo, não é a soma de todas as partes, mas a relação de cada uma delas com o todo.

Em suma, o *picadinho metodológico* transforma as apropriações em uma coisa outra que é nova e inventiva e que o é somente naquela duração, assumindo formas diferentes a cada arranjo construído. Se a tarefa parece convidativa e, de certa maneira, fácil, nada pode ser mais enganoso. Isso porque a criatividade requer rigor científico para que sejamos capazes de explicar como cada um dos elementos que compõem nosso *picadinho metodológico* produz, mais do que respostas (via de regra precárias), novas perguntas sobre nossos objetos. Estas sim, as perguntas novas, são as verdadeiras razões de se colocar a ciência, permanentemente, no altar da devoração.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald de. **Mensagem ao Antropófago Desconhecido (Da França Antártica)**. In: Revista Acadêmica, n. 67. Rio de Janeiro, nov. 1946.

\_\_\_\_\_. Oswald. **Obras Completas VI – Do Pau Brasil à Antropofagia e às Utopias. Manifestos, teses de concurso e ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978 – 2. ed.

\_\_\_\_\_. **Os dentes do dragão**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.

ANTELO, Raul. **Políticas Canibais: do antropofagismo ao antropoemético**. In: Transgressão e Modernidade. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

BERGSON, Henry. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.





CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad.** Buenos Aires: Paidós, 2001.

DAMÁSIO, António. **A estranha ordem das coisas: As origens biológicas dos sentimentos e da cultura / Antônio Damásio;** tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins / Débora Danówski, Eduardo Viveiros de Castro.** Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Sociambiental, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo / Gilles Deleuze;** tradução de Luiz. B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol 3 / Gilles Deleuze e Félix Guattari;** tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1 / Gilles Deleuze e Félix Guattari;** tradução Luiz. B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do pensamento psicanalítico e outros textos (1912-1914).** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Reagregando o social. Uma introdução à teoria do Ator-rede.** Salvador: Edufba, 2012.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** São Paulo: Editora 34, 2013.

\_\_\_\_\_. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos / Bruno Latour;** traduzido por Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LOTMAN, Iuri. Semiosfera I. **Semiótica de la cultura y del texto.** Madrid: Fronesis Cátedra Y Universitat de València, 1996.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Transmetodología de la investigación teórica en comunicación.** Análisis de la vertiente Verón en América Latina. Quito-Ecuador: Ciespal, 2009.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista (1848).** Ridendo Castigat Mores: 1999.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.



MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**. Tradução de Sérgio Milliet – Coleção Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1972, 1 Ed.

NODARI, Alexandre. **Antropofagia. Único sistema capaz de resistir quando a acabar no mundo a tinta de escrever**. Simpósio Haroldo de Campos, 2015 (setembro, São Paulo). Disponível em: <[https://www.academia.edu/17573406/ Antropofagia. Único sistema capaz de resistir quando acabar no mundo a tinta de escrever](https://www.academia.edu/17573406/Antropofagia._Único_sistema_capaz_de_resistir_quando_acabar_no_mundo_a_tinta_de_escrever)>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época** / Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. AGUIAR, Lisiane Machado. **Multiplicidades: perspectivas metodológicas para pensar a pesquisa científica em comunicação**. In: BONIN, Jiani; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Org). Processualidades metodológicas – configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

RUFFINELLI, Jorge; ROCHA, João Cezar de Castro [orgs.]. **Antropofagia hoje?** Oswald de Andrade em cena. São Paulo, Civilização Brasileira, 2011.

RUTHERFORD, Adam. **Criação: a origem da vida** / Adam Rutherford; tradução Maria Luiza X. De A. Borges. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

**TROPICALIA ou Panis et Circencis**. Intérpretes: Caetano Veloso, Gal Costa, Gilberto Gil, Nara Leão, Os Mutantes e Tom Zé. 1968. (38 min.).

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Oficina Indústria Gráfica, 1930.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima** / Isabelle Stengers; tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial** / Klaus Schwab; tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

VALENTIM, Marco Antonio. **Extramundandidade e sobrenatureza. Ensaio de ontologia fundamental**. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2018.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A Inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

\_\_\_\_\_. **Metafísicas Canibais – elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

\_\_\_\_\_. **A revolução faz o bom tempo**. Realização de Joaquim Castro e Luiz Giban. Rio de Janeiro: Os Mil Nomes de Gaia, 2015. (50 min.), Digital, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CjbU1jO6rmE&feature=youtu.be>>. Acesso em: 17 maio 2018.



## **Cartografando processos dígitos-comunicacionais de Pataxós da Bahia**

*Helânia Thomazine Porto<sup>13</sup>*

### **| Traçando o Nhandereko<sup>14</sup>**

No Brasil pré-colonial, os textos sobre os indígenas sempre foram acompanhados de registros visuais, primeiro as pinturas e depois as fotografias, registros realizados a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Assim, por longos anos a imagem veiculada acerca dos indígenas era a de sujeitos de rostos pintados, nus e em harmonia com a natureza, o que contribuiu para a construção de um índio idealizado e estagnado no tempo. Como consequência, ainda no século XXI, realizam-se leituras limitadas acerca dos indígenas, elegem-se como indígenas os que correspondem à imagem do índio idealizado, os que andam nus, que vivem em ocas em matas e falam o Tupi, próxima da simbologia do bom selvagem, sem a necessidade das tecnologias do tempo presente.

Assim, para muitos, qualquer indígena que fuja da imagem pré-colonial é acusado de ter perdido suas raízes como se fossem os não indígenas quem tivessem o poder e o direito de definir o que é identidade etnocultural. Na contramão dessa visão propomos uma análise dos usos e das apropriações de mídias digitais por indígenas baianos, não concordando com leituras reducionistas e preconceituosas acerca de suas participações em mídias digitais.

No território nacional há aproximadamente 240 etnias. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), 817,9 mil brasileiros se declararam indígenas, isto é, 0,40% em relação à população total. Dessa porcentagem, 572 mil vivem em áreas rurais (em Terras Indígenas, de norte a

---

<sup>14</sup> Palavra da língua *Guarani Mby'á*, que significa *modo de ser e agir*.



sul do território nacional) e 324.834 vivem em cidades. Na Bahia são aproximadamente 14.000 indígenas (FUNASA, 2010), distribuídos em 38 comunidades<sup>15</sup>. E como os demais povos indígenas do leste brasileiro, sofreram sérias mudanças e transformações sociais, perdas significativas da cultura indígena e do território ao longo dos anos.

O povo Pataxó<sup>16</sup> é pertencente à família linguística macro-*Jê* – vivia até o final do século XVII no interior de matas situadas na serra da Mata, no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, como indígenas isolados, divididos em hordas, movimentando-se livremente em busca de caça, de frutos e tubérculos encontrados em abundância na região. Entretanto, com a expansão agrícola na floresta Atlântica que se deu pela crescente procura de certos produtos tropicais no mercado mundial, mormente no ano de 1727, quando houve o início das frentes de ocupação na região do sul da Bahia, empreendidas por agricultores que se interessaram pelas terras que ficavam entre os rios Paraíba e Doce, para o cultivo de algodão, fumo e das primeiras plantações de café, houve a “ocupação das áreas verdes, e essa nova expansão demográfica, que caminhou em direção aos grupos indígenas que se mantinham autônomos nessa região” (RIBEIRO, 1977, p. 92), especificamente os Pataxós.

Gradativamente, os indígenas que viviam nos territórios do sul e extremo sul da Bahia foram subjugados e forçados a se recolherem em áreas demarcadas, como a Reserva Paraguaçu-Caramuru, no sul da Bahia, abrigando os Pataxós-hã-hã-hães e Tupinambás, e a Aldeia Barra Velha, no extremo sul da Bahia, para asilar os Pataxós, Kamakans e Tupinambás (SILVA; FERREIRA,

---

<sup>15</sup> No levantamento realizado na Superintendência de Assuntos Indígenas de Porto Seguro em 2013, as aldeias são: Mata Medonha, Bujigão, Aroeira, Nova Coroa, Coroa Vermelha e sua extensão Reserva Pataxó da Jaqueira, aldeia Velha, Imbiriba, Xandó, Barra Velha, Porto do Boi, Campo Boi, Meio da Mata, Tupiniquim, Boca da Mata, Jitaí, Aldeia Nova, Pé do Monte, Trevo do Parque, Corumbauzinho, Águas Belas, Craveiro, Tawá, Alegria Nova, Cahy, Maturembá, Tibá, Pequi, Monte Dourado, Cassiana, Gorita, aldeia Pará, Caraíva, Guaxuma, Juerana. Mapa com distribuições dos aldeamentos na Bahia.

<sup>16</sup> Essa etnia é classificada por *Pataxós meridionais*, desde o passado viviam entre os rios São Mateus (ES) e Santa Cruz Cabrália (BA), distinguindo-se dos *Pataxós Hã-Hã-Hãe*, que ocupavam a região entre os rios de Contas e Pardo, mais ao norte da Bahia. Esse povo é pertencente ao tronco linguístico macro-jê, registrados por pesquisadores estrangeiros desde o século XVI como pertencentes ao grupo dos *Aimorés* (dos bárbaros ou selvagens). Entretanto, conforme seus mitos, é um povo escolhido por *Txopy* para ocupar o território brasileiro



2000), esta última situada entre a foz do rio Corumbau e a do rio Caraíva, a 60 quilômetros da região do Parque Nacional Monte Pascoal.

Até a década de 1940, os Pataxós que viviam aldeados na região de Barra Velha se agrupavam de acordo com a sua função na aldeia: alguns criando porcos, outros retirando a piaçava, fazendo roçado e fabricando farinha. Porém, essa autonomia foi interrompida quando as primeiras equipes técnicas do Serviço Florestal do Brasil (órgão anterior ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) visitaram a área, estabelecendo contatos para a demarcação do Parque Nacional Monte Pascoal, no final dos anos 1940.

Insatisfeitos com as fronteiras impostas e com a vigilância da área do parque Monte Pascoal, o chefe da aldeia Barra Velha, Honório Ferreira, e mais três aldeãos, em 1949, seguiram viagem para a capital do país, Rio de Janeiro, em busca de soluções quanto à demarcação das Terras Indígenas com o Marechal Cândido Rondon.

Segundo os registros da Fundação Nacional do Índio de 1970, no início da década de 1950 apareceram dois cidadãos na aldeia Barra Velha, estes se apresentaram como representantes do governo e se propuseram a ajudar os Pataxós. Mas o auxílio apresentado pelos forasteiros surpreendeu os líderes da aldeia, pois sugeriram que os Pataxós saqueassem um pequeno comércio de um povoado, próximo ao rio Corumbau. Confiantes nesses supostos agentes do governo, os Pataxós saquearam o comércio. Essa atitude desencadeou reações violentas de moradores do povoado, e estes acionaram militares das cidades de Porto Seguro e do Prado (BA) para conter os indígenas. Os militares cercaram a aldeia, prenderam os homens, atearam fogo nas casas e nas roças. A partir desse acontecimento, a aldeia Barra Velha foi sitiada e os Pataxós expulsos, o que culminou com a dispersão desse povo pela região.

Em 1961, o Parque Nacional de Monte Pascoal foi oficialmente instituído como área de preservação e de patrimônio nacional. Desse modo, ficou estabelecido que dos 22 mil hectares pertencentes aos Pataxós apenas 8.627 hectares, cerca de 40% de suas terras tradicionais, seriam de sua utilização. Aos que resistiram e permaneceram no local, foi proibido fazer roçado, obrigando-os a viverem na miséria, uma vez que a área demarcada era um areal, impróprio para o plantio. Essa situação perdurou por aproximadamente trinta anos.



No início da década de 1970, a construção da BR-101, principal via de acesso a todo o litoral baiano, ocasionou a intensificação do turismo na Bahia, conseqüentemente do empreendedorismo imobiliário na região de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Muitos Pataxós que viviam próximo à orla marítima dessa região, uma vez que não estavam mais em seus territórios, foram induzidos pelas imobiliárias a venderem, por preços irrisórios, suas áreas; outros entregaram a área, pois não possuíam título de posse. Essas sucessivas diásporas intensificaram os processos de integração e de assimilação da cultura dos não índios.

Só no final da década de 1990 esses indígenas começaram a ter resultados dos movimentos empreendidos com vista à retomada de seus territórios, notadamente com a demarcação da Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, incluindo nessa área a Reserva Pataxó da Jaqueira, em 1997, ambas localizadas entre Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. O reconhecimento do direito desses territórios impulsionou os demais Pataxós a continuarem resistindo e em mobilizações contra a desterritorialização.

A população indígena estimada no estado da Bahia é de 35.476 pessoas, constituindo 15 povos. No sul e extremo sul baiano vivem aproximadamente 14 mil Pataxós, distribuídos em seis terras indígenas no entorno dos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju e Prado. Essa etnia convive com povos não índios desde o século XVI.

Partindo do pressuposto de que a realidade das comunidades Pataxós é bastante dinâmica e diversa e, que com o avanço dos processos de globalização e da midiaticização da sociedade, esta tem se complexificado em redes sociais multidimensionais, problematizamos, então, como os Pataxós da Bahia experienciam fluxos comunicativos mediados pela tecnologia digital e como estes vêm (re)configurando suas organizações sociais, culturais, políticas e comunicativas, em que organizações em redes sociais, como práticas políticas ancestrais, têm se expandido. O desenho desses processos foi angulado a partir de uma questão central: *Como se dão os usos, apropriações e produções nas mídias digitais pelos Pataxós, em articulações com outras dimensões constitutivas de suas redes sociocomunicacionais, para constituir ações políticas, processos de resistências e mudanças socioculturais na construção*



*de cidadania comunicacional*, o vem demandando dialéticas com diferentes ciências.

A pesquisa das experiências dos Pataxós com os meios de comunicação e informação está atravessada por questões inerentes à identidade, à cidadania, à cultura e à etnicidade. Assim, buscamos inseri-la no campo das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente da Comunicação, procurando superar a interpretação do índio genérico, bem como da mídia a partir de seus impactos sobre uma cultura específica. Por compreendermos que nenhuma tecnologia é revolucionária ou conservadora por si, por isso é necessário se faz entender as significações atribuídas pelos sujeitos comunicantes as mídiatizações digitais.

Para Maldonado (2014), toda investigação acerca dos processos sociocomunicacionais está atravessada por oito dimensões, a saber: “histórica, cultural, social, ética, política, tecnológica, psicológica e semiótica” (p. 21), apontando, desde então, que os conhecimentos e procedimentos metodológicos a serem gerados devem extrapolar o campo da Comunicação, estabelecendo diálogos com outras ciências, como Antropologia, Sociologia, Economia, Linguística, Psicologia e História, numa perspectiva interdisciplinar e ao mesmo tempo transdisciplinar, uma vez que “a metodologia não pode revelar-se fora da totalidade das mensagens que ela organiza com fins de expressão e comunicação, conforme sugere a epistemologia transmetodológica. (MALDONADO, 2014, p. 21).

Aproximações à cultura midiática Pataxó requereram compreensão desses sujeitos a partir de confluências de teorias e de métodos, conforme a perspectiva *transmetodologia*, o que exigiu a realização de diferentes movimentos de pesquisa: *Pesquisa Teórica*, *Pesquisa de Contextualização*, *Pesquisa Empírica*, *Pesquisa Metodológica* e *Pesquisa da Pesquisa*, com construções de procedimentos metodológicos específicos para cada *movimento*. (Conforme BONIN, 2011).

Este artigo constitui-se como uma tentativa de reflexão acerca de alguns movimentos de *pesquisas empíricas-exploratórias* na apreensão e análises de processos dígito-comunicacionais, identitários e cidadãos dos *Pataxós da Bahia*, retratando parte do *nhandereko*, *modos de sentir e agir em uma*



*trajetória errante*, possibilitado pelo despertar da consciência, da ressignificação e da integração de saberes ancestrais aos científicos.

### **| O Kuber como metáfora de pesquisa empírica como processo**

O *Kuber* é um jogo de tabuleiro, que fora registrado por Cerqueira (2000), a partir do mito *Ivy Marãey (Terra sem mal)* do povo *Guarani Mby'á*. O jogo possibilita traçar novos caminhos, pois na trajetória do *Kuber*, o jogador experimenta o desafio de construir sua jornada, ao tempo que desenvolve o seu potencial intuitivo e criativo, pois todas as ações a serem tomadas são colocadas em confrontação, a partir de leituras críticas e sensíveis de símbolos e de experiências, culminando com a conclusão, sempre reversível, desse caminhar.

Para jogá-lo, deve-se ter um “mapa” com trilhas e códigos a serem decifrados por aqueles que foram iniciados em seus sistemas simbólicos. Os obstáculos apresentados na jornada são vencidos quando se evoca sabedorias ancestrais, incluindo mitologias adjunto aos saberes científicos, constituindo-se em um *éthos* de pesquisa.

As imagens desenhadas no mapa do *Kuber* são representações de cenas que fazem alusões às travessias dos *Guarani Mby'á*, presentes também *objetos ritualísticos*<sup>17</sup> que ainda são utilizados em seus *modus vivendi*.

Na mitologia *Guarani Mby'á* o caminhar em busca da *Terra sem mal* surgiu de sonhos e de revelações de pajés, que preocupados com seus descendentes, traduziram em comunicações simbólicas, o mundo revelado pelas divindades (GODOY, p. 2003). E por muito tempo visões de pajés *Guaranis Mby'á* têm possibilitado a grupos Guarani traçar novos caminhos.

Na adaptação desse mito para o jogo *Kuber*, Cerqueira (2000) utilizou-se de símbolos de culturas indígenas, ilustrando imagens no mapa que acompanha o jogo, que deverão ser interpretadas, conforme as indagações de cada “jogador”. Nesse processo é o caminhante que decide de onde partir e como construir a sua jornada, em observância à ética. São três tipos de

---

<sup>17</sup> Sobre o misticismo *Guarani Mby'á* consultamos pesquisas de Marília G. G. Godoy (2003).





instrumentos a que cada um tem direito: as três pedrinhas<sup>18</sup>, uma estrela<sup>19</sup> e os três dados com anagramas indígenas<sup>20</sup>.

Tanto no mito *Ivy Marãey* quanto no *Kuber* a melhoria do homem e do seu entorno não são construídas pela especulação racionalista, mas por experiências sensíveis. Entretanto, os investimentos para a conquista do *Ivy Marãey* (Terra sem mal) são traçados tanto de forma fortuita quanto sistematizada, metodologias que se mesclam, revelando em parte, o potencial intuitivo de cada um, assim como a capacidade de planejamento e de interpretação.

Ao lançar cada objeto recebido em consonância à determinada interrogação, o participante poderá ter como resultado signos que precisam ser decifrados com atenção. À medida que o participante avança no *jogo*, novas questões são levantadas. Como por exemplo, se uma questão lançada por meio de uma pedrinha e o jogo de dados trazer como resultado a figura da flecha, tem-se como resposta a importância de se considerar a inteligência emocional naquele aspecto da jornada. Se, por acaso, o resultado for os maracás, a resposta será a valorização da cidadania. Caso seja a figura da *borduna* (cassetete de madeira), as soluções estão no interior do participante, orientando o mesmo para o seu autoconhecimento.

Entretanto, podem surgir respostas desestabilizadoras, como exemplo, quando o resultado das somas das figuras dos dados equivaler as figuras do arco e da flecha, significando que movimentos e associações cautelosas deverão ser tomados, sinalizando que ainda não é o momento de avançar naquela questão.

Essa experiência tem como finalidade possibilitar que cada participante se perceba no seu processo de construção de fazeres e de saberes, adotando formas transformadoras de olhar e de interpretar as diversas dimensões dos seres, conforme aponta Maldonado (2014; 2013), ao se referir a epistemologia transmetodológica.

---

<sup>18</sup> A serem lançadas na cartografia quando as questões são de ordem social, cultural e/ou espiritual.

<sup>19</sup> A ser usada para as projeções; questões futuras.

<sup>20</sup> São estes que permitem a ordenação lógico-matemática das informações oferecidas.



Não há hierarquização de elementos na cartografia; sendo assim, os caminhos a serem trilhados são vistos como espaços de construção de autonomia e alteridade. A jornada pode ser iniciada de qualquer lado da cartografia. Lembramos que em nossos procedimentos metodológicos o foco não foi a chegada a *Terra sem mal*, mas o reconhecimento de que no desenvolvimento do projeto de investigação na perspectiva de seu amadurecimento, há obstáculos epistemológicos a serem enfrentados, pela adoção de análises eminentemente dialéticas e discursivas e da utilização de procedimentos metodológicos plurais, em que observações participantes, entrevistas e momentos de convivências possibilitassem aprofundamento das questões-problemas: - Como se dão os usos, apropriações e produções nas mídias digitais pelos Pataxós em articulações com outras dimensões constitutivas de suas redes sociocomunicacionais, para constituir ações políticas, processos de resistência e mudanças socioculturais em articulação com a construção da cidadania comunicacional? - As ações políticas dos Pataxós, dinamizadas pelos usos, apropriações e produções em redes sociais digitais, têm apresentado concretizações e potencialidades de enfrentamento aos poderes e fomento da cidadania comunicacional? - Como esses sujeitos comunicantes constroem suas políticas de visibilidade e de participação, a partir de suas atuações em redes dígito-comunicacionais? - Que sentidos os Pataxós dão às suas práticas comunicacionais, levando em consideração as espacialidades (geográficas e temporais) e as modalidades de enunciações e como isto se vincula à cidadania comunicacional?

Dos diversos movimentos da pesquisa exploratória construídos simultaneamente às demais metodologias de pesquisas, apresentamos a cartografia errante constituída das interações na *Aldeia Midiática*, de observações assistemáticas realizadas nos circuitos turísticos Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, das visitas às escolas indígenas de Coroa Vermelha (Santa Cruz Cabrália) e de Boca da Mata<sup>21</sup> (Porto Seguro) e da *etnografia*

---

<sup>21</sup> Boca da Mata: foi criada em 1981, após novo acordo entre a Funai e o IBDF, que destinou aos Pataxós uma faixa do Parque Nacional de Monte Pascoal, à margem do córrego Cemitério, pouco acima da confluência deste córrego com o rio Caraíva, localizada no entorno do Parque Nacional Monte Pascoal, pertencente à Terra Indígena de Barra Velha, distrito de Porto Seguro.



*virtual* (HINE, 2011), junto a vinte e dois sujeitos comunicantes na Plataforma do Facebook.

### **| Em busca de interações digitais em uma Aldeia Midiática**

Na plataforma do Facebook criamos no mês de abril de 2016 uma página denominada de “Aldeia Midiática”<sup>22</sup>, por idealizarmos que a adoção do termo *aldeia* traria aos 36 *Pataxós*<sup>23</sup> *adicionados* um sentimento de pertencimento, como as experiências comunitárias indígenas.

Entre o período de 19 de abril a 20 de setembro de 2016 foram apresentados ao coletivo alguns vídeos e textos inerentes aos indígenas da Bahia, pois objetivávamos verificar a participação desses sujeitos, com vistas a configuração de formas de comunicação digital. Durante esse período houve pouca participação dos membros. O silenciamento dos *Pataxós* na “Aldeia Midiática” contrastava com as participações dos 22 perfis em suas páginas individuais, sendo assim, passei a acompanhar estes sujeitos comunicantes em suas páginas, de forma assistemática por meio de leituras e registros, em um banco de dados, de seus *Feed de notícias*.

Analisamos que a ocupação periférica dos membros na *Aldeia Midiática*, como a “ausência” de participação nas postagens poderia ser creditada à forma centralizadora de comunicação, em que o ‘silenciamento’ do coletivo não significava só “negação” ou “concordância” às mensagens que circulavam, mas que as interações grupais no espaço digital não cumprira uma de suas funções, como o fortalecimento de vínculos sociais e a promoção de participações autônomas. Outra situação revelada nesse experimento foi a disparidade do tempo que cada um(a) se encontrava conectado(a), raramente um número significativo de membros estava simultaneamente *on-line*. A

---

Suas atividades econômicas são a agricultura familiar, prestação de serviços públicos e produção de artesanato e artefatos de madeira.

<sup>22</sup> O convite foi apresentado na abertura da página, tentando romper com a formalidade: “Olá, a página Aldeia Midiática tem como objetivo ser um espaço de diálogo sobre o uso da internet pelos *Pataxós*, especificamente do Facebook. Caso você possa participar dessas interações, ficarei muito grata.”

<sup>23</sup> Dentre esses, treze são sujeitos que colaboraram nas pesquisas realizada no mestrado em Comunicação e Educação, no período de 2004 a 2006.



flexibilidade nos horários de participação no espaço digital foi um aspecto considerado ao avaliarmos a impossibilidade de realização de discussões em grupos naquele contexto. Consideramos também que o sentimento de pertencimento ao coletivo não se constituía, conseqüentemente não havia *coparticipação* (PERUZZO, 2004), pois esta não se constitui gratuitamente, mas a partir da ação individual e coletiva, da criação de oportunidades de convivência e da reivindicação de participar.

O experimento *Aldeia Midiática* possibilitou reflexões acerca da eleição de metodologias para os movimentos exploratórios, especificamente quando se trata de entender a constituição de sujeitos comunicantes em espaços digitais. Às vezes, na ansiedade de termos as informações com maior brevidade, adotamos abordagens centralizadoras, que, ao contrário do que se esperava, apresentam-se inférteis. Por isso, em atenção aos ensinamentos do *Kuber*, de que determinadas situações exigem cautelas, seguimos por outros caminhos para a captura de processos sociocomunicacionais de Pataxós em redes sociais digitais, preferencialmente aqueles em que eles fossem os protagonistas.

Assumimos esses primeiros movimentos exploratórios como *errantes* e ao mesmo tempo motivacionais à inventividade de outras metodologias de investigação, como propõem Cerqueira (2000) no *Kuber* e Martin-Barbero (2004) em sua *cartografia*. Enquanto o *Kuber* aponta para construções de outras trajetórias, Martin-Barbero apresenta o processo investigativo como mapas moventes construídos pela adoção de instrumentos flexíveis.

As investidas na *Aldeia Midiática* ofereceram elementos para pensarmos as mídias não só no campo comunicacional, mas também nas relações vinculares. Assim, sem encerrar a página *Aldeia Midiática*, passamos realizar uma etnografia no contexto digital, acompanhando 22 sujeitos comunicantes na Plataforma do Facebook, individualmente, entre o período de 2016 a 2018.



## | Cartografando nos territórios indígenas de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália

Outro movimento exploratório empreendido foi uma viagem aos municípios baianos - Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália – tendo como principal objetivo identificar e observar os pontos de acesso à internet das comunidades Pataxós. Elegemos o circuito turístico – Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália, em que a aldeia Pataxó de Coroa Vermelha e a reserva Pataxó da Jaqueira são os principais pontos de diversas atividades culturais.

A aldeia Pataxó de Coroa Vermelha<sup>24</sup> é constituída por dois espaços. Um deles é o urbano, onde residem os Pataxós inseridos no comércio de artesanatos, principalmente no *Shopping Indígena*, nas atividades do *Museu Pataxó* e no gerenciamento do turismo de demais órgãos administrativos (Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de Superintendência Indígena, Secretarias de Saúde, Educação, Ambiental). O segundo espaço é o da reserva, inserida em uma área de preservação ambiental, onde se realizam atividades turísticas, como visitas, palestras, caminhadas pelas trilhas e comercialização de artesanatos; formas de economias solidárias adotadas pelos sujeitos que se dedicam a essas atividades.

O nosso interesse no espaço urbano da aldeia se justificou pela presença da Escola Indígena Pataxó da Coroa Vermelha, implantada em 1985<sup>25</sup>. Assim, durante o período de 20 a 23 de julho de 2016, circulamos pelas rotas turísticas de Coroa Vermelha, incluindo visitas e conversas com comerciantes e

---

<sup>24</sup> Na aldeia de Coroa Vermelha se concentram os principais órgãos vinculados às políticas afirmativas do povo Pataxó, dentre eles, a Associação Pataxó de Ecoturismo (Aspectur), a sede da cooperativa de artesanato; um escritório para a Funasa; outro para os assuntos de habitação; outro para a cooperativa de agricultura e um para a cooperativa de pesca. Cada setor é coordenado por uma liderança que, junto às demais como caciques, professores e “pajés”, constitui o Conselho da aldeia Coroa Vermelha.

<sup>25</sup> Em 2000, em função da comemoração dos “500 anos de Descobrimento do Brasil”, a escola foi reformada, com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Estruturada conforme o que se compreendia como uma instituição “tradicionalmente” indígena, com salas em formato de oca, sem portas e com cobertura de piaçava. Em 2004 a escola passou por mais uma reforma, sendo construídas salas mais amplas, uma com ar-condicionado para a instalação de computadores. Entre o período de 2016 a 2017 a escola passou por uma reforma de toda a sua estrutura, com ampliação do número de salas e reforma da quadra poliesportiva.



educadores da escola, observações sem uma sistematização de pesquisa, pois buscávamos entender como se deu a inclusão digital na escola indígena.

De certa forma, essa viagem foi revitalizante, pois nos colocou longe do computador e das aulas do doutorado, e com possibilidades de ver e falar com os sujeitos da pesquisa. Nas conversas com alguns educadores percebemos a valorização da conquista da internet pelos esforços e mobilizações de lideranças, educadores e vereadores indígenas. A inclusão digital na escola indígena de Coroa Vermelha foi implantada pelo projeto GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) vinculado ao Ministério de Comunicação. Esse programa teve como meta a inauguração de centros com computadores com sinal de internet via satélite em três aldeias Pataxós.

Apesar da problemática da pesquisa não estar ligada diretamente aos programas de inclusão digital, consideramos importante realizar consultas em órgãos do Estado responsáveis por essa questão, especificamente no banco de dados do Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE) e ao portal de Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (Pnad) de 2014<sup>26</sup>. Nestes visualizamos quantitativamente como esses órgãos consideram a acessibilidade à internet, suas análises englobam todas as formas de acesso, independentemente de serem fornecidas pelo Estado ou não e sem aprofundar em questões étnico-culturais.

No movimento da *Pesquisa da pesquisa*, levantamos produções científicas (teses e dissertações) que apresentassem análises de programas de acessibilidade pública à internet, especificamente em comunidades Pataxós. Três pesquisas foram consideradas: a de Morales (2008) que problematiza as políticas públicas de “inclusão digital<sup>27</sup>” no contexto dos Pataxós de Coroa

---

<sup>26</sup> Por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) divulgada em 2014 revelou que 95,4 milhões de brasileiros com 10 anos de idade ou mais acessaram a internet por meio de microcomputador. Isso significa que metade da população faz uso da internet. Já a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) apontou crescimento de sujeitos em acessibilidade em todas as regiões do país: Norte (19,3%), Nordeste (14,6%), Sudeste (9,5%), Sul (10%) e Centro-Oeste (12%). Segundo os dados do IBGE, 77,9% de pessoas de 10 anos ou mais fazem uso do celular, isto é, 136,6 milhões de pessoas, sugerindo que mais da metade da população brasileira tem as condições de acesso à internet pelo aparelho celular. Disponível em; <<https://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2015/11/numero-de-brasileiros-na-internet-subiu-para-95-4-milhoes-em-2014>>.

<sup>27</sup> Os programas de inclusão digital vinculados ao Estado vinham sendo implantados gradativamente desde 1999, visavam a implementação de uma infraestrutura como



Vermelha (BA); a de Renesse (2012) que trata dos usos da internet por grupos ameríndios do Brasil e a de Matos (2013) que reflete sobre a comunicação, reconhecimento e cidadania, a partir da participação de indígenas na rede *índios on-line*.

Apesar da pesquisa de Morales não priorizar o levantamento de telecentros em comunidades indígenas de maneira geral, apresenta dados interessantes, em nível regional, informando os limites e desafios dos usuários do telecentro implantado na Escola Indígena de Coroa Vermelha, especificamente a infraestrutura e a forma de gestão desses recursos pelos indígenas. Já Renesse (2012) traz mais detalhadamente essas informações, apontando um crescimento do uso de meios de comunicação entre os indígenas brasileiros, mencionando a inclusão digital na escola da aldeia de Coroa Vermelha, entretanto em suas análises as escolas indígenas da aldeia de Barra Velha<sup>28</sup> e de Boca da Mata, também beneficiadas pelo programa em 2010, não foram referenciadas.

O pesquisador Matos (2013) preocupado com o acesso de indígenas a internet, a nível nacional, avaliou que houve um aumento significativo, especificamente nos últimos anos, ao se comparar com os dados de 2001, quando a acessibilidade digital correspondia ao percentual de 3,72%. A tentativa de Matos (2013) em apresentar um quadro de indígenas conectados, ao partir da análise da inclusão digital da Fundação Getúlio Vargas-RJ, não obteve sucesso, entretanto em suas análises não deixou de problematizar os critérios adotados pela FGV-RJ, que considera cor como raça ou etnia, e que esses identificadores étnico-culturais comprometem o desenho quantitativo de etnias em cultura midiática. Assim, as informações da referida fundação de que

---

computadores, antenas de conexão à internet, máquinas fotográficas, filmadoras e demais equipamentos. Em 2000 teve início políticas de acesso a computadores e internet pelo Programa Sociedade da Informação. Em 2002 por meio do GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) vinculado ao Ministério da Comunicação e pelo Cultura Viva, do Ministério da Cultura, período em que os telecentros foram implantados nas aldeias Pataxós.

<sup>28</sup> Barra Velha é considerada por todos os Pataxós contemporâneos do extremo sul como sua “aldeia-mãe”. Está localizada a 4 km da praia de Corumbau, próxima às embocaduras dos rios Caraíva e Corumbau, e a 60 km do povoado de Monte Pascoal. Nesta aldeia há o posto da FUNAI e uma escola indígena modelo. Nela foi implementado os primeiros projetos de turismo. Além do turismo e do artesanato, outra fonte de renda é a produção e beneficiamento da mandioca e a fruticultura e o pequeno comércio que nela vem se desenvolvendo.



24,49% de indígenas acessam a internet parecem dissonantes das oferecidas em 2014, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou um crescimento de acessibilidade em todas as regiões do país, sendo 77,9% de pessoas acima de 10 anos usuários de celulares com internet, praticamente metade da população brasileira.

As observações e análises realizadas no circuito turístico Pataxó e na escola indígena de Coroa Vermelha, como os estudos das produções científicas subsidiaram construção de outros procedimentos de investigação, dentre eles, visitas às aldeias Boca da Mata e Barra Velha<sup>29</sup>, para descrição e análises das idiossincrasias dígito-comunicacionais dos Pataxós dessas comunidades.

### **| As idiossincrasias dígito-comunicacionais da aldeia Boca da Mata**

As descrições e análises das idiossincrasias dígito-comunicacionais dos Pataxós da aldeia de Boca da Mata exigiu que estivéssemos inseridos em seus contextos, e que pensássemos metodologias a partir da dimensão da *experiência e do sentido* (LARROSA, 2002). Assim, partindo da *arqueologia do olhar etnográfico* de Lévi-Strauss<sup>30</sup> foi possível construirmos uma escrita do visível e do vivenciado, em que se punha em jogo não só a atenção da pesquisadora, ora orientada, ora flutuante, mas também as qualidades de observação, de sensibilidade, de imaginação científica e de elaboração de um planejamento do que deveria ser observado nos espaços presenciais e nas conversas com os sujeitos comunicantes. Para as observações *in locus* construimos um roteiro - com aspectos de configuração identitária dos sujeitos, de suas memórias e de seus referenciais simbólicos, descrição de mobilizações empreendidas e de suas vinculações em redes sociais.

Pensamos também em um roteiro para estruturação das entrevistas, com dois blocos, o de identificação sociocultural e o constituído de questões de suas trajetórias e experiências comunicacionais tanto em ambientes digitais

---

<sup>29</sup> Os procedimentos metodológicos realizados em Barra Velha não serão tratados neste texto.

<sup>30</sup> As descrições dos Tupinambá realizadas por Léry na obra “Viagem à terra do Brasil” são qualificadas por Lévi-Strauss como “arqueologia do olhar etnográfico” por suas observações, descrições e reflexões bem próximas do contexto desse povo.





quanto presenciais. Sendo assim, fizemo-nos presentes nas atividades da aldeia Boca da Mata nos dias 22 e 23 de setembro de 2017. Inspiradas também na etnografia de Laplantine (2004) para o desenho dos processos dígitocomunicacionais dos sujeitos comunicantes de Boca da Mata levamos em consideração suas memórias, representações simbólicas, imaginações, discursos e sentidos atribuídos às mediações.

A escolha dessa aldeia foi motivada por duas explicações, por ser uma das comunidades Pataxós que conseguiu estruturar uma educação indígena específica, diferenciada, inter e multicultural (como o acesso à internet e demais mídias), e pela demanda da própria comunidade, pois os educadores Ponçada<sup>31</sup>, e Santana<sup>32</sup> da Escola Indígena Boca da Mata, com o desejo de reativarem o grupo de teatro, contataram Itamar dos Anjos<sup>33</sup>, que já realizara em outro momento uma oficina de teatro na referida escola, para a organização de mais uma atividade cultural. Assim, pela interlocução existente entre a pesquisadora e o coreógrafo Itamar, o convite foi estendido também a ela. No dia 22 de setembro, em acolhimento às solicitações desses sujeitos, que em parte, nossas também, realizamos uma reunião com educadores para o levantamento de proposições e de intercâmbios culturais entre grupos de danças afro-indígenas de Caravelas (BA) e os grupos de dança e de teatro da escola, colocando nessa roda de conversa o nosso projeto de pesquisa.

No dia seguinte (23/09/2017) realizamos observações pelo território da aldeia, circulamos pelas ruas, praças e nos sítios que ficam no entorno. Esse caminhar possibilitou o conhecimento dos projetos de economia solidária implementados pelo coletivo de mulheres Pataxós de Boca da Mata – os aviários e as plantações de pimenta do reino. As organizações de mulheres têm sido avaliadas positivamente pelos sujeitos da aldeia. No depoimento da professora Luciana (esposa do cacique Alfredo Pataxó) há falta de informação

---

<sup>31</sup> Jovino de Jesus Ponçada (48 anos), professor, diretor da Escola Indígena Boca da Mata e liderança política, atua junto ao cacique. Licenciado em História (IFBA – Campus Porto Seguro), reside há 40 anos na aldeia Boca da Mata.

<sup>32</sup> Edimarcos Ponçada Santana (35 anos), professor, vice-diretor da Escola Indígena Boca da Mata e liderança política, atua junto ao cacique e demais lideranças. Licenciado em Ciências da Natureza (UNEB – Campus X), reside há 35 anos na aldeia Boca da Mata.

<sup>33</sup> Artista plástico, ativista, professor de dança e de teatro do Grupo *Umbandaum*, pedagogo e mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais da Universidade Federal Sul da Bahia e membro do movimento cultural *Arte Manha* (Caravelas).



sobre as formas de organização política das mulheres indígenas, revelando que a categorização da organização social das aldeias como patriarcal, conforme descrevem alguns teóricos, não corresponde ao posicionamento das mulheres Pataxós, complementando que as mulheres pataxós sempre estiveram presentes e atuantes nas diversas ações políticas das aldeias.

A experiência do *Kuber* como busca de caminhos para outras percepções nos auxiliou na descrição de particularidades dessas vivências. Em que naquela caminhada por trilhas fortuitas a possibilidade de experienciar outras sensibilidades e, em consequência, um novo entendimento da natureza das coisas, até então despercebido, como a questão do engajamento das mulheres pataxós na economia solidária, especificamente na agricultura familiar, conforme constatamos na aldeia Boca da Mata.

Nos dois dias que estivemos na aldeia Boca da Mata ouvimos algumas histórias, e quando o tema era configuração das identidades étnico-culturais, esse era retomado pelos professores Ponçada e Santana, a partir do marco temporal que culminou em diásporas, sofrimento e perda dos territórios – denominado por eles como o “fogo de 51”. Fontes documentais informam que neste episódio ocorreu a dispersão de grupos, que, ao serem intimidados e perseguidos por militares, abandonaram o território, tendo como consequências a negação da identidade étnico-cultural e o abandono do idioma. Os dois professores justificaram os atuais movimentos políticos e reivindicatórios aos sofrimentos do passado, descrevendo a ocupação da Br 101, no km 794, próximo a cidade de Itamaraju, ocorrida em 2015, como o de maior impacto, a nível nacional e de maior cobertura pelos jornais da região.

Para pensarmos os *ethos*<sup>34</sup> nesse contexto sócio-histórico-político, observamos que elementos da cultura material se fazem presentes no cotidiano desses Pataxós e visualizamos práticas habituais, como o cuidado com as hortas, a produção de artesanatos, a higienização de roupas e de utensílios de cozinha no rio, mesmo com a presença de máquina de lavar roupa em algumas residências, dentre outras práticas culturais que indicam o jeito desses Pataxós se ordenarem na aldeia Boca da Mata, muito semelhante a dos camponeses.

---

<sup>34</sup> *Éthos* na perspectiva aristotélica, seria uma ética que conduziria o cidadão a uma deliberação e/ou escolha acerca do que é melhor para a si e para a comunidade.



Quanto aos meios de comunicação, praticamente todas as 600 famílias têm televisão, rádio, aparelho de som e acesso à internet. Segundo o professor Santana, 70% dos moradores acessa a internet via aparelhos móveis de telefonia. Os professores Ponçada e Santana têm essas mídias, sendo o rádio e os celulares os mais utilizados.

Ao analisarmos a construção das identidades étnico-culturais e cidadanias Pataxós, consideramos também o lugar que as mídias ocupam em prol dessas pautas, e como os Pataxós significam suas relações com as mídias. Os meios de comunicação, especificamente a internet, tem recebido um valor especial, pois representa para eles o acesso as informações e meio de realizar as atividades de gestão escolar e pedagógicas. Todos professores são licenciados, alguns pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), outros pelo Instituto Federal da Bahia – Campus de Eunápolis. Estudaram conforme a *Pedagogia da Alternância*, em que parte da carga horária dos componentes são concluídos no *Tempo Comunidade*, demandando o envio de produções acadêmicas por e-mails. Além da utilização da internet na formação acadêmicas dos educadores, as trocas de informações por e-mails e nos grupos de WhatsApp são práticas comunicativas importantes na gestão de projetos escolares.

Percebemos também a preocupação dos professores quanto à utilização da internet quando se tratava da participação de seus estudantes em redes sociais na Plataforma do Facebook. Sendo à educação escolar atribuída a função de regulador as formas de participação e de interações digitais.

Na avaliação do professor Santana tem sido difícil mudar a perspectiva de seus discentes acerca da cultura midiática por estes não reconhecerem os ganhos políticos que se podem alcançar na utilização adequada das redes sociais digitais. Por isso, tem focado sua atenção em orientações quanto aos usos das redes sociais, estabelecendo uma certa vigilância no campus virtual, além de distribuir avisos e aconselhamentos aos estudantes, inclusive com controle do tempo de acesso à internet no âmbito escolar.

Assim, buscamos entender por que os professores Ponçada e Santana controlam e supervisionam os usos da internet de seus discentes. Em resposta a esta questão, parte de suas histórias de vida foi mencionada. Deparamo-nos



com narrativas bem próximas quanto aos limites ao acesso à educação por esses dois educadores, estes por diversas vezes tiveram que abandonar seus estudos, ora pela ausência de uma política educacional indígena eficiente que garantisse a educação escolar na aldeia, ora por terem assumido compromissos, como trabalho e casamento ainda muito jovens.

Os dois professores revelaram que na infância o rádio de pilhas era a única possibilidade de comunicação com o mundo externo à aldeia, pois não havia energia elétrica em suas residências. Informaram ainda que só tiveram acesso a televisão aos 10 anos de idade, quando saíram da aldeia para visitarem parentes que viviam nas cidades. Os sujeitos comunicantes confirmaram que os usos das mídias eram deixados em segundo plano quando eram crianças, pois a prioridade era a formação educacional, já que o acesso à educação escolar representava para eles um capital simbólico, uma conquista em relação aos seus antepassados, que não tiveram essa oportunidade.

A memória (individual ou coletiva) acionada pelos entrevistados, como um fenômeno construído coletivamente a partir de um *passado cultural comum*<sup>35</sup> nos possibilitou entender as suas censuras aos usos de mídias em sala de aula. O *residual* dos limites ao acesso à educação vivenciado no passado, ativado no presente por esses educadores, revelara que acessar a internet e participar de redes sociais digitais devem estar precedidos de uma intencionalidade política, portanto é perder tempo publicando qualquer coisa ou brincando no celular, frente as vantagens de se investir na formação educacional propiciada por aquela educação escolar.

Quanto a importância da internet em suas vidas, informaram que esta passou a fazer parte de suas rotinas nos últimos cinco anos, apesar de já conhecerem. Consideraram esta tecnologia como um diferencial em suas vidas, por possibilitar interações com outros sujeitos, especificamente articulações com Pataxós organizados em redes sociais para resoluções de questões inerentes à educação e as políticas afirmativas em diferentes frentes. Entretanto, o professor Santana não considerou que o acesso à internet

---

<sup>35</sup> Pollak (1992) considera que há diversas características nesse processo, desde formas invariantes e imutáveis às flutuantes e em constantes mudanças. (p. 2) isto é, pela reelaboração de experiências de vida humana a partir do reconhecimento e da atualização



promova a construção de sujeitos politizados, uma vez que os jovens da aldeia não vêm se colocando “adequadamente” nas redes sociais digitais e não buscam informações que promovam criticidades.

As mídiatizações, nessa perspectiva, entendidas como recursos de resistência e ativismo político, conforme argumentação do professor Santana, ao justificar a importância da formação política dos seus discentes, sendo a escola um espaço específico para a ressignificação e fortalecimento das manifestações culturais e políticas de seu povo.

Os entrevistados falaram também das organizações e das ações políticas multidimensionais, considerando que os usos e produções em mídias vem contribuindo nessas organizações, entretanto, o professor Ponçada advertiu que não basta só a articulação pelas mídias, há a necessidade de reuniões presenciais, com a participação de caciques e demais lideranças. Ainda sobre as ações políticas empreendidas coletivamente em espaços públicos, o professor Santana esclareceu que a questão do território estará sempre na pauta política, ainda que a tática seja os encontros presenciais, como nas mobilizações em rodovias e em ocupações de territórios, portanto nas mídias digitais essas investidas deverão estar presentes.

A compreensão dos entrevistados acerca do fazer político com o auxílio das mídias digitais há consonância; reconheceram a importância de sua utilização, entretanto avaliaram que a circulação de suas demandas e atendimento ficam a nível local e regional, portanto não atribuíram a repercussão mais ampla de suas políticas às redes sociais e demais formas de comunicação digital, pois entendem que as enunciações nesse contexto não atingem os representantes do Estado a nível nacional. Consideraram também que os protagonismos nas redes sociais digitais dependem das competências dos sujeitos na apresentação de suas demandas e de suas caminhadas nas políticas partidárias, assim, os resultados das comunicações estar sujeito a “quem está publicando. Se é uma liderança que comunica, parece que o resultado é quase que imediato, mas se é alguém desconhecido, parece que passa suas lutas passam despercebidas”. (SANTANA, 2017).

Nessa exposição, saber a quem se dirigir e como se dirigir tem sido um diferencial nos usos e apropriações das redes sociais, pois além das habilidades



e competências linguísticas que possibilitam a utilização social e política das mídias digitais, ser reconhecido como sujeito político e formador de opinião potencializa essas práticas comunicativas.

Ao questionarmos acerca de seus hábitos de consumo midiático, Santana e Ponçada informaram que assistem esporadicamente o jornal na televisão, com mais frequência o futebol, quando seus times jogam. Indicaram ainda que preferem ouvir músicas e acompanhar o futebol pelo rádio. Quanto à busca por informações jornalísticas, consideram que os jornais *online* da região, “Radar 64 – no rastro da notícia”<sup>36</sup>, “Teixeira News: o seu jornal em tempo real”<sup>37</sup> e “Bahia Dia a Dia – jornal online da costa do descobrimento”<sup>38</sup>, tratam de suas questões com maior atenção.

Sobre os usos das redes sociais digitais, só Santana tem perfil no *Facebook*, fazendo uso da Plataforma desta mídia para o compartilhamento de projetos e de demandas da comunidade, além do estabelecimento de interações com público diverso. As postagens vão desde fotos, textos com posicionamentos políticos, documentos, vídeos, ultimamente sobre a economia desenvolvida no contexto da família. Outras interlocuções utilizadas pelos educadores são e-mail e as interações nos grupos de *WhatsApp*, sinalizando a última como mais eficiente para troca de informações diárias com seus pares.

As midiatisações desses sujeitos comunicantes não são apreendidas como situações desvinculadas de demais ações. Suas experiências dígitocomunicacionais vêm adquirindo funções de articulação política e educacional, de vinculações sociais e de registro de suas memórias coletivas. Pode-se pensar no exercício de uma *cidadania* comunicacional, em que participações políticas e culturais em diferentes esferas públicas têm se construído de forma mais autônoma, como suas interações nos grupos de *WhatsApp* e postagens na Plataforma do Facebook.

---

<sup>36</sup> <http://radar64.com/index.html>

<sup>37</sup> <http://teixeiranews.com.br/>

<sup>38</sup> <http://www.bahiadiaadia.com>



## | Nos Rastros de Pataxós em redes sociais digitais

Na crença que a utilização de métodos combinados como formas de aproximações às questões investigativas, consideramos que a utilização de uma etnografia no ambiente digital, junto aos 22 perfis na Plataforma do Facebook, possibilitaria conhecimentos singulares de seus processos dígito-comunicacionais. Assim, entre o período julho de 2017 a agosto de 2018 acompanhamos os *Feed de Notícias* de 22 sujeitos comunicantes em ambientes digitais, sendo o professor Santana da escola indígena de Boca da Mata, um dos membros desse grupo.

Pensamos, de tal modo, que uma *etnografia virtual*, que na perspectiva de Hine (2011), possibilita um olhar mais detalhado das maneiras pelas quais os sujeitos experimentam a tecnologia. Sendo assim, beneficiamo-nos dessa metodologia por nos oferecer maior tempo de realização de pesquisa de 'campo' no contexto digital e pela flexibilidade para a captura de textos dos *Feed de Notícias* dos Pataxós. Nesse sentido, no roteiro de observação nesse contexto elegemos alguns itens, como perfil étnico-cultural dos sujeitos, relações interpessoais, as temáticas, centrando atenção nas reivindicatórias e nas formas de estruturação dessas narrativas.

A etnografia na Plataforma do Facebook possibilitou perceber que as narrativas apresentadas pelos sujeitos antecipam alguns sentidos, como a territorialidade ocupada, idade, o grau de instrução acadêmica (concluída ou em formação), a função e/ou cargo que desempenha na aldeia, a quantidade de amigos e a intensidade de participação. A apresentação visual também foi outra questão observada, como a preferência por fotografias em que estão adornados.

Os 22 Pataxós demonstraram habilidades na utilização da Plataforma do *Facebook*. Cada perfil tem em média dois mil contatos. Quanto às funções políticas ou profissões que exercem, seis dos vinte e dois são caciques, um é funcionário da secretaria de saúde indígena, dois da secretaria de turismo, oito vinculados a secretaria de educação, dois ao departamento de esporte e quatro como assessores de questões culturais e articulistas da política municipal. São oriundos de aldeias que estão localizadas no município de Prado, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, com exceção de dois, que residem em outros estados.



O acompanhamento de seus *Feed de Notícias* possibilitou desenvolver uma taxonomia de suas temáticas: Há aqueles que tratam de questões inerentes a educação específica, diferenciada e multicultural pleiteada e realizada em suas comunidades, do nível fundamental ao médio, socializando também eventos educacionais e culturais de outros estados, suas práticas educativas e as articulações realizadas entre as atividades de ensino e as de educação ambiental, como os projetos de sustentabilidade, de economia participativa e criativa. Há os que divulgam as lutas pelo território indígena, utilizam a Plataforma para falarem de processos de retomada do território, das ameaças de despejos, violências e atendados sofridos pelos aldeões nos últimos anos. Há em menor número, aqueles que se dedicam à divulgação de práticas desportivas a nível local, regional e nacional. E há também aqueles que utilizam o Facebook para publicação das artes Pataxós e de eventos culturais e turísticos sob suas coordenações.

Os que fazem uso do Facebook de forma mais intensa são os que se dedicam as questões educacionais. Percebemos nesses também maior autonomia nas produções de narrativas. Utilizam-se de todos os meios técnicos que dispõem, transformando suas páginas em boletins informativos, em formato hipermídia<sup>39</sup>, com mural de fotografias, apresentação de vídeos e documentários. Avaliamos que esse empenho também esteja relacionado à importância da visibilidade, considerando também que os algoritmos da Plataforma do Facebook direcionam seus usuários à “sedução a audiência de quem os assiste porque ninguém vai ao Facebook para ser um desconhecido e ignorado” (LOSSE, 2014, p. 39).

Uma situação comunicativa interessante por nos capturada, refere-se à afirmação étnico-cultural pelo uso de tecnologias, conforme publicação de Anderson Sousa Ferreira, conhecido por seu nome indígena Wekanã. Em uma de suas postagens temos: “posso ser o que você é, sem deixar de ser quem sou, indígena”<sup>40</sup>. A afirmativa de “continuar sendo indígena” apesar de sua

---

<sup>39</sup> A Plataforma Facebook é um conjunto de ferramentas que possibilita que o Facebook interaja com programas externos escritos por outros desenvolvedores, assim, os usuários podem interagir com amigos no Facebook em uma grande variedade de aplicativos, além dos criados pelo próprio Facebook, como Fotos e Grupos. (LOSSE, 2014)

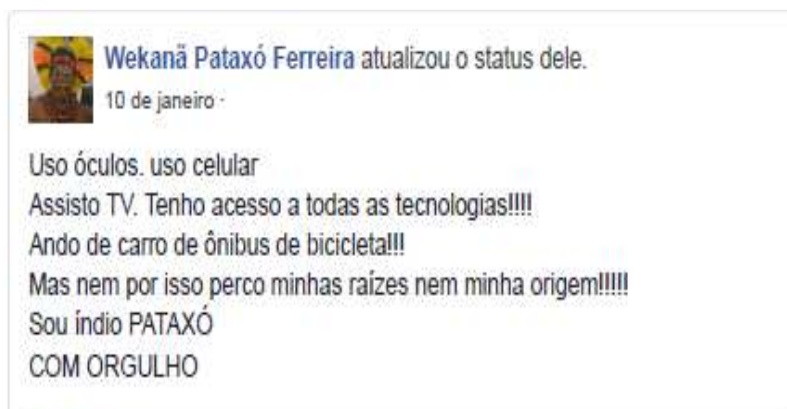
<sup>40</sup> Frase atribuída a Daniel *Munduruku*.





movimentação por outras culturas, como o acesso à internet e demais mídias configura-se como afirmação identitária acoplada à uma cidadania comunicacional indígena.

Imagem 1: Uso óculos, uso celular... sou índio Pataxó com orgulho



Fonte: FERREIRA, 2017.

Esta publicação foi bastante comentada, com avaliações positivas, assim, em outros momentos, há replicações da mensagem pelo próprio Ferreira (2017), partir de outros códigos, com a utilização de um cartão divulgado pelo coletivo *VI - visibilidade indígena*<sup>41</sup> no Facebook. Nesse sentido, mostrar-se a si mesmo como sujeito político, em um contexto social que considera as identidades e culturas como fixas, revelam para nós que Ferreira (2017) almeja romper com o estereótipo de como os não indígenas o enxergam no tempo presente, assim, ele explicita que a sua cultura como a dos demais está em movimento. Seu discurso apresenta um posicionamento político, revelando para nós como os Pataxós se percebem “olhados” por nós.

---

<sup>41</sup> A VI - Visibilidade Indígena é uma página de ativistas que buscam dar visibilidade para a cultura e luta indígena, vinculada ao blog VI Visibilidade Indígena: movimento de resistência. Disponível em: <<https://visibilidadeindigena.blogspot.com/>>.



Imagem 2: Sou Indígena: Existo e Resisto



Fonte: FERREIRA, 2017.

Em um terceiro momento a problemática levantada por Ferreira (2017) é retomada, reassumindo sua identidade etnicocultural, ser indígena na tecnosfera, assim, reutiliza a frase: "Posso ser o que vc é sem deixar de ser o que sou!!!!", introduzindo esta afirmativa com a sentença: "Assim diz um sábio indígena", referindo-se a si mesmo, de forma humorística. O humor apresentado neste discurso foi apreendido pelos seus interlocutores, alguns brincaram com a ideia de ele ser "um sábio indígena", mas a maioria considerou suas reflexões pertinentes, concordando com suas críticas.



Imagem 3: Não é porque eu tenho celular



Fonte: FERREIRA, 2017.

O direito ao acesso as mídias como bem simbólico conforme defesa de Ferreira (2017) foi retomado pelo coletivo “VI Visibilidade Indígena”, reeditando a sua frase. Essas dialéticas nos remetem a Castells (2015) quanto ao *poder real*, que este não estaria nos órgãos opressores do Estado, estaria na mente, por esta se organizar em redes neurológicas contatadas com as redes de comunicação do nosso entorno.

A aderência de Pataxós às redes sociais, em certa medida, vem contribuindo para o reconhecimento de suas identidades étnico-culturais. Como sujeito inserido na tecnosfera, a identidade étnico-cultural de Ferreira também tem se moldado nessas interlocuções, uma vez que suas participações em redes sociais digitais o coloca em multidimensionalidade social, promovendo intercâmbios.

As discursividades de Ferreira no Facebook nos instigam a aprofundar acerca dos sentidos atribuídos às redes sociais pelos Pataxós, demandando a criação de outras *jornadas*<sup>42</sup> e a criação de outros procedimentos, dentre elas, interlocuções presenciais na aldeia Barra Velha e na aldeia de Coroa Vermelha, com participação em eventos culturais, tais como I Seminário Universitário Indígena da Bahia – *Muká Mukaú*, e no 20º *Araguaksã* da Reserva Pataxó da Jaqueira, em Coroa Vermelha, respectivamente, sem rupturas com a

---

<sup>42</sup> Que não serão tratadas neste artigo.



*etnografia* no contexto *virtual*, uma vez que as observações e análises das diversas atuações sociocomunicacionais dos Pataxós ainda acontecem.

Esses movimentos exploratórios reafirmaram que as temáticas cidadania comunicacional e identidades étnico-culturais estão em interface com os processos dígito-comunicacionais, pois esses se estruturam rumo ao vencimento da invisibilidade dos indígenas baianos, notadamente dos Pataxós que durante anos, foram considerados como indígenas integrados à cultura nacional, em comparação aqueles considerados “genuinamente” indígenas, como os dos estados de Mato Grosso, Amazônia e Pará.

### **| Considerações Provisórias**

Eis que é chegado o momento de apresentarmos algumas considerações, pois ainda estamos em movimentos cartográficos dos processos dígito-comunicacionais Pataxós, entre *errâncias*, memórias, experimentações coletivas, construção de racionalidades plurais e de convergência de teorias e de métodos que possam nos aproximar de suas identidades étnico-culturais e de suas cidadanias.

Apesar da investigação científica não terminar nos dados empíricos levantados, e tão pouco nas análises apresentadas, assumimos que a convergência de procedimentos metodológicos inter e multidisciplinar, ancorados em ciências como, antropologia, sociologia, semiótica, artes, economia, e nos estudos culturais e identitários nos campos da Comunicação e da Cidadania Comunicacional forneceram compreensões que merecem ser pontuadas.

Nessa perspectiva, consideramos que *transmetodologia* é uma epistemologia transgressora às vertentes estruturalistas que tem sido construída, promovendo assim, uma leitura crítica dos processos dígito-comunicacionais dos Pataxós, conforme proposições de Maldonado (2013), da *transmetodologia* como uma *ecologia científica*, em que o respeito e consideração às experiências dos Pataxós do tempo presente sejam os elementos centrais do fazer investigativo (p. 41). Reconhecendo nessa proposição que o mundo e as ideias precisam ser transformados de formas



substancialmente distintas, por meio da razão *multilética* e não de uma razão instrumental (MALDONADO, 2013, p. 41).

Deste modo, apreender a investigação no campo da Comunicação como práxis central do aprendizado humano, implica em reconhecermos que a pesquisa científica se alimenta de outras ciências (sociais e humanas), particularmente de saberes e fazeres de diferentes grupos étnicos, e do reconhecimento de que os sujeitos pesquisadores também são formados “no cultivo dos desafios, do rigor, da aventura, da arte, da disciplina teórico/metodológica, da crítica e da invenção de processos transformadores do mundo e da vida e pela consideração do caráter complexo e multidimensional da construção da pesquisa”. (MALDONADO, 2013, p. 45).

Os movimentos de pesquisa exploratória, até então, realizados apontaram que os usos e as apropriações das mídias vêm se revelando como um potencial de produção de mecanismos políticos e de interações sociais, configurando-se como oportunidade de visibilidade dos Pataxós no cenário regional, em prol do reconhecimento de seus pleitos (direitos humanos) e da afirmação de suas identidades étnico-culturais junto as cidadanias conquistadas, dentre elas, a comunicacional.

Quanto à cidadania comunicacional, temos associado está construção à tomada de consciência dos Pataxós de seus direitos, especificamente nas reivindicações frente as formas excludentes como são apreendidos pelos não indígenas, portanto tem sido buscada junto à formação pessoal e educacional, assim também no autorreconhecimento identitário e no reconhecimento dos próprios Pataxós como produtores de culturas, de mudanças sociais e de políticas.

Compreendemos que as referidas conquistas não acontecem gratuitamente, vem demandando que estes sujeitos estejam alfabetizados e letrados nas mídias, com capacidade de criação de conteúdos, de discursos e de narrativas que permitam interações nas diversas esferas públicas. No espaço digital essas participações políticas têm sido impulsionadas pelos algoritmos da Plataforma do Facebook, que têm permitido produção de informações em formato hipermídia, conseqüentemente maior protagonismo desses sujeitos comunicantes.



Nesses processos os Pataxós da Bahia também vêm buscando, em certa medida, romper com um pensamento perverso, que por longo tempo, fez questão de manter os indígenas presos a imagem de primitivo, convertido como símbolo de indianidade, aquele que conservava a “pureza” de suas raízes culturais, sem a necessidade das tecnologias do tempo presente.

Nessa perspectiva podemos apontar que as identidades étnico-culturais articuladas aos processos dígito-comunicacionais podem ser lidas como processos sociais e históricos construídas nas intercepção do *universal* e do *particular* e por formas simbólicas com as quais os Pataxós comunicativos, inter e multiculturais significam dadas circunstâncias e condições de vida, por meio de diferentes práticas sociais, culturais, políticas, comunicacionais, artísticas, míticas, educativas e cidadãs, isto é, por uma pluralidade de ações abrangidas pelo dinamismo dos próprios sujeitos, das diferentes situações e dos contextos nos quais estão inseridos. Nessas situações, identidades étnico-culturais apreendidas não como “substância” ou “essência”, como processos sociais, históricos, políticos e culturais e comunicacionais que não se estagnam.

## REFERÊNCIAS

BONIN, J. A. **Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação.** In: MALDONADO, A. E. et al. (Org.). Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011.

CERQUEIRA, D. F. P. **Kuber.** Salvador: Instituto Fontes, 2000.

FERREIRA, A. S. **Uso óculos, uso celular... sou índio Pataxó com orgulho.** Disponível em: < <https://www.facebook.com/anderson.souzaferreira.718/posts/1849986175257369>>. Acesso em: nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sou Indígena: Existo e Resisto.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/anderson.souzaferreira.718/posts/1998095070446478>>. Acesso em: Nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Não é porque eu tenho celular.** Disponível: <<https://www.facebook.com/anderson.souzaferreira.718/posts/2009296385993013>>. Acesso em: nov. 2017.



FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FUNASA (2010). **Relatório 2008-2010**. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/noticias/noticias-de-sua-regional/ba/>>. Acesso em: jul. 2015.

HINE, C. **Towards Ethnograph of television on the internet: a mobile strategy for exploring mundane interpretive activities**. Sage Publications. Media Culture Society, 33 (4), p. 567-582, 2011.

GODOY, M. G. G. **O misticismo Guarani Mbya na era do sofrimento e da imperfeição**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

LACERDA, J. de S. **Ambiências comunicacionais e midiatização digital. 2007**. Relatório de Qualificação (Doutorado em Ciências da Comunicação), Unisinos, São Leopoldo, 2007.

LARROSA, J. B. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr, São Paulo: Unicamp, 2002.

LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **L'identité**. (Séminaire interdisciplinaire dirigé por Claude Lévi-Strauss, (1974-1975). Paris: Grasset, 1977.

LOSSE, K. **Os Reis da rede: conheça os bastidores da maior rede social do planeta**. São Paulo: Companhia Nacional, 2014.

MALDONADO, A. E. (coord.) **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: processos receptivos, cidadania e dimensão digital**. Salamanca: Comunicación Social, 2014.

\_\_\_\_\_. **A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI**. Salamanca: Comunicación Social, 2013. Disponível em: <<http://comunicacionsocial.es>>. Acesso março de 2015.

MARTÍN-BARBERO, J. **Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**. In: MORAES, D. (Org.) Sociedade Midiatizada. São Paulo: Maud, 2006.

MATOS, L. M. de. **Índios on-line: reflexões sobre comunicação, reconhecimento e cidadania**. 2013. 225 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arte e Comunicação, UFF, Rio de Janeiro, 2013.

MORALES, E. N. **Apropriação de uma política pública de “inclusão digital” entre os Pataxós de Coroa Vermelha, Bahia**. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, Brasília, 2007.

PEREIRA, C. R. A. **Ameríndia Midiatizada: Algumas Reflexões Teóricas Sobre Configurações de Identidades Étnicas Históricas e Suas Relações Com os Usos**



**Sociais das Mídias.** Intercom 2013. Manaus: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 4 a 4 set. 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1655-1.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

\_\_\_\_\_. Processos Comunicacionais Kaingang: **Configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica.** 2010. 275 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Unisinos, São Leopoldo, 2010.

RENESSE, N. C. de. **Perspectivas indígenas sobre e na internet: ensaio regressivo sobre a construção e o uso da comunicação em grupos ameríndios do Brasil.** 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.). **Antropologia, história e educação.** 2. ed. São Paulo: Global, 2000.





## **Cidadania comunicativa e Educomunicação: imbricações e tensionamento teóricos<sup>43</sup>**

*Livia Saggin*

### **| Incorporação da problemática: observações acerca do campo comunicacional, educacional e da cidadania no panorama contemporâneo**

Observamos as transformações na esfera dos vínculos dos sujeitos com as mídias, na constituição das identidades culturais e dos movimentos sociais que têm vinculações com os processos de midiaticização. No cenário contemporâneo, essas mudanças ganham novos dinamismos com o advento da comunicação digital. Progressivamente, dissemina-se o domínio de recursos e de práticas de produção tecnológica de comunicação e inauguram-se renovadas formas de participação, compartilhamento e criação de produtos culturais digitalizados que levam a uma redefinição do lugar dos sujeitos, tradicionalmente denominados de receptores, nos processos midiáticos.

Neste bojo, emergem formas organizativas de ativismo e de movimentos configurados em redes digitais de comunicação, que reconfiguram as maneiras como se efetivam a ação social e a luta pela cidadania. Complexificam-se os processos de constituição das identidades culturais quando vinculados à vivência dos sujeitos em ambiências *multimidiaticizadas*. A problemática da cidadania é regada por novos contornos no âmbito desses processos, exigindo ser pensada em multidimensionalidades. Essas transformações colocam desafios à pesquisa comunicacional, entre eles o da formulação de perspectivas teórico-metodológicas que possam colaborar produtivamente para a sua compreensão.

Nesse trabalho, temos o objetivo de oferecer elementos para alimentar o debate teórico sobre as inter-relações entre mídias, identidades culturais,

---

<sup>43</sup> Trabalho apresentado na III Gaúcha de Pesquisadores da Recepção (São Leopoldo, Unisinos, 2016).



movimentos sociais contemporâneos e a cidadania, levando em conta a contribuição de autores cujo pensamento consideramos fecundo para esta empreitada. Preocupamo-nos, também, em contribuir com discussões de ordem teórico-metodológica e epistêmica, de modo a fomentar reflexões sobre as exigências colocadas às construções de pesquisa cujo conhecimento científico construído perpassa pelo âmbito dos sujeitos e suas vinculações, tensões, apropriações e construções de sentidos junto às mídias. Deste modo, é parte dos propósitos do trabalho elaborar concepções teórico-metodológicas e epistêmicas que possam orientar investigações preocupadas com estes desafios.

### **|Desconstruir o receptor para construir o sujeito comunicante: possibilidades para pensar as apropriações das mídias digitais**

Pensando a problemática das apropriações midiáticas no contexto contemporâneo, consideramos algumas perspectivas que nos revelam a substancialidade de realização de um questionamento profundo em relação a uma dimensão investigativa que tem presença marcante na área da investigação científica em comunicação, a *pesquisa em recepção*. Em perspectiva histórica, a própria constituição do campo da comunicação é perpassada por esforços de investigação que se preocupavam em compreender o âmbito das *audiências* e suas produções de sentido junto às mídias. As formulações teóricas que se formaram, desde então, contribuíram para a constituição de entendimentos que modificaram a configuração do paradigma comunicacional, antes orientado por uma perspectiva linear.

A crítica que se constrói repousa, justamente, sobre a denominação de *receptor*. Ao longo da trajetória de formulações teóricas da comunicação, a correspondência do receptor em comunicação se alimenta na perspectiva que considera o esquema da comunicação linear proposto pelo funcionalismo, no qual a noção de receptor é concebida no âmago da pesquisa administrativa. Nessa perspectiva, o sujeito é situado numa relação de alteridade, como parte de um público afastado das esferas de produção da comunicação.

No prosseguimento do desenvolvimento de conhecimento nos estudos de recepção, a vertente dos *estudos culturais* gerou, em suas propostas mais prolíferas,



uma complexificação da compreensão do lugar dos sujeitos nos processos comunicacionais. A partir delas, os sujeitos foram concebidos como produtores de sentido nos processos de recepção e situados em contextos socioculturais concretos, reconhecidos como constitutivos de suas significações. Em contrapartida, esta vertente também gerou, em desdobramentos de suas proposições, a ideia do “receptor” *soberano*, com poder integral de decisão sobre suas formas de consumo. Atualmente, as possibilidades de escolha entre as diversas opções midiáticas abertas pela internet potencializaram esse tipo de concepção, ainda que a ela caibam diversos questionamentos, como engendramos no decorrer do texto.

A concepção que procuramos construir se nutre desta historicidade dos estudos em recepção alicerçada cientificamente, articulando-se a perspectivas e compreensões que vêm sendo descortinadas em nossos movimentos de investigação na área<sup>44</sup>, bem como por pensadores cujos esforços têm-se voltado à compreensão dos movimentos de apropriação dos sujeitos junto às mídias, e que consideram e problematizam as características destas esferas no universo contemporâneo.

Contemporaneamente, acompanhamos a um processo de midiaticização que penetra e reconfigura os diversos campos sociais constituindo, também, as culturas e identidades dos sujeitos que se apropriam das mídias. É preciso reconhecer, no entanto, que sua incidência e suas consequências se dão de formas distintas nos diversos campos sociais e domínios da experiência (MALDONADO, 2014). Avistamos um processo que extrapola as fronteiras midiáticas, entrelaçado nas práticas de apropriação comunicativa dos sujeitos que potencialmente criam e recriam, reconstroem e modificam práticas sociais mais variadas a partir dos contextos concretos em que vivem.

Em termos metodológicos, salientamos a imprescindibilidade de concepção dos processos de apropriação midiática a partir da perspectiva de que o mundo da produção de sentidos não é mecanicamente ordenado, senão múltiplo, vasto, caótico, marcando distanciamento com a matriz estruturalista de ideia de recepção passiva. Consideramos que os processos de digitalização da comunicação, como condição de produção simbólica, são fundantes para uma ruptura e desarticulação

---

<sup>44</sup> Aqui faz-se referência à pesquisa realizada no mestrado em Ciências da Comunicação cuja investigação intitulada “Educomunicação, mídias digitais e cidadania: apropriações de oficinas educacionais por jovens da Vila Diehl na produção do blog Semeando Ideias” (SAGGIN, 2016), apresentou resultados que apontam para trabalhos de apropriação dos sujeitos que desconstróem tanto a dimensão do receptor passivo, quanto soberano, apontando para uma renovada configuração, pensada enquanto “*sujeitos comunicantes*”.



com a ideia clássica e formal do *receptor* a partir do estabelecimento de renovadas condições de produção comunicativa para os sujeitos.

Nesse sentido, pesquisas que têm em seu escopo o interesse pela investigação das apropriações midiáticas necessitam considerar que as relações existentes entre os sujeitos e suas vastas gamas de configurações sociais não se dão de maneira direta. Realizam-se, contrariamente, em uma complexidade, conformando sujeitos com singularidades. Por consequência, públicos/sujeitos necessitam ser pensados conjecturando uma multiplicidade de dimensões constitutivas de suas realidades: histórica, cultural, social, ética, política, tecnológica, psicológica e semiótica, como sugere a proposta ampliada de Maldonado (2014).

O risco que investigações correm ao não problematizar as multimediasções formadoras de seus públicos/sujeitos compreende um movimento analítico incompleto, raso e pouco aprofundado no entendimento dos sujeitos contemporâneos reconfigurados como sujeitos comunicantes. Na compreensão medular desta proposta, sujeitos contemporâneos em comunicação não são nem *receptores* reprodutores de lógicas hegemônicas, nem dotados de *soberania* integral sobre as mesmas. Configuram-se, entretanto, num jogo dialético e complexo de transitoriedade, como inventores e transgressores comunicacionais.

A proposta de vislumbramento ampliado sobre os trabalhos de significação e os papéis desempenhados pelos sujeitos em comunicação, especialmente dentro das potencializações ofertadas pelas mídias digitais, possibilita interlocução com compreensões voltadas à cidadania. Compartimos com Moglen (2012) uma perspectiva crítica, que enxerga no universo comunicacional digital aberturas à participação, criação e compartilhamento culturais e comunicacionais, mas que também pode ser seletiva e excludente.

Para o autor, o cenário contemporâneo é atravessado por interesses político-sociais hegemônicos, detentores de poder de cerceamento e subjugação das potencialidades ofertadas pelos meios digitais de comunicação. Em termos de participação e produção midiática, os condicionamentos impostos por grandes plataformas, por movimentos de controle e espionagem, forçam uma limitação das possibilidades de formação de sujeitos autônomos, comunicantes e cidadãos. Nesse cenário, uma mesma tecnologia digital se coloca como detentora de funções distintas: uma primeira, que poderia contribuir para movimentos de conquista da



cidadania comunicativa; e uma segunda, que realimenta uma estrutura baseada em antagonismos de classes, interessante à elite político-social e comunicacional, mas que cerceia e restringe a participação, produção e cooperação cidadã dos sujeitos.

### **| Repensar a cidadania: movimentos sócio-comunicacionais e a comunicação digital**

O controle imposto pelas elites político-sociais-econômicas em relação aos movimentos sócio-comunicacionais contemporâneos pode ser entendido ao retomarmos as análises realizadas por Manuel Castells (2013). As argumentações do autor revelam que os processos de comunicação digital abrem, possibilitam e impulsionam formas de participação dos indivíduos nos movimentos sociais contemporâneos.

Entretanto, ao avistarmos o cenário contemporâneo e os processos desencadeados por distintos movimentos sócio-comunicacionais, compreendemos que o desenvolvimento das tecnologias de comunicação digital não detém papel protagônico exclusivo no desencadeamento dos mesmos. Embora o desenvolvimento das tecnologias de comunicação digital tenha inegável contribuição para as conquistas populares das últimas décadas, é necessário que se considere e retome os contextos socioculturais e políticos como despertadores de determinados processos organizados em rede.

Nesse âmbito, avistamos como parte da motivação às movimentações sócio-comunicacionais de ordem transformadora elementos que advêm de um esgotamento da crença na democracia liberal representativa; pela crise da representação e legitimação política; pelo fracasso do modelo baseado em um fundamentalismo de mercado, propulsor de graves crises financeiras; pela percepção, por parte do conjunto social, da cumplicidade entre elites financeiras e políticas, entre outras. Diante destes cenários de perecimento, emergem consciências coletivas que compreendem que parte das dificuldades e obstáculos cotidianos evidenciam a presença de um conjunto sistêmico, profundo e enraizado que conforma uma estrutura social em entropia. Essas condições econômicas, sociais e políticas enfrentadas são formadoras de um contexto no qual novas redes



sociais proporcionadas pelo ambiente digital ganham proeminência nos processos revolucionários, podendo ser catalisadoras de movimentos de transformação.

Em “A sociedade em rede”, Castells (2011) compreendia a natureza da sociedade contemporânea como conturbada, configurada por mudanças drásticas nas dinâmicas econômicas, pelo advento irrefreável do capitalismo, da economia criminosa, da globalização, pela aproximação e interpenetração de culturas distintas, por choques culturais, etc. Esses elementos acabavam gerando uma sensação de desorientação, que se confrontava, ainda, com o surgimento e vivência junto a um novo paradigma comunicacional, a partir da passagem da comunicação de massa a modelos em rede, mais horizontais e dissipados.

Frente a isso, as experiências socioculturais possibilitadas pela comunicação digital modificam profundamente nossa realidade, a partir da virtualização, das alterações nas noções de espaço-tempo, das formas de viver e conceber o real. A configuração dos espaços digitais potencializa a chance de uma multiplicidade participativa, a partir da arquitetura de um espaço no qual diversidades, posturas, visões de mundo, distintas formas de entender a organização sociopolítica podem confluir, coexistir e debater de maneira mais horizontal.

Ao observar movimentos sócio-comunicacionais contemporâneos, compreendemos nos mesmos uma competência apropriativa sobre as lógicas das redes de comunicação digital, de modo a estruturar planejamentos, ações e mobilizações de distintas ordens a partir da organização em rede. É importante salientar que esta capacidade é originada em perspectiva histórica, sendo construída progressivamente desde uma cultura ciberativista forjada em meados da década de 1960, e que já concebia a comunicação como direito humano fundamental ao desenvolvimento integral, coletivo e promotor da cidadania. Avistamos nos processos desencadeados por movimentos sócio-comunicacionais contemporâneos o resgate de elementos já propostos por uma cultura ciberativista de longa data, readaptando pressupostos e ações dentro das dinâmicas despertadas e oferecidas pelo âmbito da comunicação digital.

Ao focalizarmos nossos esforços interpretativos nos sujeitos partícipes de movimentos sócio-comunicacionais, avistamos a emergência de sujeitos mais engajados, atravessados por elementos de uma nova cultura cívica, política e cidadã. Nesse sentido, as argumentações construídas por Castells (2013, p. 14) corroboram



com nossa concepção, destacando que no cerne das movimentações sócio-comunicacionais “a verdadeira transformação estava [está] ocorrendo na *mentalidade das pessoas*”, ou seja, na construção de uma nova cultura política e cidadã, fomentada pela participação, discussão e organização possibilitada pelas redes digitais de comunicação.

Retomando as proposições de Moglen (2012), pensar a internet e os avanços possibilitados desde a sua expansão apenas pelo viés integrador e voltado à cidadania é arriscado e prejudicial à pesquisa científica em comunicação. A internet contribuiu significativamente para que o direito à informação e à comunicação, como necessidade humana, social e política, fosse expandido, mesmo que ainda não tenha possibilitado acesso a todas as pessoas de maneira igualitária. São consideráveis, também, os movimentos em direção à quebra das restrições impostas às informações confidenciais, protegidas por direitos autorais, políticas e econômicas – e que são estratégicas – embora estes sejam passos que se ampliam lentamente e que se encontram em constante embate com poderes hegemônicos socialmente perenes.

Em um movimento crítico profundo a certa euforia que gira em torno dos avanços da internet, especialmente pelas práticas de comunicação digital proporcionadas pelas novas redes, Mattelart (2009) fortalece algumas das argumentações de Moglen (2012) ao argumentar que vivemos em um *mundo vigiado* no qual o controle, onipresente e constante, é potencializado pelas tecnologias de informação e de comunicação postas a serviço cotidiano. O alerta do autor tem como foco as políticas de controle e de espionagem impostas principalmente pelo governo estadunidense, embasadas por aparatos judiciais, legislações e até mesmo pelo incentivo e fortalecimento de iniciativas privadas nesse âmbito. Essas ações de vigilância e de controle afetam as práticas comunicacionais cotidianas dos sujeitos ao redor do mundo. Com base nisso, para pensar a comunicação e suas imbricações com a cidadania julgamos ser necessário, também, considerar obrigatoriamente que os movimentos de mudança social, de empoderamento e de visibilização das minorias culturais/sociais ao redor do mundo estão sob a vigilância e potenciais tentativas de controle por parte desses poderes.

Os contrapontos elaborados por Moglen (2012) e Mattelart (2009) são fundamentais para pesquisas cujas problematizações delineiem e/ou abordem a



temática da cidadania. Os movimentos de cerceamento às possibilidades de participação, interação e produção sócio-comunicacional são limitadoras às práticas cidadãs desempenhadas pelos sujeitos. Em Cortina (2005), a perspectiva de cidadania necessita considerar tanto dimensões vinculadas à esfera dos sujeitos, concebendo suas múltiplas heterogeneidades (culturais, sociais, econômicas, políticas, psicológicas, etc.), quanto à forma como eles interagem entre si e com as suas comunidades. A isso acrescentamos a ideia que um conceito de cidadania deve ser alimentado por problemáticas transversais, que abordem tanto potencialidades comunicacionais quanto suas restrições.

A cidadania é um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença. Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias da democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios de nosso tempo. Porque uma teoria como essa poderia oferecer melhores argumentos para sustentar e fortalecer uma democracia pós-liberal também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença (CORTINA, 2005, p. 27-28, grifos nossos).

Nosso entendimento sobre a construção teórica do conceito de cidadania compreende o mesmo como *em construção*, na medida em que renovadas posturas, atividades, produções, formas organizativas de geração de relações e comunicação em redes são criadas, atravessadas e problematizadas por contextos múltiplos. Nesse sentido, em perspectiva histórica, a complexificação e sofisticação do conceito de cidadania já demonstra seu avanço na direção dialética, de confrontação e agregação de pressupostos para além do campo jurídico, de modo a incorporar dimensões socioculturais, econômicas, educacionais, e, também, comunicacionais.

Na direção problematizadora do conceito de cidadania, compreendemos a noção de *pertença* a uma sociedade, como mencionado por Cortina (2005), como uma via à criação de sentido e reconhecimento comunitários, reconhecendo-os como fatores que necessitam ser trabalhados dentro do tecido social de forma que os sujeitos entendam que as suas participações dentro da comunidade onde existem são importantes para o desenvolvimento da mesma, desvinculando-se de uma postura estreitamente hedonista.





É nesse sentido que em Cortina (2005) a consideração sobre as *identidades* de maneira não redutora, de modo a considerar a existência de identidades plurais, tendo no horizonte a *igualdade na dignidade* e não somente na esfera econômica ou jurídica. Isso se vincula à busca por uma cidadania intercultural que reconheça, respeite e assuma as diferenças no cerne de suas dinâmicas. Avistando as realidades contemporâneas, visualizamos a necessidade urgente do respeito às alteridades, outras formas de expressão, ideias, culturas, e à integralidade humana nas suas mais variadas manifestações.

Procurando construir um conceito de *cidadania plena*, Cortina (2005) perspectiva que o mesmo deva englobar um conjunto de direitos legais, de responsabilidades morais e também identitários. Avistando as proposições da autora de maneira crítica, parece-nos produtivo, ainda, conceber que a cidadania necessita ser pensada como um conceito mediador complexo, no qual múltiplas dimensões precisam se encontrar em uma confluência-movediça, de modo a permitir atravessamentos, entradas e saídas de perspectivas, produzindo, inclusive, rearranjos epistêmicos na sua concepção. Nesta compreensão que propomos, o conceito de cidadania estaria permeado por dimensões outras, como a ética, a dimensão multicultural, a acadêmica, a científica, a educativa, e, de maneira singular, a *comunicativa*.

Retomando algumas das formulações de Castells (2011; 2013), argumentamos que, no cenário contemporâneo da sociedade multimidiatizada, o direito à comunicação, potencializado através dos dispositivos tecnológicos e das redes digitais, se configura como um dos elementos principais para o desenvolvimento da cidadania, sendo pauta de discussões realizadas pela Unesco desde a década de 1960.

Como enfatiza Peruzzo (2012), a comunicação é uma dimensão fundamental para o exercício da cidadania de *todos os sujeitos*. Aos indivíduos partícipes destes processos, o surgimento das redes digitais de comunicação possibilita a criação de laços de pertença com suas comunidades, de sensibilizações dentro dos cenários constitutivos dos sujeitos, de modo que os mesmos sintam-se comunicativos, importantes e participantes no interior das dinâmicas decisórias de suas comunidades, configurando o que se tem compreendido por movimentos de construção e exercício da cidadania.



Nossa proposta de concepção à noção de *cidadania comunicativa* caminha no sentido de aproveitar discussões elencadas por Cortina (2005), avançando sobre as mesmas e concebendo-a como um exercício e um direito humano essencial de requerer e reelaborar planos de vida, através da utilização refletida dos universos comunicacionais e midiáticos e suas estratégias de produção e circulação de sentidos (SAGGIN, 2016). Desse modo, a comunicação se coloca como elemento vital à cidadania por viabilizar exercícios de visibilização na esfera pública por parte de sujeitos cujas realidades nem sempre são parte das construções midiáticas hegemônicas.

Defendemos a ideia de que democratizar a comunicação é um passo imprescindível para a constituição de construções midiáticas nas quais coexistam processos de abertura e reconhecimento às diferenças, de modo a contribuir para a construção de uma cidadania comunicativa. No processo de democratização integral que apoiamos, grupos minoritários, de formações multiculturais híbridas, novas, contra-hegemônicas, não poderiam mais ser colocados em setores periféricos da representação midiática, dividindo espaços com as demais construções hegemônicas de maneira a sustentar e fomentar suas presenças e importâncias dentro no tecido social contemporâneo.

### **| Concebendo a constituição de uma nova cultura política e cidadã**

Alimentamo-nos dos pressupostos trabalhados por Santos (2008), ao avistarmos nas possibilidades de construção de sentidos contra-hegemônicos capacidades e potencialidades para o estabelecimento de renovadas relações entre os sujeitos, entre sujeitos e mídias, e, mais amplamente, entre as mídias e as formações socioculturais. Ao defender o ideal de um movimento de *globalização contra-hegemônica*, o autor pensa numa proposta de desenvolvimento baseado nos princípios da igualdade e do reconhecimento.

Desse modo, avistamos a necessidade de ruptura com processos da globalização hegemônica, marcadamente seletiva e excludente, que nega a diversidade sob o prisma da dominação e subjugação sociocultural. A construção dessa contra-hegemonia passa, necessariamente, pela *constituição de uma nova*



*cultura política* que oriente à sociabilidade e à constituição dos sujeitos, de modo a permitir que se construam subjetividades próprias de emancipação.

Dentro desta concepção, a constituição de uma nova cultura política perpassa integralmente o âmbito da comunicação e suas tecnologias, pois é através dela que novas dimensões políticas, subjetivas, emancipatórias, críticas, novas posturas participativas e cidadãs podem ser trabalhadas e desenvolvidas na esfera sociocultural e comunicacional.

Compreendemos que é na prática cotidiana comunicacional que estas esferas oriundas de uma emancipação crítica devem ser laboradas, a partir de práticas comunicativas e *educomunicativas* que propiciem o debate, a reflexão e a transformação social; que levem os sujeitos a desenvolverem possibilidades de emancipação política, cultural e social, bem como viabilizem seu direito à expressão, à informação e à comunicação, construídos de forma dialógica e democrática.

Enxergamos em Santos (2008) uma produtiva vinculação da comunicação com processos de conquista e exercício da cidadania. Os processos de comunicação e de educomunicação voltados à cidadania necessitam almejar a transformação social e devem ser concebidos e realizados de maneira a tornar as pessoas partícipes dos mesmos, possibilitando seu crescimento integral, como já argumentava Peruzzo (2012).

Retomando pressupostos elencados por Castells (2013) em consonância com Cortina (2005), avistamos nas atividades de movimentos sociais, interligados à comunicação, práticas desencadeadoras de transformações socioculturais profundas. Argumentamos isso compreendendo que ao suscitar a construção de uma consciência crítica coletiva nos sujeitos, tais práticas viabilizam que os processos transformadores ocorram nas *mentalidades* dos mesmos, fazendo com que se processe um *aprendizado cidadão*, atravessado pelo reconhecimento de si como sujeitos críticos, reflexivos, partícipes e compostos de autonomia social, cultural, comunicacional e política.

### **| Educomunicação: uma via produtiva à cidadania comunicativa**

Compreendemos as práticas e pressupostos relacionados ao campo da *educomunicação* como detentoras de objetivos centrais vinculados ao



reconhecimento das variadas construções de mundo editadas pelos meios de comunicação; a melhoria das capacidades expressivas, de relacionamento em comunidade e formação de identidades; o incentivo a processos de ensino-aprendizagem por meio da utilização e apropriação inventiva, criativa e comunitária dos meios de comunicação, bem como a democratização do acesso dos cidadãos às práticas de produção e circulação da informação (BACCEGA, 2009; SOUSA SANTOS, 2008; CITELLI, 2011). Ou seja, são práticas que se configuram no âmago das discussões e reflexões promovidas pela concepção da *cidadania comunicativa*.

Pensamos nos meios de comunicação como espaços para a constituição e o exercício da cidadania. Nesse sentido, compreendemos que as práticas apropriativas dos sujeitos em relação aos meios de comunicação, especialmente os digitais, se configuram, entre outras dimensões, como formas de possibilitar e potencializar a existência pública dos sujeitos e de suas comunidades, a partir do estabelecimento de um processo no qual o acesso e conhecimento sobre as diferentes etapas da construção da informação se colocam como formas de aumento do poder social dos sujeitos (MATA, 2006).

Alimentamo-nos da concepção de que a cidadania e seu exercício se configura como um direito humano essencial, que pode ser realizado a partir da inserção dos sujeitos em processos comunicacionais. Desse modo, as articulações em torno da compreensão de cidadania comunicativa elaboradas por Mata (2006) enriquecem as problematizações que realizamos para entender os processos apropriativos dos sujeitos sobre elementos comunicacionais trabalhados à luz da educomunicação, compreendendo a comunicação como elemento central à cidadania por possibilitar, entre outros aspectos, exercícios de visibilização, expressão e presença emancipadora dos sujeitos junto à esfera pública.

Peruzzo (2005, p. 34) corrobora com a perspectiva de cidadania comunicativa que nos interessa ao referenciar que “o ciberespaço é um novo ambiente para se exercitar a cidadania comunicacional (sic), facilitado pelas possibilidades oferecidas pela interatividade, pelo intertexto e pela comunicação de todos com todos” e complementa que “é uma possibilidade sem igual para o exercício da liberdade de comunicação, cerceada apenas pelo impedimento do acesso às infraestruturas necessárias e a educação para o uso das novas tecnologias”. Nesse sentido, a participação na comunicação por parte dos sujeitos se torna uma



estratégia para ampliar o “status da cidadania”. Nessa linha de raciocínio, o direito à comunicação e participação popular como exercício da cidadania é um processo educativo na medida em que a participação direta na comunicação contribui para o desenvolvimento dos sujeitos em diversos âmbitos.

Compreendemos, também, que a cidadania comunicativa não pode colocar-se como uma construção que por si só “dá voz aos sujeitos”. Os sujeitos são atores que têm voz, que têm competências e capacidades oriundas de suas culturas, seus contextos históricos, familiares, de relações de longo tempo com a mídia e seus produtos, bem como, com o próprio ambiente da internet. Com isso, reiteramos a necessidade de olhar para os processos educomunicativos analisando, para além dos produtos midiáticos produzidos pelos sujeitos, os processos de discussão, diálogo, reflexões, debates e mobilizações por eles realizados, em suas realidades cotidianas. Os usos das tecnologias de comunicação a serviço de exercícios cidadãos, as práticas colaborativas, comunitárias e solidárias que podem manifestar-se nessa imbricação, são elementos importantes e produtivos para a compreensão dos fenômenos educomunicativos contemporâneos.

Nesta perspectiva, a argumentação de Huergo (2001) é cara à proposta teórica construída na medida em que problematiza o espaço e a utilização das tecnologias de comunicação e informação dentro dos processos educativos. Aproximamo-nos do pensamento do autor ao avistar no mesmo movimentos de interrogação sobre o lugar das *ferramentas* de comunicação inseridas nos contextos educativos, no sentido de que suas meras utilizações podem reproduzir e fortalecer uma educação tecnológica, deixando de aproveitar as produções de conhecimentos socioculturais provocadas nos sujeitos a partir das mesmas.

A perspectiva crítica de Huergo (2001) nos desestabiliza e provoca a pensar se as *ferramentas* de comunicação e informação colocadas como alternativa à crise educativa avistada contemporaneamente não estão se transformando em novos “livros”, mantendo intactos os regimes tecnocráticos e disciplinares vinculados à concepção transmissional do conhecimento. Deste modo, apenas abordagens pedagógicas voltadas a pensar o *uso* das tecnologias comunicacionais pelos sujeitos não seriam suficientes para romper com as dificuldades e necessidades de adaptação dos processos de ensino-aprendizagem aos contextos multimidiatizados e às características dos sujeitos contemporâneos envolvidos neles.



Compreendemos o pensamento do autor como desestabilizador, de modo que questiona profundamente movimentações de natureza interventoras a partir de tecnologias comunicacionais no campo educativo. Nossa concepção sobre as mesmas se baseia, portanto, em pressupostos advindos de nossa compreensão sobre a cidadania comunicativa. Desse modo, compreendemos que práticas educomunicativas necessitam se afastar de abordagens tecnocratas, instrumentais, relacionadas à transmissão unilateral do conhecimento, nas quais abordagens educomunicativas pouco aprofundadas epistemicamente e teoricamente frágeis correm o risco de se desenvolver.

A presença gradativamente mais ampla das tecnologias comunicacionais dentro dos processos educativos, nas práticas sociais, coletivas e criativas é evidente e configura um processo sem volta. Entretanto, nossas observações e análises destacam que a natureza sedutora e por vezes excludentes da tecnologia, não problematizada e não tensionada aos propósitos de uma comunicação cidadã, empobrece práticas e projetos educomunicativos, deixando de trabalhar questões fundamentais para a conquista e experimentação da cidadania comunicativa.

Diante destes horizontes, construímos uma concepção que considera que uma teoria da cidadania não pode ser realizada somente pela racionalidade em termos de justiça, de direitos civis, de concepções advindas do campo jurídico. Nosso conceito construído para pensar a cidadania comunicativa e a forma como ela se manifesta nos sujeitos e suas práticas cotidianas tem como elemento central a ideia de que a comunicação é componente propulsor e despertador de práticas cidadãs nos sujeitos, oportunizando que os mesmos sintam-se participativos, afetados, empoderados, motivados, enfim, comunicativos dentro de suas comunidades (SAGGIN e BONIN, 2016).

Nossa proposta de abordagem educomunicacional se alimenta, portanto, na concepção de que para o desenvolvimento de práticas e processos de comunicação problematizados dentro da perspectiva cidadã são necessárias suas fundamentações em elementos que compõem o cerne das dinâmicas sociais concretas. Neste sentido, o comprometimento com as dimensões política, social e comunitária, relacionadas às histórias de lutas e avanços socioculturais e socioeconômicos de cada contexto, é formador de horizontes epistemológicos de referência à nossa concepção. Desta maneira, concebemos que as práticas e os processos educomunicativos realizados



necessitam ser pensados nos sentidos gerados nos sujeitos a partir das dinâmicas sociais potencializadas, e não somente nas transformações técnicas possibilitadas. Compreendemos, também, que perpassa o âmbito da cidadania comunicativa a busca pelo desenvolvimento de ações que potencializem o bem comum e que transcendam os ambientes escolares formais, podendo ser carregados e repensados nos mais vastos horizontes cotidianos dos sujeitos (SAGGIN, 2016).

Por fim, entendemos que práticas e experiências em educomunicação têm oferecido diferentes perspectivas de constituição emancipadora, a partir de tentativas de inclusão sociocultural e comunicacional de comunidades em distintos cenários econômicos, políticos e culturais. Estas movimentações concebem o que temos pensado como potencialidades de desconstrução dos modelos de distribuição e representação hegemônicos experienciados, possibilitando a reconstrução de alternativas outras, fundamentadas em princípios mais heterogêneos, horizontais e democráticos.

## REFERÊNCIAS

- BACCEGA, Maria Aparecida. Construindo a cidadania nas interrelações comunicação, educação e consumo. **Conexiones. Revista Iberoamericana de Comunicación**, v. 2. p. 20-29, 2010.
- CAMACHO, Carlos Azurduy. El derecho a la información como práctica de formación y desarrollo de la ciudadanía comunicativa. **Revista Probidad**. n. 24, set 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CITELLI, Adilson. **Comunicação e educação: a linguagem em movimento** São Paulo: Senac, 1999.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HUERGO, Jorge. **Comunicación/Educación. Ámbitos, prácticas y perspectivas**. La Plata: Ed. de Periodismo y Comunicación, 2001.
- KAPLÚN, Mário. **A la educación por la comunicación**. La práctica de la comunicación educativa. Ecuador: Ediciones CIESPAL, 2001.
- MALDONADO, Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. 1. ed. Salamanca Espanha: Comunicación Social y Publicaciones, v. 1, p. 17-40, 2014.



MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteras – estudios midiáticos**. VIII(1): 5-15, jan-abril, São Leopoldo: Unisinos, 2006.

MATTELART, Armand. **Un mundo vigilado**. Barcelona: Paidós, 2009.

MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. In: LAGO, Silvia (Org.). **Ciberespacio y Resistencias**. Exploración em la cultura digital. Buenos Aires: HekhtLibros, 2012.

PERUZZO, Cicilia M. K. **A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@**. In: XXI Encontro Anual da Compós, 2012. Anais do XXI Encontro Anual da Compós. Juiz de Fora, MG: Compós, 2012. P. 1-15.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Alaic Ciencias de la comunicacción**. n. 3, jul-dez 2005.

SAGGIN, Livia Freo. **Educomunicação, mídias digitais e cidadania**: apropriações de oficinas educacionais por jovens da Vila Diehl na produção do blog Semeando Ideias. 2016. 348f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.

SAGGIN, Livia Freo; BONIN, Jiani Adriana. **Problematizações para pensar as apropriações/produções digitais de jovens**. XXV Encontro Anual da Compós, Grupo de Trabalho Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos. Goiânia, 2016.

SOUSA SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma epistemologia do sul. In: **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2008.





## O corpo em fluxo e refluxo na publicidade.

*João Batista Nascimento dos Santos*

### | A publicidade e a cultura

A publicidade tem com o corpo uma relação de representação em que ele, em geral, é apresentado como magro, harmônico, jovem e branco. Em meio a isso, contudo, podem-se observar algumas situações em que a publicidade se voltou para a apresentação de corpos fora desse padrão hegemônico. Situações em que corpos não brancos, não harmônicos, ou seja, não magros, e envelhecidos foram destaque em comerciais. Saflate (2015) observou isso em uma pesquisa desenvolvida em 2006 sobre a publicidade da década de 90 do século passado, e o presente trabalho se propõe a estudar essa questão atualmente, mas tendo como objeto vídeos disponibilizados nos canais de empresas no YouTube.

Inicialmente, nos canais de empresas do YouTube, a relação com a publicidade é estabelecida de modo distinto do que em meios como a TV, por exemplo, pois a publicidade nesse meio só é vista por quem tiver interesse em acessá-la. Além disso, ela pode ser visualizada inúmeras vezes e fica disponível para acesso por tempo indeterminado. Os vídeos publicitários disponibilizados nos canais de empresas têm a possibilidade de ter um tempo de duração maior, já que não há um aspecto marcante na TV, que é a cobrança pela duração do comercial. Por fim, outro fator importante é que quem os acessa pode comentar seu conteúdo.

Compreendendo a publicidade como importante processo de comunicação, capaz de influenciar a cultura e, do mesmo modo, passível de ser engendrada por esta, este artigo tem por objetivo entender aspectos da transformação do corpo na publicidade a partir da relação entre noções sobre o corpo e os estudos sobre identidade e subjetividade, procurando, também,



compreender de que modo essas mesmas identidades e subjetividades são influenciadas pelas transformações culturais e pelas mudanças no sistema econômico. E considera, ainda, em relação a isso, os reflexos da possível recusa à proposta de subjetividade neoliberal.

Essa reflexão terá como base vídeos de comerciais, em que pode ser verificada a presença de corpos que não se enquadram no padrão de beleza hegemônico, ou seja, pessoas não magras, com tipos físicos variados, de diferentes etnias, de faixas etárias diversificadas, como também com uma sexualidade que não se enquadra no padrão heteronormativo, além de outras diferenças. Para observar, na publicidade, a apresentação de corpos que não se enquadram no padrão hegemônico, foram selecionados os seguintes comerciais da empresa de cosméticos Avon: *Isso é pra mim*, em que têm destaque, principalmente, pessoas que não são magras, sendo mostrada uma variedade de formatos de corpos; o comercial *Attraction*, que apresenta dois modelos cujo gênero é de difícil distinção. Além disso, foi selecionado o comercial da empresa de cosméticos Dove, denominado *A beleza nos meus próprios termos*, em que se destaca a variedade de tipos de corpos, com pessoas não magras e com faixa etária acima do que comumente é definido como jovem. Por fim, ainda, o comercial da marca de cerveja Skol, intitulado *Skolors*, cujo destaque são os corpos não magros, de diferentes cores e formas, além da presença de uma pessoa com vitiligo e, também, de pessoas albinas.

Os comentários postados junto aos comerciais, em grande parte, enaltecem a produção, alguns consideram que os anúncios empoderam os tipos de corpos ali representados, mas há também comentários que fazem críticas negativas ao conteúdo. Para evidenciar o padrão de corpo representado atualmente em boa parte do conteúdo publicitário no país, o estudo da agência Heads, desenvolvido em 2016, proporciona elementos para uma visão geral da atual situação (PENTEADO, 2016). Carla Alzamora, diretora de planejamento da Heads e líder desse estudo, em entrevista ao site Propmark, explicou que se procurou verificar como são tratados os personagens nos comerciais de TV e nas Redes Sociais com foco no Facebook.

De acordo com Alzamora, reclamações que buscam alguma reparação em relação a discursos sexistas, machistas e racistas na publicidade estão entre as principais manifestações encaminhadas junto ao CONAR - Conselho Nacional de



Autorregulamentação Publicitária. Para entender melhor essa questão, a agência Heads desenvolveu um estudo denominado TodXS (PENTEADO, 2016), com o objetivo de realizar uma análise da representatividade na publicidade nacional. O estudo tinha a hipótese de que as empresas anunciantes possibilitariam uma representação de corpos mais democrática, com menos estereótipos nas redes sociais do que na TV aberta e fechada. Foram observadas 8.051 mensagens na TV, sendo 3.038 comerciais de 30 segundos, como também vinhetas, oferecimentos e chamadas, pertencentes a 207 marcas de 50 segmentos de mercado. Nas redes sociais, mais especificamente no Facebook, foram examinados 889 posts de 127 marcas, pertencentes a 50 segmentos de mercado. Foi analisado quem seriam as pessoas que aparecem nos comerciais e posts, de que modo são representados e de que forma cooperam para a igualdade de gênero.

A constatação resultante da pesquisa foi que, entre as protagonistas mulheres, nos comerciais de TV, 84% eram brancas; já no Facebook, o índice é de 82%. Sobre a faixa etária, 87%, na TV, são jovens/adultas, com o mesmo percentual nos anúncios do Facebook. Outro dado relevante é que 62% desses personagens na TV tinham cabelo liso, enquanto o índice chega a 69% no Facebook. Sobre a harmonia do corpo, pessoas magras estavam presentes na TV com o índice de 88% e no Facebook, em 93% dos Posts. Por sua vez, os biotipos que não se enquadram no padrão hegemônico apareceram em 9% do conteúdo comercial na TV e em 5% no Facebook. Na representação masculina, o padrão se assemelha ao das mulheres, sendo, na maioria, brancos, jovens, magros, musculosos e com cabelo liso.

A conclusão do estudo, de acordo com Alzamora, é que a publicidade apresentada nos canais de televisão e, da mesma forma, nos posts do Facebook, corrobora estereótipos e não expõe a diversidade étnica, de gênero e nem dos formatos de corpos existentes no país. O estudo também diz que “embora no Facebook o conteúdo seja mais empoderador” (PENTEADO, 2016), as mulheres acabam por sofrer uma estereotipização maior nesse meio em relação à TV.

Em quase trinta anos, o padrão hegemônico de corpo apresentado nos comerciais não se transformou em grande medida, o que pode ser observado na abordagem de Safatle (2015), quando comenta a crítica feita pelo fotógrafo Oliviero Toscani sobre a publicidade global dos anos 90 do séc. XX, a qual poderia ser compreendida como uma forma de comunicação que corrobora um ideal



ariano de beleza e que sintetiza somente corpos harmônicos, saudáveis e jovens. Além do mais, destaca-se uma perspectiva falocêntrica de sexualidade, a qual nortearia a produção de representações sociais nos meios de comunicação. Entretanto, ao longo da década de 1990, passa a ter lugar um processo paulatino de reconfiguração de representações sociais, relacionadas ao corpo, bem como à sexualidade, nos meios de comunicação (SAFATLE, 2015).

Tal processo, destaque-se que gradual, começou a expor na mídia imagens do corpo e da sexualidade, nas quais a publicidade nunca havia considerado investir libidinalmente, ou seja, imagens nunca antes empregadas para atrair o consumidor. O autor observa tal questão em campanhas da Benetton, Calvin Klein, Versace e PlayStation, que apresentaram corpos doentes, mortificados, des-idênticos, que revelavam uma sexualidade ambígua autodestrutiva e, em alguns casos, o que poderia ser caracterizado como certa perversidade. Tais anúncios teriam se destacado na publicidade na década de 90 do século passado (SAFATLE, 2015).

O texto publicitário pode ser entendido como documento representativo em parte da produção cultural, pois o discurso publicitário apresenta o cotidiano e, também, ajuda a construir a realidade e, conseqüentemente, influencia a percepção da diferença, das identidades, do outro (TRINDADE, 2012). No âmbito da comunicação, a publicidade pode ser entendida como um gênero discursivo cuja principal função é proporcionar ao público informações sobre mercadorias, de modo sedutor e persuasivo. Enquanto universo discursivo, a publicidade desenvolve relações com textos de outros universos discursivos da sociedade (TRINDADE, 2012). Conforme Williams (2011), a publicidade necessita de uma análise ampla para sua compreensão, um estudo que considere fatores econômicos, sociais e culturais. Ela necessita ser abordada como forma significativa da comunicação social moderna. A publicidade divulga produtos e serviços, a fim de fomentar vendas e, com isso, ajuda a impulsionar o modo de produção capitalista. Em meio a tudo isso, contudo, é premente também levar em conta que a publicidade apresenta uma dimensão cultural, a qual engendra representações sociais que colaboram com a atualização do imaginário contemporâneo (PIEDRAS, 2009). Além disso, a publicidade influencia a sociedade e, paralelamente, acaba por ser sugestionada por essa mesma cultura. Nessa perspectiva, por construir representações sociais que interferem no



imaginário do sujeito, a publicidade também repercute na formação das subjetividades e identidades e, da mesma forma, na percepção da sociedade sobre a diversidade de corpos.

### **| As representações do corpo**

Ao corpo é conferida, pelas representações sociais, uma posição determinada no centro do simbolismo geral da sociedade. Tais representações denominam as distintas partes do corpo, além das funções realizadas por elas, de modo que são evidenciadas as relações destas. Com isso, também é adentrado o interior oculto do corpo e, assim, é realizado o registro de imagens acuradas. O corpo, dessa forma, situa-se no centro do cosmos ou ainda da ecologia da comunidade humana, e tal saber é cultural (LEBRETON, 2011). Esse conhecimento, ainda que assimilado de forma elementar, possibilita ao sujeito conferir sentido à densidade da sua carne, ter a noção do que o constitui, e, com isso, relacionar suas enfermidades ou, ainda, seus sofrimentos a determinadas causas em concordância com a perspectiva de compreensão do mundo de parte da sociedade. Os sujeitos tomam, pois, conhecimento de sua posição em relação à natureza, bem como aos outros sujeitos, tendo por base um sistema de valor.

As representações do corpo, bem como o conhecimento que essas apresentam, são subordinadas ao estado social, bem como à percepção do mundo, e esta última acaba por ser integrada por uma definição da pessoa. O corpo é, pois, engendrado simbolicamente, não sendo por si um dado concreto, uma realidade. Esta é a origem das representações que buscam lhe conceder um sentido e, também, de sua especificidade contraditória, que pode ser observada nas diferentes sociedades. O corpo resulta de uma construção social e cultural, muito embora pareça algo estável e acabado (LEBRETON, 2011). Nas sociedades ocidentais, o conhecimento a partir da anatomofisiologia, ou seja, uma perspectiva com base biomédica, é o entendimento mais aceito sobre o corpo. Tal noção tem por base determinado conceito da pessoa que possibilita ao ator social ter um entendimento de si enquanto detentor da posse de seu corpo. Nas sociedades ocidentais, essa representação tem origem a partir do Renascimento com o desenvolvimento do individualismo. Tais ideias envolvem determinada estrutura individualista, a qual tem certa concepção, que “[...] faz do corpo o



recinto do sujeito, o lugar de seu limite e de sua liberdade, o objeto privilegiado de uma fabricação e de uma vontade de domínio” (LEBRETON, 2011, p.18).

No mesmo sentido, Santaella (2004) argumenta que o entendimento de sujeito e, igualmente, da subjetividade, é concebido no cartesianismo, sustentado na noção *Penso, logo existo*. O princípio primeiro do cartesianismo proporcionou o fundamento para a formação da imagem da subjetividade humana, a qual orientou o pensamento ocidental durante alguns séculos. No sentido dessa imagem, a existência do sujeito é análoga a seu pensamento. É estabelecido que, nessa situação, existiria um interior responsável pelo pensamento, enquanto deste último o exterior tem uma separação ascética, o que se coloca na condição de uma relação de identidade. Situam-se, de um lado, o sujeito e, do outro, os objetos. Nesse sentido, são inseridos os sujeitos e os objetos em gêneros e espécies, o exterior sólido e extenso diferencia-se de um interior que seria inabalável e apartado, “mas em todos os casos, em todas as versões, independentemente de quem ou o que esteja em um ou outro lado, essa separação remete-nos sempre ao já existente, ao já conhecido, reconduzindo-nos à forma do mesmo [...]” (SANTAELLA, 2004, p. 13).

Já há algum tempo, são produzidos instrumentos pelos campos da publicidade e do marketing, voltados para a compreensão da relação entre os indivíduos e os produtos no que concerne a “imagens do eu, de seu mundo interior, de seu estilo de vida e, sobretudo, de seu invólucro corporal” (SANTAELLA, 2004, p. 126). As representações nos meios de comunicação e na publicidade produzem grande efeito relativamente às experiências do corpo. Tais representações propiciam que se imagine, diagrapheme e se fantasie sobre certas existências corporais, manifestações que se apresentam no modo de sonhar e ambicionar o que é proposto. “`Técnicas de composição e adorno da carne (estilos de andar, vestir, gesticulação, expressão, a face e o olhar, os pêlos corporais e os adornos)´ perfazem toda uma maquinação do ser” (ROSE, 2001, p. 185 apud SANTAELLA, 2004, p. 126). É estabelecida uma forma de economia psíquica da autoestima e do reforço do poder pessoal, sustentada por meio das imagens do corpo e de sua boa forma. Não existe, nesse sentido, uma disjunção, portanto, em relação à configuração externa do corpo e à imagem interna do eu. A supremacia do exterior em relação ao interior possibilita o entendimento do poder que a glorificação e a exibição do corpo humano alcançaram na sociedade hodierna. Tal



poder se realiza através de vários modos de estimulação e exaltação do corpo, o que parece sugerir que essa exaltação é capaz de proporcionar como retribuição um ressurgimento identitário ou, ainda, o reestabelecimento de eus que tenham sofrido danos e identidades que passaram por um processo de deterioração. Ao longo do século XX, a preocupação com a beleza veio a se tornar muito relevante para as pessoas. Hodiernamente, o intenso enaltecimento da aparência tem feito com que os sujeitos considerem como muito relevante a procura pela forma e o volume corporais considerados ideais.

## **| Identidade e subjetividade**

Identidade e subjetividade são questões inter-relacionadas e fundamentais para entender a relação dos indivíduos com seus corpos e a apropriação dessas questões nos textos publicitários. Woodward (2012) observa que o uso dos termos identidade e subjetividade é intercambiável em algumas situações, havendo realmente uma grande sobreposição entre eles. A subjetividade seria relativa à compreensão que construímos sobre o nosso eu, o que, nesse sentido, está relacionado aos pensamentos e às emoções, sendo estas conscientes ou inconscientes, integrando nossas concepções acerca de *quem nós somos*. A subjetividade abrange nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Porém, é preciso considerar que nossa subjetividade é vivida em um ambiente social e, neste, a linguagem e a cultura conferem significado à experiência que possuímos de nós mesmos. Nesse ambiente social, assumimos uma identidade. A eficácia dos conjuntos de significados engendrados pelos discursos está na capacidade de nos conquistar como sujeitos. “Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (WOODWARD, 2012 p.55). As dimensões inconscientes do eu são abarcadas pela subjetividade, cuja consequência é a presença de contradições; além disso, a subjetividade pode ser tanto racional quanto irracional. Com o conceito de subjetividade, é possível analisar os sentimentos implicados no processo de produção da identidade, bem como do investimento pessoal em determinadas posições de identidade. Este conceito possibilita elucidar os motivos da adesão a determinadas identidades.



As identidades pessoais e culturais passam por grandes transformações a partir da mudança estrutural nas sociedades modernas no final do século XX (HALL, 2001). As mutações na apresentação do corpo na publicidade possivelmente têm relação, entre outras coisas, também com um processo maior de mudanças que transformou os sujeitos ao deslocar estruturas e processos centrais para as sociedades modernas, fazendo oscilar as noções de referência que proporcionavam aos sujeitos uma ancoragem estável no mundo social. Nessa perspectiva, é importante estudar a transformação do indivíduo moderno, cuja identidade, até então entendida como unificada, passa por um processo de mudanças, rupturas e fragmentações, compreendido como crise de identidade.

A respeito disso, Hall (2001) destaca que, na visão dos teóricos para os quais as identidades modernas começaram a entrar em colapso, com a alteração estrutural que mudou as sociedades modernas nas últimas décadas do século XX, teria tido lugar a fragmentação das paisagens culturais referentes a classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, as quais, em outros tempos, proporcionavam sólidas posições aos sujeitos enquanto indivíduos sociais. São mudanças que produzem transformações nas identidades pessoais, desestabilizando nossa noção de nós mesmos na condição de sujeitos integrados. A ausência de um sentido de si estável é denominado deslocamento ou descentramento do sujeito. “Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo” (HALL, 2001, p.9).

Refletindo sobre as transformações da modernidade tardia, Hall (2001) destaca a globalização como um processo de mudança que impactou fortemente as sociedades. Conforme Harvey (2008), o período de expansão do pós-guerra, entre 1945 e 1973, sustentou-se em um conjunto de práticas que se efetivavam por meio do controle do trabalho, de tecnologias, de rotinas de consumo e de formas de organização do poder político e econômico, conjunto que pode ser denominado fordista-keynesiano. Esse sistema teria entrado em colapso desde 1973, e, com isso, teve início uma fase de transformações rápidas, caracterizada também pela fluidez e a incerteza.

Nesse contexto, surge o sujeito pós-moderno, o qual tem origem, segundo Hall (2001), em um processo em que a identidade, unificada e estável, é entendida como fragmentada, de modo que o sujeito seria formado não por uma,





mas por várias identidades, as quais podem apresentar contradições entre si ou não ser adequadamente resolvidas. Transformações estruturais e institucionais teriam levado ao colapso das identidades formadoras das paisagens sociais no meio externo, as quais têm por responsabilidade agilizar nossa conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura.

“O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2001, p.12). Sem uma identidade fixa, essencial ou permanente, o sujeito pós-moderno se origina desse processo. Sua identidade, que tem uma determinação histórica e não biológica, seria formada e transformada permanentemente em relação ao modo como são construídas nossas representações ou a maneira como somos interpelados nos sistemas culturais. A noção de fragmentação das identidades advém do entendimento de que o sujeito cartesiano, na modernidade tardia, não teria sofrido unicamente uma desagregação, mas também um deslocamento.

A globalização é um processo de mudança que também influencia a identidade cultural, pois a permanente e rápida modificação caracteriza as sociedades da modernidade. Hall (2001) expõe que, no cenário da modernidade, as práticas sociais passam constantemente por exame e reforma a partir de informações relativas às próprias práticas. A interconexão entre os diferentes países favorece a disseminação da transformação social. O autor destaca, também, a transformação na natureza das instituições da modernidade em comparação com as sociedades tradicionais. O estado-nação, a mercantilização de bens e mesmo o trabalho assalariado apresentam uma forma renovada em relação às sociedades tradicionais. E as mudanças também ocorrem na questão do tempo e do espaço com a tecnologia que favorece a ocorrência das relações sociais, para muito além do ambiente local e do espaço habitual de interação, para uma amplitude indefinida espacial e temporalmente. Ao citar David Harvey, Hall (2001) afirma que a modernidade teve como consequência um grande rompimento com o passado e apresentou um processo constante de rupturas e fragmentações internas. No mesmo sentido, Woodward (2012) argumenta que a globalização gera distintos resultados em relação à identidade, pois a homogeneização cultural fomentada pelo mercado global pode levar ao distanciamento em relação à comunidade e à cultura local. Mas, por outro lado,



pode criar uma resistência que favoreça o fortalecimento e a reafirmação de identidades nacionais e locais ou, mesmo, possibilitar o surgimento de novas identidades.

O descentramento ou o deslocamento caracterizam a sociedade atual, que não se enquadra em definições que a entendiam como um todo unificado, enquanto totalidade com clara delimitação (HALL, 2001). A sociedade pensada dessa forma se reproduziria por meio de mudanças progressivas, a partir de si mesma, evoluindo com base em um centro.

As identidades estáveis do passado são desarticuladas pelo deslocamento que também possibilita o surgimento de novas articulações, ou seja, o engendramento de novas identidades, possibilitando a origem de novos sujeitos. As crises globais de identidade (WOODWARD, 2012) relacionam-se com o que Ernesto Laclau denominou deslocamento, de modo que as sociedades modernas não possuiriam nenhum núcleo ou centro gerador de identidades fixas definido, existindo, então, vários centros.

Entre outras razões, os novos movimentos sociais surgidos na década de 60 são elementos descentradores das identidades fixas (HALL, 2001). Esses movimentos tinham como centro as universidades, os institutos de arte e, também, as margens culturais de grandes cidades. Houve a propagação desses movimentos para as ruas e teve origem uma rebelião de grandes proporções, o que gerou uma turbulência global em 1968, cujo ápice ocorreu nas cidades de Chicago, Paris, Praga, Cidade do México, Madri, Tóquio e Berlim (HARVEY, 2008). O feminismo está entre o que foi definido como novos movimentos sociais, os quais surgiram nos anos sessenta ao lado das revoltas estudantis, dos movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, das lutas pelos direitos civis, bem como dos movimentos revolucionários ocorridos nos países periféricos do centro da modernidade (HALL, 2001). Esses movimentos eram contrários ao liberalismo do capitalismo, ao estalinismo e à organização burocrática, mas favoráveis à espontaneidade e aos atos de vontade política. Nesses movimentos, podia-se observar o enfraquecimento e a fragmentação da classe e das organizações políticas.

A identidade social de cada grupo era o apelo de cada movimento de luta. O feminismo invocava as mulheres, enquanto a política sexual invocava gays e lésbicas, no mesmo sentido que as lutas raciais aos negros, os pacifistas eram



aclamados pelo movimento antibelicista. Assim, surge a *política de identidade*, ou seja, uma identidade para cada movimento. Na mesma perspectiva, Woodward (2012) observa que a definição desses movimentos sociais era baseada na política de identidade, sendo, assim, muito determinados pela identidade, pelo significado desta e pela forma como é produzida e contestada. A política de identidade tem por função a afirmação da identidade cultural das pessoas que integram certo grupo que sofra opressão ou seja marginalizado. A mobilização política tem, assim, forte sustentação na identidade.

O descentramento conceitual promovido pelos feminismos sobre o sujeito cartesiano e sociológico aconteceu também de modo mais direto (HALL, 2001). Os movimentos feministas, com a bandeira “o pessoal é político”, questionavam a diferenciação entre o “privado” e o “público”. Questionavam, também, a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a relação com as crianças e a divisão do trabalho nos lares.

A formação do sujeito também foi questionada pelo feminismo, ao politizar a subjetividade, a identidade e o processo de identificação, enquanto homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas. O movimento teve, ainda, como foco a construção das identidades sexuais e de gênero. E, no lugar da diferença sexual, o feminismo propôs que homens e mulheres são parte da mesma identidade, a Humanidade.

Conforme Harvey (2008), nos anos 60, surgiram diversos movimentos contraculturais e atimodernistas, contrários às questões opressivas da racionalidade técnico-burocrática fundamentada na ciência, coerções estas expressas por meio das formas corporativas e estatais monolíticas e, também, através de outros modos de poder institucionalizado, que abrangem os partidos políticos e sindicatos burocratizados. A autorrealização individualizada era o que buscavam experienciar as contraculturas por intermédio de uma política que se caracterizava por ser *neo-esquerdista* e que tinha como bandeira a luta pela inclusão de gestos antiautoritários e de práticas iconoclastas no âmbito da música, do vestuário e, também, na linguagem, bem como no estilo de vida. Além disso, também eram criticadas as questões da vida cotidiana (HARVEY, 2008). Relativamente, isso poderia ser pensado como se a conjunção das aspirações universais da modernidade, associadas ao capitalismo liberal e ao imperialismo, alcançassem grande êxito e que, a partir disso, proporcionassem



Um fundamento material e político para um movimento de resistência cosmopolita, transnacional e, portanto global, à hegemonia da alta cultura modernista. Embora fracassado, ao menos a partir dos seus próprios termos, o movimento de 1968 tem de ser considerado, no entanto, o arauto cultural e político da subsequente virada para o pós-modernismo. Em algum ponto entre 1968 e 1972, portanto, vemos o pós-modernismo emergir como um movimento maduro, embora ainda incoerente, a partir da crisálida do movimento antimoderno dos anos 60. (HARVEY, 2008, p.44).

No pós-modernismo, possivelmente, existiria a anuência sem barreiras ao efêmero, ao fragmentário, ao descontínuo e ao caótico. Além disso, o pós-modernismo não busca transcender essas questões, criar oposições ou mesmo definir os elementos eternos e imutáveis que possam vir a estar em seu interior.

Bauman (2001), em *Modernidade Líquida*, define a contemporaneidade como leve, fluida, líquida e liquefeita, em comparação ao período anterior, caracterizado como pesado, sólido, condensado. As sociedades da modernidade são caracterizadas pelo autor como sociedades totalitárias, com tendência homogeneizante compulsória. Na fase moderna anterior, a contingência, a variedade, a ambiguidade, a instabilidade e a idiosincrasia não eram bem-quistas. Embora a sociedade moderna hodierna, como Bauman (2001) observa, não seja menos moderna que a do período anterior, é, ainda assim, moderna, mas de maneira distinta. Ambos os períodos têm características similares, como a compulsão à modernização, o permanente desejo da destruição criativa, com base na maior capacidade de refazer algo no futuro, bem como a partir da ideia da produtividade e da competitividade.

### **|Subjetividade neoliberal**

Ao analisar a publicidade dos anos 1990 e 2000, Safatle (2015) empreendeu um caminho a fim de observar a corporeidade neoliberal de modo factual na comunicação publicitária global. Para isso, refletiu sobre o estágio atual do capitalismo, questionando, entre outras coisas, as mutações na corporeidade dos sujeitos, geradas pelas transformações do corpo social, entendendo-se, nesse sentido, que corpo social e corpo subjetivo mantêm relação entre si. Na contemporaneidade do capitalismo, tem lugar um deslocamento dos regimes disciplinares e de controle, o que é passível de compreensão ao se observar o modo próprio como identidades subjetivas são geradas hoje. Em certo sentido, o



entendimento liberal do individualismo possessivo é mantido ainda, mesmo após transformações que lhe retiraram ilusões de coerência e fixidez identitária. Esse argumento corrobora o entendimento de Woodward (2012), para a qual são comuns as reivindicações essencialistas acerca do pertencimento ou não a determinado grupo identitário, em uma perspectiva que entende a identidade como algo fixo. O questionamento acerca das mutações na corporeidade dos sujeitos é um caminho para estabelecer o que é definido como *identidades flexíveis* ou, ainda,

identidades que absorvem a dissolução mercantil das determinações de conteúdo (por isso são `flexíveis`), que flertam com a indeterminação mesmo sendo capazes de conservar a *determinação formal de predicação por propriedades* (por isso ainda são `identidades`) (SAFATLE, 2015, p. 195).

A expressão de tais identidades se dá em corpos não mais compreendidos enquanto *locus* de determinações estáveis de conteúdo. Nesse sentido, tem-se aí corpos em transformação e reconfiguração permanente, os quais, porém, estabelecem cada uma de suas figuras sob a forma geral da propriedade, do próprio, da extensão do domínio consciente da vontade. Existiria uma perda da qualidade narrativa por parte de nossos corpos, sendo estes ocupados pela violência dos fluxos contínuos codificados pela forma mercadoria.

Além de ser uma forma de regulação dos sistemas de trocas econômicas, fundamentada na maximização da concorrência e do que é definido como livre comércio, o neoliberalismo vai além dessas atribuições. Consiste, também, em um regime voltado para a gestão social e a construção de formas de vida, sendo que este engendra uma corporeidade própria, uma corporeidade neoliberal. A noção trazida por Foucault contribui para a reflexão, já que coração e alma são peças na dominação que o poder pratica sobre o corpo.

O entendimento desse novo indivíduo neoliberal e sua economia libidinal são fundamentais. É importante, pois, destacar que o desmonte neoliberal do sistema de seguridade social desenvolvido pelos chamados Estados de Bem-Estar, iniciado nos anos 70 do século passado, ocasionou a liberação de um processo de expropriação, o que significa a acumulação econômica por meio de uma expropriação sustentada na intensificação dos regimes de trabalho e na redução dos salários. Porém, esse processo aconteceu, paradoxalmente, desde quando as sociedades capitalistas não conseguiam mais estabelecer sua coesão



social, bem como sua adesão psicológica por meio do recurso aos modelos de internalização psíquica de uma ética do trabalho de moldes weberianos. “O desenvolvimento exponencial da sociedade de consumo e suas exigências de mobilização total dos desejos, de enunciação integral dos desejos no interior da esfera da multiplicação da satisfação mercantil inviabilizam o recurso a tal modelo de *ethos*” (SAFATLE, 197, 2015). Havia a necessidade, naquele momento, de um novo *ethos* do capitalismo, o que foi consolidado por meio da expropriação direta da economia libidinal dos sujeitos.

O entendimento da disciplina neoliberal não pode ser realizado compreendendo-a enquanto

simples conjunto de condições para a internalização de dinâmicas repressivas, capazes de determinar sujeitos em individualidades rígidas e funcionalizadas, como vemos nas “*sansões psicológicas*” da moralidade própria ao espírito protestante do capitalismo, tal como descrito por Weber. (SAFATLE, 2015, p. 197).

Em razão de serem repressivas, essas estruturas disciplinares originavam subjetividades fragmentadas em determinados planos e que se dividiam, numa perspectiva, para as exigências de conformação social e, em outra, na permanência da potência desreguladora do desejo. Com a padronização disciplinar, era produzida uma matriz de conflito apresentada na fratura entre princípio de realidade e desejo recalcado, sendo que desta o modelo de sofrimento psíquico era exposto nas neuroses, assim como observadas por Freud. Contudo, existe um porém, que é o fato de que regimes de gestão social que objetivem a eficácia não podem dar espaço a fragmentações desse tipo com a conseqüente formação de um polo alternativo de motivações para o agir. A manifestação dessas motivações poderia ocorrer com atividades comumente não associadas ao universo compulsivo do trabalho alienado, como, por exemplo, atividades entendidas como improdutivas, incluindo-se entre elas o sexo, a experiência amorosa, a preocupação com a estética, entre outras coisas. Tal regime tem a necessidade de expropriar qualquer motivação que proporcione lugar para experiências que não possam ser compreendidas na perspectiva da lógica que funciona no âmbito econômico, deixando de lado afetos que tais experiências produzem. As bases desse processo de expropriação foram expostas inicialmente pelo conceito frankfurtiano de “*dessublimação repressiva*”. Contudo, a expropriação só pode acontecer por meio da absorção da própria dinâmica pulsional através da lógica econômica, o que significa que isso teria



lugar com a socialização das pulsões que não transitarium de modo preponderante por clivagens dispostas sob a forma de recalque. Tal socialização não é meramente o regresso à questão relativa à integração de parte de uma sociedade que se torna cada vez mais hedonista, das demandas particulares de integração de satisfação, tema recorrente na crítica moral da sociedade de consumo. Mas o que se busca compreender é a socialização “que se refere à maneira como a estrutura polimórfica e disruptiva da ordem das pulsões, sua potência de indeterminação é traduzida em um novo papel socioeconômico através de uma forma renovada de gerir conflitos psíquicos” (SAFATLE, 2015, 198).

O neoliberalismo, por sua vez, solucionou essa situação por meio do estabelecimento do ideal empresarial de si enquanto dispositivo disciplinar. Há a necessidade de se observar de que forma foi possibilitado o andamento de um processo de recentragem da acumulação através da extração de mais-valia absoluta em uma fase em que as condições para invocar a ética protestante do trabalho não mais existiam. Nesse sentido, é fundamental considerar a forma como essa expropriação obteve determinado consentimento moral, destacando-se que isso veio especialmente da parte dos que mais padecem com ela. Tal consentimento moral formou-se devido ao impacto psíquico da internalização do ideal empresarial de si.

Safatle (2015) observa que, com a internalização do ideal empresário de si, a questão da insegurança social, gerada com a desregulamentação do trabalho, veio a ser sobrepujada por meio da promessa de total plasticidade das formas de vida. Isso significa que essa desregulamentação se revelou em liberação da potencialidade do engendramento de projetos conscientes de formas de vida e, igualmente, na intensificação do desempenho e das performances requeridas pelo ritmo econômico neoliberal e se converteu em um modo próprio subjetivo de gozo.

A noção trazida por Safatle (2015) a respeito do relativo sucesso do neoliberalismo com a implantação do ideal empresário de si não ecoou em autores como Lazzarato (2014). Nesse sentido, sobre o aspecto da produção de subjetividade no neoliberalismo, é interessante observar também o que este autor argumenta. Em seu livro *Signos, máquinas, subjetividades*, Lazzarato (2014) reflete sobre como se distinguem e se complementam os dispositivos de sujeição



social e servidão maquínica, sendo que, no centro do cruzamento entre eles, a produção de subjetividade acontece. O autor aborda a noção trazida por Félix Guattari a respeito da crise que aflige o Ocidente desde o começo dos anos 1970, cujo aspecto mais relevante não seria o fato de ser uma crise política ou econômica, mas uma crise da subjetividade, que é central para a humanidade. Com muita habilidade, o capitalismo põe em voga modelos de subjetividade. “Portanto, o projeto central da política do capitalismo consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade de tal maneira que a economia política se mostre idêntica à economia subjetiva” (LAZZARATO, 2014, p.14).

Não foi construída uma nova produção de subjetividade a partir da desterritorialização neoliberal, sendo que esta aniquilou as relações sociais até então estabelecidas, bem como suas formas de subjetivação, tais como a subjetivação operária ou mesmo a subjetividade nacional burguesa. O empreendedor fomentado pelo neoliberalismo não resolve a questão. Da mesma forma que o capitalismo necessita de uma subjetividade distinta da que constitui o empresário, esse sistema carece de um território que não seja o do mercado ou da empresa, em razão de que empresário, empresa e mercado engendram a economia e, em paralelo, desconstróem a sociedade.

Nesse contexto, antigos territórios e valores pré-capitalistas são revisitados. Surge, então, a necessidade de evocar as religiões e morais instituídas de longa data, além de subjetivações como racismo e fascismo, com a intenção de alcançar a manutenção dos vínculos sociais desconstruídos pelo capitalismo. A subjetivação empreendedora, onipresente na contemporaneidade, está expressa no estímulo de fazer com que todo indivíduo venha a ser convertido em um negócio, mas esta teve como consequência muitos contra-sensos. “A autonomia, a iniciativa e o compromisso subjetivo exigidos de cada um de nós constituem novas formas de empregabilidade e, portanto, estritamente falando, uma heteronomia” (LAZZARATO, 2014, p.14). Em paralelo a isso, as exigências colocadas aos indivíduos, no sentido da tomada de iniciativa e, com isso, a tomada para si dos riscos, estão gerando uma depressão que se dissemina de forma abrangente, pois existe resistência em se submeter à homogeneização e a uma existência pobre, a partir de questões advindas da noção de sucesso individual, oriunda do modelo empreendedor.





## | Considerações Finais

Em um contexto em que ter um corpo no padrão hegemônico é considerado por muitos como ideal de vida, há também o anseio por parte de outros pela valorização de corpos que não se enquadram nesse padrão. A publicidade presumivelmente resulta dessas tensões assim como produz resultantes, procurando conjugar interesses mercadológicos com a melhor recepção e assimilação de suas mensagens por parte dos distintos públicos, embora com pouca representação das diferenças. A diferença, ou seja, a diversidade de corpos, em relação à identidade fixa, parece ter origens diferentes para teóricos como Hall (2001) e Woodward (2012) em relação a Safatle (2015), ao se observar o papel atribuído aos movimentos sociais no descentramento do sujeito por parte dos primeiros em comparação ao último, o qual atribui tal questão muito mais ao papel do sistema econômico vigente. Entretanto, Woodward (2012) destaca, ao refletir sobre a relação entre subjetividade e identidade, que a ligação fundamental entre ambas demonstra a necessidade evidente de uma subjetividade com determinada flexibilidade, para acomodar as identidades engendradas pelas transformações da modernidade tardia.

A publicidade participa do processo de elaboração da cultura e, simultaneamente, é influenciada por essa mesma cultura. Nesse sentido, é possível considerar que seu fluxo e refluxo sejam decorrentes de momentos em que essa forma de comunicação se volta para o padrão hegemônico e de ocasiões em que se considera uma perspectiva de maior flexibilidade nos tipos de corpos que apresenta. Tal aspecto talvez esteja relacionado às tensões entre os ideais dos diferentes grupos identitários, a subjetividade neoliberal e a recusa dessa. Isso se apresenta, segundo Lazzarato (2014), na busca por valores pré-capitalistas como as religiões, as morais instituídas de longa data e, da mesma forma, as subjetivações, como racismo e fascismo, com a intenção de alcançar a manutenção dos vínculos sociais desconstruídos pelo capitalismo, o que apontaria para o conservadorismo da cultura, contrário à representação das diferenças.



## REFERÊNCIAS

- AVON. **Linha de Lingerie Avon Signature Apresenta: #IssoEPraMim – Avon.** 2017, (3 min 06 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B8HIHaP73E8>>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- AVON. **Avon attraction - nova fragrância – Avon.** 2016, (1 min 03 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wCLkaXKYRBA>>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- DOVE. **Dove - A beleza nos meus próprios termos #MinhaBelezaMinhaEscolha.** 2016, (1 min 30 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3yNnWVgCJg8>>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2008.
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, Máquinas, Subjetividades.** São Paulo: N-1 Editora, 2014.
- LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade.** Petrópolis: Vozes, 2011.
- PIEDRAS, Elisa R. **Fluxo Publicitário.** Anúncios, produtores e receptores. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PROMARK. **Publicidade reforça estereótipos e não representa a diversidade.** PENTEADO, Claudia 2016. Estudo realizado pela agência Heads analisou como são tratados os personagens nos comerciais de TV, conta Carla Alzamora, 2016. Disponível em: <<http://propmark.com.br/mercado/publicidade-reforca-estereotipos-e-nao-representa-a-diversidade>>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos.** São Paulo Cosac & Naify, 2015.
- SANTAELLA, Lúcia. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura.** São Paulo: Paulus, 2004.
- SKOL. **Skolors.** 2017, (1 min 22 s). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=mQx\\_VmCQu5w](https://www.youtube.com/watch?v=mQx_VmCQu5w)>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- TRINDADE, Eneus. **Propaganda, identidade e discurso.** Brasilidades midiáticas. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença.** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.



# PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS





## A investigação científica como construto: reflexões transmetodológicas

Leila Lima de Sousa

### | Considerações iniciais

A investigação científica nos possibilita o contato com o “outro”, a desconstrução de engessamentos e de amarras, o amadurecimento, a ampliação e a confrontação de olhares, principalmente por meio do diálogo respeitoso e interessado para com as diversidades e as diferenças que nos constituem e atravessam. Desenvolver uma pesquisa crítica, reflexiva e focada no social, requer de nós, além de disciplina e foco, o afeto, dimensão fundamental no ofício e na vida. Essa característica nos possibilita a aproximação com os sujeitos comunicantes e nos faz abertos às trocas de saberes e a interlocução como elemento norteador da nossa conduta.

A *perspectiva transmetodológica* nos permite perceber a pesquisa científica sob outro viés: um construto que se ergue no caminhar, na flexibilidade, na observação interessada e problematizadora, nas necessárias desconstruções de nós mesmos, de nossas certezas e de percursos prontos. Compreendemos a transmetodologia como uma dimensão atravessada pela necessidade e pelo exercício de questionamentos e problematizações sobre os métodos, a confluência e a confrontação metodológica. Essa abordagem se concentra, sobretudo, nos elementos que atravessam a construção teórico-metodológica da pesquisa: o social, o político, o econômico, o cultural, as alteridades, os conhecimentos, os saberes e as múltiplas cidadanias.

Esse texto, que não se propõe conclusivo e que é uma tentativa de discutir fenômenos complexos, está dividido em cinco momentos fundamentais. O primeiro propõe movimentos iniciais para a compreensão do construto de investigações científicas críticas e dos atravessamentos transmetodológicos,



iniciando a discussão sobre esse conceito. Em seguida, abordamos a importância e os elementos fundamentais para tensionar os contextos nas investigações, algo que é defendido pela perspectiva transmetodológica. O terceiro deslocamento propõe discutir o método e sua episteme, abordando as necessárias confluência e confrontação metodológica. Em um momento posterior, refletimos sobre a pesquisa em suas práxis constitutivas, exemplificando a necessidade de aproximações exploratórias cuidadosas e interessadas para compreender os sujeitos comunicantes e os contextos dos quais fazem parte. No quinto tópico, tensionamos os movimentos de exploração, a desconstrução e a práxis metodológica. Por fim, à guisa de considerações finais, refletimos sobre o fazer transmetodológico e as questões que o atravessam.

### **| Movimentos iniciais: a perspectiva transmetodológica e as investigações críticas**

Na área da Comunicação, as pesquisas nos conduzem a problemáticas que atravessam contextos complexos, e que requerem o contato e o diálogo com outras áreas do conhecimento e também com os saberes populares, ancestrais, cotidianos. Esses elementos exigem do pesquisador sensibilidade, abertura a conhecimentos outros, criticidade e experimentações, de modo a perceber a dinamicidade e a práxis que constituem e transpassam os objetos de pesquisa. Nesse sentido, a *perspectiva transmetodológica* é também composta por um conjunto de processos que dialoga historicamente com as problemáticas da Comunicação e de áreas afins. O olhar para as pesquisas desenvolvidas na área perpassa questões tecnológicas, econômicas, políticas, de direitos humanos e do exercício de cidadania, outrossim, dialogando com outras áreas de interesse que conferem às investigações em Comunicação bases epistemológicas de ruptura e continuidade (MALDONADO, 2013).

Essas rupturas e continuidades são também, e especialmente, possibilitadas pelo contato *interdisciplinar* entre as mais diversas áreas do conhecimento. Entendemos que a *interdisciplinaridade* pode ser um espaço de rupturas e de continuidade de paradigmas. Rodrigo Alsina (1995), ao discorrer sobre os modelos teóricos dos estudos da Comunicação, acredita que a perspectiva interdisciplinar no campo ajuda a responder como os sujeitos



compreendem seu entorno a partir do uso da informação. Muito além dos usos, os sujeitos refletem projeções e percepções de mundo pelos meios e pelo conteúdo disponibilizado.

Diante do que foi levantado, acreditamos que a fuga ao teorismo e a abertura à intervenção social como um caminho para driblar os estudos funcionalistas sejam possibilitadas também pelo olhar de diferentes disciplinas e pressupostos teórico-metodológicos. Esse diálogo interdisciplinar precisa nos levar a compreender os contextos nos quais os sujeitos estão inseridos, suas percepções e suas respostas ao uso de diferentes canais de comunicação. Além disso, ele nos possibilita verificar, por exemplo, o potencial papel dos meios de comunicação na educação e no exercício da cidadania. Assim, estamos apoiados nos questionamentos trazidos por Morawicki (2016), sobre a necessidade de quebrar poderes hegemônicos ainda tão presentes no campo da Comunicação.

Ao refletir que o conhecimento em Comunicação e em Educação é marcado por rupturas e continuidades teóricas, o autor supracitado traz a necessidade de pensar e problematizar a produção de anti-teorias e articulá-las às intervenções sociais nas pesquisas. Dessa forma, também os métodos seriam pensados entendendo que a metodologia emerge das práticas sociais e a perspectiva metodológica histórica é um dos caminhos para “romper com saberes hegemônicos” (MALDONADO, 2008, p. 160). Essa necessidade de abertura do campo da Comunicação aos estudos de intervenção social também está presente nas críticas feitas por Martín-Barbero (1988) ao campo, na América Latina. A aproximação entre as teorias e a observação/trabalho empírico poderia trazer novas perspectivas aos estudos da área, fugindo de discursos vagos e da reprodução de pesquisas consolidadas (MATTELART; MATTELART 2004; RODRIGO ALSINA, 1995; MORAWICKI, 2016; MARTÍN-BARBERO, 1988).

A construção coletiva da pesquisa perpassa a compreensão dos contextos que atravessam os sujeitos. Situar os sujeitos no tempo e no espaço possibilita perceber particularidades constitutivas da investigação que se refletirão sobremaneira na problematização e nos arranjos metodológicos. A *perspectiva transmetodológica*, além de refletir sobre arranjos e confrontações entre métodos e técnicas de pesquisa, também nos leva a problematizar os fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, históricos e de memória, que atravessam os sujeitos comunicantes e trazem singularidades constitutivas para as nossas



análises.

Desse modo, ao problematizar práticas cotidianas dos sujeitos, atravessadas pela tecnologia, por exemplo, somos conduzidos a refletir sobre as “microrresistências” cotidianas que produzem “microliberdades” e como, nessas práticas, os sujeitos trabalham sentidos e táticas para fugir de engessamentos, da homogeneização e de censuras, buscando o exercício de vozes e de cidadanias outras, para além das lógicas jurídicas formais (GIARD, 1994).

Esse deslocamento construtivo, permeado por mudanças e rupturas epistemológicas, proporciona a abertura das ciências para o social e para a necessária passagem de uma cultura instrumentalista – que não reflete sobre usos, apropriações e ressignificações da tecnologia pelos sujeitos comunicantes, por exemplo – para uma cultura do conhecimento como construto – que valoriza dimensões sociais, culturais, políticas e as sabedorias ancestrais que constituem os sujeitos.

A aproximação com os sujeitos comunicantes pelo olhar transmetodológico, requer atitudes afetuosas – entendendo o prefixo “trans” tal como é proposto por Maldonado (2013) –, como atravessamentos, diálogos e aprendizagens contínuas, decorrentes de movimentos de ação que se ressignificam constantemente. Deste modo, a aproximação com os objetos de pesquisa demanda o uso de táticas e de estratégias flexíveis e dinâmicas para pensar as experiências de vida construídas. Essas experiências se estabelecem diante de contextos complexos que atravessam, por exemplo, a questão econômica. Esta é uma categoria que precisa ser questionada nas nossas investigações, sobretudo o modo como o conhecimento possibilita confrontações e pode ser um instrumento de transformação econômica (PIKETTY, 2014).

Ressaltamos, ainda, dentro da análise das experiências de vida que atravessam os sujeitos, a dimensão do contato com a cidade e a perspectiva desse espaço como um lugar de memória e de reconhecimento que “ampara nossa identidade, percepção e memória” (BOSI, 2003, p. 114). Desse modo, no percurso de investigação, espaços constitutivos da cidade se configuram como “caminhos familiares” que retratam as relações construídas, o que foi e o que é vivido, e conduzem a caminhos de experiência, particularidades relevantes para a aproximação e o diálogo com os sujeitos comunicantes.

É importante também ressaltar que o conhecimento é atravessado pela



história e pela memória. Assumindo, pois, um “espírito científico”, nosso conhecimento, nossas percepções e nossas visões de mundo precisam ser avaliadas constantemente (BACHELARD, 2001). Esse movimento de ação nos possibilita questionar, por exemplo, até que ponto, nessa dinâmica digital que nos atravessa na contemporaneidade, os vínculos tecnológicos têm sido usados para a produção e para a socialização do conhecimento com o objetivo de modificar realidades concretas (DARTON, 2010). Será que estamos usando tais mecanismos tecnológicos como caminhos para valorizar a experiência multicultural e as identidades locais e regionais, ou estamos padronizando usos e acessos, criando gramáticas que são acessíveis apenas a uma parcela da população e excluindo uma enorme quantidade de sujeitos? Nesses espaços também dialogamos com os saberes ou estamos elegendo o saber científico como detentor de “verdade” e de validade? Quais os nossos contatos com o tecnológico, como nós nos apropriamos dele e somos atravessados por ele?

Dessa forma, questionar e problematizar os vínculos tecnológicos contemporâneos nos faz investigar e sublinhar a necessidade de combinações *transmetodológicas* de linguagens, exercendo nossa cidadania acadêmica e científica como pesquisadores cidadãos, assim como nos conduz a firmar uma relação de respeito, entusiasmo e audácia para com a tecnologia. Entender que ela é um elemento que atravessa os sujeitos comunicantes e gera particularidades no processo de comunicação e de constituição desses sujeitos requer flexibilidade e sensibilidade do pesquisador, pois é necessário compreender as peculiaridades e a complexidade dos processos (DARTON, 2010).

Compreender a absorção do conteúdo dos meios como não-linear e decorrente das relações estabelecidas entre os sujeitos e os seus referentes simbólicos também abre a discussão para tratarmos da importância e do papel das *mediações*. Isso nos leva, principalmente, a perceber um sujeito ativo, reflexivo e problematizador, que modela cognitivamente suas percepções dos meios de comunicação, pelo contato com a técnica e também com o social, e que reconfigura as narrativas, provoca nelas rupturas, divergências ao seu sentido instrumental inicial. Martín-Barbero (2008) traz ao debate uma nova reconfiguração das mediações, a partir de observações sobre a constituição dos sujeitos e do contexto ao qual se vinculam. Assim, esse autor dá destaque às tecnologias comunicacionais e o seu papel histórico como mediadoras do





conhecimento e da política. É dessa forma que as novas tecnologias abrem espaço para expor as lutas dos sujeitos pela comunicação e pela valorização das igualdades e das diferenças culturais, reivindicando o exercício da cidadania. Esses movimentos possibilitados pelas tecnologias e por novos olhares para os sujeitos trazem também a recuperação do sentido de comunidade e de pertença locais, necessários para a compreensão de mundo desses sujeitos e o modo como irão se apropriar dos meios de comunicação.

Diante de tais dimensões constitutivas das investigações, partimos da perspectiva transmetodológica, que propõe que “o método não é neutro. É intrínseco aos temas trabalhados” (ALVES, 2014, p. 105). Isto posto, compreendemos que o percurso de construção metodológica das investigações nos leva a escolhas e decisões que não são automáticas ou mecânicas. Por isso, precisam ser interpretadas, explicitadas, argumentadas e devem dialogar com a proposta de pesquisa, bem como com suas particularidades. Destarte, o “chão” metodológico, ou seja, as bases da investigação são fundamentadas em construções espaciais, nos atores envolvidos e nos suportes antropológicos, linguísticos, sociais, políticos e culturais que os permeiam e constituem (ALVES, 2014).

É assim que as necessárias *desobediências epistêmicas* problematizadas na América Latina precisam ser refletidas e questionadas. Diante de um cenário de fundamentais aberturas das ciências, a América Latina é destacada por autores como Martín-Barbero (2008) e Maldonado (2008) como um espaço efervescente para o pensamento e para a problematização da Comunicação, capaz de incitar mudanças necessárias na área. Assim, a efetivação de *epistemologias transformadoras* (MALDONADO, 2013) no campo da Comunicação, acarreta mudanças de diretrizes e de revisão dos estudos ainda focados no funcionalismo e no cientificismo. Tornam-se, pois, fundamentais a abertura e a problematização dos estudos da América Latina, partindo do exercício dialógico com os saberes populares e regionais. Deve-se pensar a comunicação a partir da cultura e ambas devem ser vistas como campos de exercício de poder, de luta e também como espaço de resistência e de emergência das culturas populares. Espaços esses que sofrem mutações, aprimoramentos, rupturas e atravessamentos diversos, que devem impulsionar um saber emancipador, assim permitindo que o sujeito comunicante transforme de maneira ativa, reflexiva e viva seu conhecimento do



mundo e dos outros que os atravessam e constituem, alcançando o conhecimento de si mesmo.

Torrico Villanueva (2016, p. 147) propõe novos modos de ver e perceber a comunicação, para além dos modelos ocidentais e colonizadores que nos foram ensinados e naturalizados, sobretudo diante das características de “caráter e potencial subversivo” dessa prática. Desta feita, “des-ocidentalizar” a comunicação significa pensar além dos efeitos e da instrumentalização dos meios, criando um espaço próprio de comunicação. Segundo o autor supracitado, essa comunicação deve configurar-se como *alter* e *nativa*, ajudar-nos a pensar e a problematizar a região da qual falamos e em que nos situamos, considerando os conflitos e particularidades. Assim, a América Latina deve ser investigada como um espaço privilegiado, fronteiriço, o que daria vazão à construção de um “pensamento crítico e inovador” (TORRICO VILLANUEVA, 2016, p. 147).

O processo de descolonização dos saberes é também, segundo Mignolo (2008, p. 300), um movimento de contraposição epistêmica, de se desvincular do genuíno ocidental, abrindo caminho para uma “pluridiversidade”. Significa assumir uma consciência mestiça e uma *identidade política* de resistência. A *opção decolonial* carrega o sentido de “aprender a desaprender”, ressignificando percursos, narrativas, discursos e o processo de constituição dos sujeitos – e mesmo a maneira de compreendê-lo (MIGNOLO, 2008, p. 290).

### **| Mergulhos teórico-metodológicos em contextos: a construção da pesquisa no “olhar” e compreender o outro**

Para entender fenômenos, fundamentar percursos e construir caminhos, precisamos estabelecer movimentos de mergulho em contextos. Situar os sujeitos comunicantes no concreto nos permite refletir sobre os atravessamentos que eles vivenciam e também nos possibilita sair do abstrato e desenvolver caminhos em busca de respostas, de confrontações teórico-metodológicas e de ressignificação de conceitos e teorias.

Contextos são espaços complexos. Eles são permeados por dimensões culturais, sociais, políticas, de comunicação e de contato/confrontação tecnológica. É necessário destacar que entendemos a tecnologia como algo muito



além de instrumentos. Ela consiste em dimensões técnicas, sociais, políticas e culturais que circundam o nosso cotidiano. Desse modo, o contexto não está separado dos sujeitos comunicantes: ele constitui estes agentes, os envolve e está presente na problemática de investigação e na justificativa da validade e da importância de estudar um tema em detrimento de outro.

No exercício da contextualização, partimos de uma visão geral do fenômeno e vamos construindo caminhos perceptivos para chegar ao particular. Logo, contextualizar a pesquisa científica se traduz em um movimento de reflexão, de questionamentos, de organização e de aprofundamentos histórico, social, cultural, político e técnico. O contexto ajuda a visualizar quais mediações atravessam os sujeitos de investigação e o quanto de mediação está presente em suas práticas cotidianas e de construção de memória (MALDONADO, 2011; BONIN, 2011; 2013).

A construção de uma investigação humana e cidadã deve levar em conta que os sujeitos são atravessados pelas práxis e pela multidimensionalidade da comunicação. Os indivíduos são construídos a partir da leitura de contextos, dos métodos, das problemáticas que se impõem, fazendo-se necessário testar e experimentar métodos e problematizar a reflexão crítica sobre eles, a partir de particularidades observadas nos contextos e que irão interferir diretamente na problemática de trabalho (ALVES, 2014).

Nesse sentido, Norris (2007) adverte que o conhecimento deve ser desenvolvido a partir das problematizações das crenças naturalizadas. Ele se constitui de duas maneiras fundamentais: *conhecimento pessoal e conhecimento do mundo*. Ambas as instâncias devem ser vistas como imbricadas, permitindo a aproximação ao que propõe Popper (1975) que o conhecimento é inerente às problemáticas, aos argumentos e aos conceitos que os sujeitos constituem na vida. O conhecimento é assim visto como um processo. Não é pleno e se fundamenta no movimento, na solução e no surgimento de novas questões, denominadas de *situações-problema*. Elas estão relacionadas às problemáticas teóricas que se constituem como fundamentais para a construção do conhecimento. Dialogando com essa perspectiva, Kuhn (1998) propõe que teoria e fato científico são inseparáveis, necessários para responder aos problemas de pesquisa e para encontrar conceitos e ideias que orientem o trabalho. Mas, para isso, é fundamental que no percurso as teorias sejam constantemente



reformuladas e os paradigmas, questionados (KUHN, 1998).

Diante do que foi até aqui defendido, acreditamos que o contexto atravessa a problemática de investigação numa abordagem multifocal e dialoga com realidades históricas e socioculturais, com aportes de midiaticização, com o modo como os sujeitos conversam, confrontam, usam e se apropriam dos meios de comunicação e de suas narrativas. Os contextos, em suas diversidades constitutivas, possibilitam elementos de distinção que exigem olhares sensíveis para cada objeto e também para os procedimentos utilizados. Nesse sentido, as pesquisas que tenham como foco analisar os fenômenos comunicacionais contemporâneos requerem penetrações reflexivas sobre os atravessamentos técnicos, econômicos e políticos no cotidiano dos sujeitos comunicantes (PIKETTY, 2014).

Problematizar a técnica leva-nos a desmistificar visões deterministas, pessimistas e reducionistas que trabalham o significado/sentido da técnica apenas como instrumento que traz alterações funcionais ao cotidiano. Para além dessa perspectiva, a técnica deve ser compreendida e problematizada como um instrumento de comunicação. Tomás Maldonado (2007) propõe que a técnica é também acompanhada por transformações nas condições de produção do conhecimento. Refletir sobre a técnica pressupõe contextualizar e destacar atravessamentos e transformações culturais importantes que permitem a constituição do mundo digital. A técnica está envolta em uma multiplicidade de perspectivas e de visões, fato que faz necessário considerar a força dos tecnicismos e da tecnocultura como um aspecto cultural central na contemporaneidade. À vista disso, nos movimentos e caminhos de contextualização, precisamos observar que tais fatores atravessam os sujeitos de pesquisa, interferem em suas práticas cotidianas, no contato com o outro, na construção de si e na busca de instrumentos para o exercício de cidadania (T. MALDONADO, 2007).

Pensar sob esse prisma nos leva à reflexão sobre a emergência de construir metodologias que dialoguem sobre os usos e atravessamentos sociais pela técnica. A técnica é autônoma, autossuficiente, se auto-organiza. Nesse sentido, ela demanda que nossas investigações sejam fundamentadas no distanciamento crítico, na auto-avaliação, na auto-crítica, para refletir e para problematizar tecnicismos, sobretudo visões pessimistas, totalizadoras e



binaristas sobre a técnica e a tecnologia e que em nada contribuem para um debate e para a reflexão crítica sobre o tema. Assim sendo, verificar os atravessamentos de contexto pela técnica requer também apoiarmo-nos na interdisciplinaridade para que não tenhamos visões fechadas ou reducionistas. O cotidiano é alterado por esses instrumentos que são mais que suportes. Todavia, há de se ressaltar que as dimensões analógicas também possibilitam mediações que precisam ser questionadas e levadas em conta em nossas pesquisas, assim como o diálogo fundamental entre analógico e digital, já que são duas instâncias cada vez mais interligadas e que atuam na construção de visões de mundo e de percepções.

Observar que os sujeitos comunicantes são atravessados e constituídos pela técnica também requer que problematizemos contextos econômicos. Acreditamos que o contexto em que os atores sociais estão inseridos, bem como os fenômenos que os atravessam, trazem particularidades que devem ser refletidas na problemática, nos objetivos e na justificativa da pesquisa. Desse modo, questionar a técnica também nos leva a perceber como os fatores econômicos, a concentração de renda e as desigualdades sociais, exigem do pesquisador criatividade, sensibilidade e o uso do afeto na escolha, na definição e na confrontação de métodos e do caminho metodológico como um todo.

A perspectiva econômica está presente nas dimensões sociais, culturais, políticas, científicas, de constituição dos sujeitos e de suas realidades. Ela exige olhares transdisciplinares que não reduzam a problemática apenas ao financeiro, mas que reflitam sobre as construções simbólicas que a dimensão econômica pressupõe e que não são devidamente problematizadas/refletidas. O econômico, na visão de Thomas Piketty (2014), carece de problematização por hoje ocupar um patamar que transpassa diversos setores. Problematizar a precarização do trabalho, o conflito com o capital, a concentração de riquezas e as desigualdades que estão presentes nessa dinâmica, permite-nos olhar de forma mais apurada a realidade que circunda nossa investigação e também os diferentes níveis de afetação que tais problemáticas podem gerar. Arturo Escobar (2011, p. 66) também reflete sobre esse atravessamento ao refletir sobre os processos de luta e de resistências de grupos locais contra os “aspectos destrutivos da globalização”. Para lutar contra a colonização, a exclusão de seus referentes culturais e identitários e para defender os lugares que habitam, esses grupos tomam por base



os elementos de referência que os constituem como e enquanto sujeitos históricos, econômicos, culturais e também como produtores de conhecimento.

É importante, outrossim, problematizar nesse movimento contextual dos atravessamentos da técnica e do econômico, as relações históricas e de memória que se apresentam nesse processo. Não só os atravessamentos da midiatização, mas os próprios fatores econômicos e históricos fazem com que os sujeitos tenham mais contato com determinados meios de comunicação em relação a outros, por um sentido de reconhecimento para com aquela narrativa.

As contextualizações dos elementos que constituem e atravessam os sujeitos contemporâneos devem observar o potencial rizomático da rede fugindo de determinismos tecnológicos e também problematizando as mudanças na participação democrática, no modo de observar e acompanhar a política pelos dispositivos tecnológicos e até mesmo na ruptura com antigas práticas, proporcionando novos modos de pensar e de fazer política. (RUEDA, 2012).

Diante das perspectivas levantadas, a pesquisa científica assume, também, um papel importante para reterritorializar os processos de midiatização, ainda que o faça de maneira simbólica (MALDONADO, 2011). Por meio da confrontação e da observação, a investigação científica deve propor olhares apurados para as narrativas midiáticas, sobretudo para as “traduções” de mundo realizadas, muitas vezes fechadas e generalistas, apagando certos referentes culturais locais e regionais em detrimento de uma narrativa global padronizada. É no espaço de observação analítica de pesquisa que podemos nos aproximar da perspectiva das *processualidades multimidiáticas* pensando modelos possíveis, que, partindo de visões transmetodológicas, reflitam sobre multidimensionalidades e multicontextualidades para possibilitar reconhecimento e identificação (MALDONADO, 2011).

A pesquisa científica em Comunicação, ao contextualizar o lugar dos sujeitos, passa à análise de como eles são atravessados pela mídia, onde estão inseridos e o quanto da experiência deles é atravessada pela midiatização. Por consequência, de acordo com Pedroso e Bonin (2012), um questionamento necessário ao iniciar a investigação é analisar como a reflexão sobre as mídias irá atravessar a análise. Trata-se de um caminho fundamental que nos possibilita refletir sobre o contato dos sujeitos com a narrativa midiática e como as perspectivas de memória, de reconhecimento, de apropriação e de ressignificação



das narrativas, assim como a quebra de contratos de leitura das mídias, atravessam o cotidiano deles.

É sob esse prisma que também apuramos o olhar para atividades de ruptura e continuidades nas investigações científicas, de modo que nosso trabalho de investigação seja fundamentado numa autocrítica que nos impulsiona a analisar quais disciplinas/perspectivas carecem de movimentos de continuidade e quais precisam de rupturas, entendendo que os dois movimentos são intrínsecos ao ofício da pesquisa e da vida, e nos conduzem a descobertas fundamentais.

### **| Episteme, método e pesquisa: reflexões tentativas**

Construir uma pesquisa científica comprometida e crítica requer questionamentos e o abandono de saberes e posturas tecnicistas e que se desvinculam do saber social. O contato com o contexto e os atravessamentos concernentes a ele também nos exigem conduzir nossas investigações como um caminho para a reflexão sobre o método. Trata-se de um exercício filosófico que leva em conta dados, contextos, demandas dos sujeitos, e sensibilidades que atravessam a vida e o ofício do pesquisador (SARTRE, 2011).

É a partir do método que vamos construindo caminhos para contrapor e confrontar realidades. O método se constitui como um mapa, um construto. Ele consiste em experimentações que vamos desenvolvendo no decorrer do percurso de investigação. Para isso, precisa ser flexível e dialogar com a transdisciplinaridade, de modo a dar conta dos fenômenos de maneira mais completa e complexa. As confluências metodológicas entre as diversas áreas do conhecimento nos permitem ir construindo métodos e também desenvolver complexidades metodológicas horizontais e verticais. Essas experiências refletem mediações relevantes para questionar a pesquisa (SARTRE, 2011). É importante, contudo, que essa transdisciplinaridade ocorra de modo efetivo e que não seja apenas fundamentada no discurso abstrato. Só assim é possível o exercício necessário de refletir e problematizar diferentes perspectivas metodológicas e, ao colocá-las em confronto, dar oportunidade ao surgimento de algo novo, do que pode e deve ser experimentado, criado, reconfigurado de acordo com as necessidades da pesquisa.



Sustentamos nossas investigações em fatos científicos, mas eles não são um dado, *a priori*. Os dados ganham sentido a partir da problemática construída. E é a problemática, junto ao mapeamento de contexto, que nos vão direcionar na construção dos métodos a serem utilizados. O problema de investigação não nasce do senso comum: ele deve ter sustentação na observação cuidadosa e interessada, na problematização e na experimentação. Assim, nosso caminhar construtivo de análise nos aproxima do trabalho do artesão, como propõe Mills (1975). Este profissional, dotado de autonomia, também aprende no processo, problematiza o fracasso, faz planos, modifica o curso das coisas.

Fundamentar nossa investigação no *artesanato intelectual* permite-nos fugir de engessamentos metodológicos e também confrontar nossas percepções de mundo. Cientes de nossas insuficiências, abertos às verificações de opiniões, concebendo um caminho baseado no diálogo e na construção conjunta de sujeito pesquisador e sujeito comunicante, desenvolvemos uma “colheita perceptiva” (BOSI, 2003, p. 114) que deve ser sustentada na flexibilidade, na sensibilidade e no afeto, dimensões constitutivas fundamentais das investigações, tal como também é proposto nos estudos de Bachelard (2001).

O método auxilia a construção de dados, que são construtos de pesquisa. Desta maneira, arranjos metodológicos devem ser pensados no sentido de confrontar dados, avaliar percepções e problematizá-las. Junto ao método, as técnicas de pesquisa assumem uma função que vai além de artefatos. Circundadas pela ação, essas técnicas são também rearranjadas e ressignificadas, estão envoltas em uma práxis metodológica (BONIN, 2011; 2013; BACHELARD, 2001).

O processo metodológico parte do olhar de mundo, de interlocução entre métodos. Esses olhares, junto às problematizações, às reflexões, e à desconstrução de práticas acadêmicas eminentemente técnicas, engessadas e, de certas prontas, possibilitam rupturas necessárias com o senso comum e abrem caminho para a carência de pensar/problematizar a diversidade de contextos e os elementos de distinção que dizem muito sobre os sujeitos comunicantes. Assim, o solo, “o chão” da investigação, vai sendo construído a partir da leitura de contextos, de métodos e de problemáticas, não é dado *a priori*, o que também nos traz a necessidade de testar e experimentar métodos. (ALVES, 2014; BOSI, 2003).

É nesse sentido que Feyerabend (1989) estabelece sua crítica sobre a





uniformidade e a padronização das posturas e das atividades científicas, advertindo sobre a necessária fuga à concepção de métodos e de teorias fixas. O avanço da ciência se torna possível também, e especialmente, nos caminhos de confrontação e desconstrução de teorias consolidadas. É assim que, defendendo uma metodologia efetivamente pluralista, o autor propõe que as produções sejam “contraindutivas”. Devem-se confrontar teorias, comparar ideias e buscar o melhoramento das hipóteses ao invés de excluir aquelas consideradas mais fracas. É preciso compreender o trabalho científico para além das teorias que convergem entre si, mas como a necessidade de confrontar e pôr em diálogo teorias incompatíveis, fazendo com que o conhecimento avance. Assim, substituir a indução pela conraindução, permite uma análise crítica de que todas as metodologias, inclusive as mais consolidadas nos diversos campos científicos, têm seus limites. A uniformidade das teorias é um entrave para o exercício crítico-reflexivo dos campos de conhecimento. (FEYERABEND, 1989).

O arranjo metodológico é também defendido por Popper (*apud* Japiassu, 1977) ao enfatizar que os métodos devem ser combinados e construídos resultando em uma aplicação problematizadora que observe que o sujeito se conhece através do objeto e vice-versa. Na visão de Martín-Barbero (2008, p. 45) o método precisa ser visto como “além de uma ferramenta” e resulta de um ponto de vista particular e problematizador após o contato com o objeto. (JAPIASSU, 1977; PEIRCE, 1877, MARTÍN-BARBERO, 2008).

O contato com os sujeitos de pesquisa, com os contextos e com os procedimentos teórico-metodológicos, também atravessa a problemática de investigação. A inter-relação entre os métodos permeia a dinamicidade dos sujeitos comunicantes e permite fugir de aprisionamentos, a partir da reinvenção metodológica. O método deve, então, ser pensado nos desafios da pesquisa, nas práxis, algo que possibilita observar que a confluência de métodos não acontece de modo pacífico. Não se trata de algo simples. É um percurso construído com base na reflexão, no cuidado ético – político, na sensibilidade de compreensão de contextos e de seus atravessamentos e na análise das mediações que são centrais em cada pesquisa. Além disso, acrescentamos como fundamental o exercício de “concretização” dos conceitos e a necessidade de dinamizar e confrontar a investigação teórica junto ao que é observado e problematizado no empírico, o que também direciona e conduz aos métodos e às técnicas que devem ser usados



na averiguação (MALDONADO, 2013; 2015; MILLS, 1975).

O exercício de confluência metodológica também nos leva a buscar a confrontação entre métodos. O confronto possibilita avaliar, refletir, problematizar e, ao colocar em contato matrizes metodológicas distintas, abre a possibilidade de pensar o novo, o diferente, a reinvenção e a ressignificação necessárias para atender a sujeitos comunicantes que se movem, são dinâmicos, são vivos. Os desafios e a práxis metodológica da investigação requerem reflexões sobre as rupturas. Assim, o exercício crítico deste percurso também está fundamentado na prática de analisar, de auto-avaliar, de colocar em xeque e de abandonar “receitas” metodológicas prontas, passo-a-passos que não dialogam com o espírito de construção e desconstrução construtivos que fundamentam o trabalho científico. (MALDONADO, 2015; BONIN, 2013; PIKETTY, 2014).

Dessa maneira, Popper (1975) nos alerta sobre a necessidade de questionar os problemas teóricos e de perceber o conhecimento muito além das induções que temos no trajeto de produção da pesquisa. Assim, é necessário analisar a *dimensão epistemológica* da investigação como uma tradução do que é proposto pelas várias ciências, caracterizando-se por ser histórica e por questionar a influência dos processos simbólicos. A epistemologia entende que, no ambiente científico, deve-se apostar na interdisciplinaridade entre os mais diversos campos do saber, assim possibilitando a substituição de ensinamentos compartimentados ou da supervalorização de um campo do saber em detrimento de outros. Uma epistemologia crítica e transformadora se fundamenta em contatos interdisciplinares mais profundos e preocupados com o questionamento do fazer ciência, de fechar lacunas e de construir e reconstruir de maneira contínua as práticas científicas e as suas diretrizes (POPPER, 1975; BOURDIEU *et al.*, 2010).

Assim, além das rupturas necessárias, as epistemologias de continuidade nos permitem, no trajeto crítico-construtivo da investigação, realizar procedimentos exploratórios que se alimentam de referências anteriores, das disciplinas, dos laboratórios, das experiências adquiridas no ofício e na vida. Há a necessidade de deslocar significados, de problematizá-los, de refletir de onde partem e quais as suas contribuições para o processo. Esses movimentos nos permitem investigar e construir a pesquisa a partir de perspectivas processuais, artesanais, de diálogo com diferentes referentes culturais, com saberes



ancestrais, contemporâneos, populares, acadêmicos e outros (CORCUFF, 2015).

### **| A exploração, a desconstrução e a práxis metodológica**

A pesquisa científica se fundamenta em um princípio de reflexão e problematização. Partilhamos olhares teóricos que nos possibilitam levantar hipóteses a respeito da problemática que estamos construindo. Mas, é no contato, no caminhar, na ação da pesquisa, que vamos nos aproximando da realidade concreta do que estamos averiguando. Iniciamos o processo de pesquisa pela exploração, verificando as mediações que partem do empírico, dos contextos nos quais os sujeitos estão inseridos. É no empírico que as teorias e os conceitos serão confrontados e renovados. (MALDONADO, 2011; PEDROSO; BONIN, 2012).

Desta feita, compreendemos que a pesquisa exploratória possibilita o confronto entre a teoria e o real. Teoria e empiria, para Bachelard (2001), não podem ser vistos como estanques, pois são dimensões que dialogam e dependem uma da outra, dinamizam-se e se ressignificam quando em contato. Isto posto, o mergulho no empírico e nas observações exploratórias tem a função de desestabilizar, trazendo também a oportunidade de experimentação, de colocar ideias, conceitos e métodos à prova. O empírico está fundamentado na perspectiva de observar os ruídos e os erros, elementos capazes de oferecer novidade à pesquisa e também desconstrução/amadurecimento/construção do pesquisador, algo que nos desacomoda e que nos permite ter contato com descobertas, com o novo (BONIN, 2013; BACHELARD, 2001). As dimensões do contato e da observação são fundamentais no processo constitutivo das investigações. Para isso, precisamos adentrar na “aventura da percepção”, proposta por Ecléa Bosi (2003, p. 115). Algo que exige do pesquisador a sensibilidade e a atenção para depreender os fenômenos particulares que atravessam os sujeitos, muito além de apenas mediações impostas.

Embora a perspectiva exploratória da pesquisa permita desconstruções necessárias ao exercício do ofício do pesquisador, alguns elementos podem funcionar como obstáculos epistemológicos, caso não sejam devidamente refletidos no trajeto. Bachelard (2001) destaca que a falta de distanciamento com o objeto, a ausência de crítica a conhecimentos anteriores – exercício reflexivo das epistemologias de continuidade e ruptura – e a desconstrução de sentidos comuns científicos, funcionam como alguns dos entraves que precisam ser



superados para a produção de investigações críticas. Junto a tais perspectivas, é necessário observar a realidade como algo não transparente, o que requer um constante questionamento reflexivo de modo a desestabilizar percepções e a propor uma atitude concentrada que permite a *ruptura epistemológica*. Processo este que desorienta, desconstrói certezas, confronta e permite o exercício de óticas diferentes. (BOSI, 2003).

O percurso exploratório da pesquisa deve, portanto, ser analítico e reflexivo, permitindo recortes e a construção de caminhos sobre o que efetivamente se quer averiguar. O contato com o empírico proporciona confrontar conceitos, reinventá-los, re-aproximar perspectivas, como já ressaltamos nesse texto. Ele possibilita, ainda, rever o problema, as hipóteses, as perspectivas epistemológicas adotadas e o reconhecimento de fenômenos, num exercício dinâmico e de ação (BONIN, 2013).

O movimento analítico, concentrado, crítico e problematizador que deve ser desenvolvido no caminho exploratório proporciona o contato com as intersubjetividades. É nele que as relações de experiência subjetiva podem se aproximar, respeitando diferenças e as alteridades, fazendo valer a dimensão do afeto (RUEDA, 2012). O afeto é uma dimensão da investigação que também nos desestabiliza a usar a criatividade e a sensibilidade para pensar nos arranjos e na riqueza constitutiva de métodos e de técnicas, para além da rigidez e do aprisionamento.

Nessa trajetória, as técnicas de pesquisa precisam também ser pensadas de modo flexível, a partir do contato com os contextos que circundam nossos objetos. Muito além de instrumentos e artefatos, elas são, como propõe Tomás Maldonado (2007), teorias de operacionalização dos conceitos. As técnicas precisam nascer das práxis, da ação, e, a depender das particularidades constitutivas de cada investigação, possuem distintas apropriações. Desestabilizando visões instrumentalistas da técnica, podemos entendê-la como uma dimensão que também permeia e nutre-se de aspectos sociais, culturais, de perspectivas históricas e do diálogo com os diferentes campos do saber. As técnicas não devem ocupar um lugar secundário nas investigações.

Nesse curso processual das investigações científicas, Mills (1975) trabalha com a ideia de que métodos mestiços, a mistura de ideias e as reflexões são elementos fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas. Além disso,



também problematiza a necessidade da *imaginação sociológica* voltada ao domínio, à relação, à confrontação e à ressignificação de conceitos, para dar conta da realidade concreta que é atravessada por perspectivas históricas e de memória. (MILLS, 1975).

### | À guisa das considerações finais

Um elemento fundamental nas investigações fundadas na *perspectiva transmetodológica* é perceber que essas pesquisas são multidimensionais, assim também como os sujeitos comunicantes que as constituem. A perspectiva permite refletir, ainda, sobre o cuidado e a vigilância para não separar as dimensões teóricas das dimensões metodológicas em nossas análises. Fugindo de superficialismos e de reduções, é preciso observar que o teórico se renova e dinamiza pelo contato com o empírico. Para analisar contextos concretos, partimos de conceitos e de teorias que dialogam com nosso objeto e que são igualmente confrontadas e dinamizadas nele. T. Maldonado (2007) destaca que a observação do empírico define quais teorias e conceitos dialogam de maneira mais clara com nossos objetos e, mesmo que determinada teoria explique de modo eficaz o fenômeno estudado, ao entrar em contato e confrontar o empírico, ela sofre ressignificações. (T. MALDONADO, 2007).

Destarte, a perspectiva transmetodológica permite verificar que a rigidez metodológica precisa ser substituída pela flexibilidade, pela observação e pela experiência, o que não diminui o compromisso ético. Antes, constitui-se como um espaço de defrontação, fundamentado no exercício constante de cuidado e desconstruções. No entanto, não se trata de exercício fácil romper com tantas visões instrumentalistas e funcionalistas que carregamos durante toda a vida acadêmica. Assim, a dimensão do afeto entra nas nossas pesquisas não apenas no sentido de ver o outro, mas também de entendê-lo como protagonista, percebê-lo como um sujeito comunicante que interfere, modifica, transforma as dimensões sociais, culturais, resiste ao contrato de leitura midiática e reivindica espaços, narrativas novas, dinamizando o processo de midiatização e ressignificando as mediações.



## REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. Comunicação, cultura e bem-público: convergências metodológicas sob desafios. In: MALDONADO, A. E. Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: processos receptivos, cidadania e dimensão digital. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 101 – 121.

BACHELARD, G. A epistemologia. Lisboa: Edições 70, 2001.

BONIN, J. A. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um processo de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

\_\_\_\_\_. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: Jiani Adriana Bonin; Nísia Martins do Rosário. (Org.). Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2013, p. 23-42.

BOSI, E. Entre a opinião e o estereótipo. In: \_\_\_\_\_. O tempo vivo da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 113-126.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C.. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CORCUFF, P. Qué há pasado con la teoria critica? Problemas, intereses em juego y pistas. Revista Cultura y representaciones sociales, v.9, n. 18, 2015. México: UNAM, p. 63-79.

DARTON, R. A questão dos livros. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 83-122.

ESCOBAR, A. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. In: La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina. Ediciones CICCUS-CLASCO, 2011.

FEYERABEND, P. Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 3-30.

JAPIASSU, Hilton. Introdução ao pensamento epistemológico. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. 5ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

MALDONADO, T. Memoria y conocimiento: sobre los destinos del saber en la perspectiva digital. Barcelona: Gedisa, 2007. p. 199-222.



MALDONADO, A. E. La trayectoria metodológica suscitadora de J. Martín Barbero. Jesús Martín Barbero: Comunicación y culturas en América Latina. Revista Anthropos, Huellas del conocimiento. n. 219, p. 157-167, 2008.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: \_\_\_\_\_. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 277-303.

\_\_\_\_\_. A perspectiva transmetodológica na conjuntura da mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J.A.; ROSÁRIO, N. Perspectivas metodológicas em comunicação: Novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 31-57.

\_\_\_\_\_. Epistemologia de la comunicación: análisis de la vertiente Mattelart en América Latina. Quito-Ecuador: CIESPAL, 2015. p. 217-244.

MARTÍN-BARBERO, J. Comunicación y culturas em América Latina. Revista Anthropos/Huellas del conocimiento, Nº 219, 2008 (completo).

\_\_\_\_\_. “Retos a la investigación de comunicación en América Latina”. In: J. Martín Barbero, procesos de comunicación y matrices de cultura/ Itinerarios para salir de la razón dualista. Barcelona: Gustavo Gili, 1988, p. 82-97.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Pensar as mídias. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MILLS, C. W. Do artesanato intelectual. In: \_\_\_\_\_. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 211-243.

MORAWICKI, K. Matrices teóricas y políticas en el campo académico de Comunicación y Educación en Argentina. Revista Actas de Periodismo y Comunicación, Buenos Aires, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/actas/article/view/4023>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

NORRIS, C. Epistemologia: Conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEDROSO, D.; BONIN, J. A. Metodologia no processo investigativo: a construção da arquitetura teórico-metodológica de uma pesquisa de recepção cinematográfica. Interin, Curitiba, v. 13, p. 1-18, 2012.

PEIRCE, Charles Sanders. A fixação da crença. Popular Science Monthly, 12, nov. 1877. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/peirce\\_a\\_fixacao\\_da\\_crenca.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/peirce_a_fixacao_da_crenca.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 43-111.

POPPER, K. R. Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.



RODRIGO ALSINA, M. Los modelos de la comunicación. 2ª ed. Madri: Tecnos, 1995.

RUEDA, R. Cibercuidadañías, multitud y resistencias. In: LAGO, Silvia (compiladora). Ciberespacio y resistencias: exploración en la cultura digital. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012, p. 101-121.

SARTRE, J.P. Crítica de la razón dialéctica. Buenos Aires: Losada, 2011. p. 13-79.

TORRICO VILLANUEVA, E. R. Hacia la Comunicación decolonial. Serie Integrar. Volumen No2. Sucre, Bolivia: Universidad Andina Simón Bolívar (UASB), 2016. 195p.





## Refletindo sobre trilhas e caminhos do fazer pesquisa

*Bruna Lapa da Guia*

### | Considerações iniciais: um olhar para a pesquisa

A prática científica, se comprometida com seu potencial de emancipação e libertação, amplia nossos olhares e perspectivas e pode nos possibilitar a desconstrução de lógicas de opressão, engessamentos teóricos, preconceitos e estereótipos. Por isso, entendemos que o *fazer pesquisa* implica em um contínuo processo de construção e desconstrução de caminhos, trilhas, procedimentos e métodos e em pensar criticamente a respeito da práxis científica. Assim, com Maldonado, E. (2013; 2015), entendemos a epistemologia como uma dimensão que atravessa todas os aspectos e dinâmicas constitutivas das investigações científicas.

Os métodos são, desse modo, escolhas e construções. Precisam ir além de fórmulas prontas e possibilitar modos de diálogos, tensionamentos e confluências entre a dimensão teórica e as particularidades do empírico, do mundo da vida. Ressaltamos, dessa maneira, que a investigação científica é marcada por um exercício dinâmico de formulação do problema/objeto. O problema/objeto não é um elemento dado, *a priori*, mas sim, uma construção científica (BONIN, 2006). Tendo em vista que, como salienta Maldonado, T. (2007), teoria e método são elementos indissociáveis de todo problema/objeto, os procedimentos metodológicos não podem ser percebidos como separados de sua fundamentação teórica.

No estágio atual de nossa pesquisa de tese, buscamos investigar, a partir de práticas comunicacionais e midiáticas realizadas por mulheres participantes de coletivos feministas em Porto Alegre e Salvador, processos sociocomunicacionais de conquista e exercício de cidadania. Essa busca foi

---

Texto revisado por Elisabeth Zorgetz



amparada por uma perspectiva mais alargada do conceito de cidadania, que abrange a percepção das relações de gênero e poder que atravessam e constituem as práticas cidadãs e comunicativas partindo, para isso, de contextos específicos e localizados para tentar compreender fenômenos mais amplos.

Em nosso entendimento, os fenômenos que buscamos observar se constroem imersos em processos comunicacionais e midiáticos complexos e, dessa forma, nossa problemática se apresenta atravessada por múltiplas dimensões que se entrelaçam na trama social. Tendo essas questões em vista, como podemos pensar um caminho metodológico para nossa pesquisa? Caminho este fundamentado epistemicamente e que se situe no campo dos estudos de comunicação, mas que esteja aberto para a multiplicidade e complexidade que os fenômenos estudados demandam?

Nesse sentido, a leitura de Maldonado, E. (2013; 2015) nos faz pensar, a partir de sua perspectiva transmetodológica, que a complexidade do mundo da vida apresenta para a pesquisa científica potências e desafios que demandam aprofundamento, reflexão e formulação de estratégias multifocais que sejam capazes de nos possibilitar perceber e problematizar as várias dimensões que o processo abarca e que a problemática requer. A pesquisa científica em comunicação, em nossa sociedade contemporânea, demanda desenhos de investigação que articulem aspectos de sua existência multifacetada.

[...] uma vertente epistemológica que afirma a necessidade de confluências e confrontações entre vários métodos, realizando processos de atravessamento lógico, desconstrução estrutural, reconstrução de estratégias e problematizações redefinidas, em cada empreendimento/projeto de investigação iniciado. (MALDONADO, E. 2012, p. 31)

Dessa forma, compreendemos a perspectiva transmetodológica como desafiadora e potente para nos inspirarmos em nossa construção de pesquisa. Pensamos que a transmetodologia desenvolvida por Maldonado, E. (2011; 2013; 2015) nos possibilitará exercitar a confluência de múltiplos saberes, concepções, estratégias e métodos, de modo a enriquecer nossa potencialidade de crítica reflexiva e tensionadora a partir do mundo da vida. Em especial, no que tange à temática da cidadania comunicativa, conceito caro à nossa investigação, a prática transmetodológica contribui para ampliarmos as noções que construímos de cidadania enquanto um campo de investigação teórica e empírica, a partir dos



saberes construídos por outras áreas, para fortalecermos o conceito sob um olhar comunicacional.

Considerando essas perspectivas e nossa trajetória de investigação, pretendemos desenvolver neste texto, que não se propõe como conclusivo, breves reflexões epistêmicas e teórico-metodológicas que nos orientarão na construção dos caminhos da pesquisa que estamos desenvolvendo. Interessa-nos fundamentalmente aqui, o exercício de problematizar e refletir sobre o *fazer científico*, sobre os modos de construção dos saberes e conhecimentos da ciência, em suas várias dimensões, e sobre a construção de trilhas e caminhos metodológicos que possibilitem a fundamentação de investigações críticas.

### **| Reflexões sobre o fazer pesquisa**

Consideramos relevante e enriquecedor, para a constituição de trilhas e caminhos de investigações científicas críticas, o exercício de problematizar e refletir sobre o *fazer científico* e sobre os modos de construção dos saberes da ciência, em suas várias dimensões. Recorremos a Maldonado, E. (2013; 2015) para compreender a pesquisa como *práxis* central de aprendizagem, entendendo, dessa forma, que a construção de saberes se dá enquanto processo. Como argumenta Japiassu (1991), o conhecimento se dá em constante movimento e, portanto, só conhecemos efetivamente quando passamos de um conhecimento para outro maior que ele. Assim, pensamos ser necessário, entre outros aspectos, o exercício de uma epistemologia de continuidade (MALDONADO, E. 2013), recuperando o que já foi feito, com um olhar cuidadoso para, então, avançar.

No entanto, vale ressaltar que entendemos não se tratar de uma equação de valores que siga necessariamente uma linearidade histórica, mas sim, da compreensão de que há possibilidades de outras explicações que aprofundem ou ampliem conhecimentos sobre determinado processo. Entendemos que, como as ciências e os conhecimentos surgem e se desenvolvem em contextos sociais determinados, torna-se necessário investigá-los considerando suas múltiplas relações com a sociedade, com as relações entre poder e saber e as diversas dimensões que envolvem este processo. Dessa forma, a construção de saberes se apresenta intrínseca às relações de poder presentes no tecido social e no campo



científico, o que nos leva a pensar tanto em modos de manutenção de lógicas hegemônicas quanto de ruptura com estas.

Pensamos, dessa forma, que a reflexão científica crítica deve se conectar à capacidade de agência de todos os sujeitos envolvidos no processo da pesquisa, como também de resistência às lógicas opressoras e *não-democráticas*. Em nossa concepção, refletir sobre o *fazer ciência* de forma crítica envolve pensar a investigação como constructo, processo de *práxis* refletiva, tensionadora e inventiva e de elaboração de métodos para além do mero uso e repetição de propostas prontas. Envolve, também, pensar a ciência enquanto atividade humana e social, atravessada por funções, responsabilidades, desafios e lógicas de poderes e resistências (MALDONADO, E. 2013). E ainda, como proposto por Bonin (2017)<sup>48</sup> pensar nas potencialidades da ciência ao contribuir para a emancipação humana.

Entendemos, portanto, que numa perspectiva crítica, o *fazer ciência* não pode ser pensado como algo definitivo, que se imponha como uma verdade evidente por si só, nem como atividade que não se afeta pelas lógicas e práticas sociais, descolada do concreto, do mundo da vida e desvinculada da existência (JAPIASSU, 1991; PERUZZO, 2016). Os cientistas e, conseqüentemente, o *fazer científico*, estão inseridos e intimamente vinculados ao mundo complexo da vida e são atravessados por subjetividades, experiências, estados de ânimo, relações sociais, ideologias, motivações e dinâmicas de poder. “O conhecimento humano não saberia desvincular-se da existência, mas não deveria deixar acorrentar-se a ela” (MORIN, 1986, p. 151). A ciência, portanto, não é constituída em um mundo à parte, produzindo saberes desinteressados (JAPIASSU, 1991; WALLERSTEIN, 1996). Assim, não devemos enquadrá-los em um modelo de imparcialidade pura.

Esse pensamento implica no abandono da concepção de ciência como entidade neutra e isenta (MALDONADO, E. 2013; ALVES, 2014). Principalmente quando se trata das ciências sociais e humanidades, pois, se por um lado ela significa pesquisa metódica do saber, por outro, pode ser considerada também como modo de interpretar o mundo. Passa-se, nesse sentido, a aceitar a ideia de uma ciência crítica capaz de refletir e analisar as relações que mantêm com a

---

<sup>48</sup> Conforme fala de Jiani Bonin no II Colóquio Internacional de Investigação Crítica em Comunicação, realizado em 28 de setembro de 2017, na Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS.



sociedade, assim como as eventuais utilizações sociais dos seus saberes (JAPIASSU, 1991).

Dessa forma, concordamos com Peruzzo (2016) que a ciência não é unívoca, mas sim, formada por construções plurais, históricas, que se movem e se transformam de acordo com os processos sociais em que se inserem. O que não nega, de forma alguma, as especificidades do conhecimento científico crítico e tensionador. As ciências constroem saberes rigorosos, guiados por normas lógicas e métodos racionais, confrontados com a experiência. No entanto, esses saberes não se dão de forma definitiva.

Essas reflexões e ponderações nos provocam a problematizar o papel da ciência e dos cientistas na sociedade, ou seja, pensar acerca da sua função social. Nos incitam, também, a pensar que a prática científica envolve tanto processos de construção de pesquisas e produção de conhecimentos quanto modos e mecanismos que possibilitem tornar os conhecimentos científicos acessíveis e entendíveis. Para que a práxis científica possibilite a emergência e consolidação de novas lógicas, novas formas de entendimento e, assim, mudanças sociais, principalmente uma mudança aliada a valores democráticos no combate às desigualdades. Defendemos, portanto, o exercício desafiador de praticar e lutar pela cidadania científica.

Reconhecemos, dessa forma, que assumir a ciência como não imparcial e neutra é, também, um modo de atentarmos para a responsabilidade do pesquisador ao percebê-lo à dianteira de um processo de construção da pesquisa, como produtor de conhecimento, colocando-o face a um dilema ético, epistemológico, metodológico e político do *fazer ciência*. Nesse sentido, consideramos um caminho interessante para a construção de pesquisas o de demarcarmos o lugar de fala, tal como o contexto de cada pesquisador e de cada pesquisa, não de uma forma engessada, como uma propriedade de fala, mas de forma a ressaltar que a investigação (e os saberes que ela possa vir a produzir) é localizada e interessada, evidenciando o caráter de prática humana do *fazer científico*. Em nosso caso particular, por exemplo, demanda o posicionamento enquanto pesquisadora, mulher e feminista, considerando as possibilidades e limitações que esse posicionamento envolve.

Realizar questionamentos dessa natureza também implica reconhecer a necessidade de nos afastarmos de pensamentos totalizantes e de lógicas



excludentes e fundamentalistas. O que nos leva a pensar na necessidade de cultivar olhares múltiplos que não se atrelem somente às lógicas restritivas.

O olhar logocêntrico, unidimensional, especulativo ou pragmático torna-se redutor, retórico, vazio. O mundo da vida é muito mais rico e diverso do que proclamam as declarações pomposas dos apologistas da técnica e dos mensageiros do apocalipse. (MALDONADO, E. 2013, p. 39)

O mundo da vida, da realidade concreta, é muito complexo para que uma pesquisa o decifre ou tente gerar respostas totalitárias e suficientes. A pesquisa científica crítica precisa gerar elementos que trabalhem em prol da construção de um conhecimento mais afinado com valores democráticos. Podemos pensar, a partir de Sartre (2011), que a prática científica deve se desenvolver sem a pretensão de fornecer o conhecimento absoluto.

Entendemos, portanto, que no campo dos estudos de comunicação, no qual a nossa pesquisa se insere, o exercício de reflexão sobre o *fazer ciência* e sobre a construção da pesquisa envolve a percepção de um cenário multidimensional e complexo dos contextos comunicacionais, midiáticos e do mundo da vida. Como observa Maldonado, E. (2013), nos encontramos em uma época de passagem de uma cultura mecânica, estrutural e positivista para uma cultura de informação, conhecimento e experimentação. Vivenciamos, dessa forma, intensos processos de reestruturação das dimensões espaço/tempo a partir de inovações da técnica e tecnologias de comunicação e informação.

A multidimensionalidade e a complexidade dos contextos comunicacionais contemporâneos, atravessados por uma digitalização intensa, demandam das vertentes críticas pensar as transformações midiáticas como uma realidade (expandida) de sistemas, configurações e conjuntos culturais de geração múltipla de produtos culturais que estruturam novas possibilidades simbólicas. (MALDONADO, E. 2013, p. 31)

Os desdobramentos desses processos possibilitaram movimentos de reconfiguração dos modos de comunicação, da mídia, das relações de poder, do *fazer ciência*, dos vínculos e conexões entre as comunidades, culturas e sujeitos, suas sociabilidades e subjetividades. Ainda que os processos midiáticos continuem, majoritariamente, guiados por lógicas hegemônicas capitalistas e mercadológicas, os modos de comunicação digital proporcionaram uma potencialização da produção de bens simbólicos e culturais menos atrelados aos



condicionamentos da instituição tradicional do mercado. Nesses imbricamentos, os processos comunicacionais contemporâneos foram atravessados, condicionados e constituídos pelos sistemas e lógicas midiáticas, que alimentaram o imaginário social (MALDONADO, E. 2013).

### **| Atravessamentos do mundo da vida e a dimensão técnica no fazer pesquisa**

Maldonado, E. (2013) destaca que as transformações tecnológicas (e seus desdobramentos) também impactaram, de alguma forma, o *fazer e pensar ciência*. Assim, cientistas, técnicos e pensadores se depararam, na contemporaneidade, com modos de comunicação digital e produção cultural que possibilitaram, em certo grau, a elaboração de bens simbólicos com menor vinculação às lógicas de mercado. Isso não significa dizer que vivenciamos um completo processo de libertação dessas lógicas, uma vez que as possibilidades não se concretizam de forma democrática e acessível a todos, ao menos não no contexto da América Latina.

De certa forma, podemos pensar que as inovações tecnológicas, como a internet, também possibilitaram que mais pessoas tivessem acesso às informações e dados científicos e que poderiam, assim, em certos graus, confrontar e dialogar com a comunidade científica de forma mais efetiva. São informações e conhecimentos que não desafiam fundamentalmente os saberes dos *experts*, mas modificam as relações entre indivíduos, especialistas e instituições (FLINCH, 2016).

Essa não é uma mudança simplesmente de ferramentas, é uma transformação importante de possibilidades, condições e modos de produzir mensagens, culturas e bens simbólicos. Pouco a pouco vai estabelecendo-se uma realidade de experimentação simbólica ampla. (MALDONADO, E. 2013, p. 37)

Essas reflexões nos fazem pensar em como a dimensão técnica atravessa os nossos processos de prática científica e pesquisa, assim como os processos midiáticos e comunicacionais que intencionamos investigar. Nesse sentido, Maldonado, T. (2007) e Danrton (2010) apontam a necessidade de refletirmos sobre as técnicas e sobre as transformações nas condições de produção do conhecimento, e defendem que o conhecimento técnico se vincule a outros



conhecimentos, em confrontação com outros componentes e dimensões. Ambos os autores ressaltam a necessidade de rupturas e rejeição ao instrumentalismo da técnica, como a importância de uma visada interdisciplinar e transdisciplinar para o estudo, observação e investigação da técnica e dos objetos técnicos (MALDONADO, T. 2007; DARTON, 2010).

Hoy se ve cada día más claro que sólo con aportes de filósofos, historiadores, etnológicos, ignieros, economicistas, psicólogos, e sociólogos se podrá desarrollar una historia de la técnica mas cercana a los problemas de nuestros días. Solo de esta forma la técnica mediata e la inmediata podrán confluír en el mismo campo de reflexion. É improvável que se possa estudar a tecnica sin recorrer a un enfoque interdisciplinar (MALDONADO, T. 2007, p. 204).

Também podemos visualizar isso, de forma exemplificada, no caso pontual dos bibliógrafos apresentados por Danrton (2010). Ao refletir sobre a bibliografia, o autor defende a entrada multidisciplinar, em particular da perspectiva histórica (dos historiadores de livros), para lançar um olhar mais atento e cuidadoso para a importância da tecnologia dos livros, seus modos de produção, dimensionamento e, assim, para os modos como a dimensão técnica atravessa a prática do bibliógrafo. Assim, ele evidencia que a questão da técnica não é um embate novo, moderno ou contemporâneo, mas que habita toda a história humana.

No entanto, como ressaltava Maldonado, T. (2007), este é um debate que se faz presente de forma enfática nas sociedades contemporâneas. Na atualidade, especialmente com o advento de novas tecnologias, a técnica emerge como uma realidade que atinge, em diversos graus, grande parte dos aspectos da vida contemporânea. Maldonado, T. (2007), recorrendo a Simondon, insere a técnica na dimensão cultural, ou seja, afetando, de forma direta ou indireta, a produção cultural. Desse modo, pensa também em um mundo cultural que condiciona a fabricação de objetos técnicos e uma cultura técnica. Ressalta, assim, a importância de discutir essa dimensão em um contexto, uma realidade composta e articulada, atravessada por várias dimensões, cuja interpretação demanda uma visita às mais variadas disciplinas. De forma complementar, ao problematizar as *ciber cidadanias* e os modos de resistência política, Rueda (2012) entende as tecnologias como dispositivos de socialização e novos cenários de configuração das subjetividades. No entanto, nos alerta contra uma visão determinista da técnica, posto que “la internet tiene un potencial rizomático y los seres humanos





interacción podemos construir esse rizoma, pero este no se produce automáticamente y portanto debemos estar alertas frente a las euforias y determinismos tecnológicos (RUEDA, 2012, p. 102).

Dessa forma, o exercício de reflexão sobre a técnica nos provoca pensar, de forma mais próxima à nossa proposta, como o mundo digital atravessa, atualmente, os processos comunicacionais e midiáticos que pretendemos estudar. Nos faz refletir, assim, sobre características, processos, possibilidades e limitações que a dimensão técnica apresenta. Percebemos, portanto, que como os processos sociais se transformam, alteram-se e reconfiguram-se os modos de refletir, fazendo-se necessário problematizar e pensar criticamente sobre eles. Assim, Maldonado, E. (2013) observa, no contexto contemporâneo, a partir das transformações tecnoculturais, uma necessidade de formulação de estratégias epistêmicas e metodológicas para a pesquisa em comunicação. “O comunicacional configurou-se em várias dimensões e requer para sua compreensão desenhos de investigação que articulem aspectos básicos de sua existência multifacetada” (MALDONADO, E. 2013, p. 34).

### **| Apontamentos sobre a perspectiva transmetodológica**

Em suas reflexões sobre a perspectiva transmetodológica, Maldonado, E. (2013) propõe que as limitações dos formatos disciplinares para o exercício de investigação e compreensão da complexidade do real demandam a elaboração de práticas metodológicas inovadoras. No campo da comunicação, especialmente na atualidade, é preciso desenvolver métodos capazes de considerar o caráter multidimensional e multicontextual dos processos de comunicação e seus desdobramentos.

Isso se torna mais evidente quando tratamos de sociedades em processos de midiatização e digitalização que possibilitam, como já mencionado, reconfigurações em várias dimensões sociais. Maldonado, E. (2013) ressalta a relevância de rupturas com lógicas fundamentalistas no exercício de uma perspectiva transmetodológica. Defende, dessa maneira, a adoção de uma postura construtiva transdisciplinar, que pesquise correntes, perspectivas e teorias diversas, a fim de evitar pretensões totalitárias e logocêntricas.

Portanto, um caminho potencial para uma investigação científica



renovadora, crítica, cuidadosa e rigorosa é o de assumir problematizações metodológicas e conceituais com a convergência entre vários métodos e formas de construção de conhecimento.

Na perspectiva transmetodológica, ainda conforme Maldonado, E. (2013), é preciso mudar as condições de produção da ciência partindo de expressões de resistência à hegemonia do paradigma positivista. É necessária uma transformação do mundo que ocorra de forma distinta ao que os entendimentos e estratégias modernas tradicionais fizeram, no que tange às formas de opressão. Essa transformação demanda modos de aprendizado que incluam uma razão baseada em dialéticas múltiplas, e não uma concepção de razão instrumental, no centro de revoluções culturais, tecnológicas e científicas. “Todas as sociedades necessitam configurar-se, em especial as mais críticas, de modo tolerante, sábio, dialógico, democrático, solidário e artístico” (MALDONADO, E. 2013, p. 41).

Pensamos que essa é uma perspectiva potente e desafiadora, sobretudo na prática, no mundo da vida. Ela nos faz refletir sobre o papel da ciência e dos cientistas nos modos de configuração da sociedade. Dessa forma, consideramos relevante evidenciar o exercício da reflexão epistemológica e metodológica preocupada com as funções sociais da ciência e que busque afastar o *fazer científico* de lógicas meramente mercadológicas. Pensamos assim, que esse modo de reflexão epistemológica e crítica, atenta ao seu papel social e com tolerância dialógica e democrática, é um caminho potencial para a construção de problematizações e de tensionamentos que possam vir a colaborar com o bem estar social e com a emancipação dos sujeitos.

### **| Traçando trilhas para o caminho investigativo**

Uma imagem inspiradora para refletirmos sobre o processo da investigação é a do *pesquisador artesão* e da *artesanaria*, noção desenvolvida por Mills (1975). Suas reflexões nos provocam pensar sobre a autonomia do pesquisador e a necessidade de que ele controle a sua produção. O pesquisador, assim como o artesão, para Mills (1975), realiza todas as etapas de sua produção de modo atento e cuidadoso aos detalhes. O trabalho do artesão é feito no dia-a-dia, acompanhando o processo de sua criação. “O artesão é, por conseguinte, livre



para aprender com seu trabalho e para usar e desenvolver suas capacidades e habilidades na execução do mesmo.” (MILLS, 1975, p. 59).

O processo de pesquisa se dá na construção de caminhos e metodologias que o viabilizem, que tornem possível o processo de investigação crítica, problematização e produção de conhecimento. Para se desenvolver, ele precisa da processualidade, do tempo de refletir, de buscar respostas e até mesmo de errar, aprender com os erros e encontrar atalhos. Nesse sentido, compreendemos os métodos de pesquisa como constructos e não como algo completo, fechado, dado *a priori*. Assim, uma pesquisa em construção faz necessária, desde a formulação de seu projeto, a articulação da sua estrada metodológica com a construção de seu objeto teórico e seu objeto empírico. E, ainda, com os fundamentos epistemológicos e éticos em que se baseia.

Isso significa que desde o início da fabricação de um projeto de pesquisa (projeto de conhecimento) precisamos incluir no conjunto de referências conceituais valores ético-filosóficos, que situem o projeto na sua relevância sociocultural. Não é permitido, nem justificado formular projetos que não contribuam para melhorar as sociedades pelas quais são sustentados (MALDONADO, E. 2011, p. 279).

Seguindo uma perspectiva complementar, podemos pensar, a partir de Sartre (2011), no método como uma arma social e política, em seu sentido amplo, que deve visar o bem comum. Percebemos, portanto, a investigação científica como um processo desafiador, dinâmico e que demanda reflexões, alterações, adaptações e construções, visto que o problema/objeto é constantemente atravessado por diálogos, novas questões e problematizações. Assim, cada pesquisa requer caminhos, estratégias, sistematizações e procedimentos metodológicos próprios que atendam às demandas do problema/objeto e objetivos propostos.

Dessa maneira, não devemos entender metodologias como fórmulas perfeitamente aplicáveis, receitas, mas sim como uma trilha do *fazer científico*, que configura o conhecimento que produzimos (BONIN, 2013). Assim, as técnicas e os procedimentos metodológicos não são apenas artefatos, eles precisam ser fundamentados teoricamente na construção de um caminho metodológico. De acordo com Bachelard (2011), a metodologia é uma astúcia de aquisição, uma estratégia nova e útil na fronteira do saber. Corcuff (2015) complementa esta ideia ao considerar que a construção do método se viabiliza



por meio de “diálogos transfronteiriços” (CORCUFF, 2015, p. 69) entre uma diversidade de linguagens e saberes.

O método científico é um método que procura o risco. Seguro de sua conquista, arrisca-se numa aquisição. A dúvida está a sua frente e não atrás como na via cartesiana. Por isso pude afirmar sem grande eloquência que o pensamento científico era um pensamento empenhado. Está constantemente a pôr em jogo a sua própria constituição (BACHELARD, 2011, p. 136).

Assim, Bachelard (2011) nos convida a superar a mera aplicação de teorias e conceitos e assim trilhar um caminho de construção de saberes no qual a teoria e a empiria estabelecem uma relação profunda, complexa, convergente e conflitante. Entendemos, portanto, que na construção da investigação científica é preciso que ambos os pólos (teoria e empiria) confluam, tensionem e se retroalimentem (PEDROSO; BONIN, 2012). No entanto, este não é um processo linear, sendo que uma dimensão pode se sobrepor ou até mesmo refutar a outra.

Sartre (2011) acrescenta à essa perspectiva ao defender a necessidade da prática filosófica na construção de investigações e métodos e na produção de conhecimento. Nesse sentido, uma pesquisa deve se iniciar a partir de uma reflexão sobre o mundo. Dessa forma, Sarte (2011) e Bachelard (2011) nos incitam a pensar a premência de se elevar do abstrato ao concreto. Ou seja, a ideia é que devemos partir da construção de uma problemática que se estrutura no campo teórico, para então nos aproximarmos do mundo prático – no qual se instala a problemática que buscamos entender - de modo que a teoria se fecunde com a empiria (GIARD, 1994; BACHELARD, 2011, MALDONADO, E. 2011; BONIN, 2012).

A dúvida é uma companheira necessária, ela nos provoca a ir além na trilha investigativa; uma pesquisa que já parte de certezas ou de repostas tende a se tornar mais um modo de reafirmação de uma ideia do que uma investigação crítica efetiva. Assim, nem a mera observação e descrição dos fatos, nem a reflexão descolada do real são suficientes para gerar conhecimentos críticos e científicos.

É a reflexão que dará sentido ao fenômeno inicial sugerindo uma sequência orgânica de pesquisa, uma perspectiva racional de experiências. Não podemos ter a priori nenhuma confiança na informação que o dado imediato pretende fornecer-nos. Não é um juiz nem sequer uma testemunha; é um réu e um réu



que acabamos por convencer do engano. O conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão (BACHELARD, 2011, p. 17).

Por isso, a primazia no processo investigativo é da reflexão. É a partir da teoria que podemos dar sentido e significado aos dados que coletamos em nossas pesquisas e às nossas observações. Nesse sentido, Piketty (2014) ressalta a necessidade de confrontar os dados a partir da teoria e de exercitar uma leitura crítica sobre eles. Vale salientar também, que a teoria não é fixa, mas deve estar em constante elaboração, uma vez que os conceitos não estão dados, prontos, mas precisam ser problematizados por outros conceitos e pelo mundo da vida. Logo, reafirmamos a necessidade da empiria para confrontar nossas reflexões, lógicas e construções teóricas.

### **| A experiência refletida na construção da trilha investigativa**

Consideramos que a pesquisa se realiza em processos que nos ensinam e que, para isso, precisam ser vivenciados. A teoria necessita ser vivida e experimentada. Entendemos, portanto, como procedimentos fundamentais para a construção do desenho metodológico (especialmente em nosso projeto de pesquisa), as pesquisas exploratórias e de contexto, no que tange à capacidade de realinhar a prática e a teoria (BONIN, 2006).

Compartilhando das visões de Maldonado, E. (2015), pensamos a pesquisa de contextualização como um movimento de aprofundamento, sistematização e reflexão que imprime valores sociais, históricos e científicos às investigações. Ela permite ampliar nossos entendimentos e perspectivas de forma a contemplar questões abrangentes e particulares, e situar o contexto da problemática como articulador de outros contextos e componentes da trilha investigativa. A partir de uma construção de contexto eficiente, que contemple múltiplas dimensões (em especial, neste caso, a dimensão comunicacional), podemos fortalecer o entrelace entre as problemáticas, contextualizações sobre o mundo da vida e sobre a potência empírica.

Em acordo com Bonin (2013), compreendemos que a pesquisa exploratória é um movimento necessário para a construção de uma trilha investigativa, desde os primeiros desenhos da problemática. Isso porque possibilita a aproximação da realidade empírica que envolve nosso problema/objeto de investigação. Essa prática permite colher dados e pistas que



favorecem e facilitam a construção a reconfiguração no processo de construção da problemática e dos arranjos teóricos e metodológicos; possibilita tensionar e problematizar conceitos e teorias a partir do empírico, das complexidades e especificidades do mundo da vida; também permite que possamos fazer experimentações reflexivas, tanto teóricas quanto metodológicas. Os métodos devem, assim, ser construídos de forma dialógica, para que os objetos sejam considerados em sua processualidade integral, conectados ao mundo da vida. “Compreender é modificar-se. Ir além de si mesmo” (SARTRE, 2011, p. 28).

De forma complementar à essa perspectiva, em sua exposição sobre a crítica nos processos investigativos, Aguiar (2017)<sup>49</sup> ressalta a importância de atentarmos para a dimensão da experiência na constituição de uma prática científica crítica, de modo a construir a crítica com sentido de experiência. Destacamos, assim, a experimentação como uma dimensão suscitadora de possibilidades no *pensar e fazer ciência* na atualidade da *práxis* científica.

Nesse sentido, Aguiar (2017) e Maldonado, E. (2013) estimulam a compreensão da experiência não como a primazia da empiria nos processos investigativos, mas de uma experiência do pensar, uma experiência organizada racionalmente, refletida e problematizadora. Uma experimentação ética que se faz nas trilhas e no caminhar da pesquisa (AGUIAR, 2017), sendo o experimentador participante da experimentação. Assim, a pesquisa crítica deve partir de uma reflexão – como atividade filosófica necessária – sobre e para entender o mundo da vida, que é complexo e desafiador, visando organizar seus processos, gerar compreensões e construção de saberes, evitando, assim, tanto a empiria não refletida, como a teoria isolada e descolada do real (MALDONADO, E. 2013).

A abertura à experimentação, no entanto, deve se dar de forma organizada e refletida. Sendo assim, Bachelard (2011) nos alerta para a observação de alguns obstáculos epistemológicos no processo da investigação científica. Entre eles se destacam: a opinião, o conhecimento não questionado e nossas paixões cegas. Estas reflexões nos desafiam a não permitir que a estagnação das sensações de afetação que os fenômenos que estudamos nos proporcionam. Em nosso caso particular, nos desafiam a não deixar que o nosso encantamento e posição política

---

<sup>49</sup> Palestra apresentada durante do durante o II Colóquio Internacional de Investigação Crítica em Comunicação, em 28 de setembro de 2017, na Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS.



frente às lutas feministas suplantem nosso processo de problematização, crítica e reflexão na construção da pesquisa. Assim, consideramos necessário o exercício de uma reflexão epistemológica de forma constante na nossa prática científica.

Ao rejeitar a opinião não refletida, Bachelard (2011) também nos incentiva a exercitar rupturas necessárias com os sentidos comuns no processo de produção de conhecimento. Complementarmente, Bonin (2017) defende a importância de compreender as especificidades dos saberes científicos, sem deixar de tecer críticas a um modo de ciência arrogante que só se comunica com seus pares, ignora ou até mesmo subjuga os conhecimentos e saberes dos sujeitos, das sociedades e das culturas. Dessa forma, consideramos essencial para uma perspectiva crítica, o exercício de refletirmos sobre as relações entre os sujeitos envolvidos na investigação, entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado. Relação que envolve, de forma ampla, diferentes culturas e saberes (BONIN, 2017), percebendo, assim, as potencialidades do conhecimento intercambiado, gerado coletivamente e compartilhado continuamente (PERUZZO, 2017).

Entendemos que uma postura científica crítica deve exercitar rupturas com o senso comum em geral e com o senso comum acadêmico, mas reconhecendo que a investigação científica também se alimenta de sabedorias populares, ancestrais, regionais e múltiplas, construídas ao longo da história e dos processos sociais. Se alimenta, ainda, do processo de escuta e aprendizado com os sujeitos, seus conhecimentos e experiências. Como já foi mencionado anteriormente, não acreditamos em uma forma única e unívoca de conhecimento, mas sim, em variadas formas e, por isso, devemos refletir e optar por modos de acesso a conhecimentos e saberes que colaborem com a formação, criação e reconfiguração de imagens desestabilizadoras, tal como de atitudes de inconformismo diante delas (SANTOS, 2006). Portanto, devemos nos comprometer com a *práxis* científica que valorize posturas cidadãs, busque contribuir para a emancipação e desalienação dos sujeitos (BONIN, 2017; PERUZZO, 2017) e que almeje a abertura e alteridade, se afastando de lógicas totalitárias, logocêntricas, vaidosas ou meramente mercadológicas (MALDONADO, E. 2015).

A orientação epistemológica para tornar possível a comunicação e a cumplicidade tem de passar pela revalorização da solidariedade como forma de conhecimento e da revalorização do caos como dimensão da solidariedade. Por outras palavras, tem de passar pela revalorização do conhecimento –



emancipação em detrimento do conhecimento – regulação. (SANTOS, 2006, p. 79)

Essas perspectivas nos incitam a lançar um olhar mais cuidadoso para o modo como lidamos com saberes, conhecimentos e práticas dos sujeitos na construção de nossa pesquisa. Nesse sentido, Sartre (2011) defende a filosofia também como uma socialização emancipatória que ressalta a necessidade de prática e exercício filosófico para pensar os sujeitos em suas experiências, considerando suas trajetórias e identidades.

Em sua argumentação, Bonin (2017)<sup>50</sup> se alinha a essa discussão ao refletir sobre os sujeitos comunicantes como cidadãos no processo investigativo, considerando as potencialidades e desafios que essa perspectiva coloca na prática científica. Partindo de uma compreensão multidimensional de comunicação e de cidadania, a autora ressalta a relevância de problematizar a ciência e o seu olhar sobre os sujeitos nos processos de comunicação. Concordamos com a perspectiva de Bonin (2017) acerca da necessidade de enxergar os sujeitos para além da noção de receptores e percebê-los como sujeitos de ação, de saberes e de complexidades que não devem ser reduzidos por um olhar objetificante.

Bosi (2003) nos alerta para a necessidade de afastamento de estereótipos, sensos e opiniões não problematizados na construção de nossa pesquisa. O processo de constituição de estereótipos se realiza dentro de um ambiente social, sendo problemática não apenas a redução em si, que opera em relação à realidade, mas principalmente quando essa se engessa, dificultando processos de produção de conhecimento crítico. Assim, a autora argumenta sobre a necessidade de deixar os fenômenos, momentos e sujeitos – sobre os quais nos debruçamos na investigação – habitar nos pesquisadores em um primeiro momento, para então pensar com eles. Ou seja, a necessidade de nos deixarmos impactar pelas semelhanças e diferenças, para racionalizarmos sobre essas questões e para aprendermos com elas.

Assim, na perspectiva de Bosi (2003), é necessário um exercício de reflexão crítica e tensionadora para que as opiniões se transformem em outra coisa, algo que nos possibilite refletir sobre o real. Dessa forma, é preciso estar alerta para perceber quando, durante o processo de investigação, entrarmos em

---

<sup>50</sup> Palestra apresentada durante o II Colóquio Internacional de Investigação Crítica em Comunicação em 28 de setembro, 2017 na Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS.





contato com nossas próprias noções estereotipadas e opiniões, possibilitando refletir sobre elas e desconstruí-las. Do mesmo modo, lutar contra os falsos sentidos e aqueles não refletidos.

Essa perspectiva se mostra extremamente útil, interessante e desafiadora, particularmente em nosso caso. Assim, se pretendemos analisar as práticas comunicativas de mulheres no ambiente da cidade e no ambiente digital, é necessário o processo de desconstrução e de afastamento de estereótipos e opiniões *a priori* sobre essas mulheres e suas lutas e, também, sobre o feminismo. O que se conecta, no nosso caso, de certa forma, com a noção da necessidade de afastamento das paixões, desenvolvida por Bachelard (2011), como já foi discutido anteriormente.

Bonin (2017), Bosi (2003) e Sartre (2011) nos motivam a assumir os sujeitos com os quais pesquisamos como coprodutores da nossa investigação científica. Estabelecendo com eles uma relação de troca e aprendizado dialógica e versátil, baseada em processos de escuta, no respeito mútuo e reconhecimento dos saberes, experiências e experimentações que cada sujeito carrega em sua bagagem. Isso implica construir uma postura epistemológica crítica, transformadora, ética e política frente ao caminho da nossa pesquisa.

No nosso caso específico, consideramos que, para desenvolver nossa problemática, precisamos ir a campo, em movimentos de inspiração etnográfica, nos coletivos físicos instalados na cidade e também no ambiente digital. Logo, precisamos acompanhar manifestações, reuniões, conhecer e dialogar com as mulheres participantes de coletivos. Acreditamos, portanto, que esse deve ser um processo de aprendizado mútuo que nos possibilitará refletir sobre os fenômenos que pretendemos estudar e, assim, oportunizará a produção de conhecimentos. Consideramos, portanto, que as perspectivas e reflexões abordadas nesse texto nos ajudarão a trilhar o nosso caminho de pesquisa e construirmos a nossa investigação de um modo mais afinado com as concepções de cidadania científica nas quais nos inspiramos.

## **REFERÊNCIAS**



AGUIAR, Lisiane. Paradoxos da linguagem no saber metodológico: entre a lógica do sentido e do significado na experiência investigativa. São Leopoldo. Palestra ministrada no II Colóquio internacional de investigação crítica em comunicação. 28 de setembro, 2017.

ALVES, Luiz Roberto. Comunicação, cultura e bem-público: convergências metodológicas sob desafios. In: MALDONADO, A. E. Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: Processos receptivos, cidadania e dimensão digital. Salamanca: Comunicación Social Ediciones Y Publicaciones, 2014, pgs. 101-121.

BACHELARD, Gaston. A Epistemologia. Lisboa: Edições 70, 2011, pgs.15-19; 113-141; 165-173.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre, Sulina, 2011, pgs. 19-42.

\_\_\_\_\_. Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: Jiani Adriana Bonin; Nísia Martins do Rosário (Org.). Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2013, pgs. 23-42.

\_\_\_\_\_. Jiani Adriana. Pensar os sujeitos comunicantes como cidadãos no processo investigativo. São Leopoldo. Palestra ministrada no II Colóquio internacional de investigação crítica em comunicação. 28 de setembro, 2017.

\_\_\_\_\_. PEDROSO, Dafne; Metodologia no processo investigativo: a construção da arquitetura teórico-metodológica de uma pesquisa de recepção cinematográfica. Interin, Curitiba, v, 13, 2012, pgs. 1-18.

BOSI, Eclea. Entre a opinião e o estereótipo. In: \_\_\_\_\_. O tempo vivo da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, pgs. 113-126.

CORCUFF, Phillipe. Qué há pasado com la teoria critica? Problemas, intereses em juego y pistas. Revista Cultura y representaciones sociales, v, 9, n.18. México: UNAM, 2015, pgs. 63-79.

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, pgs. 9-30.

JAPIASSU, Hilton. Introdução ao pensamento epistemológico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: \_\_\_\_\_. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, pgs. 277-303.

\_\_\_\_\_. A perspectiva transmetodológica na conjuntura da mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A; ROSÁRIO, N. Perspectivas metodológicas em comunicação: Novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013, pgs. 31-57.

\_\_\_\_\_. Epistemología de la Comunicación: análisis de la vertiente Mattelart em América Latina. Quito-Ecuador: CIESPAL, 2015. P.195-236



MALDONADO, Tomás. Memoria y Conocimiento: sobre los destinos del saber em la perspectiva digital. Barcelona: Gedisa, 2007, pgs. 199-222.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? Curitiba, Ver. Sociologia Política, v. 18 n. 36, 2010.

MATTELART, Armand. As condições de renovação. In: MATTELART; A. NEVEU, E. Introdução aos estudos culturais. São Paulo: Parábola, 2004.

MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. In: \_\_\_\_\_. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, pgs. 211-243.

PERUZZO, Cecília. Epistemologia e método da pesquisa ação: uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. Anais do XXV Encontro Anual da Compós, Goiânia, 7-10 de junho, GT - Comunicação e cidadania, 2016.

\_\_\_\_\_. Comunicação popular e conhecimento em movimentos sociais rurais: o adeus ao modelo de difusões e inovações. Palestra ministrada no II Colóquio internacional de investigação crítica em comunicação. 29 de setembro de 2017.

PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RUEDA ORTIZ, Rocío. Ciberciudadanías, multitud y resistências. In: LAGO, Silvia. Ciberespacio y Resistencias. Exploración en la cultura digital. Buenos Aires, Hekht Libros, 2012, pgs. 101-121.

SARTRE, Jean-Paul. Crítica de la razón dialéctica. Buenos Aires: Losada, 2011, pgs. 13-79.



## **A *Transmetodologia* como procedimento teórico-metodológico em uma pesquisa interdisciplinar**

*Vitória Brito Santos*

### **| Introdução**

Estruturar uma pesquisa não é fácil; fazê-la em um campo interdisciplinar torna o processo mais complicado e trabalhoso. Compreendo que para isso os processos não possam ser fechados e nem ser dados a priori. Foi a partir desse entendimento que iniciei a pesquisa de Mestrado em um Programa de Pós-Graduação da área Interdisciplinar. A pesquisa em questão foi alicerçada sob a temática do *Casamento de Crianças no Brasil* e teve como objetivo central refletir sobre a forma pela qual estudantes de comunicação entendem a temática e as demais problemáticas que a circundam.

Para dar conta das especificidades do tema estudado, embasei a pesquisa em três marcos teóricos principais: *Pobreza; Direitos Humanos e Cidadania; e Identidade Infantil*. Foi articulada a esses conceitos a contextualização com base na *Infância*, que teve o propósito de cercar a problemática. A *Transmetodologia* foi o eixo-teórico metodológico do percurso investigativo, tendo como intuito trabalhar a interdisciplinaridade que a temática necessitava, bem como poder experimentar formas de fazer pesquisa. Algumas experimentações metodológicas foram: uma primeira etapa exploratória inicial e posterior análise de material jornalístico, para então escolher e dialogar com os conceitos teóricos elencados para a investigação.



Articulei, também, um conjunto de procedimentos e etapas bases de pesquisa para dar conta de responder aos objetivos específicos delineados para a investigação, sendo esses procedimentos: pesquisa da pesquisa, pesquisa bibliográfica, pesquisa teórica, e uma segunda etapa exploratória que culminou com uma Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (ADSC).

Meu intuito com tudo isso foi o de criar possibilidades de entendimento para a temática estudada, já que a problematização feita mostrou que um dos principais desafios está em falar sobre Direitos Humanos. Ademais, busquei articular a temática aos seus múltiplos vieses sociais que a reconfiguram a todo o momento e que estão em constante confluência com as noções de Gênero e Mídia. A etapa final, na qual desenvolvi a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo, revelou que uma das principais causas da forma como a mídia fala sobre as minorias e do entendimento da temática investigada é uma não aceitação e entendimento sobre o Outro, o seu entorno e a noção de Realidade Social.

O presente texto versará sobre o capítulo Metodológico da minha pesquisa de Dissertação<sup>52</sup>, no qual narrei as formas pelas quais se deram a investigação situada no campo interdisciplinar. São os resultados desse processo de articulações entre campos de saberes, como: a comunicação, o direito e a educação entre outros, juntamente com o uso da Transmetodologia como guia para as experimentações que realizei, que irei narrar nos próximos itens desse artigo.

## **| Da pesquisa Interdisciplinar**

Alicerçar a pesquisa de Mestrado no campo interdisciplinar não foi fácil, pois os campos disciplinares (Comunicação e Educação) dos quais advim me constituíram enquanto sujeita (DARBELLAY, 2011), e conseguir pensar nessa malha de conceitos e campos que perpassam o meu objeto de estudo (Comunicação, Educação, Direito, Ciências Políticas, Sociologia, Antropologia, Economia e Psicologia) se fez possível com o auxílio da *Transmetodologia*. Segundo Morin (2000), as disciplinas são categorias organizacionais, elas não

---

<sup>52</sup> Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, com orientação da Professora Dra. Sarai Patrícia Schmidt, na Linha de pesquisa Linguagens e Tecnologias, defendida em Dezembro de 2017.



deveriam ter valores hierárquicos e nem serem vistas como princípio de um conhecimento autônomo, e no meu objeto o entorno que cerca essas crianças não é fragmentado, apenas é tratado como tal. Morin (2000) diz que não podemos ser simplistas, que o pensamento complexo está posto para que consigamos perceber que há sempre relações entre o sujeito e o meio. Entendo que somos frutos do meio. A criança é fruto daquilo que fazemos e proporcionamos a ela.

### **| Ela se juntou com um cara! Um estudo sobre o Casamento de Crianças no Brasil, Comunicação e Direitos Humanos**

O *Casamento de Crianças* no Brasil é um assunto, como muitos envolvendo a infância, pouco abordado pela mídia (conforme mostrarei a seguir) e quase nada pela academia<sup>53</sup>. O processo de construção histórica da identidade do sujeito infantil também não é algo muito bem delineado nos nossos livros de história. Porém, muitos dos processos de construção social que perpassaram a infância brasileira no final do Século XVIII, momento em que a criança passou a ser enxergada como ser social, ainda são perpetuados no Brasil de hoje, assim como no mundo todo. Um desses processos é a prática do *Casamento de Crianças*.

É de conhecimento que diversos países do Oriente Médio têm como ritual de iniciação feminina o *casamento* de meninas menores de 18 anos. Esse é um fato condenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em suas diretrizes de salvaguarda dos Direitos Humanos, que tem como uma de suas premissas a proteção da infância. A UNICEF considera “criança” todas as pessoas com menos de 18 anos. A Declaração Mundial dos Direitos da Infância (DMDI) prevê que a criança deixará o período da infância antes dessa idade somente quando a maioridade penal do país ratificador do documento seja inferior a 18 anos, o que não é o caso no Brasil<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> A pesquisa que realizei no Mestrado e retomada no texto é o primeiro material acadêmico desenvolvido em um Programa de Pós-Graduação no Brasil. Até a sua conclusão, apenas uma pesquisa, realizada pelo Instituto Promundo, financiada pela Fundação For, havia sido desenvolvido no país. Na mídia, por sua vez, pouco material foi encontrado, sendo que a maioria se referia à pesquisa da Promundo. Para saber mais, ver o texto completo da pesquisa. (SANTOS, 2017),

<sup>54</sup> O artigo 228 da Constituição Federal diz no texto: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. (BRASIL, 1988). A idade é definida seguindo a doutrina de proteção integral do indivíduo, preceito da Convenção Internacional dos



A idade utilizada para se referir ao sujeito infantil em toda a minha investigação foi essa – criança até os 18 anos –, uma vez que o documento base legislador que auxiliou no processo de construção da pesquisa foi a DMDI, definido em assembleia da ONU/UNICEF e ratificado pelo Brasil. Optei por essa faixa de idade principalmente por estar falando de um assunto de nível mundial, em que o órgão principal de atendimento à temática é a UNICEF, mas sobretudo, por compreender que os processos de categorização do ser humano, ainda na sua fase de criança (infância, pré-adolescência e adolescência), sejam processos psicológicos e cognitivos, diferentes dentro de cada cultura.

No Brasil, o número de *casamentos de crianças* com menos de 18 anos é estimado em 1,3 milhão, segundo pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFP) realizada em 2013 em parceria com o Instituto Promundo<sup>55</sup> e a Plan International<sup>56</sup>. 78 mil são *casamentos* de meninos e meninas entre 10 e 14 anos. A pesquisa realizada pelas instituições apontou que o país está em 4º colocado no *ranking* dos países com maior número absoluto de *casamentos* infantis, atrás apenas de Índia, Bangladesh e Nigéria<sup>57</sup>. É uma colocação extremamente preocupante, principalmente quando no Brasil não há a questão cultural (no sentido de história de um povo) envolvida nos *casamentos*, ou seja, não pode ser tratado como tradição.

Quando uso a palavra *casamento* não estou me referindo somente ao ato de unir duas pessoas perante a lei, ou perante uma religião, falo aqui da união entre duas pessoas<sup>58</sup>, sejam elas do mesmo sexo ou de sexo diferente, independente de comprovação legal, pois temos que ter isso claro já que no Brasil o *Casamento de Crianças* não se dá perante juízes – ou a lei do homem, como é conhecida essa prática, ou perante um representante religioso –, uma vez que está

---

Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário. Vale ressaltar que maioria penal é diferente de responsabilidade penal, pois no país toda criança com mais de 12 anos está sujeita a medidas socioeducativas, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990.

<sup>55</sup> Organização Não Governamental (ONG) que estuda as questões de gênero desde a década de 90. A pesquisa referenciada contou com o financiamento da Fundação Ford.

<sup>56</sup> Organização Mundial que trabalha pelos direitos da infância fundada em 1937, que tem sede em mais de 70 países e chegou ao Brasil em 1997, onde desenvolve projetos para combater a violência contra crianças.

<sup>57</sup> A pesquisa baseou-se nos dados do relatório da UNICEF de 2011, que estima, em números absolutos, que 877 mil mulheres teriam se casado antes dos 15 anos. A pesquisa exclui por falta de dados países como China, Bahrein, Irã, Israel, Kuwait, Líbia, Omã, Catar, Arábia Saudita, Tunísia e os Emirados Árabes Unidos, porém, todos esses possuem uma cultura ritualística do casamento enquanto tradição popular.

<sup>58</sup> Cohabitação; Conjunção Carnal; Divisão de obrigações civis.



previsto na nossa lei que só poderão se casar pessoas maiores de 16 anos perante autorizações judiciais.

De acordo com os dados de Mulheres, Empresas e o Direito, a idade legal para as meninas se casarem é inferior a 18 anos em 12 economias, em comparação com somente 5 no caso dos meninos. E 17 economias possuem idades de casamento diferentes para meninos e meninas. Nesses casos, as meninas podem se casar mais cedo. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 2).

Sendo assim, o que faz do Brasil um país laico, com legislações firmes sobre a proteção da infância, estar em uma posição tão elevada nesse *ranking*? Pois bem, a maior motivação está ligada à questão social. Os *casamentos* ocorrem principalmente para conseguir que alguém sustente a família, ter melhores condições de vida e se livrar dos maus tratos.

Os *Direitos Humanos*, como conhecemos atualmente, foram se estruturando ao longo de séculos de história. Muitos movimentos sociais nasceram da ideia de uma universalização dos direitos para todos os cidadãos do mundo, dentre eles estão os movimentos que protegem o público infantil. Quando falamos em infâncias na sociedade atual podemos pensar primeiramente em crianças tecnológicas, crianças cercadas de cuidados e crescendo fortes e saudáveis. Um engano, pois ainda temos um número muito alto de crianças vivendo na linha da *pobreza*: em 2008 esse percentual era de 45,6%. (UNICEF, 2008). Em 2016 esse número era de 19,3 milhões de crianças (entre zero e 14 anos) que vivem em situação de *pobreza* “em famílias onde cada pessoa recebe R\$ 440 ou menos por mês. Outros 7,4 milhões se incluem no critério de extrema pobreza, com renda per capita mensal de R\$ 220 ou menos”<sup>59</sup>. (ANDI, 2016).

Esses índices mostram que o debate sobre as políticas públicas de erradicação da *pobreza* no país se faz necessário, tendo em vista que a temática investigada nessa pesquisa ocorre em sua maioria por causa dessa condição social

---

<sup>59</sup>Os dados com os quais trabalho são dos relatórios de pesquisa da UNICEF e da ANDI, e em cada um dos documentos a forma de explicitar os dados está diferente, em alguns momentos em porcentagem, em outros momentos em números absolutos. Sei que isso torna o comparativo difícil, mas infelizmente não há formas de transformá-los em um único padrão por serem dados oficiais e por não ter acesso aos valores bases de cálculo.





das crianças<sup>60</sup>. Monteiro (2003) vai dizer que a *pobreza* leva ao trabalho infantil, à falta de escolaridade, à fome, dentre tantas outras coisas, e durante a pesquisa passo a considerar que uma dessas coisas é o *Casamento Infantil*, prática que fere os *Direitos Humanos* e é perpetuada no país não só pela *pobreza*, mas também pelos discursos de *gênero*, pela falta de ensino sobre a mídia, que contribui com o processo de *adultização* do sujeito infantil, pelo silenciamento midiático e pelo não ensino dos *Direitos Humanos*.

A mídia pode ser compreendida como um elemento principal dentro das noções de Direitos Humanos, pois é através dela que atualmente os sujeitos tomam conhecimento das lutas sociais enfrentadas pela população ao redor de todo o mundo. A mídia tem a possibilidade de contribuir positivamente no processo de tomada de direitos, e no entendimento do sujeito como agente de sua própria história. Quando ela passa a não mostrar determinadas situações, infelizmente acaba por reforçar o não-lugar que essas crianças ocupam na sociedade.

Para dar conta de refletir sobre essa problematização trabalhei com uma questão norteadora, a saber: *De que maneira os estudantes de Comunicação têm sido ensinados e compreendem a temática investigada, tendo em vista que eles serão os sujeitos comunicantes que auxiliarão nos processos de educação dessas crianças, de modo não formal (pela mídia)?* Compuseram a problemática, além da questão norteadora, o objetivo geral e quatro objetivos específicos<sup>61</sup>.

## | O Percurso (o todo)

A metodologia de uma investigação não é somente uma parte do trabalho, ela é o todo. Todos os processos desenvolvidos durante a pesquisa são processos metodológicos. Por enxergar a metodologia como parte fundante da construção

---

<sup>60</sup> Esta afirmação está embasada em uma das considerações finais da pesquisa de Mestrado aqui retomada. Isto é, o fato de ser a pobreza a motivação do alto índice de casamentos de crianças no Brasil está ancorado na investigação.

<sup>61</sup> A saber: Traçar o processo histórico da construção do sujeito infantil, além de refletir sobre as identidades infantis femininas dentro da sociedade; Analisar através de notícias e, ou reportagens a forma como as mídias vêm abordando esse assunto, bem como, a partir desse procedimento elencar os conceitos a serem trabalhados na pesquisa a partir dessa análise; Refletir sobre como e porque ocorre o *Casamento de Crianças* no Brasil, problematizando discursos sociais, como a cultura do estupro, a novinha, o machismo e o local social atribuído a mulher; Entender como se constituíram as práticas jurídicas de proteção à infância no Brasil e como as legislações vigentes tratam a temática investigada, com base em uma análise bibliográfica.



da investigação, compreendo que ela precisava estar para além das bases de noções dos pilares construtivos do fazer científico. Cada processo investigativo é único, sendo assim a metodologia também o é, e “[...] a resolução de problemas empíricos e teóricos, exige abordagens metodológicas multifocais [...]”. (MALDONADO, 2013, p. 34). As escolhas das formas de delinear a pesquisa estão de acordo com cada objeto/sujeito/fenômeno, não há uma fórmula pronta ou um método que possa ser aplicado ao objeto/sujeito/fenômeno estudado visto que todo o processo é uma construção.

Compreendi desde o início da minha caminhada acadêmica, ainda como bolsista de iniciação científica, que não existiam fórmulas para a investigação, que a construção do processo de pesquisa era única para cada um de nós e para cada objeto/sujeito/fenômeno investigado.

Ao iniciar essa pesquisa, passei pelos mesmos passos dados naquele período, porém, de forma muito diferente, processo esse que pode ser definido pelas palavras de Heráclito<sup>62</sup>: “Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou [...]”. (ARAÚJO, 2016, s.p.). Mudamos constantemente e assim é o fazer pesquisa, uma mudança constante de encontros e achados, mas também de erros e falhas, de procedimentos que não dão certo, de um devir a campo que nem sempre é satisfatório e, principalmente, de uma (des)construção do próprio eu. Deste modo, as etapas teórico-metodológicas aqui apresentadas foram um construto, baseadas nas minhas vivências e escolhas, o que se deu desde o momento em que escolhi escrever a pesquisa toda em primeira pessoa, isso é um posicionamento sobre o campo, é a manifestação da minha subjetividade.

### **| Sobre fincar raízes!**

A metodologia de trabalho foi escolhida com base na ideia de conceitos *pluri*. Pensando a área interdisciplinar na qual estava inserida a pesquisa, a metodologia precisava estar interligada entre as áreas de conhecimento pelas

---

<sup>62</sup> Filósofo nascido em Efeso (onde hoje é a Turquia), por volta de 535 a.C, que é considerado o pai da Dialética e defendia a ideia de que tudo está em constante transformação, que vivemos em um fluxo permanente na qual nada é idêntico a si mesmo e tudo se transforma no seu contrário.



quais perpassavam a minha investigação para que o processo de entendimento da temática – *Casamento de Crianças* no Brasil – fosse de fato assimilado no decorrer da construção da análise do tema. Quando iniciei a escrita da pesquisa utilizava o termo “*Casamento Infantil*” para me referir à temática de investigação. Essa é a nomenclatura utilizada pela maioria dos países para falar sobre esse assunto e ela me pareceu, durante o percurso inicial, adequada. Passei, após a banca de qualificação, a utilizar o termo *Casamento de Crianças* pois acabei discorrendo, durante a construção do texto, sobre a perda dessa “infância” quando o processo do *casamento* ocorre, já que compreendo esse *casamento*, como uma inserção no mundo adulto, afinal, há práticas sexuais, compromisso doméstico, maternidade – momentos que não estão associados à ideia de infância.

Compreendo que não há uma essência infantil, pois ela é atravessada por muitos fatores e construída através de formas de ser e estar no mundo. Definir criança é tão complexo quanto definir infância, porém, como já exposto, tomei como base uma definição legal na construção dessa pesquisa, que foi a de criança como todo o sujeito até 18 anos.

Entendo que a metodologia não é algo estático, mas um processo que se constrói no decorrer da investigação. As trocas por nomenclaturas ao longo do percurso da pesquisa não podem ser encaradas como algo negativo, mas uma possibilidade de reconstrução. As formas como se dão as instâncias do desenvolvimento da investigação e as aproximações feitas com o objeto/sujeito/fenômeno estudado compõem parte importante do processo de pesquisa, pois são as formas como construo e me aproprio do aporte teórico-metodológico, o que delineará as formas de investigação para a composição dos resultados que serão apresentados *a posteriori* – e assim, em geral, para todas as pesquisas. “A dimensão metodológica é crucial na pesquisa; ela configura o conhecimento que se produz, respondendo também por seu alcance e por suas limitações.” (BONIN, 2013, p. 23).

Para compreender o objeto/sujeito/fenômeno a ser estudado é necessária uma série de procedimentos e cuidados. O principal deles é escolher processos teórico-metodológicos que se “encaixem” ao longo do percurso trilhado na relação com a empiria. Olhando para as dimensões dos paradigmas científicos e para os métodos paradigmáticos, minha investigação se centrou como uma



pesquisa quanti-qualitativa de caráter investigativo, a partir de um estudo interpretativo que se constituiu pelo viés exploratório, descritivo e explicativo.

Foi com base na ideia de que a metodologia é um construto, e após as leituras sobre o tema da investigação, que fiz na pesquisa uso da *Transmetodologia* como uma das formas de construir a metodologia para análise do material a ser estudado. Nesse processo novo de compreensão de saberes, Maldonado (2002, 2011, 2013) aponta que não pode existir somente um diálogo entre os campos e os processos, pois isso não formaria uma nova concepção e estruturação de ideias. Precisa-se ir além das confluências de informações, pois teoria e método são aspectos indissociáveis da pesquisa.

Ao desenvolver a pesquisa por meio da *Transmetodologia*, a abordei não só como um método a ser aplicado, pois a investigação é viva, o método não é uma entidade e não é passível de aplicabilidade, ele é uma construção que precisa ser olhada de vários modos. A *Transmetodologia* ocupou, assim, um papel de conceito, de metodologia, e principalmente de guia para o desenvolvimento das minhas experimentações, já que ao fazer a investigação me coloquei nela enquanto sujeita, e a reconfigurei constantemente através das minhas experiências. Se partirmos da interpretação do processo de fluxo da *Transmetodologia*<sup>63</sup>, compreendemos que esse procedimento da pesquisa é como um processo de alimentação contínua, em fluxos que se atravessam. Entendendo que os processos da pesquisa são dinâmicos, plurais e críticos, ou seja, não são engessados.

Compreende -se a Transmetodologia (Maldonado, 2011, 2008, 2002) como uma trilha que perpassa o ponto de partida da investigação ampliando as perguntas geradoras, da pesquisa, através dos exercícios de contextualização e compreendendo a problematização epistemológica, como dimensão enriquecedora para a construção de concepções teóricas e metodológicas que dialoguem com os objetivos da pesquisa [...]. (FOLETTTO, 2013, p. 71).

Maldonado (2013) faz referência a dez premissas que precisamos levar em consideração quando estamos estruturando a investigação, todas se correlacionam com as dimensões dos paradigmas científicos. Saliento,

---

<sup>63</sup> Sobre o processo interpretativo da Transmetodologia ver Foletto (2013).



inicialmente, a primeira e a segunda premissa, que nos mostram a importância de olhar o Outro, de lembrarmos que ao fazer pesquisa estamos sempre lidando com seres, “as ações estratégicas devem estar orientadas para o bem comum, controlando a lógica do *lucro fundamentalista*” (MALDONADO, 2013, p. 40, grifo do autor), ou seja, precisamos estar cientes de que não podemos explorar a natureza, precisamos conhecê-la para os beneficiamentos múltiplos, bem como fazer um reconhecimento do mundo e de suas transformações.

### **| Um novo (re)olhar: a pesquisa da pesquisa**

Minha metodologia inicial partiu de um estudo bibliográfico da temática com o intuito de compreender que fenômeno era este. “Realizar pesquisa da pesquisa implica trabalhar com investigações produzidas no campo (e em áreas de interface) relacionadas ao problema/objeto, para fazer dessa produção elemento ativo na sua elaboração.” (BONIN, 2011, p. 34). Ou seja, a pesquisa da pesquisa é mais do que um levantamento daquilo que já foi produzido sobre o assunto, ela serve para nos nortear sobre os meios pelos quais está sendo analisado aquilo que procuramos entender, a forma pela qual os pesquisadores estão compreendendo a temática e para que possamos, a partir do que já foi estudado, encontrar uma nova forma de olhar o objeto/sujeito/fenômeno.

Bonin (2011, p. 34) coloca ainda que “um mapeamento geral das pesquisas realizadas é importante para situar-se neste processo e orientará o trabalho de reflexão aprofundada daqueles que se mostram relevantes”. Como irei mostrar a seguir, não tive bons resultados na pesquisa da pesquisa em nível acadêmico. Assim sendo, pensando na ideia de que devemos ampliar nossos horizontes e que o fazer investigativo é uma aventura de experimentações, passei a compreender pesquisa da pesquisa como uma coleta de materiais que sejam de qualquer ordem, desde que estes me auxiliem na compreensão do meu tema.

Trabalhei então com letras de músicas, do *site* Música Machista Popular Brasileira (MMPB), que traz trechos de canções que reforçam a misoginia; com o livro *A cidade do Sol*, do escritor afegão Khaled Hosseini, que retrata a história de uma menina dada em casamento aos 15 anos; com a trilogia *Milleniun*, do autor sueco Stieg Larsson, que aborda os abusos sexuais e psicológicos vivido por uma menina; com a letra da música *Camila*, da Banda Gaúcha Nenhum de Nós,



que trata sobre o estupro de uma jovem; com o documentário *Meninas*, de Sandra Werneck, que retrata a vida de quatro meninas em favelas no Rio; com o Curta Metragem *Vida Maria*, de Mário Ramos, que fala sobre o ciclo de pobreza no país; com o livro *Grabriela: Cravo e Canela*, de Jorge Amado e com a minissérie da TV Globo baseada na obra, onde é possível ver as lógicas de construção do patriarcado e os casamentos na infância; com a novela *Lado a Lado*, também da TV Globo e que abordou a temática do feminismo; com o *site* da Lei Maria da Penha, a partir do qual tive acesso aos números de denúncias de violência contra meninas; com o *site* Think Olga e a campanha nacional *Chega de Fiu Fiu*, sobre o assédio sexual, campanha iniciada desde um assédio sofrido em rede de televisão por uma criança; e com o Documentário *Quem matou Eloá*, que aborda a forma como a mídia colaborou para o assassinato de Eloá Pimentel, ao tratar casos de violência como “relacionamentos amorosos”.

Todos esses materiais foram encontrados em buscas em *sites* pela temática, e através de indicação de amigos/as e colegas que sabiam da pesquisa. Foi a partir desses materiais e após não encontrar nenhuma pesquisa acadêmica que falasse especificamente sobre o tema estudado, que cerquei a temática com os demais temas envolvendo a infância e a violação dos Direitos Humanos, dentre eles: Gravidez na Adolescência, Exploração Sexual, Trabalho Infantil, Estupro de Vulnerável, Violência... Esses temas, foram abordados nesse conjunto de materiais que citei e foi assim que dei início à contextualização da pesquisa.

## | O entorno: contextualizar

Parti da ideia de que para alcançar os objetivos propostos por mim para a pesquisa uma *contextualização da infância e do sujeito infantil* se fazia primordial para que eu conseguisse notar o processo de evolução do sujeito (criança), que foi o ator central do meu tema. E que essa contextualização centrada na construção social histórica da criança e em um desdobramento, na especificidade da história da infância no Brasil, me daria suporte para a escrita dos capítulos teóricos e para o entrelaçamento destes com as análises que fiz dos



discursos e do material produzido pelos sujeitos(as) (estudantes de comunicação)<sup>64</sup>.

A *contextualização* permite uma *visão* abrangente e ao mesmo tempo particular, e situa o *contexto do problema* como articulador dos outros contextos na estruturação da pesquisa. Ela fortalece os aspectos históricos, culturais, éticos, sociais e políticos da investigação, evitando que seja reduzida a um exercício abstrato, ou a um jogo repetitivo de palavras solenes, sem vínculos com a realidade da região, do país e do mundo. (MALDONADO, 2011, p. 281, grifo nosso).

Esse foi meu ponto de partida, contextualizar. A contextualização é um dos primeiros momentos de contato que temos com o tema estudado, construir a contextualização de um tema do qual a não há estudo se mostrou um grande desafio. Com o auxílio do materiais citados anteriormente e tomando como base a historiadora carioca Mary Del Priore, primeira escritora a escrever um livro somente sobre infância no Brasil, desenvolvi a contextualização baseada na noção de uma infância apagada pelos livros e pelos acadêmicos.

### **| A Primeira Etapa Exploratória**

Após realizar a pesquisa da pesquisa, e não encontrar materiais acadêmicos que me dessem suporte no desenvolvimento da pesquisa, resolvi realizar uma exploratória atrás de informações de ordem jornalística. Pois, advim de dois campos disciplinares, sendo um deles a comunicação, deste modo como compreendo o assunto sendo um tema que se encaixa em muitos os critérios de valor notícia estabelecidos no jornalismo, imaginei que o campo comunicacional fosse me proporcionar resultados, já que o educacional em nível acadêmico não havia feito.

A partir da proposta da temática realizei uma busca no *site Google* com o descritor *Casamento Infantil no Brasil*. Selecionei para leitura os primeiros 100 *links* (resultados)<sup>65</sup>. A partir dos títulos dos *links* fiz a primeira seleção: os títulos

---

<sup>64</sup>A pesquisa aconteceu também durante meu estágio Docência em uma turma da área da Comunicação, etapa que explicarei mais adiante no texto quando narro o percurso da segunda etapa exploratória.

<sup>65</sup>Cabe destacar que não foi feito nenhum recorte temporal. Foram lidos os 100 primeiros links independente da sua data de postagem.



que não tinham ligação nenhuma com o tema – mesmo estando dentro do recorte de abas selecionadas conforme proposto – foram excluídos da amostra, assim como os que não eram materiais noticiosos e os *links* em que o título sugeria ligação com a temática, mas ao analisar o conteúdo não havia nenhuma relação. Deste modo, restaram 74 resultados com os quais iniciei o processo de organização dos *links*. Posteriormente, organizei uma tabela dividida em cinco campos: *Título* (correspondendo ao título do material conforme divulgado no *site*); *Sobre o que é?* (com o assunto do material); *O que é* (natureza do material – reportagem, notícia, artigo, vídeo, etc.); *Sobre o Brasil* (constava se o material se referia ao país, pois apesar do descritor conter essa informação, resultados sobre o *Casamento de Crianças* em todo o mundo apareceram no buscador); *Data* (a data em que o material foi postado/produzido no *site*); e o *Site* (aqui o nome do *site* do qual retirei o material)<sup>66</sup>.

Após essa primeira organização, classifiquei para análise somente os materiais que se referiam ao Brasil e que eram de cunho jornalístico<sup>67</sup>, descartando as reportagens e,ou notícias sobre outros países (31 no total), e o sumário executivo do livro do Instituto Promundo, totalizando assim 42 reportagens e,ou notícias. Saliento que 25 das notícias e,ou reportagens falavam somente sobre os dados da Pesquisa da Instituição Promundo, ou seja, mais da metade das reportagens repetiram seu discurso (foi escolhida uma só delas). Além de que 11 reportagens e,ou notícias eram exatamente iguais e uma apresentava o *link* para uma reportagem que já estava no recorte da amostra (selecionei uma de cada das que se repetiam). Sendo assim, a reflexão inicial para escolhas dos conceitos foi baseada no discurso de reportagens e,ou notícias que trouxessem informações diferenciadas: foram 14 notícias e,ou reportagens no total<sup>68</sup>. Com bases nessas notícias e reportagens de jornais compreendi que nessa temática específica o problema central do nosso país envolve diretamente a condição social (econômica) dos sujeitos(as) e que a maioria dos casos acontece com meninas. Foi a partir dessa primeira exploratória, que resultou em uma

---

<sup>66</sup>Optei por salvar as páginas em PDF devido ao fato de que a internet se modifica diariamente e os *links* podem deixar de funcionar.

<sup>67</sup> São estas: notícias, reportagens, entrevistas.

<sup>68</sup>A Tabela não foi inserida no texto devido o espaço deste. Ela pode ser consultada no texto completo da pesquisa, no **Subcapítulo 3.2**, intitulado “*Casamento de Crianças*”.





análise de discurso<sup>69</sup> do material jornalístico, que elenquei o conceito de *Pobreza* como um conceito principal.

A escolha pelo material jornalístico como fonte de informação foi feita pensando no papel social da mídia enquanto promotora de cidadania, enquanto espaço de aprendizados e principalmente como mediadora das relações humanas contemporâneas. Compreendi, assim, que uma análise de discursos midiáticos, me ajudaria a entender para além do tema estudado, me mostraria como eles podem ser um estimulador desses direitos que envolvem o público infantil.

A pesquisa exploratória se deu primeiramente para entendimento sobre o tema *Casamento de Crianças* – e para escolher e construir os conceitos da pesquisa (Pobreza, Direitos Humanos e Cidadania e Identidade Infantil). Para que a investigação do fenômeno estudado fosse posta em prática, era necessária a busca por um aprofundamento teórico que me auxiliasse a entender como ocorre e o motivo do *Casamento de Crianças* no país. A resposta veio do material coletado<sup>70</sup>, que mostra que o *casamento de crianças* se dá no Brasil, em sua maioria, pela pobreza.

As análises do conteúdo das notícias e reportagens encontradas nessa primeira parte da exploratória também foram usadas para subsidiar um dos capítulos da pesquisa, no qual utilizei trechos das notícias para contar sobre o *Casamento de Crianças* no Brasil. Essa etapa foi feita a partir da *Análise do Discurso*, buscando compreender como as mídias têm retratado essa temática – já que entendo a mídia como um processo de educação –, e, tendo em vista que os discursos midiáticos têm forte poder de inserção nas vidas das pessoas, ou seja, o discurso é “[...] a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade social. Esta mediação é feita [...] pelas práticas discursivas nas quais o homem se insere, sendo capaz de significar e significar-se” (MONTEIRO, et al., 2006, p. 2), e é esse entendimento de sentidos que busquei compreender ao analisar cada reportagem e, ou notícia. Não procurei fazer uma Análise do Discurso seguindo todos os preceitos elencados por teóricos como Patrick Charaudeau; a ideia era, após a primeira leitura de todo o material, elencar,

---

<sup>69</sup>Os resultados na Análise compõem um dos capítulos da Dissertação, intitulado: *Casamento de Crianças* no Brasil.

<sup>70</sup> Composto de notícias/reportagens.



através do critério enunciador e interpretante, o que aquelas reportagens e notícias traziam de fatos relevantes para o entendimento da temática estudada.

## | Da Construção Teórica

A escolha dos conceitos teóricos principais se deu após estabelecer o estado da arte<sup>71</sup>. Inicialmente pensei algumas categorias de conteúdo (Direitos Humanos, Identidade Infantil e Adultização da Infância), e com base nelas escolhi as palavras-chave para a pesquisa da pesquisa. Como não encontrei nenhum trabalho acadêmico sobre o tema estudado nos bancos de dados procurados<sup>72</sup>, e, desta forma, não tinha nenhum apoio teórico sobre o assunto. Comecei, então, a ler sobre esses conceitos, tendo iniciado com os materiais citados anteriormente e que não eram de cunho acadêmico. Esse passo inicial para a construção teórica tinha como objetivo me auxiliar na compreensão do tema e me embasar na construção de uma malha de conceitos que sustentassem a pesquisa.

O sentido da elaboração teórica não pode ser reduzido à resenha de conceitos. Ela se fundamenta em atividades de estudo de conceitos relevantes para a problemática, mas vai além, na direção de uma apropriação que se dá por uma atividade problematizadora desses referenciais para adequá-los ao concreto investigado. (BONIN, 2011, p. 25).

Após a primeira etapa exploratória e mais segura de que conceitos perpassavam a temática investigada, iniciei o segundo momento de escrita, a construção teórica. A fundamentação dos conceitos foi alicerçada em três grandes

---

<sup>71</sup> Utilizei o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Scielo; Lumia; e o Portcom.

<sup>72</sup> As palavras utilizadas foram: casamento infantil; casamento infantil no Brasil; casamento na infância; casamento na infância no Brasil; casamento precoce; casamento precoce no Brasil; casamento de crianças; casamento de crianças no Brasil.



marcos principais, a saber: *Pobreza, Direitos Humanos/Cidadania e Identidade Infantil*.

Estes não eram os conceitos iniciais, como citei anteriormente, o conceito de *Adultização da Infância* tinha sido elencado como um dos principais devido aos nossos estudos sobre infância durante o início da escrita da parte de contextualização, e não o conceito de *Pobreza*, que surge através da busca realizada no material jornalístico (primeira etapa exploratória).

Coloca-se o desafio de refletir sobre os conceitos em relação ao seu papel na pesquisa às limitações em termos de dimensões que não dão conta e que fazem parte do fenômeno investigado. Também o desafio de ampliá-los e de articulá-los a outras perspectivas que podem ajudar a fazer avançar tais limitações e considerando pistas e constatações que advêm de **incursões exploratórias de aproximação com o fenômeno**. (BONIN, 2011. p. 25, grifo nosso).

## | O melhor dos momentos: a Segunda Etapa Exploratória

Creio em uma metodologia que se transforma, que se modifica conforme o investigador vai se aproximando à teoria e à empiria. (MILLS, 1975). Como nessa investigação não trabalhei com um objeto e sim com uma temática, a ida a campo (segunda etapa exploratória) se deu após a construção teórica inicial (baseada na primeira exploratória).

Nessa segunda etapa exploratória, socializei os resultados da primeira etapa exploratória, da contextualização e dos conceitos teóricos que vinham sendo desenvolvidos com os estudantes de Comunicação. Realizei com eles debates sobre a investigação para posterior análise dos seus discursos sobre a temática.

O desenho *transmetodológico* afirma a necessidade da fabricação teórica de hipóteses, noções, idéias [sic], argumentos e conceitos na atividade da pesquisa [...]. Sendo assim *a prática teórica* define-se como uma condição indispensável de toda pesquisa realmente científica; gerar teoria é um desafio que tem tanto um iniciante científico e um pesquisador maduro. A pesquisa requer a produção de conhecimento teórico, por mais ênfase empírica que tenha sua estrutura de projeto, sua realização (se é séria e aprofundada) configurará questões teóricas



importantes para serem trabalhadas. (MALDONADO, 2013, p. 49, grifo do autor).

O meu contato com os estudantes de comunicação se deu através do estágio docência. O estágio docência como um todo foi parte da segunda etapa da exploratória. Dei início ao meu estágio docência no dia 03 de agosto (segundo semestre letivo de 2016) com os estudantes do curso de Comunicação. A turma do estágio foi a da disciplina de Mídia e Cultura<sup>73</sup>, com 36 alunos dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda (PP), Relações Públicas (RP) e Comércio Exterior (COMEX)<sup>74</sup>. Foram ao todo 20 aulas, de agosto a dezembro de 2016. As aulas foram registradas em diário de campo – instrumento que me auxiliou no estudo e reflexão sobre o que observei – de forma que a minha revisitação constante me deu novas pistas e constatações acerca da abordagem que temos enquanto mídia com o *Casamento de Crianças no Brasil*, assim como, as últimas duas aulas, nas quais os alunos apresentaram seus projetos finais da disciplina que tinha como *briefing*<sup>75</sup> os temas trabalhados em aula – gênero, mídia, identidade, direitos humanos –, todos pensando a temática da pesquisa (*Casamento de Crianças no Brasil*) e foram gravadas em áudio para posterior transcrição e análise, por meio da *Análise do Discurso do Sujeito Coletivo* (ADSC).

Os trabalhos finais foram realizados pelos alunos durante 4 aulas específicas – em que puderam desenvolver os projetos com o meu apoio e o da Professora Saraí Schmidt (titular da disciplina) durante o período de aula –, os projetos partiram dos estudos feitos em aula e do material bibliográfico e visual disponibilizado por mim para os alunos. Como acompanhei todo o procedimento de elaboração das campanhas, obtive um material significativo para o diário de campo que foi utilizado para dar sentido à forma como estruturei os Discursos Coletivos. Vale destacar que o diário de campo é um instrumento para registro de atividades, o que me permitiu realizar novas interpretações através de sucessivas releituras, auxiliando o meu crescimento ao acompanhar esse aprendizado diário e possibilitando que eu reavalie meus atos investigativos. Segundo Bachelard

---

<sup>73</sup> Disciplina de tronco comum obrigatória aos cursos de Comunicação Social da Universidade Feevale.

<sup>74</sup> O aluno de Comércio Exterior estava realizando a disciplina como uma optativa do seu curso.

<sup>75</sup> Conjunto de informações sobre uma atividade/trabalho que deve ser desenvolvida/executada.



(1971), é necessária uma constante reflexão sobre os próprios atos, técnicas utilizadas e aproximação e/ou reavaliação do fenômeno (no meu caso, temática) estudada.

### **| Sobre ir e vir: A Análise do Discurso do Sujeito Coletivo**

Essa parte final de reflexão da investigação, que foi *Análise*, eu dividi a pesquisa em 2 tópicos, aos quais denominei: “Dos discursos sociais” e “Botando a mão na massa”. No primeiro tópico eu fiz o uso da *ADSC*<sup>76</sup> utilizando todos os procedimentos metodológicos propostos por Lefevrè e Lefevrè (2000) com o intuito de compreender a Representação Social dos alunos frente as temáticas estudadas, assim como, refletir sobre o sentido de coletividade expresso em um trabalho realizado em grupo com a temática dos Direitos Humanos, tendo em vista que o assunto demanda uma reflexão pautada na lógica social.

No segundo tópico eu apresentei o resultado de todo o processo de trabalho dos alunos e de forma mais concreta como deram sentido aos seus discursos através das campanhas. Saliento que as campanhas não foram analisadas enquanto produtos, elas compuseram a pesquisa com o intuito de mostrar como os alunos realizaram os seus trabalhos a partir dos seus entendimentos da temática.

A Análise do Discurso do Sujeito Coletivo proposta pelos teóricos Lefevrè e Lefevrè (2000) é uma metodologia qualitativa baseada em quatro *figuras metodológicas* que auxiliam na análise e na tabulação dos depoimentos dos sujeitos(as), são elas:

- Ancoragem (A) = todo o discurso está ancorado de alguma forma em pressupostos, conceitos, hipóteses e teoria, sendo assim, a ancoragem é o suporte que o sujeito usa para construir suas marcas linguísticas;
- Ideia Central (IC) = a afirmação que permitirá compreender o sentido essencial do discurso do sujeito em seu depoimento;

---

<sup>76</sup> Os termos metodológicos utilizados nessa etapa da pesquisa são os utilizados pelos teóricos que desenvolveram a metodologia. Não acho que “Ideia Central”, “Impressões”, etc. sejam na área das Ciências Sociais e Humanas, as melhores terminologias, quando defendemos uma ideia de construção coletiva, de processo inacabado, de ideias nunca prontas, finalizadas ou únicas. Porém, para seguir a lógica argumentativa estruturada pelos autores (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000), utilizar esses termos se faz necessário.



- Expressões-Chave (EC) = aqui temos a transcrição literal de partes dos depoimentos dos sujeitos(as), de forma a validar a ideia central, tendo em vista que ao compararmos a expressão-chave com o discurso da ancoragem conseguimos comprovar empiricamente o local de fala do sujeito. Será com essas expressões que construiremos o Discurso do Sujeito Coletivo;
- Discurso do Sujeito Coletivo = é a busca por resgatar o discurso como um signo, compreendendo que não podemos reduzi-lo a categorias unificadoras. A ideia é reconstruir as falas como num grande quebra-cabeça em que juntamos os discursos individuais através das figuras anteriores, buscando criar um discurso que expresse os signos sobre um determinado fenômeno.

A *ADSC* não é uma metodologia usual nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, porém, apostamos que o pesquisador constrói o método, as formas de fazer pesquisa e de dialogar com o conhecimento. Essa etapa qualitativa foi dividida em três partes, sendo elas: a aproximação com os estudantes, desenvolvimento dos materiais e análises dos discursos produzidos. Apesar de ter dividido em três partes, a análise foi um processo de atravessamentos, pois cada uma das etapas tinha relação direta com as outras, afinal, estou falando de trabalhos e discursos produzidos por sujeitos(as) que carregam suas bagagens culturais, suas vivências e suas interpretações de mundo e principalmente as formas como eles concebem a representação social.

Um modo legítimo – não por certo, o único – de conceber as Representações Sociais consiste em entendê-las como a expressão do que pensa ou acha determinada população sobre determinado tema. Este pensar, por sua vez pode se manifestar, dentre outros modos, através do conjunto de discursos verbais emitidos por pessoas dessa população. (LEFEVRÈ; LEFEVRÈ, 2000, p. 13).

Com base nessa ideia, transcrevi todos os áudios de forma literal conforme pede a metodologia da *ADSC*, o que resultou em cerca de mais de 11 mil palavras transcritas em 31 páginas de *Word*. A partir das transcrições, encontrei as quatro figuras metodológicas propostas por Lefevrè e Lefevrè (2000), com as quais montei as tabelas no *Excel*. Fiz uma tabela para cada grupo, e coloquei



primeiramente as *Ancoragens* encontradas durante a leitura e escuta dos áudios dos estudantes, que foram 7: *Casamento de Crianças* em outras partes do mundo; *O Casamento de Crianças*; Falta de notícias; Contexto Social; Pobreza; Cultura do Machismo; Jovens – Cabeça aberta.

Com base nelas, encontrei as *Ideias Centrais* para os DSC sobre cada uma dessas ancoragens nas quais os alunos fundamentaram seus discursos. Após, transcrevi para as tabelas os trechos literais do discurso nos quais eles fundamentavam essas ideias, as expressões chaves, e, por último, construí os discursos coletivos.

Esse processo de *ADSC* me auxiliou a compreender como os alunos criaram as campanhas, pois o discurso é uma defesa do material elaborado por eles,

[...] pesquisas qualitativas apoiadas em pressupostos sociológicos, trabalham num espaço denominado “campo”, o que faz com que se deva entender as pessoas, objetos destas pesquisas, como um conjunto de indivíduos que, situadas numa dada posição no campo, são identificáveis como uma categoria na medida em que, segundo Bourdieu, detém *habitus* e representações semelhantes, que se traduzem em determinadas práticas sociais e modalidades de discursos que as expressam. (LEFEVRÈ; LEFEVRÈ, 2000, p. 15, grifo do autor).

O amadurecimento discursivo dos alunos pode ser percebido através do uso das repostas dos questionários respondidos durante a construção do trabalho. As respostas dos questionários também foram colocadas em tabelas para que eu pudesse refletir sobre os discursos finais com o auxílio delas. As perguntas do questionário foram dissertativas, o que auxiliou na forma de interpretação do discurso, já que, ao responder com textos às questões o sujeito mostra dados da sua realidade; além do caráter subjetivo: suas ideias e suas crenças. (LEFEVRÈ; LEFEVRÈ, 2000).

O que busquei fazer foi a união dos materiais coletados de modo a cruzar os dados obtidos através da análise individual de cada um, porém, usando como base o próprio discurso dos alunos, tendo como sustentação aquilo que foi trabalhado em aula “no nível interpretativo podemos obter respostas melhores



ou piores – dependendo de vários fatores, tais como adequação do referencial teórico, imaginação/inteligência [...]”. (LEFEVRÈ; LEFEVRÈ, 2000, p. 14).

Fazer pesquisa é uma constante experimentação. O procedimento de análise dos dados coletados se mostra cansativo, trabalhoso e muitas vezes conflitante. A escolha das *Ancoragens* perpassou minhas ideias enquanto sujeito e principalmente minhas correntes de pensamento, pois o caminho que percorri foi o de reflexão sobre o discurso. E sendo eu um ser humano, integrante da sociedade, minhas ideias se confundiram muitas vezes com as dos sujeitos(as) pesquisados(as), afinal, o método não é um caminho pré-definido, ele se constrói na pesquisa e vai se refletindo na prática.

Não creio na objetivação da pesquisa, há sim muita subjetividade no desenvolvimento de uma investigação. Logicamente que o subjetivo é posto de forma a não interferir no pensamento dos sujeitos(as) investigados(as), mas em confluência com eles, para ajudar na minha reflexão, no meu modo de ver as coisas. Lembrando que é sempre preciso manter um distanciamento, praticar a vigilância epistemológica. (BACHELARD, 1971).

Segundo os critérios dos teóricos utilizados para a organização metodológica da pesquisa, os *Discursos Coletivos* são estruturados unicamente com as falas transcritas dos sujeitos, nesse caso dos estudantes – aqui identificada como as *Expressões Chaves*, retiradas de cada discurso individual. Apenas conectivos e adequação linguística foram utilizados para dar sentido à narrativa. Construir o *Discurso do Sujeito Coletivo* com as informações obtidas com os alunos já é um processo de análise, afinal, ao ler, interpretar e refletir sobre cada discurso individual, buscando uni-lo a outro e assim formar uma ideia coletiva, já é uma forma de representação social, possibilitando que se tenha crenças, valores, e pensamentos de uma coletividade de forma natural, sem reduzir isso a números. (LEFRÈVE; LEFRÈVE, 2000).

Após a identificação das *Ancoragens*, parti para a definição das *Ideias Centrais* as quais respondi com a construção dos *Discursos Coletivos*. As *Ideias Centrais* foram organizadas a partir dos discursos transcritos, todos em relação com as *Ancoragens* citadas acima. A *Análise do Discurso do Sujeito Coletivo* não é uma metodologia usual nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, porém, apostamos que o pesquisador constrói o método, as formas de fazer pesquisa e de dialogar com o conhecimento.





Esclareço que percorri diferentes etapas até encontrar o resultado de *Discurso Coletivo* que apresentei no final da investigação. Após transcrever os áudios, e criar a tabela no *Excel* para cada um dos grupos que participaram da atividade na turma de Mídia e Cultura, preenchi elas com as 7 Ancoragens. E as *Expressões Chaves* (de forma literal), conforme havia obtido na transcrição, foram colocadas nas *Ancoragens* que tinham relação com o discurso.

Busca-se aqui o resgate da literalidade do depoimento. Este resgate é fundamental na medida em que, através dele, o leitor é capaz – comparando um trecho de selecionada do depoimento com a integralidade do discurso e com as afirmativas reconstruídas sob forma de idéias [sic] centrais e ancoragens – de julgar a pertinência ou não da seleção e da tradução dos depoimentos. Portanto, as expressões-chave são uma espécie de “prova discursivo-empírica” da “verdade” das ideias centrais e das ancoragens e vice-versa. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 18).

Na pesquisa coloquei no texto final todos do Discursos Coletivos, por falta de espaço isso não será possível nesse texto, sendo assim explicarei como foi a organização. Dentro de *boxes* inseri as *Ancoragens* que listei antes, numeradas de 1 a 7; abaixo de cada *Ancoragem* coloquei sua *Ideia Central*, após o *Discurso do Sujeito Coletivo*; e, por fim, após os *Discursos do Sujeito Coletivo* de cada *Ancoragem*, minhas *Impressões*, a parte das *Impressões* também faz parte do procedimento metodológico, que é o momento em que reflito sobre a forma como os estudantes organizaram seus pensamentos. Os termos metodológicos utilizados nessa etapa da pesquisa são os utilizados pelos teóricos que desenvolveram a metodologia. Não acho que “Ideia Central”, “Impressões” etc. sejam na área das Ciências Sociais e Humanas as melhores terminologias, quando defendemos uma ideia de construção coletiva, de processo inacabado, de ideias nunca prontas, finalizadas ou únicas. Porém, para seguir a lógica argumentativa estruturada pelos autores (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000), utilizar esses termos se fez necessário.

Essa metodologia de análise compôs a parte final da estrutura metodológica da pesquisa. A *Transmetodologia* como procedimento teórico-metodológico me serviu como subsídio para a formulação de técnicas distintas para coleta e investigação dos dados, e me deu suporte para construir, de acordo com a demanda do meu tema empírico de referência, as formas pelas quais



trabalhei com esse assunto, em uma constante transformação de acordo com o que foi solicitado nas demandas da pesquisa empírica. (MALDONADO, 2002).

## | Reflexões Finais

A *Transmetodologia* se mostrou uma opção epistêmica na qual tive oportunidade de configurar alternativas e formular estratégias enriquecedoras para a investigação. (MALDONADO, 2013). Uma das premissas da *Transmetodologia* coloca que o trabalho científico só tem sentido ético e filosófico se assumir um compromisso com a humanidade, as culturas, a vida em sociedade, as transformações sociais, e o bem-estar no mundo. Ao escolher o conceito de Direitos Humanos e o de Cidadania como bases para o desenvolvimento da investigação pensei naquilo que torna o meu estudo relevante, não só para a área acadêmica, mas para a área social. Porém, com o estágio docência percebi que o tema estudado não era “caro” somente a mim, ele atinge todas as pessoas. E eu tinha nos estudantes de Comunicação uma forma de mudar alguns comportamentos com relação à maneira como estão sendo produzidos os materiais comunicacionais, como as histórias sociais têm sido contadas atualmente e, principalmente, sobre a invisibilidade de assuntos referentes aos direitos infantis na mídia.

Um dos objetivos ao qual me propus na pesquisa era o de compreender como esses futuros comunicadores têm aprendido sobre as temáticas que atravessam o tema central da investigação. A proposta de buscar por um Discurso Coletivo foi a de compreender se os estudantes de Comunicação ao serem sensibilizados sobre temáticas como Gênero, Mídia e Direitos Humanos conseguiam refletir sobre o assunto de forma a enxergar o Outro como ser social. Buscou-se isso uma vez que as atividades desenvolvidas durante o estágio docência buscavam conscientizar os alunos sobre seu lugar de fala enquanto educadores não formais e mostrar como eles têm potencialidades para tornar a mídia um local mais democrático quando se refere às minorias. Penso no Discurso Coletivo como um mecanismo para verificar se o problema encontrado durante a escrita da Dissertação – falta de material jornalístico sobre a temática e repetição de discurso (no sentido de as mesmas informações noticiosas) – é



resultado de uma falta de preparo ainda na graduação sobre o entendimento do Outro.

A *Transmetodologia* me auxiliou não só na formulação da maneira como estruturei a pesquisa, mas principalmente me possibilitou autonomia de transitar entre diversos campos disciplinares e procedimentos metodológicos de áreas das quais não advim, a fim de obter uma reflexão mais consistente sobre a minha pergunta problema, e conseguir, então, compreender que um dos principais problemas é a noção que temos de Realidade Social, o que os alunos elencaram como um “Não-Olhar”.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI COMUNICAÇÃO E DIREITOS). Infância e Juventude, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ARAÚJO, Ana Paula. Heráclito. InfoEscola: navegando e aprendendo, [S.l.]. 2016. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofos/heraclito/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BACHELARD, Gaston. A epistemologia. Lisboa: Edições 70, 1971.

BANCO MUNDIAL. Fechando a Brecha: Melhorando as Leis de Proteção à Mulher contra a Violência. Washington, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario/Google%20Drive/Mestrado%20Diversidade%20Cultural%20e%20Inclus%C3%A3o%20Social/Projeto%20de%20Pesquisa/3%20CONTEXTUALIZA%C3%87%C3%83O%20-%20INF%C3%82NCIA/3.2%20O%20CASAMENTO%20INFANTIL%20NO%20BRASIL/Legila%C3%A7%C3%A3o/Fechando-a-Brecha-WBL-Port.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. p. 23-42.

\_\_\_\_\_. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. 3. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2008.



DARBELLAY, Frédéric. Nouvelles perspectives en sciences sociales: revue internationale de systémique complexe et d'études relationnelles. NPPS, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 65-87, 2011.

FOLETTTO, Rafael. Desenhando os caminhos do fazer científico através da concepção epistêmica transmetodológica. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Org.). Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. p. 69-83.

LEFEVRÈ, Fernando; LEFEVRÈ, Ana Maria Cavalcanti. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: LEFEVRÈ, Fernando; LEFEVRÈ, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira. O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000. p. 11-36.

MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica. Ciberlegenda, n. 9, p. 1-15, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/299>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Org.). Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social, 2013. p. 31-54.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e teórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 277-303.

MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, 2003.

MONTEIRO, Sandra Lopes et al. A análise do discurso e questões sobre a linguagem. Revista X, v. 2, p. 1-18, 2006.

MORIN, Edgar. Edgar Morin – 18/12/2000. Entrevistador: Herótodo Barbeiro. [S.l.], 2000. (ca. 1 h 27 min 43 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AOBiloWbPo8&list=WL>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Nova York, 20 nov. 1959. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex41.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

SANTOS, Vitória Brito. Ela se juntou com um cara! Um estudo sobre o casamento de Crianças no Brasil, Cocomunicação e Direitos Humanos. 179 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2017.

STEARNS, Peter N. A infância – História Mundial. São Paulo: Editora Contexto, 2006.



## **Comentários no YouTube: uma proposta metodológica de análise a partir de uma pesquisa realizada no canal *Jout Jout Prazer***

*Paula Coruja*

### **| Introdução**

Neste artigo, apresento a proposta metodológica desenvolvida para a pesquisa de mestrado “Expressões do(s) Feminismo(s): discussões do público com a youtuber Jout Jout” (CORUJA, 2017). A pesquisa tinha por objetivo compreender que aspectos dos feminismos<sup>77</sup> eram debatidos pela youtuber Jout Jout e ressignificados nas manifestações do público a partir do ambiente da caixa de comentários dos vídeos no canal.

Para o desenvolvimento do artigo, apresentamos nosso percurso metodológico a partir das premissas adotadas durante a pesquisa. Ao observar o YouTube como site de rede social, e, principalmente, como ambiente dialógico e que apresenta indícios de ser uma plataforma com apelo de expressão de discursos dissonantes, a partir das interações do público nas caixas de comentários, foi necessário exercitar a criatividade metodológica (OROZCO, 1996) na condução da pesquisa qualitativa. A partir da compreensão da mudança que acontece com a cultura da convergência (JENKINS, 2009) e a cultura da conectividade (DJICK, 2013), a etnografia virtual (HINE 2004, 2005, 2015, 2016) foi um referencial ao mesmo tempo teórico e metodológico importante, pois nos permitiu monitorar e analisar novas práticas sociais de forma qualitativa, permitindo interpretar propriedades tecnológicas como processos sociais.

Entretanto, para dar conta do problema, foi preciso combinar uma série de técnicas de pesquisa, dentro deste escopo, em duas fases. Apresentaremos o percurso trilhado na pesquisa exploratória, primeira fase do processo, que nos permitiu conhecer o objeto empírico, emergir categorias de análise e testar a análise de conteúdo qualitativa (OROZCO, 1993, 1996) que seria empenhada em

---

Texto revisado por Fernanda Morena

<sup>77</sup> Entendendo o feminismo a partir da pluralidade de correntes de pensamento que o caracteriza, como o negro, socialista, anarquista, radical, liberal, interseccional e/ou decolonial.



seguida. Com as consolidações da exploratória, partimos para a segunda fase, que compreendeu a etnografia virtual a partir de três principais procedimentos metodológicos: a) observação das interações (HINE, 2004; ANGROSINO, 2009; FLICK, 2009); b) coleta de dados, com métricas abertas do YouTube, coleta de comentários e notas de campo (HINE, 2004; ANGROSINO, 2009) feitas durante a exploratória e a observação das interações; c) e análise qualitativa dos dados (OROZCO, 1993, 1996). Também apresentamos como fizemos uso de um software de análise qualitativa assistida por computador (CAQDAS, na sigla em inglês), o NVivo, para organizar o grande volume de dados gerados e que auxiliou na criação de categorias de análise e constatação dos supertemas (JENSEN, 1997) do público.

Por fim, falamos sobre como trabalhamos os resultados da pesquisa, as principais constatações que essa aplicação metodológica nos permitiu e os avanços possibilitados por ela. Também partilhamos as dificuldades encontradas no processo e os limites encarados, para que, a partir dela, seja possível pensar soluções que sirvam a outros pesquisadores que se aventuram na investigação de ambientes dinâmicos como as redes sociais na internet, que requerem constante reavaliação e uso combinado de procedimentos para entender os fenômenos que ocorrem nestas ambiências.

### **| Pensar os sujeitos antes de pensar a metodologia**

Para situarmos nosso objeto e entendermos quem são os sujeitos que pelas suas ações reconfiguram práticas e modos de pensar, uma reflexão sobre as audiências (no plural) se faz necessária. Mais do que supor uma massa heterogênea de receptores, é necessário entender a conjuntura cultural (ou cibercultural) para podermos, com mais propriedade, aproximarmo-nos desses sujeitos. Nesse sentido, é imprescindível que entendamos o atual contexto em que estão inseridos a partir da noção de convergência. Estamos em uma época em que mais do que a convergência dos meios, temos convergência de conteúdos e um fluxo maior de sujeitos em processos de comunicação em rede, o que indica, preponderantemente, uma mudança cultural.

É justamente a partir daí que Jenkins (2009) aponta que, mais do que questões tecnológicas, convergência diz respeito à cultura. Passa, então, a ser



entendida dentro de um contexto de fluxo: múltiplos conteúdos – e formas de interação – em múltiplas plataformas. Para o autor, a convergência é uma “transformação cultural”, pois convida a sair em busca de novas informações e conexões, com uma apropriação que hoje é mais visível, uma vez que deixa uma série de rastros.

Outro ponto importante a ser levantado sobre a questão da convergência é que ela não supõe estabilidade ou unidade: “ela opera como uma força constante pela unificação, mas sempre em dinâmica de tensão com a transformação” (JENKINS, 2009, p.38). Dessa forma, podemos compreender que as interações entre as audiências (aqui ainda vistas de uma forma genérica) são marcadas por tensionamentos e disputas por poder, atenção, espaço e legitimação. A convergência muda a forma de produzir e consumir informação, transformando essa em um processo muito mais imbricado no cotidiano, principalmente para aqueles que usam as redes sociais digitais não somente como forma de expressão, mas como uma forma de luta pelo direito de participar – e ser protagonista – da cultura. Vivemos um tempo em que a internet e as redes sociais proporcionam um maior espaço de expressão e visibilidade das interações e tensionamentos, onde os sujeitos encontram formas mais efetivas de articulação para disputar espaços e transformar a própria cultura. Desse modo, as manifestações ficam registradas e explícitas nos ambientes de interação propiciados por sites de redes sociais, como o YouTube.

Pensar na cultura participativa pode ser o ponto de partida para entender a contemporaneidade, mas não é um ponto final. Para Djick (2013, p.4-5), partimos de uma cultura participativa para uma cultura da conectividade, em que a sociabilidade passa pela incorporação e o uso de plataformas digitais e o “on-line” se transmuta em uma nova camada para organização da vida. A autora também destaca que a construção de plataformas e as práticas sociais que se desenvolvem em (e para) cada uma delas são mutuamente constitutivas (DJICK, 2013, p.6). Dessa forma, as interações em sites de redes sociais como o YouTube não só fazem parte do cotidiano dos sujeitos e configuram a sociabilidade no contemporâneo, como são fundamentais para o desenvolvimento (e lucro) das empresas proprietárias dessas plataformas.

Os autores que pensam os sujeitos como interagentes analisam as interações (e/ou conversações) mediadas por dispositivos como computadores,



tablets e smartphones, a partir de um espaço comum negociado, que, no nosso caso, seriam as caixas de comentários dos vídeos de um canal no YouTube. E, como outros trabalhos destacam (STRANGELOVE, 2011; RECUERO, 2014; PRIMO, 2011), os sujeitos se apropriam desses espaços e ressignificam até mesmo suas funções básicas. Essa, segundo Lemos (2002), é uma das características essenciais da cibercultura: a apropriação, seja ela simbólica - com construção de sentido a partir do uso desviante das ferramentas - ou técnica, que só compreende o aprendizado de utilização da ferramenta. Como lembra Jensen (2010, p.63), “Novas tecnologias traçam novas linhas entre o possível e o impossível, mas elas não preveem o que exatamente se torna possível”.

Portanto, mesmo que algumas funções sejam possibilitadas pela própria tecnologia, é só a partir de usos e apropriações dos sujeitos que é possível falar de determinação. O mesmo acontece com o resultado do encontro (e interação) de diferentes sujeitos, com diferentes objetivos, que faz com que a conversação seja “portanto, menos uma determinação da ferramenta e mais uma prática de uso e construção de significado dos interagentes, sejam essas ferramentas construídas para isso ou não” (RECUERO, 2014, p.39).

Dessa forma, essa perspectiva pensa os sujeitos como únicos, mas os vê, dentro das conversações, como interagentes de igual importância para o estabelecimento dessas relações; todos evidenciando seu poder de agência, determinado pelas práticas sociais dentro das redes sociais na internet.

Ao analisar esse contexto e características, encontramos no conceito de “público” (DAYAN, 2006; BABO, 2013) uma forma de entender quem são e o que motiva essas pessoas que fazem questão de deixar registrada sua opinião em vídeos no YouTube. Livingstone (2005) explica que a noção de público costumava ser atrelada e constricta a determinados sujeitos, que consumiam determinados produtos culturais em determinados espaços, como o teatro e o cinema. Uma validação que, por muito tempo, passou por um discurso elitista, que desconsiderava a cultura popular. Porém, as relações entre audiências e públicos estão em transformação, e a visão dicotômica dos conceitos (audiência x público; privado x público; passivo x ativo; anônimo x visível) não é mais capaz de explicar os fenômenos comunicacionais na contemporaneidade.

Para Babo (2013, p.218), no momento em que se encontra na recepção um grupo de espectadores que comenta, se engaja, se emociona ou repudia um fato





ou um produto midiático, tem-se mais do que “meras audiências”. Ao contrário do que pensa Orozco (1991, 2009, 2012), que vê a audiência como ampla e múltipla, no momento em que há essa dimensão do que ele chamou de “qualificação da audiência” (OROZCO, 2012), Babo (2013) considera que há a formação de público.

A autora portuguesa parte do entendimento de autores como Gabriel Tarde, Robert Park, John Dewey e Daniel Dayan em uma análise que nos auxilia a pensar não só sobre os sujeitos investigados nesta pesquisa, mas a compreender um pouco melhor essas relações que se estabelecem em canais do YouTube, principalmente entre aqueles que demonstram um maior nível de engajamento com o conteúdo dos canais, comentando e interagindo com outros sujeitos a partir das caixas de comentários. De Dewey, que em 1927 publicava uma obra chave para entender a opinião pública, vem um entendimento que é central: a comunicação é a condição prévia da formação dos públicos, pois na base destes estão as significações comuns partilhadas que estabelecem laços sociais e podem converter uma ação conjunta numa comunidade de interesses (DEWEY, 2004, p.69). Isso emerge através das interações entre as pessoas que se mobilizam e participam. Ou seja, essas significações comuns partilhadas, que emergem das interações entre os sujeitos e são capazes de mobilizar a participação dos sujeitos se atualizam na contemporaneidade e são centrais para entender a maneira pela qual as pessoas usam as redes sociais digitais como um espaço para publicizar seus pensamentos e opiniões sobre os assuntos abordados.

Esse mesmo entendimento de Dewey está relacionado ao que Jensen (1997) chamou de “supertemas” da audiência. Jensen parte do fluxo televisivo para apontar conceitos específicos que estabelecem relações entre os temas propostos na esfera da produção e o cotidiano dos espectadores. Uma noção que é individual, mas que, ao identificarmos a partilha dos mesmos supertemas por um grande número de indivíduos, podemos verificá-los como elementos que estão presentes em um coletivo.

Segundo Orozco (2001, p.55), o supertema é uma categoria analítica central, já que é dentro dela que se “contextualiza o resultado empírico”. É na identificação dos supertemas da audiência (ou dos públicos) que é possível perceber quais apropriações são feitas pelos sujeitos a partir de um mesmo produto midiático, como os vídeos de Jout Jout.



Uma das características apontadas sobre o conceito de públicos que nos parece fundamental para compreender os sujeitos que atuam no canal estudado é a noção de performance. Segundo Dayan (2006), é a performance que distingue público e audiência, pois nessa há uma dimensão cênica da apresentação de si. Já a noção de público é dependente da reflexividade. “Esta performance pode ser consensual ou polêmica, mas não pode ser invisível” (DAYAN, 2006, p.30). Assim, o autor aponta três principais características da performance dos públicos: 1) a dimensão cênica, já que não basta ver, mas também ser visto; 2) dimensão do sujeito coletivo, com reflexividade e deliberação; e 3) dimensão do compromisso, de defesa de convicções, escolhas e valores.

Segundo Babo (2013), algumas práticas que identificamos, e que nos são caras, entre os sujeitos da nossa pesquisa, são também centrais no que a autora define como público. Entre eles estão: 1) Partilha, como nos comentários em que os sujeitos dividem a própria história sobre o tema do vídeo; 2) Associação, quando os sujeitos usam a possibilidade de comentar para apoiar as opiniões uns dos outros; 3) Comprometimento, quando pactuam ao explicar pontos nos vídeos que não ficaram claros a outros sujeitos que haviam questionado isso anteriormente; 4) Diálogo, quando interpelam-se sobre um mesmo tema; 5) Juízo, quando são críticos aos vídeos e/ou a opiniões de outros sujeitos.

Nesse sentido, a discussão não passa apenas por pensar o nível de agência dos sujeitos, ou o grau de engajamento, já que compreendemos que todo o ato de recepção e/ou consumo midiático envolve ação. Trata-se de compreender todos aqueles que, de alguma forma, sentem-se mobilizados a também participar do canal, fazendo-se visíveis à youtuber e aos outros sujeitos da audiência. Assim, na análise que operamos no canal, foi necessário compreender que quem se engaja em conversações com outros sujeitos que não conheciam previamente, fazia-o mobilizado por um mesmo supertema. E esse engajamento aconteceu a partir de uma performanceuma significação que, pela manifestação na caixa de comentários, mostrou-se partilhada por outros sujeitos e deixou indícios, respostas, e opiniões sobre seus sentimentos, conceitos e preconceitos.

O tipo de conteúdo que observamos no YouTube produzido por youtubers e disponibilizado de forma seriada (com periodicidade fixa), confessional, ao falar sobre temas do seu cotidiano e que chama a audiência a dar sua opinião, fomenta um vínculo social (como a youtuber que estamos analisando faz ao falar em



“família Jout Jout”) e um espírito de comunidade, também suscita a formação de um público. Como já foi pontuado, o público é heterogêneo, marcado pela performatividade, pelo diálogo, que se expressa, reage. É “o sujeito de uma experiência coletiva, de uma opinião ou juízo público, de uma crítica, de aprovação ou desaprovação, ou de um desempenho” (BABO, 2013, p. 232), que forma redes de sociabilidade. Por isso, o conceito de público, com suas características já destacadas anteriormente, nos foi central para compreender os sujeitos comentaristas do canal.

Essas são apenas algumas das práticas que nos mobilizam a refletir sobre os sujeitos que encontramos no canal JoutJout Prazer, uma audiência que é ampla, diversa, ativa e formada pelo conjunto de pessoas que acessa o canal e visualiza seus vídeos. Entretanto, aqueles que de alguma forma dão-se a conhecer, performatizam sua opinião/sentimento em relação ao conteúdo do vídeo, formam o público do canal. São público porque lançam mão de práticas próprias que os identificam como tal. Entendemos, assim, que um público não se forma de um indivíduo, mas de significados e práticas partilhadas, como vemos nas caixas de comentários em canais no YouTube.

## **| Exercitando a criatividade metodológica**

A etnografia virtual (HINE, 2004) estuda as práticas sociais na internet e o significado destas para os participantes. É uma forma de empreender um estudo detalhado das relações nos espaços virtuais, a partir da qual a internet deve ser compreendida como interface cotidiana da vida dos sujeitos e lugar de encontro que permite a formação de comunidades, grupos estáveis, além da emergência de novas formas de sociabilidade (HINE, 2015). Por meio desta, também é possível estudar experiências pessoais que emergem na comunicação mediada pelo computador a partir das observações de campo.

Acreditamos que essa abordagem nos dá uma diretriz de como começar a compreender essas relações, mas foi preciso agregar criatividade metodológica (OROZCO, 1996) para conseguir apreender esses significados. Marques (2010), ao investigar espaços de conversação na internet, salienta que é preciso abordar o objeto de múltiplas formas para dar conta das interpenetrações com as experiências dos sujeitos. Se pensarmos que o ambiente que estudamos não só



está na internet, mas se vale de conteúdos textuais e audiovisuais para estabelecer relações, demanda ainda mais atenção na combinação de estratégias metodológicas, como é o caso dos canais no YouTube.

O estudo foi desenvolvido em duas fases: 1) pesquisa exploratória, que orientou a qualificação de nosso projeto de pesquisa e fez emergir algumas categorias de análise; 2) etnografia virtual no canal selecionado, com destaque para a observação das interações nas caixas de comentário dos vídeos.

A primeira etapa foi realizada com base na observação direta e assistemática no canal JoutJout Prazer durante um ano. Assistimos aos 179 vídeos postados pela youtuber de maio de 2014 à primeira semana de março de 2016 e, posteriormente, analisamos os comentários de três vídeos. Levantamos dados quantitativos sobre o canal, como o número de likes, dislikes<sup>78</sup>, visualizações e comentários dos vídeos postados até a primeira semana de março de 2016. Nesse movimento, o primeiro realizado de modo mais sistemático, fizemos a coleta de todos os assuntos abordados em cada um desses vídeos. Como nosso foco foi centrado no público, complementamos os dados com a coleta de comentários dos vídeos postados na primeira semana de março de 2016, a fim de analisar e identificar algumas das práticas próprias dos interessados no canal. E, a partir do cruzamento desses dados, dar os primeiros passos para compreender a possível inter-relação do feminismo e do que é produzido pela youtuber, como um pensamento difuso, nas práticas desses sujeitos.

Após uma análise qualitativa dos vídeos postados no período delimitado, identificamos quais foram os temas abordados pela youtuber, para, então, cruzar os dados que surgiram da coleta de comentários de três vídeos. Nosso recorte foi temporal: os vídeos postados no período de uma semana, nesse caso, a primeira semana de março de 2016, com a coleta de 2.987 comentários<sup>79</sup>. Depois dessa classificação de temas gerais, tentamos, a partir dos comentários coletados, interpretar quais foram os supertemas, dentro da proposta de Jensen (1997),

---

<sup>78</sup> Formas de classificação do conteúdo no YouTube

<sup>79</sup> A quantidade de comentários coletada em cada um dos vídeos foi estabelecida automaticamente pelo NCapture, ferramenta de coleta de dados de redes sociais digitais para o NVivo, sem nenhuma configuração prévia. Segundo informações da página de ajuda do NCapture, o número de comentários é determinado pelo YouTube e pode variar de acordo com o número de comentários disponíveis. Em casos de vídeos com elevado número de comentários, é possível capturar apenas “os mais recentes”. Entretanto, o desenvolvedor não disponibiliza informações complementares sobre quantidade mínima ou proporcional. Disponível em: [http://help-ncapture.qsrinternational.com/desktop/topics/capture\\_from\\_youtube.htm](http://help-ncapture.qsrinternational.com/desktop/topics/capture_from_youtube.htm) Acesso em: 08 nov. 2016.



identificados pelo público. Identificamos três temas propostos pela youtuber: empoderamento feminino, aconselhamento e feminismo. Após uma primeira leitura dos comentários, identificamos os mesmos três temas nas discussões tecidas pelo público, além do aparecimento do feminismo como um supertema, discutido até mesmo nos vídeos em que o tema proposto pela youtuber não era esse. Nesse corpus, foi possível observar que esse supertema perpassa os limites do vídeo em que é diretamente abordado e aparece nas caixas de comentários de muitos outros vídeos.

Outro procedimento adotado foi classificar o público de acordo com o perfil do posicionamento em relação ao conteúdo que identificamos durante as leituras dos comentários, desde outubro de 2015. Depois da primeira leitura de todo o material, com o auxílio de um software de análise qualitativa assistida por computador (Computing Assisted Qualitative Data Analysis Software, CAQDAS, na sigla em inglês), o NVivo, chegamos a uma classificação demarcada a partir de dois comportamentos opostos, de adoradores e haters, que resultou no estabelecimento de algumas categorias de análise:

1. **Adoradores:** comentários elogiosos à youtuber e ao conteúdo de suas postagens. Registro da apreciação, seja em textos mais longos, ou curtos, muitos deles com sinais gráficos específicos, como o “<3”, que é a representação de um coração na linguagem usada na internet. Esse posicionamento é comum entre os fãs mais engajados (SANDVOSS, 2013; AMARAL et al, 2015). A partir dele, outros quatro posicionamentos mais específicos são possíveis:

- 1.1. **Carentes:** tentam, com o comentário, ganhar alguma atenção especial da youtuber, numa busca até mesmo de capital social entre o grupo de adoradores. Os comentários são sempre pessoais, chamando-a pelo apelido. Muitos fazem convites pessoais para passeios ou festividades, ou deixam claro que aguardam ansiosamente algum tipo de atenção especial;

- 1.2. **Pauteiros:** são comentários endereçados à youtuber com perguntas referentes aos temas do vídeo apresentado, apontando sugestões para complementar o que já foi proposto e, principalmente, com sugestões de novos temas para vídeos;



- 1.3. **Defensores:** costumam enfrentar e responder eventuais haters ou críticos (dois posicionamentos que veremos a seguir). São comentários em defesa tanto da youtuber, quanto das temáticas que ela aborda nos vídeos. Esse posicionamento ocorre com frequência em vídeos com alguma discussão envolvendo a temática de gênero;
- 1.4. **Identificados:** são relatos reflexivos sobre os temas abordados. Nele há sempre o registro da identificação com o tema que, muitas vezes, vem acompanhado de testemunhos escritos da própria experiência sobre o mesmo assunto.

2. **Auto-divulgadores:** são comentários com o fim de divulgar o próprio canal. Como o YouTube é uma rede unidirecional, ou seja, não possui um elo duplo, basta que alguém se inscreva para receber as informações, sem a necessidade da outra pessoa fazer o mesmo. A auto-divulgação em canais de grande visibilidade é comum porque traz um retorno em termos de novos inscritos. Também há casos de pessoas que divulgam links para concursos que demandem engajamento. Alguns desses, entretanto, também se posicionam como Adoradores.

3. **Ponderados:** são questões direcionadas à comunidade de comentaristas do canal, ou respostas àqueles que direcionaram dúvidas. Podem conter pedidos diretos (“Alguém pode me explicar”, “Alguém sabe” são alguns começos comuns de comentários ponderados). A resposta, em geral, é cordial e vem de um ou mais comentaristas do canal, que podem também se posicionar como adoradores da youtuber.

4. **Opinativos:** comentário a partir do qual se registra uma opinião sobre o assunto em questão. Podem concordar ou discordar, complementar as informações apresentadas nos vídeos. Também podem se posicionar como adoradores (alguns deixam essa informação registrada antes da opinião). Em alguns casos, quando não gostam da resposta que recebem de algum outro comentarista



(defensor ou ponderado), podem mudar o tom e se posicionar como críticos.

5. **Críticos:** chegam na caixa de comentários para deixar claro que são contrários ao que está sendo dito nos vídeos, ou que não gostam da youtuber. Diferente dos haters, os críticos são posicionamentos com comentários mais longos, em que há uma tentativa de desenvolver um argumento. Alguns entram nas discussões como críticos, mas, ao receber uma resposta mais cordial, mudam o tom e passam a ser, também, ponderados. Outros, ao contrário, ao serem rebatidos de forma mais dura por algum Defensor, deixam qualquer traço de cordialidade de lado e passam a se comportar como haters.

6. **Haters:** usam normalmente xingamentos em seus comentários. Se são respondidos por Defensores, tendem a retornar para continuar com os xingamentos. Ao contrário de alguns canais e relatos de estudos (LANGE, 2007, 2008; AMARAL et al, 2015), são minoria na caixa de comentários de Jout Jout.

Nota-se, nessa classificação do público, que Adoradores e Haters estão em posições opostas na caixa de comentários. Além disso, as características demarcadas por Babo (2013), de partilha, associação, comprometimento, diálogo e juízo, e as dimensões da performance explicadas por Dayan (2006), cênica, do sujeito coletivo e do compromisso, permeiam o estabelecimento dessa classificação. Outro ponto importante a ser destacado é que as outras posições, além das diretamente opostas, como Adoradores/Haters, são dinâmicas e podem se alterar dependendo do tema do vídeo e do tom do diálogo entre os sujeitos. Notamos, por exemplo, que em algumas situações aqueles que começaram se posicionando como Defensores, ao serem respondidos ou questionados, começavam a responder como Ponderados, mudando o tom do diálogo. O mesmo vimos acontecer com alguns posicionamentos de Críticos, que depois de serem interpelados por Ponderados, mudaram o perfil para Opinativos, tentando desenvolver uma argumentação própria, mesmo que contrária às ideias da youtuber.



Para Marques (2010), esses comentários nem sempre estão apoiados em argumentos logicamente válidos, ou com opiniões de alguma forma justificada. É importante salientar que também existem áreas de intersecção: assim, alguns posicionamentos Ponderados podem ou não ser Adoradores e/ou podem (ou não) ser Opinativos. O mesmo acontece com todos os outros perfis desse público. A Figura 1 (abaixo) representa essas categorias, com as possíveis mobilidades e intersecções destacadas.

Figura 1 - Posicionamento do público na caixa de comentários do canal JoutJout



Fonte: elaborado pela autora

Essa pesquisa exploratória, a partir da identificação do feminismo como um supertema e da categorização desses posicionamentos com relação ao conteúdo, ajudou a ver com mais clareza como os sujeitos se expressam na caixa de comentários e que, de alguma forma, o feminismo se faz presente e se torna conceito a ser compartilhado (debatido/interpretado/disputado) entre os





sujeitos que compõem o público do canal. Esse movimento nos forneceu o início de um protocolo de análise e foi o ponto de partida para refinar a análise e expandir, não só o corpus, mas os procedimentos que nos ajudaram a trabalhar o nosso problema de pesquisa.

Depois de finalizada a exploratória, iniciamos uma nova etnografia virtual no canal, orientada sobretudo por observações on-line. Quando o fenômeno investigado está na internet, como destaca Hine (20156, p.16), delimitar o que é o campo passa a ser o primeiro desafio.

Para começar, reconhecemos que os sujeitos, tanto do público, quanto os da produção de conteúdo, estão presentes em mais de uma rede social digital. As postagens de um mesmo usuário podem começar em uma e terminar em outra rede, ou se expandir de acordo com as características do conteúdo de cada uma delas (em vídeo ou comentários, como no YouTube, usando até 280 caracteres, como no Twitter, ou por fotos e pequenos vídeos, no Instagram). A própria dinâmica do canal JoutJout Prazer é permeada pelas relações que acontecem em outros sites de redes sociais. O principal exemplo disso é a integração com a página do canal no Facebook, que funciona como meio exclusivo pelo qual a youtuber pede sugestões de temas para vídeos. O próprio público do canal se apropria dessa dinâmica, inclusive, ao usar a caixa de comentários, por exemplo, para avisar que deixou sugestão de temas para vídeos em um comentário na página do Facebook.

Muitas das postagens do público também se expandem, seja por compartilhamento dos links, com novos comentários, seja por comentar/compartilhar o conteúdo da youtuber em mais de uma rede social. Isso sem contar as produções de fãs: os perfis em sites de redes sociais como Twitter, Snapchat, Instagram, além de canais no YouTube e fanpages no Facebook dedicadas à youtuber, que não só compartilham, mas criam conteúdo em cima do que é disponibilizado por Jout Jout, se acumulam às centenas.

Por isso, nossa primeira decisão foi delimitar esse campo ao YouTube, que é onde nasce o canal JoutJout Prazer, e que é referenciado em outros perfis e páginas de outros sites de rede social da youtuber. Assim, para este estudo, entendemos a caixa de comentários do canal como principal ambiente onde ocorrem interações entre os sujeitos. Com base nas práticas observadas,



entendemos o YouTube como um ambiente, a Jout Jout como produtora e os sujeitos que se engajam no canal das mais diversas maneiras como público<sup>80</sup>.

Para essa fase da pesquisa, fizemos uma nova coleta dos dados, que compreende todos os vídeos postados nos dois primeiros anos de existência do canal (de 12 de maio de 2014 a 14 de maio de 2016), em um total de 196 vídeos. Realizamos, então, a assistência de todos os conteúdos e a leitura dos comentários para tentar delimitar o corpus da análise.

O primeiro passo foi compreender quais conteúdos eram capazes de motivar um maior engajamento e a proposição de supertemas do público. Ao analisar as possibilidades que o YouTube como plataforma propicia para classificar conteúdo, a elaboração de playlists nos pareceu a principal forma de fazer essa curadoria de conteúdo. Pelas playlists, os youtubers têm a possibilidade de aglutinar vídeos por assunto, classificando-os por critérios próprios. Na nossa pesquisa, os vídeos que tratavam de alguma forma de empoderamento emergiram como mais capazes de motivar as manifestações do público. Por isso selecionamos a playlist *Girl/Boy Power*<sup>81</sup> do canal, onde estão relacionados 25 vídeos, todos dentro do período de dois anos que estabelecemos como recorte. Ao fazer uma seleção de vídeos e classificá-los a partir da temática do empoderamento, a youtuber confirma o seu papel de produtora. Esta prática, junto com outras, como a edição dos vídeos, orienta (mesmo que não determine) o olhar dos sujeitos da audiência.

A partir das estratégias adotadas anteriormente e tendo delimitado o campo e o corpus, decidimos guiar os passos do estudo a partir de três procedimentos principais:

a) **Observação de interações** (HINE, 2004, 2015; FRAGOSO et al, 2012; ANGROSINO, 2009; FLICK, 2009): essa observação, a partir dos fundamentos dos autores acima, foi fundamental para entender o campo, os sujeitos que ali estavam, as dinâmicas e as práticas que se desenvolveram. Através

---

<sup>80</sup> Acreditamos ser importante salientar esse aspecto, já que, numa mudança contextual, seja de plataforma, site de rede social, ecossistema, conteúdo e/ou acontecimento, os papéis referentes à produção e à recepção podem ser alterados. Jout Jout também faz parte da audiência e do público de outros canais, e os sujeitos comentaristas, produtores quando em suas plataformas. É o caso de Lia Camargo, por exemplo, conhecida blogueira, mas que se engaja no canal JoutJout Prazer comentando em vários vídeos. Ela pode ser produtora quando escreve em seu blog, mas no canal de Jout Jout ela foi considerada público.

<sup>81</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/playlist?list=PLjoyCrqhrPop97Gh8Ge\\_MjK\\_-QpsOdmfB](https://www.youtube.com/playlist?list=PLjoyCrqhrPop97Gh8Ge_MjK_-QpsOdmfB)>. Acesso em: 8 nov. 2016.



da observação do canal, entendemos atividades, reações, tensões e comportamentos dos sujeitos. Conseguimos observar todas as dinâmicas da youtuber no canal (postagens, elaboração de playlists, troca de destaques, postagens nas outras redes sociais vinculadas ao canal) e do público do canal (os comentários a partir do momento de cada postagem, interações entre usuários, repostas, tréplicas, compartilhamento de links). Aqui, entendemos cada comentário como uma fala de um sujeito.

b) **Coleta de dados:** nos voltamos principalmente aos dados possíveis do nosso campo. Além das métricas abertas no YouTube, que comentamos anteriormente, elaboramos tabelas com o registro das nossas “notas de campo” (HINE, 2004; ANGROSINO, 2009). Para a coleta dos dados do YouTube (vídeos e comentários) utilizamos uma extensão do software desenvolvido para coleta de informações em sites de redes sociais, o NCapture, posteriormente introduzidos como fontes no NVivo.

c) **Análise qualitativa dos dados:** optamos por uma análise de conteúdo qualitativa, a partir da perspectiva de Orozco (1993; 1996), tentando encontrar indícios, temas e identificar os supertemas. Essa abordagem demonstra, ao mesmo tempo, a importância do campo na dedução de categorias analíticas, bem como da leitura dos textos (principalmente os comentários) como dados qualitativos sobre o público.

Além disso, é importante destacar que o uso de ferramentas de análise qualitativa assistida por computador (CAQDAS) foi de grande contribuição ao trabalho, fornecendo informações e facilitando a sistematização das categorias de análise do objeto. Para este estudo utilizamos o software NVivo<sup>82</sup>, que auxilia na organização e análise de informações não-estruturadas de múltiplos formatos (fotos, vídeos, áudios, textos, postagens de redes sociais) e fontes. Para Jacks et al (2016, p.48), “o uso de ferramentas como os CAQDAS e os softwares estatísticos facilitam a triangulação de métodos e técnicas, permitindo testes sobre as possibilidades de análise dos dados”. A partir do NVivo, foi possível visualizar todas as etapas do projeto, da coleta dos dados, armazenamento das fontes, a todos os níveis de categorização. O uso dessas ferramentas não substituiu

---

<sup>82</sup> Apesar de o NVivo ser um software proprietário, com uma licença onerosa, foi possível utilizá-lo a partir do convênio realizado com a universidade, que disponibiliza licenças para uso dos estudantes. Também é possível acessar a versão para testes durante um mês.



o pesquisador, mas permite analisar melhor uma gama de dados de forma mais interativa e intuitiva (OROZCO, GONZÁLEZ, 2011), ampliando as possibilidades da pesquisa.

Em todas as etapas envolvidas no uso dos softwares ressalta-se a necessidade da observação sistemática da concepção teórico-metodológica da pesquisa, pois os dados só podem ser trabalhados nas ferramentas a partir dela para munir o sistema. Trata-se, portanto, de um processo de construção de conhecimento compartilhado entre o pesquisador, seus instrumentos técnicos e operadores conceituais, que inicia pela formulação clara de um problema de pesquisa e prossegue até o término do trabalho. (JACKS et al, 2016, p. 53).

O NVivo usa um sistema de indexação - o equivalente a categorias - construído por nós. Cada informação contida pode ser armazenada como um nó diferente, além de trazer suas anotações, definições e referências às partes codificadas. Esses nós podem ser, posteriormente, analisados, cruzados com outras fontes e outros nós na busca de temas ou construção de hipóteses. Assim, conseguimos realizar cruzamentos entre os assuntos abordados nos vídeos de Jout Jout e os comentários feitos no canal, nas caixas de comentários, e analisar qualitativamente esse material, além de testar hipóteses e visualizar categorias argumentativas e temáticas.

Depois da coleta dos dados da playlist, apresentamos o material produzido pela youtuber, para evidenciar os aspectos presentes que mostram como é a construção do argumento utilizado por ela que leva ao empoderamento. Para facilitar a visualização, elaboramos uma ficha documental de cada um dos vídeos, contendo alguns dos principais dados observados. Apesar do uso ser mais comum para organização de dados de entrevista (FLICK, 2009), as fichas documentais são também produtivas na coleta de outros dados qualitativos, como o de produtos audiovisuais. Adaptamos a ficha de acordo com as nossas necessidades, priorizando alguns dados que eram resultados da nossa classificação de acordo com as notas que há havíamos tomado a partir da assistência dos vídeos do canal. Dessa forma, além de dados gerais sobre o vídeo (Título do vídeo, Link, Tema e Origem do tema), também incluímos Eixo, que é indicação de por onde a youtuber tangencia a categoria argumentativa do vídeo, e Argumento “empoderador”, para evidenciar os aspectos da fala dela em que essa questão está mais evidente; Didática, em que apontamos quando a youtuber usa algum recurso, instrumento ou técnica com o objetivo de fazer-se compreender de forma



mais clara; e Experiência, onde sinalizamos de que maneira o confessional se faz presente na fala de Jout Jout. Também destacamos aspectos mais técnicos com relação à produção, como Cenário, Edição e Participação, que resultou no seguinte modelo:

Figura 2 – Exemplo da ficha documental

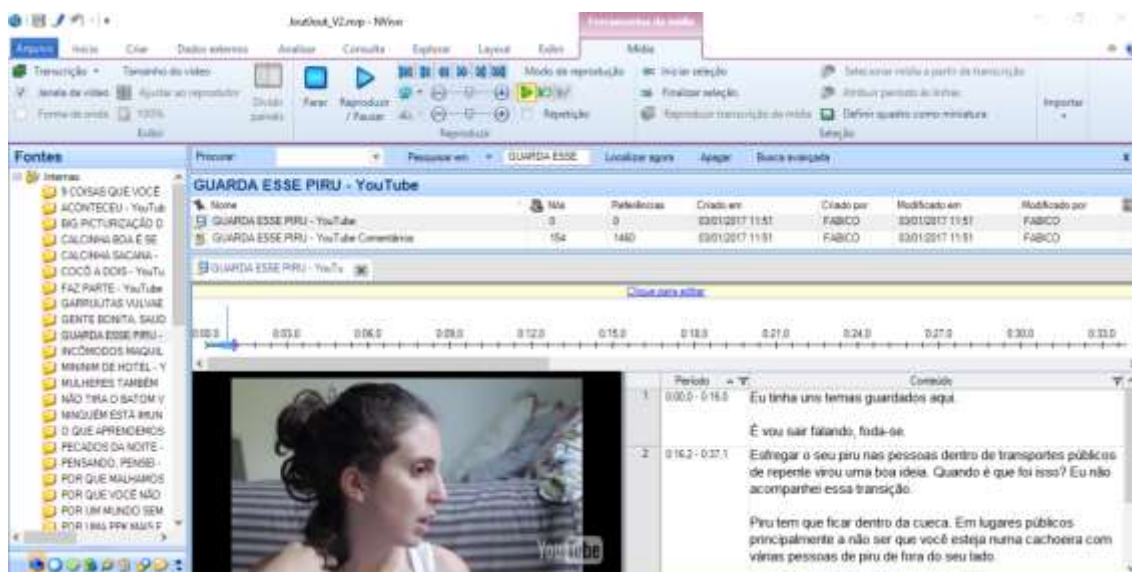
FICHA DOCUMENTAL	
Título do vídeo	
Link para o vídeo	
Eixo	
Cenário	
Edição	
Didática	
Participação	
Origem do tema	
Experiência	
Tema	
Argumento “empoderador”	

Fonte: elaborado pela autora

Depois de coletar e sistematizar os dados referentes à produção, os vídeos e comentários da playlist foram coletados com o NCapture e inseridos no NVivo, armazenados no item Fontes (Figura 2) e divididos entre vídeo e comentários. Essa divisão é feita automaticamente pelo software, que também armazena e indica a qual vídeo o comentário foi feito. Junto de cada vídeo é possível inserir a transcrição e, a partir dela, criar novos nós (categorias).



Figura 3 - Fontes do YouTube inseridas no NVivo



Fonte: NVivo

Ao todo, foram analisados 14.394 comentários<sup>83</sup> feitos nos 25 vídeos, uma coleta que equivale a 65,72% do total de comentários. Depois de inserir os dados no programa, usamos o recurso automático de Autocodificação, o que permitiu a separação das informações codificadas entre vídeo e comentários. Esses comentários, foram separados por vídeo, usuário, como primário ou resposta, por dia e horário, com os links para os perfis dos comentaristas e para as postagens. Com base nessa estruturação feita com auxílio do NVivo, os textos foram lidos e categorizados, como ilustra a Figura 3, a seguir:

<sup>83</sup> Não há coleta do total dos comentários, pois, de acordo com a página de Ajuda do NCapture no site do desenvolvedor, a ferramenta coleta apenas o que o YouTube disponibiliza, excluindo aqueles privados ou com algum tipo de restrição (muitas vezes os comentários mais antigos também ficam indisponíveis na plataforma).



Figura 4 - Estrutura de codificação dos comentários no NVivo

Nó	Fontes	Referências	Criado em	Criado por	Modificado em	Modificado por
Usuários	25	14294	03/01/2017 11:52	FABICO	03/01/2017 13:27	FABICO
Temas	20	1309	09/01/2017 10:19	PC	09/01/2017 10:19	PC
Supertemas	13	281	04/01/2017 10:01	PC	04/01/2017 10:01	PC
Machucado	8	87	04/01/2017 10:23	PC	04/01/2017 10:23	PC
Fenômeno	10	112	04/01/2017 10:07	PC	03/02/2017 13:08	IJ
Distância	4	82	09/01/2017 18:01	PC	10/01/2017 8:54	PC
Público	25	18172	03/01/2017 11:17	AB	04/01/2017 8:22	PC
Poderosos	24	2158	03/01/2017 11:18	AB	03/02/2017 14:08	IJ
Opinativo	21	475	03/01/2017 11:18	AB	03/02/2017 14:08	IJ
Haters	18	206	03/01/2017 11:18	AB	03/02/2017 14:10	IJ
Célebs	20	506	03/01/2017 11:18	AB	03/02/2017 14:07	IJ
Atos-divulgadores	20	325	03/01/2017 11:20	AB	12/01/2017 15:53	PC
Adversários	25	11475	03/01/2017 11:17	AB	03/02/2017 14:08	IJ
Pacientes	25	150	03/01/2017 11:20	AB	12/01/2017 11:08	PC
Identificadas	25	870	03/01/2017 20:10	PC	03/02/2017 14:04	IJ
Defensores	18	380	03/01/2017 11:20	AB	03/02/2017 14:08	IJ
Carentes	25	372	03/01/2017 11:20	AB	13/01/2017 9:50	PC
Práticas	25	1843	03/01/2017 11:21	AB	04/01/2017 8:22	PC
Geral	25	14294	03/01/2017 16:08	FABICO	09/01/2017 18:23	IJ
Comentários de JoutJout	4	6	19/01/2017 10:59	PC	10/01/2017 10:59	PC
T3 mais_vídeos	24	133	04/01/2017 8:53	PC	04/01/2017 8:58	PC
T3 mais_total de comentários	19	226	04/01/2017 9:01	PC	04/01/2017 9:03	PC

Fonte: NVivo

Todas as categorias e subcategorias estão relacionadas à esquerda, seguidas pelo número de fontes (25, uma de cada vídeo no caso da playlist), bem como o número de referências em cada uma dessas categorias. Além da leitura e categorização dos comentários (nó Geral, figura 4) de acordo com o posicionamento do público (nó Público, figura 4), a exemplo do que já tínhamos feito na exploratória, e a divisão entre temas e supertemas, práticas do público do canal (nó Práticas, figura 4), conseguimos isolar em um nó apenas os dados sobre cada comentarista do canal (o nó Usuários, figura 4) e tudo o que postaram sobre os 25 vídeos. Para preservar os sujeitos, não utilizamos os nomes de usuários na apresentação da pesquisa. Em um outro nó (Comentários da JoutJout, figura 4), conseguimos verificar todos os comentários que a própria Jout Jout deixou no seu canal.

A estrutura das categorias depende da leitura de cada pesquisador. Algumas ferramentas disponíveis no software podem ajudar na apreensão de categorias analíticas, como a busca por palavras, a pesquisa de frequência de determinada palavra no texto, o cruzamento dos dados dos nós (categorias) com os arquivos de mídia, já que é possível colocar a transcrição das falas e fazer classificações nessas transcrições e nos próprios vídeos. Além disso, o pesquisador pode classificar pedaços de uma mesma fala em diferentes categorias



para atender à complexidade da expressão. O avanço que vem com uso dessas ferramentas, como lembram Orozco Gómez e González (2011), é ampliar o olhar sobre os dados, que antes recaía na percepção isolada do pesquisador.

Com os recursos oferecidos pelas ferramentas informacionais, o pesquisador adquire a possibilidade de cruzar dados vindos de fontes diferentes (vídeos, textos, relatos, fotografias, etc.) de forma interativa, intuitiva e amigável. Com isso, podem-se obter sistemas de redes conceituais, como mapas semânticos e matrizes temáticas, que apontam conexões entre dados de origens investigativas diferentes e são carregados, mostrados e administrados pelo mesmo programa. Esse sistema permite que o pesquisador planeje, na mesma pesquisa, um trabalho com métodos e técnicas diferentes e visualize hipóteses, interpretações em diferentes âmbitos, num nível de complexidade que não seria possível se dependesse apenas de seus recursos humanos. Uma investigação mais complexa e interdisciplinar também é possível nesse sentido, em função dos programas permitirem um cruzamento de dados quantitativos e qualitativos. (JACKS et al, 2016, p.47).

O uso dessas ferramentas, obviamente, não substitui o olhar atento e o trabalho do pesquisador, e só serão úteis se houver um planejamento da pesquisa, se ela estiver bem fundamentada, pois o nascimento da própria classificação é uma organização que surge a partir do problema de pesquisa e da base teórica do trabalho.

Na apresentação dos resultados, outras ferramentas do NVivo foram importantes para visualizar o que inferimos e desenvolvemos. As nuvens de palavras que geramos a partir dos cruzamentos entre as categorias ajudou a elucidar a forma como o público se expressa, dependendo do posicionamento em relação ao conteúdo (classificação presente na Figura 1). Abaixo, dois exemplos de como o supertema feminismo é expresso por Adoradores (Figura 5) e por Haters (Figura 6):

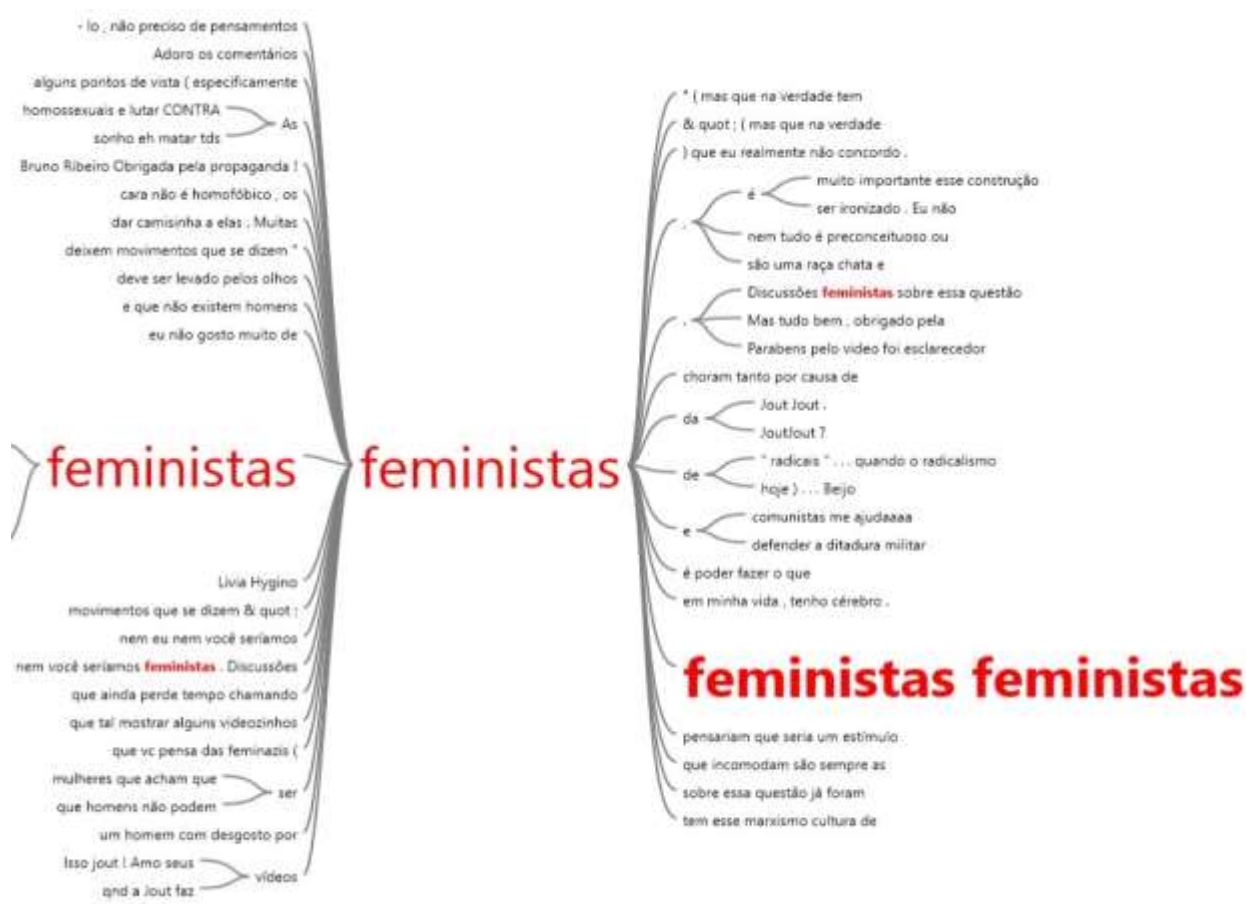






articulada. Abaixo as árvores de palavras que geramos a partir de Adoradores (Figura 7) e de Haters (Figura 8):

Figura 7 - Árvore de palavras sobre o feminismo: Adoradores<sup>84</sup>

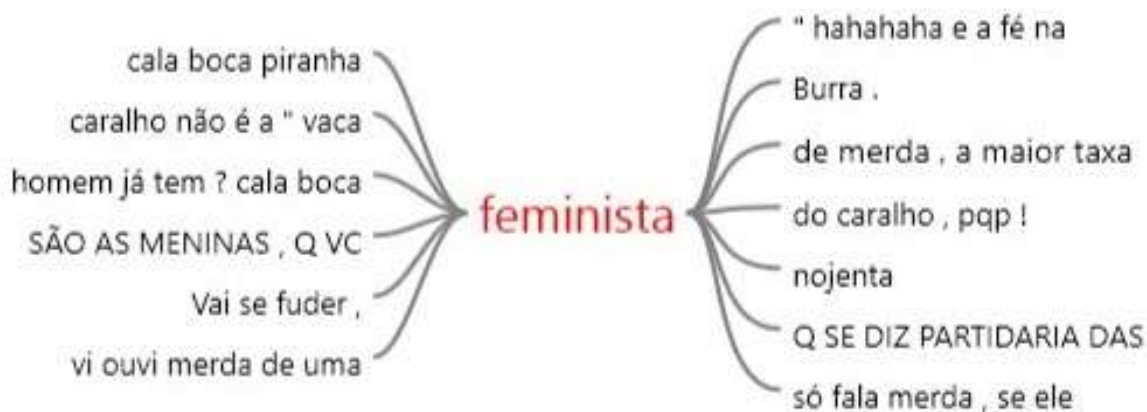


Fonte: NVivo

<sup>84</sup> Nessa árvore, o termo “feministas” aparece não só como central, mas também em tamanho semelhante nos lados direito e esquerdo. Isso acontece porque alguns comentários de Defensores são apenas a palavra “feminista” repetida múltiplas vezes, o que fez o programa identificá-la em ambos os lados da árvore.



Figura 8 - Árvore de palavras sobre o feminismo: Haters



Fonte: NVivo

### | **considerações finais**

Investigar a contemporaneidade é sempre um desafio. Há sempre uma sensação de incompletude pela transformação constante nos objetos teóricos e empíricos. Entretanto, a capacidade de entender que a transformação é constante é o que nos caracteriza como pesquisadores do hoje, que vivem para o acompanhamento e a compreensão do fluxo de mudanças culturais constantes que modificam o campo da Comunicação (e a vida) a todo instante.

Podemos afirmar que a pesquisa exploratória teve uma importância central no desenvolvimento metodológico do trabalho. Partir dela foi importante para conhecer melhor o YouTube como site de rede social e espaço de entretenimento e diálogo, entender o canal, apreender suas dinâmicas próprias. Acima de tudo, foi na exploratória que conseguimos, ao compreender que a audiência quando se manifesta publicamente se transforma público e isso envolve uma série de características próprias, direcionarmos o olhar para entender o perfil dos sujeitos naquele ambiente. Sem a exploratória e seus resultados (empíricos e metodológicos, principalmente) não seria possível planejar e, posteriormente, redesenhar alguns aspectos para a execução da segunda etapa da pesquisa, que precisou empreender, da mesma forma, um olhar para a produção



e o conteúdo do produto midiático para compreender as inter-relações e significados apresentados pelo público do canal.

Com esse refinamento foi possível mapear algumas das práticas da youtuber, principalmente em relação ao “fazer” vlog, fruto das nossas observações e da sistematização dos resultados através da ficha documental adotada. O formato vlog que Jout Jout usa é profícuo, pois, ao evidenciar seu lugar de fala e compartilhar cenas de sua rotina, gera identificação e desperta a audiência a tornar pública sua opinião. Entre as práticas de Jout Jout relacionadas ao vlog e compreendidas a partir da análise da playlist *Girl/Boy Power*, podemos destacar: o uso de locais íntimos da casa como cenário, a adoção de recursos simples de edição de vídeo (corte seco), voltada mais a dar ritmo à fala; a adoção de recursos didáticos, como o brinquedo Jumpy ou o antitutorial de maquiagem; a proposição dos temas e a própria experiência como ponto de partida ou modo de exemplificar o assunto abordado nos vídeos. Observamos também que, mesmo que não tenha existido um planejamento prévio por parte de Jout Jout na execução dos vídeos que compõem a playlist analisada, a youtuber preconiza a questão do empoderamento ao escolher os títulos que fazem parte dela. Nesse conjunto identificamos, principalmente, duas linhas argumentativas que a youtuber usa para se dirigir à audiência: construção e desconstrução, sendo os vídeos da segunda categoria os que mais trazem assuntos relacionados às mulheres. É relevante destacar esse argumento que “desfamiliariza”, pois estão presentes nas falas daqueles vídeos em que há uma relação com o(s) feminismo(s), que é identificado e destacado pelo público na caixa de comentários.

Ao compreendermos que a audiência, quando partilha, se associa, se compromete, dialoga ou emite algum juízo de forma aberta visível à youtuber e ao restante da audiência do canal, ela se transforma em público e traz a performatividade como sua marca na caixa de comentários dos vídeos. Performance essa, que pode evidenciar os mais diversos tipos de posicionamentos, conforme apontamos nos resultados da dissertação (CORUJA, 2017, p160). Durante o período de observação do canal, verificamos que a audiência no YouTube pode ficar invisível, tendo sua presença registrada apenas pelo aumento no número de visualizações em um vídeo, ou se tornar visível ao



agir de duas principais maneiras: mostrar apreciação (ou não) pelos botões like e dislike ou fazer comentários.

A partir dessa compreensão, e com auxílio do NVivo, conseguimos identificar algumas práticas do público, como o uso de jargões a execução de maratonas, e o uso do riso para diferentes sentidos. Também verificamos que alguns dos temas propostos pela youtuber geravam tamanha reflexividade em uma parcela do público, que essas pessoas escreviam relatos de si, registrando a partir de suas experiências de vida, os próprios sentidos com relação ao que a youtuber abordara. Esse tipo de narrativa, feita por sujeitos que classificamos como Identificados, foi registrada principalmente em temas mais sensíveis abordados pela youtuber, como relacionamentos abusivos. Do mesmo modo, registramos que quando Jout Jout pedia que o público deixasse sua opinião sobre determinado tema, havia um aumento no número de perfis Opinativos. Ao identificar os supertemas (JENSEN, 1997) feminismo e machismo, vimos o quanto ainda existe dúvida sobre o que são esses conceitos para todos os perfis do público, de Adoradores a Haters. Além disso, registramos muita contradição não apenas no conteúdo da abordagem do público, mas também nas ideias que envolvem o feminismo e que são expressadas pelos sujeitos.

Metodologicamente, a adoção do CAQDAS para sistematizar a categorização e facilitar o cruzamento de dados de múltiplas fontes e formatos, além de documentar todo o processo de análise, foi valiosa, já que estávamos lidando com um corpus relativamente grande. Também é importante salientar que uso do software não prescindiu nosso trabalho analítico. Entre as maiores vantagens no uso do NVivo, destacamos as diversas ferramentas de consulta que permitiram testar relações e cruzamentos entre problemas, conceitos, temas, categorias, usuários, comentários e o conteúdo dos vídeos, o que viabilizou não só (a descoberta) a criação de novas categorias, mas evidenciou relações ainda mais complexas e abrangentes. Ainda que softwares de análise qualitativa não sejam amplamente adotados no Brasil (TEIXEIRA, BECKER, 2001), aos poucos, com crescente demanda pela sistematização de uma quantidade maior de dados qualitativos, além da melhora dessas ferramentas (LAGE, 2011) e desenvolvimento de extensões que permitem coletas de diferentes sites de redes sociais, esse cenário tende a se modificar.



Evidentemente, encontramos dificuldades na execução da pesquisa. A primeira foi com relação aos dados dos perfis. O gênero dos sujeitos do público, por exemplo, não era possível de ser apreendido automaticamente, já que esta não é uma informação aberta no canal. Por essa razão, fornecemos informações com relação a gênero apenas daqueles comentaristas que se destacaram por comentarem mais vezes ou em uma maior quantidade de vídeos. Além disso, os próprios comentários que reproduzimos continham pistas que davam indicação sobre o gênero de quem os escreveu.

Da mesma forma, lidar com a tecnologia tem prós e contras, e com softwares de análise qualitativa não é diferente. As vantagens na sistematização dos dados, no acesso e na localização das informações, facilidades no teste de hipóteses, cruzamentos de dados e geração de matrizes temáticas para interpretação dos dados, foram de valor inestimável. Além disso, o NVivo conta com ferramentas de desaceleração do áudio para transcrição dos vídeos, o que também foi de grande valia. Os limites ficam por conta da falta de compreensão do contexto da fala(o que, dependendo da categorização almejada, não é possível de ser feito automaticamente); o fato de não mostrar, de forma aberta e mais intuitiva, todas as classificações feitas a partir de uma mesma fala (comentário); e o não armazenamento dos vídeos no arquivo do projeto, que, ao disponibilizar apenas o link para a internet, tornava possível assistir aos vídeos apenas em locais com acesso à internet (as transcrições ficavam disponíveis off-line).

A questão ética levantada por autores que se dedicam a pesquisar objetos na/da internet (FRAGOSO, 2012; FLICK, 2009; HINE, 2004), também foi uma preocupação. Há correntes de pesquisadores que se posicionam contra a falta de identificação do pesquisador em ambiências on-line, da mesma forma que outras advogam a favor, para que a observação não sofra nenhum tipo de interferência. O lurking, “ato de entrar em listas de discussão, fóruns, comunidades on-line, etc, apenas como observador, sem nenhuma participação ativa” (FRAGOSO, 2012, p.243), em geral, não é recomendado. Entretanto, se for fundamental para o entendimento de algum processo ou dinâmica, ou se, como salienta Frago (2012, p. 193), por outras razões éticas – privacidade dos informantes, conteúdo sensível – for necessário, pode ser utilizado. Durante nosso processo de pesquisa optamos por não nos identificarmos no canal (apesar de sermos assinantes), para apenas observarmos as novas interações. Avaliamos que isto não interferiria nos



resultados, já que grande parte dos comentários foi feita durante os primeiros dias após a postagem dos vídeos (o que compreende um período de dois anos naqueles da playlist analisada). Como trabalhamos com comentários abertos, acessíveis a qualquer pessoa com acesso à internet, e não com grupos fechados em que a anonimidade é importante, a observação se deu sem uma autorização prévia. Optamos, assim, por subtrair os nomes dos sujeitos, preservando-os, mesmo que os dados estejam públicos, já que a identidade deles não era central para a execução do trabalho.

Também compreendemos que outros procedimentos de pesquisa poderiam ser adotados, mesmo dentro do escopo da etnografia virtual, para ampliar os dados da pesquisa. Para aqueles que se arriscarem em empreitadas semelhantes no futuro, o uso da entrevista (on ou off-line) com os sujeitos comentaristas poderia trazer outras pistas ou explicações sobre o assunto abordado. Da mesma forma, tentar formar grupos de discussão com sujeitos do público poderia revelar outras nuances e diferenças de posicionamentos nesse debate divergentes do posicionamento que adotam quando estão em uma ambiência on-line.

Todas essas questões foram levantadas, mas avaliamos que, dentro do tempo que dispúnhamos e com a adoção dos procedimentos descritos, já foi possível abordar a nossa problemática da pesquisa e descobrir aspectos que não estavam previstos tanto sobre o público, quanto sobre a produção de conteúdo no YouTube. Isso, claro, não invalida que essa metodologia seja revista e modificada na abordagem de outros objetos empíricos.

Ao partilhar os procedimentos apresentados, esperamos contribuir com os pesquisadores que tentam se aventurar na investigação de ambientes dinâmicos como as redes sociais na internet, que requerem constante reavaliação e uso combinado de procedimentos para entender os fenômenos que ocorrem nestas ambiências. Também entendemos que outras questões podem ser debatidas a partir da apresentação do arranjo metodológico do trabalho, como a própria reflexividade do pesquisador frente a sujeitos sem que haja um contato mais direto e prolongado, apenas tentando compreender suas complexidades a partir de suas falas com relação aos assuntos que despertam a urgência de compartilharem suas experiências e opiniões. Também poderíamos problematizar as questões surgidas do próprio diário de campo, em que



registramos muitas vezes emoções frente às expressões dos sujeitos, suas histórias narradas nas caixas de comentários, a modificação de posições com uma abertura ao diálogo, bem como consternações diante de um discurso de ódio constante sobre as mulheres e aos feminismos. No entanto, entendemos que era necessário primeiro fazer uma reflexão sobre o processo da pesquisa, principalmente o desenvolvimento de procedimentos metodológicos a partir do espaço para experimentações possível a partir dos fundamentos propostos pela etnografia virtual, para em um outro momento complexificar outras questões que surgiram a partir desse contato. É importante salientar que compreendemos que a pesquisa não acaba, nem se esgota, na escritura e entrega de um relatório. A convivência com uma realidade complexa é tão intensa, que a dissertação traz apenas algumas das reflexões centrais que foram feitas ao longo desse processo. Este, assim, é apenas um dos relatos que surgem a partir dessa experiência de pesquisa, mas que ainda guarda ainda muito a ser problematizado, analisado e refletido sobre o momento em que vivemos.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, A., SOUZA, R., MONTEIRO, C. “**De Westeros no #vempraruà à shippagem do beijo gay na TV brasileira**”. Ativismo de fãs: conceitos, resistências e práticas na cultura digital. Galáxia (São Paulo. Online), p. 141-154, 2015.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BABO, Isabel. **O acontecimento e seus públicos**. Comunicação e Sociedade, v.23, p.218-235, 2013.
- CORUJA, Paula. **Expressões do(s) feminismo(s): discussões do público com a youtuber Jout Jout**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- DAYAN, Daniel. **Dar atenção à atenção: um olhar sobre as audiências e os públicos**. In: ABRANTES, José, DAYAN, Daniel (org.) **Televisão: das audiências aos públicos**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 23-28.
- DAYAN, Daniel. **Televisão, o quase-público**. In: ABRANTES, José, DAYAN, Daniel (org.) **Televisão: das audiências aos públicos**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006a, p. 29-50.
- DEWEY, John. **La opinión pública y sus problemas**. Ediciones Morata, 2004.
- DEWEY, John; ROGERS, Melvin L. **The public and its problems: An essay in political inquiry**. Penn State Press, 2012.
- DIJCK, Jose Van. **The Culture of connectivity: a critical history of social media**. New York: Oxford University Press, 2013.





- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRAGOSO; Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Barcelona, España: UOC, 2004.
- HINE, Christine. **Virtual methods: issues in social research on the internet**. New York: Berg Publishers, 2005.
- HINE, Christine. **Etnography of the internet: embedded, embodied and everyday**. London: Bloomsbury Academic, 2015.
- HINE, Christine. **Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia**. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. *Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.
- JACKS, Nilda et al. **Uso de softwares na abordagem qualitativa: a experiência da pesquisa “Jovem e Consumo Midiático em Tempos de Convergência”**. *Questões Transversais*, v. 4, n. 7, 2016.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- JENSEN, Klaus. **Media Convergence: The three degrees of network, mass and interpersonal communication**. New York: Routledge, 2010.
- JENSEN, Klaus. **La Semiotica Social de la Comunicación de Masas**. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1997.
- LAGE, Maria Campos. **Os softwares tipo CAQDAS e a sua contribuição para a pesquisa qualitativa em educação**. *Revista Educação Temática Digital*, 12: 2, 2011, p.42-58.
- LANGE, Patricia. **(Mis)conceptions About YouTube**. In: LOVINK, Geert, NIEDERER, Sabine (eds). *Video Vortex Reader: Responses to YouTube*, p. 87–99. Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2008.
- LANGE, Patricia. **Commenting on Comments: Investigating Responses to Antagonism on YouTube**. Society for Applied Anthropology Conference, 2007. Florida, Estados Unidos.
- LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.
- LIVINGSTONE, Sonia. **On the relation between audiences and publics**. In: LIVINGSTONE, S. *Audiences and publics: when cultural engagement matters for the public sphere*. Bristol: Intellect Books, 2005, p.17-41.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **A conversação informal na internet: condições interacionais e contribuições para uma análise qualitativa**. In: BRAGA, José Luiz, LOPES, Maria Immacolata Vassallo de, MARTINO, Luiz Claudio (Orgs). *Pesquisa empírica em comunicação: Livro Compós 2010*. São Paulo: Editora Paulus, 2010.
- OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **La mediación en juego**. *Televisión, cultura y audiencias. Comunicación y Sociedad*, n.10-11, set-abr 1991, p.107-128.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **El mensaje de la televisión mexicana en los noventas: Un análisis axiológico de la programación de los canales 2, 5, 9, 11 y 13**. *Reporte Ocasional 4*. Universidade Iberoamericana, México D.F., Noviembre, 1993.
- OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **La investigación em comunicación desde la perspectiva cualitativa**. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 1996.



OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **Televisión, audiencias y educación**. Buenos Aires: Norma, 2001.

OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **Entre pantallas**: nuevos escenarios y roles comunicativos entre sus audiencias. (In) AGUILAR, M. NIVON, PORTAL, WINOCUR (Coords). Pensar lo contemporáneo de la cultura situada a la convergência tecnológica. México: UAM/Anthropos, 2009.

OROZCO GOMÉZ, G., GONZÁLEZ, R. **Una coartada metodológica**: abordajes cualitativos em la investigación em comunicación, medios y audiencias. México: Tintable, 2011.

OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **Audiencias conectadas y desconectadas**. Dos modos de estar frente a la pantalla televisiva y buscar la interlocución. In: OROZCO GÓMEZ, Guillermo (org). TVmorfosis: la televisión abierta hacia la sociedad de redes. Cidade do México: Productora de Contenidos Culturales Sagahón Repoll, 2012, p. 187-199.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

SANDVOSS, Cornel. **Quando a estrutura e a agência se encontram**: os fãs e o poder. Trad. Simone do Vale. Ciberlegenda: Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Comunicação – PPGCOM/UFF, n. 28, 2013.

STRANGELOVE, Michael. **Watching YouTube**: extraordinary videos by ordinary people. Toronto: University of Toronto Press, 2011.

TEIXEIRA, A.N., BECKER, F. **Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS**. Revista Sociologias, 3 (5), 2001, p.94-114.



# PROCESSOS METODOLÓGICOS EM PESQUISAS CONCRETAS





## Interpretações sobre gênero na recepção da série *Queen of the South*

Paulo Júnior Melo da Luz

### | Introdução

O gênero está atrelado às lógicas de poder e de saber que normatizam e regulam a sociedade, aponta Joan Scott (1995). Em perspectiva foucaultiana, o poder estaria presente por meio de redes, que se desambigam em vários setores e camadas, sejam elas institucionais, familiares ou pessoais, que hierarquizam e geram desigualdades. Márcia Veiga da Silva (2014) enxerga o gênero como algo presente em todas as coisas do mundo, como uma lente que nos permite observar comportamentos, pensamentos e regulações nas práticas sociais e profissionais. A partir dessa lente é possível ver como as personagens em séries de TV, por exemplo, estão sendo construídas e gerando interpretações nos sujeitos que as assistem.

Os papéis de liderança de mulheres em séries são recentes. Como problematizam Ivya Alves e Alvanita Almeida (2015), os atributos relacionados à chefia ou comando não costumam ser retratados por mulheres nos produtos culturais, uma vez que estão relacionados ao universo da masculinidade<sup>85</sup>. Uma série que abre espaço para visualizar e pensar as mulheres como protagonistas em posição de chefes é *Queen of the South*<sup>86</sup>. A série traz personagens latino-

---

Texto revisado por Vitória Brito Santos

Nota: Este texto foi inicialmente trabalhado no GT de Estudos de Recepção da ALAIC 2018. Após as reflexões discutidas no grupo, aqui ele se reestrutura com novas perspectivas.

<sup>85</sup> A masculinidade é pensada como uma categoria de análise dos atributos hegemônicos que, historicamente, têm constituído um padrão normativo para ascensão ao poder: comando, autoridade, chefia. Pensando em consonância com Foucault (2017) e Scott (1995).

<sup>86</sup> Série estadunidense, produzida pelo canal *Usa Network*, que traz em sua narrativa 3 protagonistas mulheres latinas. O eixo narrativo principal conta a história da mexicana *Teresa Mendoza* (interpretada pela atriz brasileira Alice Braga), que foge de narcotraficantes do México para os Estados Unidos. Nos EUA, ela encontra *Camila Vargas*, esposa de *Epifanio*, o traficante que quer matar *Teresa* em função de um trabalho que o namorado dela tinha com o tráfico. *Teresa* se torna aliada de *Camila* na formação de um novo cartel, ao mesmo tempo em que esconde a amiga *Brenda* dos bandidos que também a perseguem. A série já teve duas temporadas, é exibida no Brasil pelo canal *Space* e está disponível na *Netflix*. *Queen of the South* é inspirada no livro *La Reina del Sur*, de Arturo Pérez-Reverte, e também na *supersérie* colombiana/mexicana/estadunidense *La Reina del Sur*, produzida pela *Caracol TV* em 2011.



americanas vivendo em um contexto estadunidense, o que gera discussões acerca do tipo de visibilidade ofertada a essas pessoas, inclusive relacionadas à formação de estereótipos.

A implantação social do gênero e suas interpretações perpassa, assim, a construção dos produtos midiáticos, das vivências de cada sujeita e seus repertórios de leituras, assistências e relações com as mídias. No caso de *Queen of the South*, foi necessário analisar a série por seus aspectos contextuais, narrativos, estéticos e de marcas oriundas dos gêneros ficcionais aos quais se filia. Ademais, foi realizada uma análise específica de cada uma das personagens protagonistas, a fim de compreender a construção de gênero delas. A partir dessa análise, foi possível gerar dados para interpretar as significações realizadas pelas sujeitas que assistem à série, que se constituem de maneira diferente das mulheres da ficção, vivenciando outros contextos sociais, em outro país<sup>87</sup>.

O protagonismo latino enfrenta problemáticas nesse contexto. As mulheres ainda precisam impor sua presença para alcançar o poder, vestindo atributos do masculino e reincidindo em estereótipos de bandidas. Questões como abuso sexual, violência de gênero, trabalho escravo e narcotráfico perpassam a narrativa da série, que conta a história de três mulheres com jornadas distintas em meio ao tráfico na fronteira Estados Unidos-México: *Teresa Mendoza, Camila Vargas e Brenda Parra*. Assim, emergem os objetivos de pensar quem é latina representada nessa história; como o gênero é percebido por mulheres que assistem à série; e como é possível perceber a cidadania sendo efetivada (ou não) nos espaços da ficção. São algumas questões que mobilizaram a dissertação intitulada *Alice no País da Cocaína: a Recepção das Personagens Latinas Narcotraficantes da Série Queen of the South*<sup>88</sup>.

A fim de entender as percepções de gênero que emergiam na série, foram entrevistadas cinco mulheres que formavam seu público. As entrevistas foram feitas em duas fases. Uma primeira que buscava conhecer as trajetórias de gênero dessas mulheres, dialogando sobre suas experiências e vivências na escola, na

---

<sup>87</sup> Os dados coletados para análise das personagens são sistematizados a partir de categorias como: características fenotípicas, vestuário, marcas culturais/identitárias, origem e trajetória, e práticas sociais.

<sup>88</sup> Dissertação defendida em março de 2018, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCC) da Unisinos. Orientada pela professora Dra. Jiani Adriana Bonin. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7108>>. Acesso em: 18 mai. 2018.



família e no trabalho, bem como as suas relações com a América Latina, as mídias e as séries de televisão. A segunda fase consistia em entender as percepções e interpretações que essas mulheres faziam da série *Queen of the South*, especificamente, pensando nas potencialidades de cidadania que as personagens e a narrativa traziam para visibilizar a América Latina e as mulheres dessa região.

Através da *transmetodologia*, conforme proposta por Maldonado (2011; 2013; 2014; 2015) e Bonin (2011; 2012; 2013; 2015), a pesquisa se constrói articulando saberes e métodos de diferentes áreas do conhecimento, tanto para refletir contextual e teoricamente, quanto para dialogar com os sujeitos comunicantes que compõem a amostra investigada. Desse modo, mesclam-se métodos de pesquisa na internet, criando questionários iniciais de aproximação aos sujeitos em grupos do *Facebook*, com entrevistas semi-estruturadas realizadas pessoalmente, que são analisadas confrontando e conversando com a teoria.

As perspectivas teóricas de *séries, gênero, recepção, identidades culturais e cidadania comunicativa* dialogam entre si para entender, posteriormente, as significações das cinco sujeitas comunicantes. Além disso, a pesquisa traz uma construção contextual que entende o narcotráfico na fronteira México-Estados Unidos, as inter-relações entre a televisão latina e a estadunidense e as migrações latinas femininas para os Estados Unidos.

Entre os resultados da pesquisa, é possível perceber as formas pelas quais gênero, classe social, raça, etnia e outros aspectos constituem as sujeitas de pesquisa e como se imbricam essas constituições pessoais com os olhares que lançam às personagens latinas da série. Essas *interseccionalidades*, como pensadas por Kimberle Crenshaw (2004), formam matrizes de sentidos que possibilitam ou não a percepção de alteridade no contato com o Outro.

A série *Queen of the South* oportuniza uma experiência de reflexividade sobre gênero a partir da recepção, que também identifica a postura crítica (a partir de leituras, olhares contextualizados e interesse por temáticas de gênero e América Latina) como uma forma de cidadania. A proposta deste texto é dialogar sobre essas diferentes possibilidades teórico-metodológicas da recepção, refletindo sobre as interpretações das sujeitas investigadas, construindo de forma intercultural e crítica uma possibilidade de enxergar o gênero operando na série, na vida e nas possibilidades de cidadania comunicativa.



## | A série *Queen of the South* e sua relação com o gênero

O pensamento histórico do machismo se institui na cultura por meio da *enculturação*, que impõe valores, comportamentos e apropriações por meio da educação. Em um sistema que organiza a sociedade, os ideais e valores masculinistas deixam um legado de poder e dominação que criam hegemonias, gerando uma “normatização” social. Essa “normatização” acontece pela valoração dos atributos considerados masculinos ou femininos, determinados em relação ao gênero. (VEIGA DA SILVA; FONSECA, 2011). Aquilo que se aproxima do hegemônico, tem mais valor, enquanto os atributos “marginais” (e nessa posição se incluem os hegemonicamente considerados femininos) ficam em lugar inferior.

As mulheres, em um processo de opressão que ocorre desde os primórdios da organização social, recebem essa desvalorização na academia, no ambiente doméstico e nos vários espaços da vida. Ademais, aquelas cujos atributos interseccionais (de raça e classe social) são menos aceitos pelo padrão hegemônico são colocadas fora da “norma”. Negras, latinas e *sudacas*<sup>89</sup> estão nessa posição. É por isso que os espaços oferecidos na mídia para que elas sejam vistas precisam olhar por um viés de cidadania, reconhecendo seu valor e adensando suas problemáticas, demandas e construções identitárias.

*Queen of the South* é uma série estadunidense que estreou em 2016. Já renovada para uma terceira temporada a ser exibida em 2018, conta a história de *Teresa Mendoza* (interpretada pela atriz brasileira Alice Braga), uma mulher latina que precisa fugir do México para os Estados Unidos. Inicialmente, ela é uma cambista de dólares em Culiacán, no México, onde conhece *Guero Dávila*, um traficante de drogas por quem se apaixona. Quando o namorado é assassinado a mando do cartel de drogas para o qual ele trabalhava, ela tenta escapar dos traficantes por sobrevivência. Nessa jornada, conhece *Camila Vargas*, esposa do ex-chefe de *Guero*, para quem começa a trabalhar e ganhar notoriedade como narcotraficante.

---

<sup>89</sup> Termo pejorativo utilizado para chamar quem nasce na América Latina, “abaixo” dos Estados Unidos e da Europa.



A representação da mulher latina nessa série gera um processo de construção social por meio das personagens. Ivia Alves e Alvanita Almeida (2015) apontam que o feminino nas séries televisivas está dando a ver um reconhecimento de identidades, que pode aproximar os sujeitos da realidade. No entanto, há que se questionar que tipo de visibilidade é essa que se faz da mulher latina. Apesar do protagonismo, ela está lidando com negócios ilegais (o narcotráfico) e é vista como subalterna, em um ambiente dominado por homens. Inseridas nesse contexto, as mulheres de *Queen of the South* precisam ser pensadas em várias dimensões, levando em conta as relações de poder desse mundo e o construto social do gênero.

Produzida nos Estados Unidos pelo canal *USA Network*, é preciso pensar como as temáticas latinas são apresentadas na narrativa. A maneira pela qual se constroem as identidades das personagens oferecem diferentes perspectivas nos sujeitos comunicantes, que formam sentidos e se posicionam a partir do discurso da série. O poder na série se relaciona ao papel feminino que vai demonstrando força ao longo dos episódios. O gênero, pensado como uma construção social das relações de poder, precisa considerar também as questões de raça, classe e etnia. (SCOTT, 1995). Em um contexto de tráfico de drogas, é preciso enxergar que atributos são designados à mulher e como o poder afeta suas construções e interpretações na América Latina.

Para compreender a complexidade das identidades culturais e os potenciais de cidadania que a série *Queen of the South* constrói a partir de suas personagens latinas narcotraficantes, é preciso adensar na dimensão dos sujeitos comunicantes. (MALDONADO, 2014). Cada pessoa que assiste à série coloca em suas significações uma realidade comunicacional distinta, em que são atravessadas suas experiências, vivências e histórias de vida. Como sujeitos de direitos e demandas, eles são fundamentais para o entendimento da construção social e identitária da latina nesse produto ficcional.

Penso a *recepção* como esse espaço em que os sujeitos comunicantes interagem e ressignificam o processo comunicacional; o gênero como um construto social que se forma a partir dos sentidos e práticas ensinados socialmente aos sujeitos; e a cidadania como a geradora de visibilidade do Outro de forma densa, complexa e valorizada. Nesse sentido, busco entender as significações produzidas por mulheres para as personagens narcotraficantes de





*Queen of the South* na perspectiva de cidadania comunicativa vinculada ao gênero.

### | **Sujeitos comunicantes e suas relações com a série**

A pesquisa se funda a partir da transmetodologia, perspectiva metodológica proposta por Maldonado (2015), que propõe a articulação entre métodos diversos, que confluem de forma produtiva, cooperativa e interpenetrada. Os sujeitos comunicantes são parte fundamental desse processo epistêmico-metodológico, uma vez que permitem pensar a recepção de forma analítica e crítica. A transmetodologia permite reconfigurar e atravessar epistemologias, teorias e metodologias de forma transdisciplinar, produzindo conhecimento de forma estratégica, levando em conta as especificidades de cada pessoa.

Os diferentes contextos, lógicas, ideias e reflexões dos sujeitos possibilitam analisar a série por múltiplos vieses. Suas trajetórias de vida e de mídia geram marcas culturais, preferências e modelos que formam competências multimidiáticas, uma vez que estão em relação com diferentes mídias e tecnologias. (BONIN, 2015). As mulheres que assistem à série, então, estão formando negociações, contestações e percepções que se vinculam às suas vidas enquanto sujeitas e as experiências com outras séries e produtos televisivos.

Pensar a *recepção* requer adentrar em um processo de *receptividade comunicativa* que, de acordo com MALDONADO (2014), pensa a produção de sentido, as apropriações socioculturais, as ressignificações, as interpenetrações psicológicas e as fruições estéticas dos sujeitos. Se analisarmos a perspectiva de Stuart Hall (2003), que pensa cada ato de significação como uma transformação das significações que já existiam previamente, a série é capaz de sofrer contestações por parte dos sujeitos, que fogem a uma ideia original que os produtores pudessem ter pensado. O processo de ressignificação, assim, promoveria uma decodificação, não homogênea, que leva a leituras diferentes em cada pessoa que assiste *Queen of the South*. De acordo com suas vivências, as mulheres da recepção percebem singularidades que divergem ou convergem.

A vida do público está relacionada às leituras que fazem da série. Os episódios vão ativando repertórios relacionados à sua própria história. No



entanto, o poder e o discurso hegemônico da mídia podem reforçar estereótipos, obliterar informações e exibir modelos preferenciais da produção. O desafio da *recepção* é analisar as negociações, oposições e preferências dos sujeitos, relacionando as significações deles com suas práticas sociais e vivências.

As mediações que envolvem os sujeitos e suas inter-relações com as mídias são pensadas por Jesus Martín-Barbero (2009), possibilitando enxergar um espaço de representações e simbologias da mídia, compostas de várias dimensões. Assim, as intenções produtivas da série podem ser transformadas quando chegam ao público. A trajetória dos sujeitos e a complexidade de suas bagagens midiáticas vão interferir naquilo que assistem.

O caráter simbólico presente nas mediações entre o produto e os sujeitos faz com que as práticas e as significações sociais evoquem sentidos. As mediações compostas pelos marcadores de identidade, cultura, raça, classe e geração formam matrizes para os modos de assistir à série. Novas estratégias comunicacionais partem dessas inter-relações entre a mídia e o público, que é capaz ou não de perceber a cidadania e a complexidade do Outro em *Queen of the South*.

A partir dessas reflexões acerca da *recepção* e da importância de levar em conta dimensões específicas da vida de cada sujeito, realizei cinco entrevistas em profundidade com mulheres que assistiam a série. Como o objetivo era entender a percepção do gênero, a visão da mulher latina e as potencialidades de cidadania, a escolha pela participação exclusiva de mulheres se deu para perceber como o gênero estava operando sentidos na recepção<sup>90</sup>.

Apenas imergindo na realidade dessas mulheres, conhecendo suas vidas, dialogando de maneira sensível e compreendendo suas concepções de mundo, seria possível entender as significações que faziam. Optei, assim, por realizar

---

<sup>90</sup> A primeira entrevista semi-estruturada foi dividida em 4 blocos: 1) Perfil sociocultural; 2) Auto-identificação e trajetória de gênero (dividida em itens: Auto-identificação de gênero; Vivência de inseguranças, preconceitos, discriminações e abusos de gênero; Militância e formação educativa de gênero; Raça/etnia/classe; Educação familiar de gênero; Educação escolar de gênero; Trabalho e gênero; Modelos de feminilidade; e Cotidiano feminino); 3) Consumo midiático e de séries (dividido nos itens: Consumo das mídias; Consumo e competências de séries; Visão sobre a presença das mulheres nas séries); 4) Conhecimentos e significações sobre narcotráfico e a mulher na América Latina (dividido nos itens: Visões e significações; Fontes comunicacionais e midiáticas). A segunda entrevista foi constituída por 4 blocos: 1) Sentidos sobre a série; 2) Sentidos sobre a personagem Teresa; 3) Sentidos sobre outras personagens femininas da série; 4) Relações da série e das personagens com a realidade.



apenas entrevistas presenciais, semiestruturadas, que pudessem gerar vínculo, proximidade e aprofundamento nas temáticas que envolviam a investigação<sup>91</sup>.

Levando em conta a proximidade física/territorial e a disponibilidade para diálogo, todas as selecionadas residiam na região metropolitana de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil). Todas foram escolhidas a partir de interações nas redes sociais (em grupos de discussão sobre a série)<sup>92</sup> e por grupos de amigos em comum. A ideia era ter diversidade na amostra, considerando características de idade/geração, orientação sexual (1 delas é bissexual), raça (1 delas é negra), profissão (todas trabalham em áreas diferentes) e classe social (1 é de classe popular, 1 de classe alta e 3 de classe média)<sup>93</sup>. Assim, foi possível encontrar interseccionalidades e marcadores sociais operando na fala das mulheres. Elas se encontravam na faixa etária de 20 a 50 anos.

Na condução do diálogo com elas, foram elaborados dois roteiros de entrevistas semiestruturadas (uma pensando o gênero, e outra pensando as especificidades da série e da América Latina), a fim de deixar a conversa fluir para que as mulheres se expressassem livremente, com suas marcas de expressividade, construindo a pesquisa juntamente com o pesquisador. Enxergo essas mulheres como sujeitas de voz ativa, que devem ser valorizadas em suas práticas e saberes, como propõem Cremilda Medina (2001) e Paul Thompson (1992). Os dados, assim, devem ser obtidos com cuidado e sensibilidade, tornando o sujeito com quem se dialoga um partícipe, aquele que oferece as perspectivas a serem problematizadas.

## **| Perspectivas de identidade, gênero e cidadania em Queen of the South**

As personagens latinas da série *Teresa Mendoza*, *Brenda Parra* e *Camila Vargas* podem ser consideradas o principal eixo de observação, pois são elas que geram identificação, empatia e problematização por parte do público, considerando que todas as entrevistadas mencionaram a importância de seus

---

<sup>91</sup> A amostra composta pelas mulheres entrevistadas nessa pesquisa não é representativa ou aleatória. A escolha das sujeitas se deu, inicialmente, pelo contato em grupos de fãs da série do *Facebook*. Posteriormente, foram escolhidas aquelas que desenvolveram com maior interesse as respostas aos questionários postados na rede social e, também, segundo critérios de viabilidade da pesquisa: proximidade, possibilidade de encontros presenciais e interesse pela temática.

<sup>92</sup> Dois grupos da série no *Facebook*: *Queen of the South* e *A Rainha do Sul*.

<sup>93</sup> De acordo com as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



papeis. Um dos principais núcleos que emergem na discussão de gênero é a *interseccionalidade*<sup>94</sup>. Os fatores geracionais, de raça e classe social posicionam um lugar de fala das entrevistadas e interferem nas interpretações que fazem das personagens.

O que se depreende, a partir dos diálogos com as sujeitas, é uma visão da latina tratada como pobre, bandida e de fenótipo distinto do padrão branco hegemônico, uma coloração de pele mais escura e de feições próximas do indígena. Desse modo, estão “excluídas” do topo da pirâmide do poder, como problematizam Márcia Veiga da Silva e Virgínia Fonseca (2011). A intersecção desses fatores delega a elas a função de narcotraficantes, que só atingem o poder à custa de muito mais dedicação que as demais mulheres.

Existem diferentes níveis de poder operando entre as personagens de *Queen of the South*. Pensando de acordo com Veiga da Silva e Fonseca (2011), que todas as coisas no mundo possuem valor relativo ao gênero, então os atributos masculinos colonizam e trazem pensamentos normativos para a reflexão da série. As mulheres precisam ser “racionais”, se imporem, serem corajosas para atingirem seus objetivos. Para que se entenda que o gênero não depende desses atributos, e que as mulheres podem ser múltiplas, os corpos devem dialogar com as características de personalidade. A maioria das sujeitas já compreende que sexo e gênero são dimensões diferentes, mas ainda associam atributos ao masculino e ao feminino.

Uma transformação efetiva no pensamento da sociedade acerca da mulher latina (mesmo consideradas suas heterogeneidades, diversidades e ideais) somente será possível através da busca pela igualdade, um caminho que vem sendo trilhado, mas sem perspectiva de uma “linha de chegada” para a maioria das mulheres da recepção. Apesar de acreditarem na igualdade de gênero, ainda não veem sequer um equilíbrio. A desigualdade salarial é a prova concreta presente na experiência de todas as sujeitas entrevistadas. Nenhuma delas recebe mais que um homem por fazer o mesmo trabalho, numa lógica de valorização das hegemonias sem um sentido de mérito ou capacidade. A base para medição de valores são as lógicas masculinistas e cartesianas de pensamento binário.

---

<sup>94</sup> Aqui a interseccionalidade é pensada como uma intersecção de atributos, valores ou constituições identitárias, na perspectiva de Kimberle Crenshaw (2004).



Enxergo o feminismo como base para uma nova educação, necessária ao contexto latino-americano, que Marcela Lagarde (2005) vê fundado em uma organização patriarcal, em que a cultura valoriza de formas diferentes a mulher e o homem. É preciso buscar as pesquisas de gênero, trazer a problemática à tona, fazer as relações entre poder e saber operarem para transformar as práticas e os valores da sociedade. É preciso garantir a valorização dos atributos femininos através de resistências, pensamentos e comportamentos que subvertam a lógica masculinista.

Vejo um caminho promissor se investirmos em sujeitos, no desenvolvimento de seus sentidos críticos, que os façam refletirem sobre quem são e o que fazem para melhorar o mundo. As operações simbólicas que *Queen of the South* despertou nas mulheres estão relacionadas às suas trajetórias e, por isso, quando recordam suas vidas e percebem como são assujeitadas culturalmente, encontram também força para romper com o hegemônico, o estabelecido e os padrões.

Como pensado por Maria Ângela Pavan e Maria do Socorro Veloso (2011), ao contar as histórias para mim, as sujeitas reconstruíram sua memória e encontraram dimensões de suas realizações pessoais, que permitiram reafirmar suas capacidades de decidir e participar de um movimento crítico, nesse caso a construção do gênero na série *Queen of the South* e as perspectivas cidadãs. Ademais, esse pensamento também vai ao encontro de Ramón Grosfoguel (2012), ao pensar numa resistência e na mirada condizente do “colono”, “subjugado”, que consegue olhar para a cultura estando inserido nela, tornando mais eficaz a luta por reconhecimento.

É necessário um movimento que parta de todos, de assumir a realidade e comprometer-se com uma nova formação de base, que desestruture os sistemas e promova um conhecimento libertador para nós e para o mundo. Precisamos descolonizar o pensamento e complexificar a ignorância, para que ela não seja a forma de conhecimento imperante. O gênero é multimidimensional, está nas nossas assimetrias e identidades, não pode ser tomado como norma ou pedagogizado para legitimar comportamentos opressivos e subordinações. Afinal, o Outro é sempre construído a partir do “eu”.

Uma das principais “lições” de *Queen of the South* é que as mulheres precisam se masculinizar para alcançar o poder. Enquanto seus comportamentos



não corresponderem ao tipicamente masculino, elas precisam usar artifícios como a “sedução” e a “dominação sexual” para ascender. Tudo que foge da “normalidade” do homem ou da mulher rompe com um sistema simbólico que opera nos corpos. Aquilo que é “anormal” é perigoso porque não reproduz os valores dominantes e cria caos, reflexão e “quebra um sistema”.

O reconhecimento das diferenças, em busca de uma igualdade, é um caminho para a cidadania. Através das séries, as sujeitas conseguem enxergar a Outra, a latina que elas não são, mas que está, de certa forma, representando-as. Assim como somos formados pela criação, a trajetória e os gostos, a mídia também opera construindo referentes e simbolismos para quem somos (ou devemos ser).

Ainda não é possível uma efetiva cidadania comunicativa no âmbito da série *Queen of the South* se a latina não é, verdadeiramente, a mulher latina do mundo concreto. É, preciso, porém, despertar a crítica em nós. Precisamos nos conhecer para sermos cidadãos. Precisamos despertar para as problemáticas invisibilizadas, questionar nossos papéis sociais e enfrentar o que a mídia diz ser o correto, normal. Ver o Outro é um exercício de empatia, de lutar por uma visibilidade maior – e melhor.

## **| Considerações finais**

As séries revelam um papel importante na construção de gênero das mulheres que formam o público. A partir da assistência de produtos que possuem personagens femininas fortes, elas transcendem a corporeidade para entender a complexidade daquela Outra. Passam a ver, junto com a série e as discussões acerca dela, como o mundo opera dividindo os sujeitos entre homens e mulheres. Também conhecem situações diferentes da sua e veem que, historicamente, as mulheres têm recebido menor visibilidade e valor.

Pensando na perspectiva de Ivia Alves e Alvanita Ameidá (2015), as séries possuem discursos dentro das narrativas que, ao transmitirem suas crenças e valores, podem levar adiante as hegemonias e ideologias “normativas” da sociedade. Como os conglomerados de mídia operam nesse campo hegemônico, é preciso pensar o que está além do produto. O que as mulheres demonstram é que, mesmo nas lógicas capitalistas comerciais, é possível observar uma realidade



das mulheres latinas que transcende a mera reprodução do estereótipo. *Queen of the South* abre brechas para sair das relações de dominação das mulheres pelos homens e transformar as perspectivas sobre os atributos exclusivos a cada gênero. As personagens – e as próprias mulheres – são híbridas, múltiplas e constroem identidades interseccionadas.

É necessário reconhecer o papel de *Queen of the South* para levantar o assunto das mulheres narcotraficantes, levar pelo menos àquelas pessoas que assistem uma nova perspectiva sobre a mulher latina e sua cultura, seu território, o narcotráfico e seus problemas. O caminho para a cidadania está na reflexão e na ação de mudar a si, transformar os contextos e propagar uma nova educação, fundada na igualdade de direitos e na valorização das múltiplas identidades dos sujeitos.

A educação poderia ser uma base para pensar novas perspectivas de gênero, mas nenhuma das mulheres teve um contato efetivo com a literatura ou uma formação específica do conceito. O modo como elas vivem, seus posicionamentos enquanto sujeitas mulheres que – elas reconhecem – vivem em um mundo masculinista, é que determinam como se definem e atuam. As mídias também têm um papel central nesse contexto. Elas podem oferecer espaços de contestação da normalidade, apresentar diversidade e questionar as hegemonias. No entanto, a partir do que as mulheres da pesquisa demonstraram, os conhecimentos comunicacionais e midiáticos sobre América Latina que elas têm não são suficientes para uma visão humana e cidadã da nossa região e nosso povo.

Se as mídias superassem a lógica do entretenimento meramente comercial, então seria possível enxergar os cidadãos em suas hibridações, nos contextos fronteiriços e as problemáticas da migração. Ainda não é perceptível o movimento de abarcar múltiplas pertencas, como pensado por García Canclini (2008). Nem mesmo a riqueza humana, como propõe Cortina (2005), que valoriza cada cultura e realiza um diálogo intercultural, está bem dimensionada. O reconhecimento e respeito às diferenças parece existir por parte das sujeitas que assistem *Queen of the South*, mas no espaço da série as personagens latinas ainda não estão sendo compreendidas e bem contextualizadas. Pelo menos, não o suficiente para que se possa efetivamente ir além de estereótipos como o de “narcotraficante bandida”.



Os entretenimentos estadunidenses, que utilizam da linguagem hegemônica comercial, formatam os latinos limitando a diversidade cultural e revelando pouco sobre a riqueza da América Latina. Sem que seja reconhecida a igualdade, a diferença e a valorização do Outro, não é possível construir a cidadania comunicativa nos aspectos propostos por Boaventura de Sousa Santos (2008). As mulheres latinas ainda sofrem com o racismo, a discriminação e a xenofobia, mas essas problemáticas reais não oferecem um movimento político.

Apesar de criarem indignação e movimentos de crítica social nas sujeitas que assistiram a série, é preciso que as identidades sejam melhor problematizadas. O gênero como categoria analítica pode ser híbrido, múltiplo, fora dos corpos. No entanto, as lógicas da série ainda não são capazes de educar de modo denso pelo exemplo, priorizam a ação narrativa em detrimento da cidadania e da contestação dos poderes hegemônicos que fazem proliferar a desigualdade. O movimento deve partir de nós, sujeitos, refletindo sobre a visibilidade que as séries nos oferecem, já que seu potencial reflexivo vai além da mera assistência e pode, sim, construir cidadania comunicativa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ivya; ALMEIDA, Alvanita. Para o público que gosta de séries. In: \_\_\_\_\_. **Mulheres em seriados: configurações**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 7-30.

BONIN, Jiani Adriana. A dimensão metodológica na orientação de pesquisas em comunicação. In: MALDONADO, Alberto Efendy. et al. **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

\_\_\_\_\_. Desafios na construção de pesquisas de recepção em mídias digitais em perspectiva transmetodológica. In: BRIGNOL, Liliane Dutra; BORELLI, Viviane. **Pesquisa em recepção: relatos da Segunda Jornada Gaúcha**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2015. p. 25-29.

\_\_\_\_\_. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

\_\_\_\_\_. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: \_\_\_\_\_.; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 23-42.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.





CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GROSGUÉL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 337-362, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. Ciudad de México: UNAM, 2005.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: \_\_\_\_\_. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 277-303.

\_\_\_\_\_. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 87-104.

\_\_\_\_\_. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy. et al. **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: processos receptivos, cidadania e dimensão digital**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 31-54.

\_\_\_\_\_. Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Revista Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58439>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MARTÍN BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

PAVAN, Maria Ângela; VELOSO, Maria do Socorro. Identidade, histórias de vida e memória: um exercício de comunicação audiovisual. In: MALDONADO, Alberto Efendy; SÁ BARRETO, Virgínia; LACERDA, Juciano. **Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina**. Natal/João Pessoa: UFRN/UFPB, 2011. p. 325-340.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em:



<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod\\_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Márcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 25, n. 60, p. 183-192, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinus.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2011.25.60.05/599>>. Acesso em: 20 ago. 2018.



## **Hermana misoginia: sexismo midiático no Brasil e na Argentina**

*Uma reflexão acerca das operações discursivas das revistas IstoÉ e Noticias de La Semana sobre Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner*

C. Leticia Giacomelli<sup>95</sup>

### **| Introdução**

O presente texto é uma síntese da pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado que buscou compreender a construção discursiva empreendida sobre Dilma Rousseff pela revista brasileira *IstoÉ*, da editora Três, e sobre Cristina Fernández de Kirchner pela revista argentina *Noticias de la Semana*, da Editorial Perfil. Apresenta-se, portanto, uma amostragem da análise dos materiais a fim de demonstrar como construímos a reflexão que nos levou a considerar sexistas as abordagens de ambos os semanários.

A fim de que se compreenda como e de que maneira estruturamos e estabelecemos discussões e argumentações que pudessem nos fornecer bases e conteúdos reflexivos, apresentaremos, também, brevemente, nosso processo metodológico e os conceitos que sustentaram nossa caminhada.

O tratamento sexista verificado na pesquisa foi determinante para desqualificar as presidentas como *sujeitas mulheres políticas* que tivessem condições de estar nos espaços de poder para os quais haviam sido eleitas democraticamente, lembrando o dito por Flávia Biroli (2010) sobre a legitimação social da política como “negócio de homens”, que mantém as mulheres marginalizadas, atuando nos cargos de menor prestígio e trabalhando com pautas de menor visibilidade ou sendo invisibilizadas.

A reflexão sobre o fenômeno da representação política das mulheres – noticiada pela imprensa com tom e forma que as descaracterizam como cidadãs pertencentes ao campo político – era o que nos interessava no desenvolvimento

---

Texto revisado por Mariana Guedes



da pesquisa sobre as presidentas, pois, ao apresentar a presença feminina no ambiente público de forma estereotipada, a mídia contribui para a afirmação de preconceitos, reforçando estigmas presentes do imaginário social do senso comum. Portanto, é relevante entender o processo de produção midiática que constrói a *mulher política*; compreender quais sentidos estão envolvidos nessa construção e em qual medida essa produção está perpassada por interesses ideológicos.

O “lugar” da mulher na sociedade é secularmente imposto pelo masculino, que constrói o imaginário sobre os ambientes próprios ao feminino e define limites para sua atuação. Este comportamento avança culturalmente quando encontra espaços de reprodução de estereótipos, preconceitos e misoginia em áreas da Comunicação como a imprensa, por exemplo, que detém força privilegiada na propagação de discursos e produção de sentidos. Essa posição distinta da mídia acaba permitindo que a notícia seja “um dos eixos norteadores dos consensos e parâmetros sociais de normalidade e anormalidade [...] indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado”. (BENETTI, 2007, p. 110). Ou seja, afeta a cultura social através de suas operações discursivas, remodelando-a ou reforçando situações e significados.

Dilma Rousseff e Cristina Fernández são exemplos bastante significativos da construção estereotipada e sexista da mídia sobre as mulheres em cargos políticos elevados. Ambas foram criticadas pela imprensa por sua aparência, seu comportamento e conduta pessoal. Tiveram suas vidas pessoais invadidas e a privacidade escrutinada pelos meios de comunicação, principalmente pela veiculação de materiais que especulavam sobre suas saúde e a capacidade mental. Sem falar nas constantes insinuações de que não sabiam ou não deviam governar, que uma era masculinizada demais, a outra muito feminilizada, e tantos outros descompassos.

Portanto, pensar o *sujeito mulher política* a partir delas nos pareceu adequado, pois, dentre as presidentas latino-americanas, as duas se destacam por variados motivos. Uma foi destituída de seu cargo em um processo articulado por segmentos oligárquicos neocoloniais com interesses políticos-empresariais; a outra empreendeu um corajoso enfrentamento contra corporações midiáticas oligopólicas com a implementação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, conhecida como Lei de Meios, que buscou democratizar a



comunicação na Argentina através da diversificação das fontes produtoras e distribuidoras de conteúdos ao impedir a propriedade cruzada, ou seja, a concentração e centralização do capital na exploração midiática. Mas, a principal razão que nos fez considerar Dilma e Cristina personagens ímpares para nosso estudo sobre como a mídia enquadra mulheres em situação de poder foi o fato de ambas jamais terem sido reconhecidas em suas alteridades políticas. Para a imprensa, e, talvez, até mesmo para o senso comum, elas sempre foram produções políticas de homens: Dilma viveria à sombra do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e Cristina se manteria no governo devido à “dinastia K”<sup>96</sup> iniciada por seu marido, Néstor Kirchner, compreensão que deturpa o fato de as duas serem herdeiras políticas de seus antecessores, diminuindo suas capacidades políticas próprias e escamoteando suas trajetórias de vida política.

Tanto uma quanto a outra já era militante política desde a juventude. Dilma enfrentou a ditadura brasileira, Cristina tem um histórico de parlamentar combativa. A brasileira construiu uma carreira de ordem técnica no mundo político, com especial obstinação pelo futuro energético do país. Sua competência nessa área a fez despontar no âmbito partidário e a levou aos altos cargos de governo. A argentina sempre se destacou pela capacidade oratória e por não se furtar à discussão dos temas mais espinhosos nas tribunas, assim participou de comissões como deputada e senadora. Este último cargo, inclusive, que voltou a ocupar depois da presidência, tendo sido eleita com mais de três milhões de votos pela Província de Buenos Aires, em 23 de outubro de 2017.

Dilma foi a primeira presidenta brasileira, Cristina a primeira eleita pelo voto direto na Argentina.

## **| Realidades simbólicas e lugares sociais**

A centralidade da comunicação nas sociedades e o uso estratégico dos meios e dispositivos para a formação da opinião pública são apontados há muito por Mattelart (1999; 2009), que fala da influência da mídia na formação do pensamento político e cultural das populações. Segundo o autor, isso tem relação com a circulação e os intercâmbios simbólicos (MATTELART, 2007). A

---

<sup>96</sup> Aqui fazemos referência à forma como a imprensa argentina, de maneira geral, costuma se referir a tudo o que diz respeito à família de Néstor e Cristina, “os Kirchner”.



propaganda de guerra é um bom exemplo trazido por ele sobre a capacidade de persuasão de um plano de comunicação bem executado. Seus efeitos são diluídos na emotividade, não na racionalidade, e se confundem com vontades, verdades, costumes, necessidades, crenças e valores.

Os avanços tecnológicos, em especial os processos da industrialização, permitiram lugar de destaque à comunicação nas sociedades modernas. É um fenômeno que caminhou e se desenvolveu com o progresso (MATTELART, 1999; 2007). Podemos dizer, inclusive, que a comunicação como conhecemos hoje, midiática, é um artefato essencialmente capitalista institucionalizado como um poder, ao ponto de se propalar como o “quarto poder”, tamanho o reconhecimento de sua capacidade de influência na vida de uma nação.

Resguardando os exageros, é importante reconhecer que a mídia é parte significativa da construção cultural das sociedades, chegando a definir padrões, determinando comportamentos, moldando noções de certo e errado, bem e mal, enfim, agindo na percepção de mundo das pessoas através de subjetividades. Nesse sentido, não há como não considerar que o pensamento político e social do cidadão moderno é atravessado pela midiaticização.

No caso da imprensa, a hegemonia da mídia se expressa no controle da informação, que constrói a realidade: uma realidade semiótica, intencionada, útil a quem informa. A informação é um produto e, como tal, tem valor de mercado e um público consumidor a atingir. Para Rodrigo Alsina (2009), a mídia tem a intenção de fazer parecer que é apenas uma receptora e transmissora da informação, enquanto seu processo de produção de construção da notícia permanece oculto, sendo ele, na verdade, o da construção social da realidade. Assim, a notícia torna-se uma “mercadoria especial” que delimita o “horizonte cognitivo”.

Para atingir os objetivos narrativos de um *acontecimento*, a forma do discurso é fundamental, visto que é nela que se produz o sentido pretendido, de maneira que sua construção está ligada às configurações de dominação, como trata Foucault (2014), autor para quem o discurso que orienta a sociedade é sempre o daquele que detém o saber. No caso da mídia, portanto, daquele que detém a informação. O discurso é um jogo de signos, pontua ele: “O discurso se anula, assim, em sua realidade, colocando-se na ordem do significante” (FOUCAULT, 2014, p. 47). Se há semioses, há capacidade de repercussão e



afetação e é justamente isso que a imprensa provoca quando elege um caso e lhe dá *status* de *acontecimento*, gerando sentidos a partir das operações discursivas utilizadas para descrevê-lo.

O discurso é construído a partir de operações que deixam marcas na superfície textual e remetem às suas condições de produção. Essas marcas podem estar associadas a mais de uma operação ao mesmo tempo (VERÓN, 2004).

As discursividades sobre a posição da mulher postas em circulação pela mídia se configuram sob dois aspectos: o do padrão, que chamamos de “naturalização”, ou seja, aquele advindo do patriarcado, que define o lugar e comportamento social do feminino e se exprime na mídia – ao mesmo tempo que é reforçado por ela – através do estabelecimento de condutas (esteja bem vestida, maquie-se, seja magra, boa mãe, mãe do marido, submissa, fale baixo, obedeça, ceda, permita, não discuta, recolha-se, contenha-se, ouça, espere, resigne-se, não reclame, não exagere e outras tantas determinações); e o que não corresponde ao padrão, que denominamos “desnaturalização”, as demonstrações de autonomia capazes de questionar o poder estabelecido, mostradas como ações negativas pela mídia quando advindo das mulheres (liderar, opinar, questionar, contradizer, argumentar, gerir, conduzir, governar e outras tantas).

A desnaturalização só persiste porque há um sistema que permite as hierarquizações de gênero na sociedade, estabelecendo lugares e espaços de comportamento e atuação para o masculino e o feminino: a ordem patriarcal de gênero. Ao longo do tempo, e através de muitas batalhas reivindicatórias, as mulheres ganharam espaço e voz na cadeia social, principalmente por meio dos movimentos feministas. Isso fez com que muitos acreditem que o patriarcado tenha sido superado, mas como todo sistema constituído sob a ordem de um poder simbólico, ele está calcado em crenças mais profundas e intrincadas a subsistemas do que se poderia superar em alguns anos de reordenamentos sociais. Está ligado ao patrimonialismo, ao coronelismo, às hierarquias institucionais, perpassa toda a sociedade, “[...] representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 60). Desconstruir suas estruturas é um trabalho paulatino, tenaz e constante. Mesmo porque ele tem a capacidade de se adaptar, já que está em constante transformação como os demais fenômenos sociais (SAFFIOTI, 2015).



Nas sociedades modernas, o patriarcado está na ordem das subjetividades. “[...] O patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista” (PATEMAN, 1993, p. 45). Ou seja, é ele que garante a manutenção das estruturas androcêntricas de poder e perpassa o imaginário social sobre o lugar que deve ser ocupado pelas mulheres. É um fenômeno legitimado, como diz Saffioti (2015, p. 107), com “[...] diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres [...]”, mas com sua base material inalterada, mesmo com os avanços e conquistas femininas. Há uma *universalidade do patriarcado*, defende a autora.

Quando não se pôde mais impedir o avanço das conquistas das mulheres, se consolidou o machismo institucionalizado, aquele que opera na ordem da convivência, dividindo o espaço e os “lugares” com elas, mas com exigências e determinações diferentes. É ele que vai permitir a violência e limitar a participação das mulheres nas instâncias de poder e decisão, como nas de atuação política, que se mantém como feudo masculino, onde as mulheres foram “autorizadas” a entrar, mas com capacidade de atuação restrita.

## **| Definições e reflexões metodológicas**

Na América Latina, os *fluxos históricos* (MALDONADO, 2013) da mercantilização da comunicação são perpassados por interesses bastante oligárquicos, no sentido de que os meios de comunicação massiva sempre contribuíram para a “educação” cultural dos povos, atendendo aos interesses econômicos dos proprietários de empresas de mídia. Na região há uma promiscuidade entre os meios de comunicação e a política, já que muitos políticos são donos ou sócios de empreendimentos midiáticos. Além disso, as leis que regulam esses sistemas são frágeis e tendenciosas, permitindo a propriedade cruzada, que gera monopólio, e licenças ou outorgas sem prazo definido de exploração, mesmo na Argentina, onde o governo de Cristina Fernández enfrentou essa situação através da Lei de Meios, pois aquele país já foi submetido a retrocessos nesse sentido desde o início da presidência de Mauricio Macri.

O monopólio midiático também representa um entrave à circulação da informação, a ausência de pluralidade e concentração de verba publicitária fortalece os meios hegemônicos, permitindo que influenciem a economia e a





política do país, de forma a estabelecerem-se como estruturas de poder. Trata-se de um poder simbólico, visto que trabalham com a propagação de ideias e discursos e, por isso mesmo, colocam-se estrategicamente nas culturas das populações.

A linha tênue que separa, ou deveria separar, a comunicação industrial e, no que diz respeito à presente pesquisa, a produção de informação do interesse político, é apagada pelo fator comercial. Para Ianni (2003), essa problemática na qual a mídia é imersa está além da sua simples existência como um “quarto poder” na medida em que extrapola os limites políticos, visto que, favorecida pela globalização, está no cerne do que constitui as condições político-econômicas e socioculturais das populações. Sua identificação capitalista privilegia a prevalência da visão de mundo dos grupos de poder predominantes, seus interesses ideológicos e tudo o mais que sirva a suas intenções econômicas de forma articulada.

A modernidade trouxe certa flexibilidade à comunicação e permitiu ações de cidadania comunicativa que conseguem burlar o sistema hegemônico em dada medida. Como frisa Maldonado (2013), com o advento e popularização das tecnologias digitais, “as condições de produção simbólica transformaram-se, as formas de circulação quebraram o domínio das mídias hegemônicas, a experimentação vai sendo socializada aceleradamente [...]” (MALDONADO, 2013, p. 92). No entanto, a penetrabilidade das mídias tradicionais nas sociedades é ainda exponencial e a formação da opinião pública passa, invariavelmente, pela realidade construída midiaticamente.

Ao mesmo tempo em que a tecnologia facilitou a resistência e ampliou os espaços de debate, também se apresentou como campo de exploração para os conglomerados midiáticos hegemônicos que possuem condições materiais, logísticas e de produção notadamente maiores que os das associações, coletivos, imprensa independente e redes alternativas de informação. A ausência ou ineficiência do letramento digital das populações é um fator relevante nesse contexto, agravado pela precária formação crítica.

Na sociedade midiaticizada, o “ser/estar” é definido pelo “existir” nas mídias ou em conformidade com o que elas estabelecem como adequado, correto e verdadeiro. Isso, todavia, não quer dizer que os sujeitos sejam espectadores passivos, inertes frente à imprensa, somente esperando que ela lhe traduza o



mundo e diga como se posicionar nele, mas, apenas, que essa relação é da ordem dos significados, da semiótica da influência dos meios no social.

Para ter a atenção desse sujeito, portanto, a comunicação usa do que Sodré (2006) chama de *estratégias sensíveis*, pois ela mesma   da ordem do emocional. Em busca da compreensão dessa influência da média, o autor tece uma rede reflexiva sobre afec o, afeto, emo o e sentimento a partir da Filosofia, donde depreendemos mobiliza es emocionais tão refinadas que chegam a constituir-se, praticamente, em um sistema dogmático, de modo que a argumenta o constante e consistente do ponto de vista dos valores ou das crenças do sujeito aciona a rela o emocional que pode explicar a influência da média sobre os indivíduos.

Sodré aponta a influência poderosa da média na redefini o da subjetividade contemporânea que, ao operar no plano dos valores, promove a conforma o psicológica das massas através de sua retórica. Por observar indícios das técnicas retóricas de persuasão, sobre as quais fala o autor, em *Istoé e Noticias de la Semana*,   que optamos por essas publica es para compor nosso corpus de análise nesse trabalho, principalmente baseados nas coloca es sobre a retórica do bode expiatório:

[...] isto  , a inven o de alguém a quem se atribuam as culpas latentes e manifestas no grupo social [...]. O objeto coletivo da expia o   semioticamente conotado por afetos negativos e terroristas quanto ao princípio de realidade, geralmente com o concurso da média, de modo a que se configure como um "Outro" em que se cristaliza a incerteza ou o Mal (SODRÉ, 2006, p. 75-76).

Nosso movimento para defini o de *Istoé e Noticias de la Semana* como *objetos de referência* foi feito pensando o meio *como um complexo de estruturas, como um campo de produ o e contradi es*, observando *seu funcionamento concreto*, "buscando sistematizar procedimentos operativos e ideias em raciocínios que incluam a experiência, as vivências de realiza o diária, as condi es de produ o e os produtos fabricados nesses processos" (MALDONADO, 2011, p. 277). A proposta, então,   a de uma discussão ampla sobre a influência da média nas constitui es políticas do Brasil e da Argentina por meio da reprodu o e afirma o de estereótipos sexistas, com cunho e interesse ideológicos, quando as revistas *Istoé e Noticias de la Semana* noticiam



*acontecimentos* envolvendo Dilma Rousseff e Cristina Fernández, debate que buscamos fazer a partir de exploração documental, bibliográfica e biográfica.

A decisão por essa abordagem seguiu as três dimensões nas quais a pesquisa em comunicação deve estar aprofundada, de acordo com Maldonado (2011): o contexto, a empiria e a teoria. Essa articulação também nos parece útil para manter nossa crítica distante da opinião que *pensa mal e nunca tem razão* (BACHELARD, 2001).

Para a definição dos materiais a serem examinados, desenvolvemos critérios de seleção e categorias de análise inspirados nas colocações de Bonin (2013), para quem a construção do método deve considerar as características dos objetos investigados, especialmente por se tratar de pesquisa em Comunicação, carregada de complexidades e multicontextualidades nem sempre alcançadas pelos procedimentos tradicionais de investigação.

Definimos o critério de *acontecimentos-chave*, baseados nos *valores-notícias* (TRAQUINA, 2013), para o estabelecimento do critério de seleção, ou seja, aqueles com potencial de repercussão nacional e ampla divulgação que, de uma forma ou de outra, colocaram Dilma Rousseff e Cristina Fernández em evidência e permitiram à *IstoÉ* e *Notícias de La Semana* desenvolverem uma construção discursiva sobre ambas enquanto *sujeitas mulheres políticas*.

O recorte promovido pelo critério de seleção nos permitiu trabalhar com períodos temporais importantes da estada de Dilma Rousseff e Cristina Fernández nas presidências de seus países, como o processo de impeachment da brasileira e as eleições de 2015 e os anos de episódios significativos da história política da Argentina como os de 2012, 2013 e 2015. O monitoramento foi feito nos materiais de todos os períodos selecionados e resultou em **18** amostras de *IstoÉ*, entre matérias, reportagens e imagens, e **sete** capas de *Noticias de la Semana* a serem analisadas.

## | Amostra das análises desenvolvidas

As duas revistas apresentam características diferentes. A estratégia da publicação brasileira é direcionada para apresentação de textos mordazes, maldosos, disfarçada de magazine austera. Já a argentina aposta na agressividade da imagem, é jocosa, exagerada, grosseira, descortês, assemelhando-se a um



pasquim.

*Noticias de la Semana* trabalha retoricamente a ideia de que Cristina Fernández é emocionalmente instável. A presidenta foi alvo de sucessivas publicações onde a revista questionava sua capacidade governamental, dado um suposto estado mental alterado. A tese desenvolvida pelo periódico era a de que ela sofria de transtorno bipolar e, por isso, realizava tratamento psiquiátrico. Expressões como fúria e raiva são recorrentes na construção de um padrão emocional da estadista e muitas reportagens falam sobre medo, depressão e paranoia. Nota-se, também, uma série de publicações que a retratam de forma sexualizada (Figura 1), com grande destaque para sua personalidade vaidosa, além de especular a respeito de sua saúde, vida íntima e pessoal.

Figura 1 - Capa NLS de 07/09/12



Fonte: site da revista.

Na predileção de *Noticias de la Semana* por montagens, a revista apresenta na edição 1931, de 27/12/2013, uma manipulação figurativa que aciona



várias redes de sentido ao mesmo tempo (Figura 2). Nela, o rosto de Cristina aparece em um corpo nu acompanhado da manchete: “A rainha está nua” (tradução nossa).

A montagem da imagem de Cristina usa o corpo feminino como dispositivo de produção de sentido, a partir da licença que a mídia se outorga para explorar, expor e usar a mulher como objeto. Ao optar por essa ação, a revista não só desqualifica a presidenta, através dos simbolismos convocados ao despi-la, mas, também, violenta sua intimidade e dignidade.

Figura 2 - Capa NSL de  
27/12/2013



Fonte: ed. 1931.

A hipótese de uma Cristina Fernández descontrolada é trabalhada na edição 1902, de 07/06/2013 (Figura 3). Sob a manchete “Cenas incríveis do medo de Cristina”, acompanhada da observação “tensão no governo”, a revista apresenta uma fotografia de parte do rosto da presidenta enquadrado de forma que somente um dos olhos fica visível, mostrando um olhar perdido, o cenho franzido e com a expressão carregada, aflita, transmitindo ansiedade, pânico.



Figura 3 - Capa NLS de  
07/06/2013



Fonte: ed. 1902.

A expressão apavorada de Cristina toma conta da capa, auxiliando o texto na constituição das redes de sentido que serão definitivas para a compreensão que pretende a revista. O discurso operado conta com os estereótipos presentes no senso comum sobre o controle emocional das mulheres. Investindo no estigma de que todas são loucas, exageras, irascíveis *Noticias de la Semana* apresenta seu texto de apoio:

Está fuera de sí. Grita con todos, inclusive con os mais leais. A grosseria com a chefe da promotoria. As broncas em Zannini e Abal Medina por não controlar a Suprema Corte (NLS, 2013, tradução nossa)<sup>97</sup>.

O conjunto figurativo construído por *Noticias de la Semana* cria uma aura de instabilidade, colocando o próprio governo de Cristina em suspeição. A

<sup>97</sup> Do original: “Esta fuera de sí. Les grita a todos. Incluidos los más leais. Los desplantes a la jefa de los fiscales. Los retos a Zannini y a Abal Medina por no controlar a la Corte Suprema”.



presidenta da capa do semanário é descontrolada, hostil, explosiva, portanto, não pode estar à frente da nação, pois não é confiável.

A estratégia de desqualificação da capacidade governamental a partir do questionamento das faculdades emocionais também foi usada muitas vezes por *IstoÉ* em relação à Dilma Rousseff. A leitura dos materiais na pesquisa exploratória nos permitiu formular uma lista de adjetivações a partir da construção discursiva da revista sobre a presidenta do Brasil na qual o apelo ao *gaslighting*<sup>98</sup> fica notório: delirante, intimidadora, tirana, fanfarrona, vitimista, enganadora, esquizofrênica, desesperada, criminosa, histriônica, arbitrária, terrorista, incoerente, vassala, inescrupulosa, desvairada, mentirosa, mitômana, lunática, inapetente, inábil, sabotadora, imitadora, fantasiosa, desonesta, difamadora, descontrolada.

A publicação mais emblemática de *IstoÉ* nesse sentido faz uso das mesmas operações discursivas trabalhadas por *Noticias de la Semana* na edição 1902, relatadas anteriormente. Trata-se do número 2417, de 06/04/2016 (Figura 4), no qual a revista mostrava uma fotografia de Dilma Rousseff em semblante de grito na capa, acompanhada da manchete: “As explosões nervosas da presidente”. Por estar recortada bem próxima ao rosto da presidenta, com as laterais sombreadas, a imagem imprime um aspecto de horror, pavor, medo. Não se sabe ao certo de qual situação a fotografia foi retirada, mas supõe-se que é um ângulo das tantas feitas quando a presidenta comemorava um gol em um dos jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2014.

As passagens “em surtos de descontrole”, “Dilma quebra móveis dentro do Palácio” e “perde (também) as condições emocionais para conduzir o País” estão salientadas em cor diferente do restante do parágrafo na capa. Essa associação entre imagem metafórica e texto com expressões que direcionam a compreensão dão ao conjunto força simbólica e retórica.

---

<sup>98</sup> Termo usado para designar o tipo de violência emocional por meio de manipulação psicológica que leva a mulher e todos ao seu redor a acreditarem que ela enlouqueceu ou que é incapaz. Não há tradução para a língua portuguesa do termo *gaslighting*. Ele faz parte de uma série de expressões que vêm sendo incorporadas pelos movimentos feministas mundiais para caracterizar as violências emocionais (ou o chamado machismo invisível) que agredem diretamente a autoestima feminina e limitam simbolicamente o espaço das mulheres. Ver: “O machismo também mora nos detalhes”. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/>>. Acesso em 25 maio 2017.



Apoiada em interlocuções como “segundo relatos”, “assessores palacianos”, “um integrante do primeiro escalão do governo”, “um de seus assessores”, “outro interlocutor frequente”, “um importante assessor”, a revista desenha uma Dilma Rousseff emocionalmente instável, ou seja, politicamente impossibilitada, chegando a dizer que a presidenta “se entope de calmantes” que não surtem efeito.

Figura 2 - Capa IstoÉ de  
06/04/2016



Fonte: ed. 2417.

*IstoÉ* costuma situar seu lugar de enunciação falando em nome da sociedade e sua retórica sobre o governo de Dilma Rousseff é trabalhada na ideia de que a presidenta enganou seu eleitorado, chegando a usar expressões como “mentira” e “traição”. A abordagem sexista é operada, principalmente, em seus editoriais publicados no período analisado, no entanto, em várias ocasiões essa tática se espalha pelo restante da revista, fortemente em momentos políticos cruciais.

A estratégia do uso de uma imagem referente a determinada situação para invocar significados pertinentes a outra foi utilizada novamente por *IstoÉ* na edição 2421, de 29/04/2016, na matéria “Os factoides que paralisam o País”. Aproveitando a fotografia feita de Dilma admirando um quadro de Michelangelo





Merisi (Figura 5), a revista cria uma aura de insanidade no conjunto que une a figuratividade criada pelo enquadramento – que faz parecer que a presidenta está, na verdade, a olhar-se no espelho, portanto, o que há refletido é pavoroso – e o subtítulo “A poucos dias do afastamento do cargo, Dilma volta a deturpar a realidade. Tática se mostra inútil”.

*IstoÉ* constrói um cenário de semioses, investindo na narrativa de uma presidenta perigosa e exagerada que vive em uma realidade paralela:

[...] Um quadro, em especial, despertou a sua atenção: a pintura em óleo “Medusa Murtola”. A violência impressa na face da Medusa a torna uma obra-prima. Faz os espectadores reviverem o mito de que quem a olhasse ficaria petrificado com seu aspecto aterrador. Os discursos de Dilma estão longe de ter potencial para ingressar na história como a Medusa de Caravaggio. Mas o conteúdo é de uma violência contra a verdade digna de deixar os brasileiros paralisados. O primeiro dos factoides da petista é se dizer vítima de um golpe [...] (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Figura 3 - Dilma admirando “Medusa Murtola”



Fonte: edição 2421.

Estabelecida a imagem de “louca” com qual se abre a matéria, *IstoÉ* reforça os demais níveis de desqualificação de Dilma Rousseff, sugerindo que ela não é uma pessoa bem informada, por exemplo:



[...] Em discursos em tom de campanha, Dilma também tem frisado que um eventual governo Michel Temer não seria legítimo por supostamente não ter votos. É um entendimento de quem desconhece as leis brasileiras. As eleições distintas para presidente e vice ocorreram pela última vez em 1960. Desde a redemocratização, os brasileiros elegem uma chapa com os dois. Portanto, em 2014, Dilma e Temer venceram juntos e com o mesmo número de votos. Possuem a mesma legitimidade das urnas [...] (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A matéria é fechada com a “confirmação” da hipótese proposta no início:

[...] Seria bom ao País se a presidente admirasse a Constituição assim como faz com as artes plásticas. Assim, não pintaria um quadro tão fantasioso da realidade brasileira (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Na edição 2438, de 26/08/2016, semana da votação final do impeachment, no qual Dilma Rousseff seria retirada em definitivo da Presidência do Brasil, a revista publicou o editorial “O epílogo”<sup>99</sup>, onde investe na retórica de insensatez da presidenta dizendo que ela não se importa com fatos e sim com versões, ou seja, com sua interpretação delirante da realidade. *IstoÉ*, inclusive, abre o texto desta forma:

No derradeiro ato da saga de destruição deixada por Dilma o País ainda terá de assistir ao seu repisar de delírios. Nesta segunda, 29, ela vai ao Parlamento para dar, de novo, sua versão colorizada dos fatos. A mandatária afastada fala em golpe, mas estará na tribuna do Senado para discursar livremente, sem coações ou perseguições, em sessão dirigida pelo presidente do Supremo Tribunal, compondo lado a lado com os demais chefes dos três poderes – após esgotadas inúmeras fases de apelações e arguições de seus defensores. Tudo dentro dos ritos da lei e do estado democrático de direito. Um contrassenso bizarro que nessas circunstâncias ela cogite levantar a bandeira de golpe. **Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos** [...] (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

A frase “Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos”, será repetida à exaustão, combinada com outras estratégias de desconstrução da presidenta, como a de que ela é má gestora e faz parte de um partido político corrupto.

---

<sup>99</sup> Disponível em: < <https://istoe.com.br/o-epilogo/>>. Acesso em: 18 maio 2018.



O texto trabalha cada parágrafo para desqualificar Dilma, usando a retórica da fantasia como uma assinatura, além de falar profeticamente sobre o que Dilma ainda viria a dizer ou sobre o que sentia “no seu íntimo”:

[...] A presidente que já foi retirada há mais de 100 dias do poder irá propor um plebiscito por eleições antecipadas, mesmo sabendo que não existe tempo hábil para isso antes do escrutínio de 2018 e que, no seu íntimo, guarde a convicção de que não levará adiante a ideia, até porque seu próprio partido PT rechaçou a possibilidade. **Mas para Dilma não importa. Vale a versão, não os fatos**  
[...] (ISTOÉ, 2016, grifos nossos).

Estas são, frisa-se, amostras das análises que procedemos na pesquisa de mestrado, trabalho através do qual foi possível perceber que tanto *IstoÉ*, quanto *Noticias de la Semana*, se aproveitam do fato de as presidentas serem mulheres para intimidá-las, humilhá-las, denegrir suas imagens. Ambas as revistas se esforçam em criar condições para que seus leitores acreditem que Cristina Fernández e Dilma Rousseff são instáveis, perigosas para seus países e não deveriam estar no comando de suas nações.

## | Considerações finais

Nossa pesquisa de mestrado, aqui relatada sucintamente, nos permitiu perceber que as operações discursivas trabalhadas por *IstoÉ* e *Noticias de la Semana* guardavam muito mais que a expressão do preconceito de gênero presente nas relações sociais. Foi possível verificar, isto sim, uma apropriação do conservadorismo em relação à presença da mulher nos espaços públicos de poder e decisão e das ideias pré-concebidas existentes no senso comum sobre os lugares do feminino e do masculino como auxílio em um empreendimento de desqualificação política pessoal das duas personagens públicas.

Ambas as revistas fizeram uso de discursos sexistas e machistas como estratégias que atendiam a seus interesses ideológicos corporativos, como o da desconstrução de governos populares que, ao longo dos anos, tornaram-se ameaças aos oligopólios empresariais de várias ordens, aliados dos meios de comunicação. Para uma constituição midiática de Dilma Rousseff e Cristina Fernández que desse conta de convencer o público do equívoco que eram suas presenças nas Presidências de Brasil e Argentina, os magazines fizeram uso das características de personalidade das presidentas para desprestigiar a presença



feminina nos espaços públicos e não faltaram expressões, frases, adjetivações ou insinuações que corroborassem para estigmatizar e estereotipar as mulheres, menosprezando-as como partícipes do campo político. Ademais, as revistas não se furtaram aos velhos estereótipos machistas contra as presidentas para fazê-las parecerem inadequadas ao poder: confusas, descontroladas, irascíveis, desconexas, loucas, demonstrando pensamento e atitude sexista em lugar de ética e bom senso.

*IstoÉ* e *Noticias de la Semana* desenvolveram táticas diferentes em várias ocasiões. A brasileira fez um trabalho constante de desacreditar Dilma Rousseff, mas é notório que a usava para atacar Lula e o PT, desconstruir o que o governo em si representava. O uso do sexismo é uma opção imoral deliberada da revista para reforçar suas intenções. Já o periódico argentino parecia irritar-se com a condição feminina da presidenta, a usando para achincalhar, caçoar, ironizar e, dessa forma, desmoralizar as ações de Cristina Fernández.

De qualquer maneira, ambos os magazines convergem nas operações discursivas convocadas. Tanto um quanto outro estabelecem uma rede de significações formada por figuratividade, discurso, memória, palavras-chaves, metonímias, para atingir seus objetivos discursivos e “fazer crer”. A misoginia é a ordem da desconstrução da capacidade política de Dilma Rousseff e Cristina Fernández nas duas revistas. *Noticias de la Semana* e *IstoÉ* são *hermanas* no preconceito.

## REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia. Petrópolis: Vozes, 2007.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, set. 2010, n. 90, p.45-69. Disponível em <<https://rccs.revues.org/1765>>. Acesso em: 07 maio 2016.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Org.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MALDONADO, Alberto Efendy. Práxis teórico/metodológica na pesquisa em comunicação: fundamentos, trilhas e saberes. In: MALDONADO, Alberto Efendy. (Org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 269 - 290.

\_\_\_\_\_. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins (Org.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013, p. 87-100.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo**: história das ideias e das estratégias. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **La invención de la comunicación**. Traducción de Gilles Multigner. 2ª edição. Argentina, Mexico e Espanha: Siglo XXI Editores S.A.

\_\_\_\_\_. **Un mundo vigilado**. Traducción de Gilles Multigner. Barcelona: Paidós, 2009.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1993.

RODRIGO-ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.



## **Cidadania híbrida: associações a partir de uma rede heterogênea**

*Vivian Corneti*

### **| Introdução**

Cidadania é um conceito vasto, que engloba uma gama de direitos relacionados à liberdade, à paz, à igualdade e à democracia. Quando expressamos nossa opinião livremente, quando participamos de eleições democráticas, quando denunciemos qualquer tipo de crime, quando participamos de algum tipo de associação religiosa, quando expressamos nossa orientação sexual ou nos filiamos a algum partido político, estamos sendo cidadãos. Cidadania envolve a preservação dos direitos individuais, sabendo que os mesmos são exercidos dentro de uma coletividade, que também precisa ser preservada.

As temáticas da cidadania e dos direitos humanos encontram-se justapostas numa abrangente gama de preocupações inerentes à preservação dos direitos inalienáveis de cada pessoa. Mesmo que a expressão “direitos humanos”, no Brasil, por vezes seja deturpada em conotações interpretativas que fazem menção a preocupações exclusivas com classes de pessoas delinquentes e malfeitoras, o cerne de seu conceito pauta-se pelos princípios da igualdade de direitos e da inclusão social, sem quaisquer tipos de distinções. Os direitos humanos são nada mais nada menos que uma preocupação com os direitos dos cidadãos e, por isso, representam uma heterogeneidade de princípios relacionados à cidadania.

A relação entre cidadania e comunicação é também inexorável. Todas as formas de exercício da cidadania compreendem um ato comunicativo, e dentre as abordagens comumente utilizadas no campo de estudos em comunicação, destacamos a centralidade da ação humana no sentido da busca pela organização social. O homem é sempre considerado como o articulador central das ações cidadãs e dos direitos humanos, como bem evidencia Santos, ao retomar as propostas de Panikkar (1984):



O conceito de direitos humanos assenta num bem conhecido conjunto de pressupostos, todos eles tipicamente ocidentais, designadamente: existe uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente; a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade; o indivíduo possui uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida da sociedade ou do Estado; a autonomia do indivíduo exige que a sociedade esteja organizada de forma não hierárquica, como soma de indivíduos livres. (SANTOS, 2010, p. 443)

O articulador metodológico deste artigo será a Teoria Ator-Rede – TAR, que procura considerar a heterogeneidade dos elementos que compõem uma ação, considerando como relevantes os atores humanos e também os não humanos que estejam envolvidos nos processos sociais. No âmbito teórico, nos apropriaremos da concepção de Hannah Arendt (1950, 2014) em busca de uma definição adequada do conceito de cidadania; bem como do referencial teórico sobre a materialidade da comunicação sugerido por Gumbrecht (1994, 1998, 2010, 2015). Não pretendemos menosprezar a centralidade do indivíduo, tampouco desmerecer a ação humana diante do conjunto de atividades concretas que findam pela consolidação de direitos. Pensamos apenas em uma abordagem que, como propõe Latour (2012), possa redefinir a noção de “social”, evitando assim interpretações genéricas, que podem ser caracterizadas por aquilo que popularmente é denominado de “senso comum”. Nosso intuito é o de pensar a multiplicidade de objetos, pessoas, ações e fenômenos que constituem nossa realidade social e são essenciais para o desenvolvimento da cidadania.

### **| Reagregando o Social**

Este subtítulo faz menção à obra homônima de Bruno Latour, na qual o autor pretende introduzir o leitor aos princípios da TAR. O movimento duplo que se construirá aqui tem o intuito de esclarecer que as caracterizações sobre o social apresentadas ao longo dos anos pelo campo da ciência social, embora válidas e relevantes em outros cenários do conhecimento científico, têm se mostrado insuficientes para compreender sua complexidade; portanto, a sugestão é uma nova abordagem que possa considerar a efetividade da ação dos “atores” que constituem essa agregação denominada social.



A TAR tem sido desenvolvida desde a década de 1980 por pensadores como Bruno Latour, Michel Callon e John Law, em pesquisas inicialmente realizadas dentro da área dos Estudos de Ciência e Tecnologia, expandindo-se ao longo dos anos para uma multiplicidade de áreas. Segundo Lemos (2013, p. 31), a Teoria Ator-Rede

É uma “sociologia das associações e da tradução”, uma “sociologia da mobilidade” que nos coloca em questão a noção de social e de sociedade, de ator e de rede. O hífen da expressão é uma forma de sair da improdutiva discussão sobre de que lugar falar sobre os fenômenos sociais: da agência micro, individual, ou da estrutura, macro, do contexto, do fundo. É também uma questão do tempo, já que “ator-hífen-rede”, aponta para uma circulação, para o que “faz fazer” e não para a imobilidade de um dos polos da ação. Ator não é sinônimo de indivíduo, assim como rede não é sinônimo de sociedade.

Vista como uma sociologia das associações e da tradução ou uma sociologia da mobilidade, a TAR propõe análises contrárias aos determinismos e aos “macro” enquadramentos. Os determinismos são pensados além do tecnológico, abrangendo um determinismo humano, por assim dizer. Ao falarmos em “macro” enquadramentos, nos referimos a análises superficiais, repletas de generalizações, que não acrescentam novidades aos fenômenos, tratados como se fossem do conhecimento abstrato de todos (denominados por Latour como “*matter of fact*” e interpretados aqui como “questões de fato”). Aquilo que se pretende investigar por intermédio de uma abordagem ator-rede diz respeito à interpretação de todos os tipos de ações ocorridas nos fenômenos. Entendemos que a postura a ser assumida pelo pesquisador precisa privilegiar uma análise que reconheça fenômenos sociais – como a cidadania – enquanto atividades a serem aprofundadas e investigadas a fundo, a partir da identificação e análise da diversidade heterogênea de atores que constituem sua concretude.

This is a radical claim because it says that these networks are composed not only of people, but also of machines, animals, texts, money, architectures – any material that you care to mention. So the argument is that the stuff of the social isn't simply human. It is all these other materials too. Indeed, the argument is that we wouldn't have a society at all if it weren't for the heterogeneity of the networks of the social. So in this view the task of sociology is to characterise these networks in their heterogeneity, and explore how it is that they come to be





patterned to generate effects like organisations, inequality and power<sup>100</sup>. (LAW, 1992, p. 2)

A TAR nomeia os atores envolvidos na ação como “actantes”, que são aqueles que geram uma ação, podendo ser humanos ou não. Os actantes se associam em redes visando o cumprimento de um programa de ação, isto é, os actantes são sempre agrupados com determinada finalidade e utilidade para acionar ou concretizar algo. Cada associação realizada pelos actantes provoca o surgimento de rastros e, neste cenário, a função do cientista social é identificar, seguir, descrever e mapear cada um desses rastros.

O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, afinal? É um papel, um texto, uma norma? De que forma tal Declaração pode estabelecer parâmetros de cidadania, justiça e paz? Como, onde, quando e por quem se constituiu esse documento? Quais atores estiveram envolvidos no processo de sua elaboração? De que forma a Declaração representa a cidadania nos dias atuais, passados 70 anos de sua publicação original? Como a “sociedade” faz cumprir a Declaração?

Seguir seus rastros parece ser uma estratégia fundamental para responder a tais questionamentos; porém, alguns conceitos importantes propostos pela TAR emergem neste cenário e serão essenciais para que possamos elucidar tais questões.

– **intermediários:** noção que complementa a perspectiva sobre os actantes, denominando os atores que não interferem no curso da ação, transportando sem transformar;

– **mediadores:** são os actantes, aqueles que modificam o curso da ação, que levam os atores a fazer algo;

– **tradução:** também denominada “mediação”, é todo o tipo de ação desenvolvida por um actante, faz referência à comunicação ou às transformações dos actantes para a composição das redes;

---

<sup>100</sup> Tradução nossa: “Isso é uma afirmação radical porque diz que essas redes não são compostas apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquitetura – qualquer material que você possa mencionar. Então, o argumento é que o material social não é simplesmente humano. São todos esses outros materiais também. De fato, o argumento é que não teríamos uma sociedade se não fosse a heterogeneidade das redes do social. Portanto, nesta visão, a tarefa da sociologia é caracterizar essas redes em sua heterogeneidade e explorar como é que elas são padronizadas para gerar efeitos como organizações, desigualdades e poder”.



– **inscrição:** é uma espécie de “corporificação”, oportunidade em que a ação se faz visível através de dispositivos e aparatos;

Nosso intuito é evidenciar como a construção da cidadania se dá por uma formação heterogênea, sendo articulada e evidenciada a partir das interações com elementos cuja tecnicidade é sua principal característica. Antecipando-nos a possíveis críticas sobre uma análise que possa ser interpretada como tendenciosa, ressaltamos que a ênfase concedida ao elemento técnico não se constrói em detrimento da observação da ação humana no processo cidadão-comunicativo. Procuramos definir o conceito de cidadania a partir das perspectivas de autores que evidenciam essa centralidade humana em sua interpretação, como é o caso da filósofa política Hannah Arendt, cujo legado intelectual nos permite observar sua preocupação em relação ao bem-viver de todos os cidadãos.

Hannah Arendt nasceu na Alemanha no ano de 1906 e foi uma das raras vozes femininas de destaque na filosofia do Século XX. Por ter sido diretamente afetada pelos impactos da Segunda Guerra Mundial, se propôs a compreender quais teriam sido os fatores que ocasionaram a disseminação desenfreada da maldade e a banalização da vida humana, mesmo período em que, ante ao ultraje do Holocausto, era preciso estabelecer parâmetros formais que prezassem pela liberdade de expressão política, cultural e religiosa, bem como promover o respeito universal aos direitos humanos. Era preciso sistematizar mecanismos que pudessem estabelecer os pilares da cidadania. Nascia assim a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que, segundo a concepção ator-rede, é um mediador essencial na construção da rede que constitui a cidadania.

## **| A cidadania pela Declaração Universal dos Direitos Humanos**

A noção contemporânea mais disseminada de cidadania é aquela proposta por Marshall (1967), denominada *cidadania social*, que contempla aspectos civis, políticos e sociais, apreendidos em contextos não tão longínquos. Para a definição desses aspectos, Marshall apresenta e utiliza como parâmetro uma sequência histórica e evolutiva do contexto inglês, a partir do Século XVIII, tendo como centro o indivíduo enquanto titular de direitos e também como aquele que pertence a uma comunidade cívica, o Estado-nação. Para construir uma cultura cidadã, a sociedade organizou-se historicamente no sentido de estabelecer



marcos regulatórios que disciplinassem os direitos e deveres necessários para uma vida harmoniosa, justa e igualitária.

No ano de 2018, completam-se 70 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco, que regula e determina padrões mínimos para que todos os indivíduos tenham a oportunidade de viver dignamente, em igualdade de direitos e preservando a sua liberdade individual. Pela Declaração, os Estados assumiram o compromisso formal de fornecer amparo aos seus cidadãos. Assim também cidadãos se fortaleceram no sentido de se organizar e de lutar por seus direitos, dando força ao surgimento de organizações que são denominadas “movimentos sociais”.

No contexto acadêmico, filosófico e reflexivo, constatam-se também mudanças do papel intelectual no ambiente pós-guerra. Pensadores como Theodor Adorno e Max Horkheimer (alemães que se refugiaram nos Estados Unidos durante a Guerra) trariam novos enfoques às suas críticas, levantando agora questões que ultrapassavam os limites da indústria cultural e da razão instrumental. Em análise sobre os textos *Dialética do esclarecimento* (Adorno, T., Horkheimer, M., 1947) e *Eclipse da razão* (Horkheimer, M., 1946), é possível observarmos a preocupação cidadã que levantava como pano de fundo o pensamento contemporâneo à época, como bem demonstra Evangelista (2003):

Como elemento comum, que permeia os dois textos, a ideia do humano, sua realização nos homens mediante a emancipação do indivíduo, sua liberdade, sua realização social, potencialidades cuja atualização o progresso permite vislumbrar e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, impede de realizar. Esse é o dilema que se erige, nos dois textos, como fundante da elaboração teórica neles exposta, isto é, como princípio originário, mas que também impulsiona e alimenta o pensamento crítico. (EVANGELISTA, 2003, p. 84)

Tendo vivenciado as mazelas dos regimes totalitários, Hannah Arendt não poupou esforços ao escancarar as fragilidades do sistema político europeu, inclinado ao antissemitismo, culminando em posicionamentos totalitários como os da Alemanha nazista. Outro aspecto crítico seria a tendência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão a posições forçadamente nacionalistas, o que impossibilitaria uma perspectiva plena de liberdade e cidadania em esfera mundial. Para a autora, a fragilidade da Declaração dava-se também em torno do



distanciamento do homem “comum” das questões políticas. A França, que por anos viveu políticas econômicas e sociais que privilegiavam altas castas da monarquia e da Igreja, não seria assim o melhor exemplo de suporte democrático e cidadão a ser seguido<sup>101</sup>. Na obra *Origens do totalitarismo*, publicada após o término da Segunda Guerra (1950), Arendt é enfática na crítica ao pensamento político-econômico então vigente, pautado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Em outras palavras, mal o homem havia surgido como ser completamente emancipado e isolado, que levava em si mesmo a sua dignidade, sem referência a alguma ordem superior que o incorporasse, diluía-se como membro do povo. Desde o início, surgia o paradoxo contido na declaração dos direitos humanos inalienáveis: ela se referia a um ser humano “abstrato”, que não existia em parte alguma, pois até mesmo os selvagens viviam dentro de algum tipo de ordem social. E, se uma comunidade tribal ou outro grupo “atrasado” não gozava de direitos humanos, é porque obviamente não havia ainda atingido aquele estágio de civilização, o estágio da soberania popular e nacional, sendo oprimida por déspotas estrangeiros ou nativos. Toda a questão dos direitos humanos foi associada à questão da emancipação nacional; somente a soberania emancipada do povo parecia capaz de assegurá-los – a soberania do povo a que o indivíduo pertencia. Como a humanidade, desde a Revolução Francesa, era concebida à margem de uma família de nações, tornou-se gradualmente evidente que o povo, e não o indivíduo, representava a imagem do homem. (ARENDRT, 1950, p. 253)

Profunda conhecedora dos dilemas contemporâneos à época, Hannah Arendt teve grande interesse pela construção de uma sociedade menos turbulenta e desigual e o aplicou de forma ativa e em ritmo acelerado a sua produção intelectual. A pluralidade, em sua perspectiva, consiste numa síntese entre igualdade e diferença: cada homem é um ser único; entretanto, sua singularidade é constituída por relações entre outros seres únicos, que são diferentes entre si. Das concepções de Hannah Arendt em *A Condição Humana*, emergiram desdobramentos que se aprofundaram na discussão sobre os valores e preceitos necessários para uma vida feliz, digna, justa e plena. Suas ramificações decorrem,

---

<sup>101</sup> Durante a Revolução Francesa (1789) foi proclamada a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* que definia os direitos individuais e coletivos dos homens como universais. Este documento por muito tempo norteou o conceito de cidadania, mas diante das particularidades do contexto francês e das tragédias ocorridas nos períodos de guerra, sua dimensão parecia não contemplar as necessidades dos homens na construção de suas rotinas e, principalmente, de sua liberdade.



além de outros motivos, das configurações específicas decorrentes do contexto de onde partira a fala da autora.

Procuramos entender a questão da cidadania utilizando como parâmetro metodológico a perspectiva da Teoria Ator-Rede – TAR, que consiste numa abordagem que procura observar os fenômenos “sociais” a partir da identificação e análise da ação de todos os atores incluídos no processo, considerando-os em termos de sua construção tecnossocial híbrida, ou seja, compostos por associações entre seres humanos com os objetos técnicos. O aniversário de 70 anos da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos é sugerido para demonstrar como a cidadania se constrói a partir das ligações e associações entre esses diversos atores, que se atualizam com o surgimento de novas ferramentas de comunicação.

### **| A materialidade da cidadania**

A cidadania, representada pelos direitos humanos, não pode ser pensada de maneira subjetiva. Ainda que, como afirma Hannah Arendt, os homens difiram entre si em torno de suas singularidades, a normatização acerca de Direitos previstos como essenciais a todos e a forma de exercê-los deve ser prescrita de maneira pontual e objetiva.

O cenário das Guerras Mundiais trouxe à tona aspectos frágeis sobre a segurança da população diante de intransigências, preconceitos e divisões geográficas, raciais e econômicas excludentes. Tornou-se evidente a necessidade de disciplinar regras que estabelecessem os parâmetros de legalidade e moralidade a serem adotados como padrão. A elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos se deu a partir de reuniões que tiveram início em 1946, onde estiveram presentes representantes de mais de 50 países. Segundo o *site* da Organização das Nações Unidas no Brasil<sup>102</sup>, é o documento mais traduzido do mundo, estando disponível em mais de 500 idiomas.

Organizações e representantes internacionais, máquinas de escrever, canetas, papel, mesas de apoio, cadeiras... Todos esses elementos se fizeram presentes e tiveram atuação importante na construção da Declaração. As

---

<sup>102</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-lanca-campanha-pelo-70o-aniversario-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.



máquinas de escrever que deram origem ao texto final, as canetas e o papel que foram utilizados na coleta de informações, as cadeiras que permitiram que os representantes se sentassem e a mesa que lhes deu suporte são todos atores que se envolveram na construção da ação. São objetos físicos, bens materiais, mas representam a construção coletiva de algo “social”. Elementos aparecem neste contexto enquanto *mediadores* da ação, por terem *traduzido*, em forma de texto escrito, os anseios dos representantes da sociedade civil, enquanto outros podem ser caracterizados como *intermediários*, já que não alteraram o curso da ação que se pretendia estabelecer, apenas tornaram-no viável.

Caso nossa análise se encerrasse por aqui, críticas poderiam ser feitas à TAR por um suposto determinismo, já que, até agora, o papel dos humanos que atuaram na ação – os representantes dos Estados-membros – não teve repercussão. A TAR apresenta um posicionamento crítico em relação ao determinismo social, fato que, por sua vez, não representa tampouco objetiva uma tendência a qualquer outro tipo de determinismo, seja ele material ou tecnológico. A perspectiva de análise insiste em reconhecer que tanto humanos quanto não humanos atuam colaborativamente na construção das ações, estando dependentes e em associação uns com os outros. Os 58 representantes dos Estados-membros, reunidos, também aparecem no contexto da elaboração da Declaração enquanto *mediadores*, já que competiu a eles a tarefa de *traduzir* os anseios da sociedade à procura dos pilares da cidadania. Sumariamente, podemos inferir que a rede que se formou para a construção do projeto compreendeu, assim, as associações entre esses diversos elementos híbridos.

Pensamos ser necessária uma análise minuciosa dos detalhes que deram origem à Declaração, dando atenção às particularidades do processo de escrita e confecção, buscando evidenciar o caráter híbrido da cidadania. Por mais banais que os elementos possam parecer, a ação de cada um deles e a associação entre os mesmos se fez necessária para a conclusão da atividade. Ao analisarmos, emerge nesse contexto outra particularidade, que também nos interessa e se fará presente na construção de nosso argumento, referente à *materialidade da comunicação*.



## | A materialidade da comunicação

Na tentativa de romper com o dualismo da análise entre expressão e interpretação, proposto pelo paradigma hermenêutico, Gumbrecht (1998, p. 143) sugere uma nova perspectiva de estudo, o campo não hermenêutico ou a “materialidade da comunicação”, fundada pela crise das premissas de temporalidade, totalidade e referencialidade, que seriam conceitos-chave do campo hermenêutico, não suficientes para responder aos questionamentos do mundo contemporâneo. O reconhecimento desse aspecto foi apresentado no início da década de 1990, em Stanford, pelo grupo de pesquisadores que desenvolveu a teoria denominada Materialidade da Comunicação, liderada por Hans Ulrich Gumbrecht e também por K. Ludwig Pfeiffer.

O conceito de materialidades visa tratar as mídias para além de uma hermenêutica da comunicação. A teoria parte do princípio que toda forma de comunicação é feita a partir de suportes materiais. Estes devem ser analisados antes de serem interpretados ou abstraídos de suas características materiais. (LEMOS, 2010, p. 6)

Ainda que hoje esteja em desuso, por muitos anos a máquina de escrever consolidou-se como uma importante ferramenta de comunicação. Sua utilização se dava a partir do acionamento de teclas, pelos dedos humanos, que correspondiam às letras do alfabeto e outros sinais. Após acionadas, as teclas disparavam outro dispositivo, que permitia a movimentação de tipos mecânicos que, ao tocar uma fita de tinta, imprimiam as letras, números e símbolos num papel que deveria ser acostado a ela.

Para se realizar o movimento chamado datilografia, era preciso apertar as teclas da máquina com um mínimo de força, fato que ocasionava um ruído elevado. Conforme os textos iam se aproximando do final da folha de papel, era preciso acionar outro mecanismo lateral que permitia que os textos continuassem a ser impressos nas linhas que seguiam abaixo da folha. Todos esses movimentos têm relação com os aspectos materiais da escrita, interferindo diretamente naquilo que se produzia como resultado final.



Em primeira instância, falar em “materialidades da comunicação” significa ter em mente que todo ato de comunicação exige a presença de um suporte material para efetivar-se. Que os atos comunicacionais envolvam necessariamente a intervenção de materialidades, significantes ou meios pode parecer-nos uma ideia já tão assentada e natural que indigna de menção. Mas é precisamente essa naturalidade que acaba por ocultar diversos aspectos e consequências importantes das materialidades na comunicação – tais como a ideia de que a materialidade do meio de transmissão influencia e até certo ponto determina a estruturação da mensagem comunicacional (FELINTO, 2001, p. 3).

A técnica da datilografia era mais complexa que a digitação nos teclados dos computadores. Eram necessárias pausas para a troca de linhas, troca de folhas, alinhamento do papel e, por vezes, se fazia necessária a correção de algum possível erro. Em comparação com a técnica mais utilizada cotidianamente para a escrita de textos, a digitação, a dificuldade para datilografar dá indícios de que os textos produzidos em máquinas de escrever tendiam a ser mais sucintos do que aqueles que agora são escritos no computador. Para ser considerado um bom datilógrafo era preciso dominar a técnica sem olhar para o teclado e apertar o máximo de teclas no menor tempo possível, com rapidez e precisão. O aspecto que pretendemos destacar é que a materialidade de uma máquina de escrever pode, de certa forma, interferir nos volumes, quantidades e, quem sabe, até no conteúdo dos textos que hoje em dia são escritos pela digitação. Uma imagem descreve com mais exatidão as associações realizadas nessa construção.





Figura 1 – Eleanor Roosevelt e versão espanhola da Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Fonte: Wikimedia Commons.

A ex-primeira dama dos Estados Unidos, Anna Eleanor Roosevelt, foi embaixadora de seu país na Organização das Nações Unidas e presidiu a liderança da comissão que elaborou e aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Também coube a ela a responsabilidade de apresentar à sociedade o documento em sua versão finalizada. A mensagem idealizada e articulada por Eleanor Roosevelt foi materializada por tinta e papel, sendo organizada em parágrafos alinhados. O texto final é um documento composto por 30 artigos apenas. Incluindo o preâmbulo, o material conta com 1.820 palavras, compostas por 12.530 caracteres, incluindo os espaços<sup>103</sup>. Isso significa que foram necessários mais de 12.000 toques nos teclados manuais da máquina de escrever para que se chegasse ao resultado final.

Os objetos técnicos têm características próprias que apontam para determinadas possibilidades e condições de utilização. Uma máquina de escrever colocada em cima de uma cama dificilmente teria seu uso facilitado, por exemplo. Há todo um contexto que envolve os requisitos para uso dos objetos e muitos desses requisitos são imediatamente percebidos como as únicas formas de utilização a partir de uma simples observação. Norman (2006, p. 33) denomina

---

<sup>103</sup> Texto copiado da internet pela autora e verificado pelo *software* BrOffice em 31 mar. 2018.



essa “permissividade” própria dos objetos como *affordances*, referindo-se “às propriedades percebidas e reais de um objeto, principalmente as fundamentais que determinam de que maneira o objeto poderia ser usado”. A *affordance* de uma máquina de escrever determina que o datilógrafo esteja posicionado defronte ao equipamento e que, com as duas mãos posicionadas sobre o teclado, seja capaz de apertar com os dedos as teclas que correspondem às letras, números e símbolos que compõem a mensagem que quer registrar<sup>104</sup>.

## | A ação das hashtags

Passados 70 anos de sua publicação original, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é hoje facilmente encontrada em diversos *sites* da internet. A leitura e o acesso a esse texto se dão de maneira muito mais simplificada que durante seu processo inicial de divulgação. Nos dias atuais entram em cena outros actantes que constituem tal processo: bits, bytes, redes de comunicação, computadores, *smartphones*, processadores e etc. A cidadania deve então ser pensada a partir das associações de atores que compreendem desde sistemas informatizados, *softwares*, pessoas, legislações, atitudes e até códigos sociais informais de conduta. Pode-se dizer que toda atividade cidadã executada por plataformas digitais se inicia com a preparação e processamento dos dados (via sistemas informatizados e redes de conexão à internet) e culmina com a troca de informações em dispositivos comunicacionais. Ou seja, para um entendimento pleno das atividades cidadãs faz-se necessário antes o reconhecimento de instâncias preliminares, que envolvem desde a linguagem de programação, estudos arquitetônicos e de usabilidade, por exemplo.

Para celebrar o septuagésimo aniversário da Declaração, as Nações Unidas (UN Human Rights) lançaram uma campanha com o objetivo de divulgar e fazer com que a população reflita sobre a importância dos direitos humanos. O título da campanha, “Nós somos todos iguais em dignidade e direitos” reflete os preceitos-chave dessa iniciativa.

---

<sup>104</sup> Como era ensinado em cursos de datilografia, a técnica perfeita consistia na utilização dos dez dedos das mãos, sem olhar para o teclado.



Figura 2 – Campanha pelo aniversário da Declaração dos Direitos Humanos



Fonte: Página da Unesco, disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/prizes-and-celebrations/70-years-of-the-universal-declaration-of-human-rights/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

Segundo preconiza a TAR, uma ação, como a cidadania, nunca é decorrente da ação de um actante isoladamente, mas sim da atuação completa da rede à qual ele se associa. Estamos no ano de 2018, num universo em que a internet e a tecnologia têm sua presença em países desenvolvidos praticamente enquanto um elemento onipresente. Podemos fazer compras, pagar contas, estudar, bater papo, trabalhar e nos divertir sem sequer termos saído de nossas camas pela manhã. A ubiquidade midiática faz com que se torne mais nítida a percepção do quanto as associações entre os diversos atores se fazem presentes para a construção de formas de relacionamento e os mais diversos tipos de ação. Os actantes que hoje atuam na construção da cidadania são diferentes daqueles presentes em décadas passadas, bem como a forma como se materializa a cidadania também apresenta características distintas, tornando ainda mais evidente a necessidade da interação entre humanos e não humanos.

Methods for the location of heterogeneous formations were first proposed by actor-network theorists in the 1980s in the social study of innovation, but today they have become much more common as digital platforms serve to ‘connect users and objects’ (Keegan et al., 2010), and infrastructures from GPS to RFID



and sensors are increasingly used to trace material and non-human entities from trash to the air and forests through space and time. (MARRES, 2017, p. 131)<sup>105</sup>

A opção escolhida para representar a comemoração pelo aniversário de 70 anos da Declaração não poderia ser mais emblemática. Como se observa na imagem, as Nações Unidas elegeram a *hashtag* #standup4humanrights para alavancar as celebrações pela data. Segundo consta no *site* da representação da UN no Brasil, a *hashtag* “faz parte da campanha *Stand up 4 Human Rights* (Defenda os Direitos Humanos) da UN Human Rights, que pede às pessoas que se mobilizem em defesa de mais liberdades, mais respeito e mais compaixão pelos direitos dos outros<sup>106</sup>.” Embasados em todo o referencial teórico já apresentado, afirmamos que a cidadania pode ser representada por uma *hashtag*. E mais do que isso, afirmamos que no processo de construção da cidadania nos dias atuais a *hashtag* se caracteriza enquanto um actante essencial na sua construção, como bem ficou demonstrado após o assassinato da Deputada Estadual pelo Rio de Janeiro, Marielle Franco<sup>107</sup>.

Quinze horas após o crime, notícias relacionadas a Marielle tornaram-se o assunto mais comentado no Twitter Mundial, chegando ao primeiro lugar nos *trending topics* dessa rede<sup>108</sup>. Destacamos entre as principais *hashtags* utilizadas em menção ao assassinato: #MariellePresente, #NãoFoiAssalto e #MarielleVive. A liberdade de expressão da sociedade, pilar da cidadania e prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, materializou-se também no formato de uma *hashtag*.

---

105 Tradução nossa: “Os métodos para a localização de formações heterogêneas foram propostos pela primeira vez pelos teóricos ator-rede nos anos 1980 em estudos de inovação social, mas hoje eles se tornaram muito mais comuns, pois as plataformas digitais servem para ‘conectar usuários e objetos’ (Keegan et al., 2010) e infraestruturas de GPS à RFID, e sensores são cada vez mais usados para rastrear materiais e entidades não humanas do lixo para o ar e as florestas através do espaço e do tempo”.

106 Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/prizes-and-celebrations/70-years-of-the-universal-declaration-of-human-rights>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

107 Marielle Franco, deputada estadual no Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), negra e lésbica, foi brutalmente assassinada em 14/03/2018 ao ter seu carro atingido por 13 tiros. Na ocasião, também faleceu seu motorista, Anderson Pedro Gomes. Marielle era socióloga, feminista e defensora dos direitos humanos, com atuação marcante no Complexo da Maré, onde nasceu e fora criada. Ganhou visibilidade no cenário político pelo enfrentamento à violência. As suspeitas da motivação política do crime foram amplamente repercutidas, mas até o final do fechamento deste artigo, em meados de outubro de 2018, as investigações ainda não apontavam os mandantes da execução.

108 Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,marielle-chega-ao-1-lugar-nos-trending-topics-mundial-do-twitter-nesta-quinta,70002228477>>. Acesso em: 20 mar. 2018.



## | Conclusão

A proposta teórico-metodológica apresentada e desenvolvida neste artigo foi desenvolvida com o intuito de enfatizar a complexidade das relações sociais. A TAR não define o social como um domínio específico, mas como algo associado e dependente de interconexões, ou ainda, como um movimento constante de associações entre diversos elementos. Consideramos sua pertinência em relação ao entendimento da heterogeneidade dos laços, ao dinamismo da ação, à interdependência dos elementos sociotécnicos e ao caráter flexível com que se interpretam os atores envolvidos na ação, sejam eles mediadores ou intermediários.

A partir dos exemplos apresentados, observados pela Declaração dos Direitos Humanos, concluímos que a cidadania não é uma ação exclusivamente humana, e mesmo que o homem e a sua qualidade de vida estejam no topo das prioridades, ela somente se desenvolve por meio da ação híbrida de atores capazes de articular e materializar aquilo que se tem como chave para a preservação dos direitos inalienáveis inerentes ao homem.

A materialidade dos objetos técnicos viabiliza a materialidade de relações que poderiam ser consideradas subjetivas, como a cidadania, tornando concreto aquilo que Arendt (2014) denomina de “a condição humana”. A presença do elemento técnico na construção das relações sociais permite aos indivíduos o desenvolvimento de sua atividade de trabalho, obra e ação; preceitos que, segundo a autora, seriam os principais e necessários aspectos para uma vida justa e plena. Dos principais pontos defendidos, elencamos aqueles que consideramos os mais representativos nessa análise:

- não se pode pensar a cidadania selecionando apenas um ator, seja ele humano ou não humano, pois a cidadania se constitui pelo entroncamento e pelas trocas estabelecidas entre os mesmos;

- a seleção de dada centralidade somente pode ser apontada diante da observação minuciosa das ações, já que os atores podem se desenvolver enquanto actantes ou intermediários;

- a materialidade dos meios de comunicação estabelece estreita relação com as formas de se construir, normatizar e exercer a cidadania;



– a cidadania é dinâmica e o surgimento de novas tecnologias de comunicação interfere e modifica a forma como ela é construída e representada;

A análise proposta apresentou em seu contexto uma homenagem simbólica aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas a reflexão sobre o uso das *hashtags* enquanto elemento que materializa a cidadania também trouxe à tona um exemplo concreto do quanto ainda há muito que avançar na consolidação dos direitos inalienáveis do homem. O Artigo 3º da Declaração afirma que “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, mas o assassinato de uma ativista dos direitos humanos, moradora da favela, negra e lésbica escancara inúmeras fragilidades de um projeto social que se pretende cidadão.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Editora Schwarz, 1950.

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. Razão instrumental e indústria cultural. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 28 (1): 83-101, jan./jun. 2003.

FELINTO, Erick. Materialidades da Comunicação: Por um novo lugar da matéria na Teoria da Comunicação. **Revista Eletrônica Ciberlegenda**, n. 5, 2001.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Ed.34, 1998.

\_\_\_\_\_. **Produção de presença**. O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Nosso amplo presente**. O tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_; PFEIFFER, K. Ludwig. (orgs). **Materialities of Communication**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social, uma Introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador/Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LAW, John. **Notes on the Theory of the Actor Network**: Ordering, Strategy and Heterogeneity. 1992. Artigo *on-line*. Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster



LA1 4YN. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

LEMOS, André. **A comunicação das Coisas**. Teoria Ator-Rede e Cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2010.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARRES, Noortje. **Digital Sociology**. The reinvention of social research. Cambridge: Polity Press, 2017.

NORMAN, Donald. Signifiers, not affordances. **ACM Interactions**, v. 15, n. 6, 2008, p. 18-19.

\_\_\_\_\_. **The design of everyday things**. New York: Basic Books, 1988.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: 1948.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



## **A internet na significação e ressignificação do pantanal: o caso Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP)**

*Eduardo Romero*

### **| Introdução**

Este artigo é um recorte dos resultados de uma pesquisa sobre o uso da comunicação na significação e ressignificação de valores em relação ao meio ambiente<sup>109</sup>. O objetivo foi verificar o uso da internet e do Boletim Ecologia em Notícias, utilizado no período de 1997 a 2002, no estado do Mato Grosso do Sul, pela ONG Ecoa, para pautar os embates político, econômico e social sobre a criação da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) no bioma Pantanal.

O fato é que os meios de comunicação possuem uma importância estratégica para a construção de uma nova relação entre o homem e o meio ambiente, uma vez que passaram a incidir em todas as esferas da vida social. Entretanto, nota-se que a grande mídia não cumpre, por vezes, o papel de traduzir a associação do homem com o meio em que vive. Em muitas situações a função do jornalista nas sociedades democráticas se assemelha, em determinados pontos, a do educador no sentido de ser o responsável por impor certa clareza ao caos dos acontecimentos.

A forma como a maioria da população se relaciona com o próprio conceito de meio ambiente, apenas como sinônimo de fauna e de flora, é um exemplo disso. Jornais, revistas, programas de televisão e rádio induzem a uma visão conservacionista<sup>110</sup> de meio ambiente. Em muitos casos isso é resultado da maneira pela qual o tema é exposto pela mídia – infelizmente, de forma

---

Texto revisado por Mariana Guedes

<sup>109</sup> A pesquisa realizada como dissertação de mestrado em Comunicação intitula-se “A contribuição da internet na significação e ressignificação do bioma Pantanal: o caso da hidrovia Paraguai-Paraná”. Foi defendida em 17/02/2014 na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

<sup>110</sup> A visão conservacionista contempla o amor pela natureza, mas permite o uso sustentável e assume um significado de salvar a natureza para algum fim ou integrando o ser humano.





equivocada.

Mendonça (2009) aponta que, no que diz respeito à capacidade de colocar os temas ambientais na agenda da grande mídia, há numerosas dificuldades em “pautar” jornais e revistas. Como alternativa despontam as redes e o espaço digital com a internet. Por ser de fácil e amplo acesso, o meio digital permite a circulação potencialmente ampla de todos os tipos de informação, se converte em uma expectativa de se tornar um espaço alternativo de circulação de opiniões, em certa medida como contraponto ao que é observado na mídia hegemônica. De acordo com o autor, as diferentes formas de comunicação devem ocupar um papel privilegiado tanto em nível local, na reconstrução de subjetividades, quanto global, aquele que vai permitir a identificação com outras lutas e ampliar a capacidade de mobilização social.

No caso do estado do Mato Grosso do Sul (MS) tem-se o Pantanal, que é, reconhecidamente, uma importante área de convergência de aves migratórias. É a maior planície alagável do mundo, elo entre as duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul: a do Prata e a Amazônica, o que lhe confere a função de corredor biogeográfico, ou seja, ele permite a dispersão e a troca de espécies de fauna e flora entre essas bacias. Devido às suas características únicas foi reconhecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 como Patrimônio Nacional e, posteriormente, como Reserva da Biosfera pela UNESCO, no ano 2000 (PACIEVITCH, 2008).

O Pantanal é compartilhado pelo Brasil, Bolívia e Paraguai, sendo um reservatório de uma enorme riqueza biológica, atuando como regulador do sistema hidrológico da bacia do Prata ao retardar o acesso das águas do rio Paraguai ao rio Paraná evitando, dessa maneira, a conjunção dos períodos de máximas torrentes de ambos os rios. O bioma está situado na parte alta da Bacia do rio Paraguai, que possui uma superfície de aproximadamente 500 mil quilômetros quadrados. A planície cobre uma área de quase 210 mil quilômetros quadrados, dos quais 70% estão no Brasil (nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), 20% na Bolívia e 10% no Paraguai<sup>111</sup>.

As atividades econômicas principais no Pantanal são a pecuária de corte, a pesca profissional e o turismo, todas dependentes do bom funcionamento e da

---

<sup>111</sup> Disponível em: <[www.portalpantanal.com.br](http://www.portalpantanal.com.br)>. Acesso em: 11 jan. 2013.



qualidade ambiental do sistema de áreas inundáveis/alagáveis da planície pantaneira e do rio Paraguai, seu principal canal de drenagem.

Em vista disso, as críticas mais comuns entre os pesquisadores que trabalham no Pantanal sobre a abordagem da mídia estão ligadas à superficialidade e à abordagem sensacionalista das notícias (MENDONÇA, 2009). Pouco se fala das populações e de suas relações com projetos poluidores, do turismo predatório, das indústrias que se instalam na região e exigem das organizações não governamentais ambientalistas campanhas permanentes de educação.

Na atualidade, vivencia-se uma pluralidade de movimentos sociais que se organizam com o intuito de defender direitos, valores e causas coletivas, criando novas formas de mobilização e de construção da cidadania. À medida que estes movimentos ampliam seus espaços de influência, ganham legitimidade e aumentam sua capacidade de convencimento e mobilização, prestando um importante serviço às causas que defendem. Sendo assim, ganha força a necessidade de se conhecer melhor os processos históricos como forma de ampliação da percepção ambiental, e compreender as conquistas e o poder dos atores sociais quando adequadamente articulados.

No ano de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai formaram o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), que representa a maior base econômica dos países da América Latina, com um mercado formado por cerca de 200 milhões de pessoas e um produto regional bruto de US\$427 bilhões anuais (PACIEVITCH, 2011). Nesse contexto, com o objetivo de formar um eixo de integração do Cone Sul, foi criada a proposta da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), um plano dos cinco países da Bacia da Prata (Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai) para transformar os rios Paraguai e Paraná em um canal industrial de navegação comercial.

O projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) visava o desenvolvimento econômico da América do Sul e, para realização de tal proposta, seriam necessárias obras de infraestrutura e mudanças no Rio Paraguai, tanto no leito<sup>112</sup>, quanto em sua calha<sup>113</sup>, seja a calha maior ou a menor. Curvas e trechos mais

---

<sup>112</sup> Depressão de terreno coberta pelas águas de um rio que nela correm normalmente.

<sup>113</sup> Calha maior, ou calha alargada, ou leito maior de um rio, é a maior largura que ele atinge na época das cheias, por inundação das terras ribeirinhas. Calha menor ou leito menor é a calha que



sinuosos seriam retificados para assegurar uma largura mínima, que vai de 90 a 100 metros, em toda a extensão do rio. Montanhas seriam explodidas e a calha, canal principal do rio, deveria ser aprofundada. Estima-se, ainda, que seriam retirados cerca de 22 milhões de metros cúbicos de sedimentos, gerando uma carga igual à que pode ser transportada por cerca de quatro milhões de carretas (TREVISOL, 2007).

De maneira geral, pode-se dizer que essas transformações acarretariam graves problemas socioambientais à região, o que despertou movimentos de mobilização e articulação na formação de grupos de defesa do meio ambiente. Esses grupos tinham o desafio de dar visibilidade aos possíveis problemas e riscos ambientais e sociais do Pantanal face à proposta da hidrovia.

Um exemplo foi o surgimento da Rios Vivos, uma Coalizão, associação de organizações não governamentais (ONGs) e comunidades articuladas (proposta pela ONG Ecoa, explicitada posteriormente). Sua missão inclui conter os processos de degradação cultural, social e ambiental e implementar políticas sustentáveis que possibilitem estabelecer uma nova relação entre sociedade e natureza. As primeiras articulações da Coalizão ocorreram durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (TREVISOL, 2007).

A Coalizão Rios Vivos surgiu dois anos depois desta conferência, em 1994, com aproximadamente 100 organizações não governamentais e de base motivadas pela preocupação com a crescente destruição dos sistemas da bacia do Prata na Argentina e Bolívia, no Brasil, Paraguai e Uruguai. Na época, a principal ameaça foi o projeto da Hidrovia Paraná-Paraguai (com 3.442 quilômetros de extensão, desde o Pantanal no Brasil até o Uruguai)<sup>114</sup>, que colocava em risco várias áreas úmidas, inclusive o Pantanal. A Rios Vivos chegou a ter mais de 300 organizações associadas no ano 2000.

Uma das entidades ambientalistas mais antigas do Mato Grosso do Sul, a Ecoa<sup>115</sup>, é uma organização não governamental brasileira, fundada em 1989 por um grupo de biólogos, que atua na área socioambiental e tem como objetivo a

---

ele ocupa na época das estiagens. Calha ou leito normal é a que ele ocupa normalmente fora dos períodos de cheias (inundações) ou estiagem.

<sup>114</sup> Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br>>. Acesso em: 16 out. 2018.

<sup>115</sup> Todas as informações sobre a ONG podem ser acessadas pelo site oficial. Disponível em: <<http://www.ecoa.org.br>>. Acesso em: 16 out. 2018.



promoção de ações em defesa da qualidade de vida e da preservação e conservação dos bens naturais. Essa ONG foi responsável pela criação da Rios Vivos e desempenhou a secretaria executiva da Coalizão.

Para o desenvolvimento de seus projetos e ações, a Ecoa associa investigação científica, trabalho de base (junto às comunidades ribeirinhas tradicionais, pescadores) e monitoramento de processos de degradação ambiental e social com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável por intermédio da gradativa capacitação dos grupos locais. Desde sua criação, ela promove e apoia campanhas pela criação de unidades de conservação e, em paralelo, busca questionar e conquistar medidas de compensação para os grupos atingidos por projetos de grande porte e que gerem forte impacto ambiental.

Vale ressaltar que a Ecoa foi uma das primeiras Organizações Ambientalistas no Brasil a fazer uso da internet como ferramenta de trabalho. Então, ao perceber a possibilidade de mobilização através dos meios de comunicação, criou um boletim destinado à radiodifusão no Pantanal, denominado Ecologia em Notícias. Ele foi criado pela Ecoa em 1997, especificamente para ser um boletim com formato para rádio, já pronto para ser usado por seus profissionais. Era um trabalho de assessoria e produção específica, inicialmente enviado por meio do fax para 30 rádios da região pantaneira e, a partir do ano 2000, veiculado através da internet. Seu funcionamento se deu até o ano de 2002.

A distribuição deste periódico era semanal, com publicação todas as quintas-feiras e sua rotina se dava como em uma agência de notícias de cunho ambiental, já que havia a geração de conteúdo específico sobre o meio ambiente e o Pantanal. A intenção norteadora do projeto era a divulgação de questões relacionadas à Hidrovia Paraguai-Paraná, suas ameaças e o risco existente para as áreas social e ambiental, contribuindo na mobilização para a defesa do bioma Pantanal.

Ao criar o Boletim Ecologia em Notícias, a Ecoa teve como foco de público o profissional de comunicação que está nas redações. Nesse sentido, para chegar até ele foi utilizado inicialmente, conforme foi anunciado, o fax, aparelho que se fazia presente nas diferentes redações jornalísticas da época e, posteriormente, com o surgimento das novas tecnologias, o envio passou a ser por e-mail.



Por conta do boletim como meio de comunicação a Ecoa criou relacionamentos com profissionais que trabalhavam nas redações dos meios, considerados da grande mídia. Assim, conquistava espaço para a publicação de suas ações e agendas temáticas, com a possibilidade de ampliar a mobilização pela defesa do Pantanal.

Acredita-se que a publicização dos riscos em relação ao projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) pode ter sido um dos pontos decisivos para a legitimação política das ONGs, que conseguiram globalizar a percepção dos riscos e, como atores políticos transnacionais, denunciá-los e comprovar cientificamente sua veracidade. Esta publicização permitiu aclarar a opinião pública internacional, por meio da produção e socialização de informações, que a construção da hidrovia implicaria na destruição de dois importantes patrimônios comuns da humanidade – o Pantanal e as Comunidades Indígenas que vivem na região (TREVISOL, 2007).

Os meios de comunicação “tradicionais” renderam-se à divulgação da campanha em virtude do volume de informação cientificamente produzida para questionar o projeto, desempenhando, dessa forma, um papel determinante nos seus destinos. A pergunta norteadora da discussão era: a comunicação pode contribuir na formação crítica, visando a significação e ressignificação de valores com relação à preservação do Pantanal?

Trevisol (2007) explicita que o propósito estabelecido pela Coalizão Rios Vivos e Ecoa era o de promover a aproximação das pequenas organizações civis dos países do Cone Sul (historicamente isoladas) visando a construção de uma agenda comum de trabalho, além de fortalecê-las para o desafio de monitorar o projeto da hidrovia. Nesse sentido, tinha-se como elemento divulgador das ideias, ações e campanhas, e acima de tudo como elemento de valorização o Boletim Ecologia em Notícias, mantido pela Secretaria Executiva da Coalizão, a Ecoa.

Neste aspecto, acredita-se que o uso da internet como mediadora desse processo permitiu que o que era uma problemática de interesse local passasse a ser de interesse global, envolvendo outros atores na questão e mudando, assim, os rumos da proposta original de instalação da Hidrovia. O olhar cuidadoso à cultura e sua relação com a comunicação, tratados na abordagem dos Estudos Culturais (EC), foram referências importantes à pesquisa.



## | Um olhar da comunicação sobre a cultura

Para esta discussão, é produtivo considerar que os Estudos Culturais defendem que as pesquisas da Comunicação não devem ficar restritas à discussão ideológica ou econômica. A partir de Marx, é retomado o estudo de como se negocia e se exerce o poder político nas modernas sociedades. E desde Gramsci são apontados os caminhos de como cultura e ideologia, sempre segundo referenciais de classe social, encontram na sociedade civil o espaço de negociação do poder e, na sociedade política, o espaço de seu exercício.

A teoria da hegemonia não elimina a prioridade de análise dos conflitos sociais e psicossociais, mas destaca os interlocutores do processo de negociação política no interior das classes sociais, identifica os espaços dessa negociação e, dessa forma, atualiza a análise das modernas interações entre infraestrutura econômica e superestrutura política, redirecionando a relação entre ideologia e cultura (SOUSA, 1995).

Neste pensamento, de perspectiva crítica, o sujeito pode ser entendido como indivíduo com consciência, mas que precisa ter a tomada dessa consciência para se tornar sujeito. Na perspectiva dos estudos culturais, o sujeito é visto com outro olhar, ele não deixa simplesmente de ser passivo e se torna ativo, ele é repensado. Embora esse “quem” da comunicação, esse sujeito, teoricamente ainda não esteja configurado, sabe-se que ocupa um espaço contraditório, o da negociação, o da busca de significações e de produções incessantes de sentido na vida cotidiana.

O sujeito deixa de ser visto, mesmo que empiricamente, como consumidor necessário de supérfluos culturais ou de produtos massificados apenas porque consome, mas resgata-se nele também um espaço de produção cultural (SOUSA, 1995); é um sujeito em situações e condições, e, por isso mesmo, cada vez mais a comunicação busca na cultura as formas de compreendê-lo empírica e teoricamente. Esse sujeito é percebido de forma melhor no mundo da cultura em produção, em que a própria comunicação se encontra, surgindo novas chances para o encontro do sujeito.

A ideia não é meramente denunciar os meios revelando o que a mídia estava se propondo a fazer com a comunicação e, principalmente, com a produção



de significados na cultura. Mas, sim, repensar o papel da comunicação. A pergunta central passa a ser então: como a sociedade se organiza, se movimenta, e qual é o papel da comunicação nesse espaço? Muda-se o foco da função para o papel social dos meios de comunicação.

Para os estudos culturais, o papel da cultura não é reduzido apenas à produção de bens artísticos; a cultura é espaço de produção de significados. A comunicação é vista como dimensão que atravessa o âmbito cultural e os meios são pensados não apenas como produtores de informação, mas como mediadores no processo de produção de significados. O ser humano valora, produz significado e, ao fazê-lo, conseqüentemente produz cultura. O campo da comunicação é, então, o espaço da significação e ressignificação.

Antes de criticar o consumo dos produtos culturais, Martín-Barbero (2009) tentou entender as relações que se estabelecem entre o ato de consumir e a forma de influência em relação a esta prática feita pelos meios de comunicação. Destaca o autor, a partir do cenário descrito, um novo lugar da cultura na sociedade. Outro importante aspecto e um dos pensamentos mais estudados de sua autoria, a ideia de mediação, se faz presente como um espaço, entre o estímulo e a resposta, local no qual encontramos as crenças, costumes, medos, sonhos, configurando, culturalmente, o cotidiano. A extensão do significado de cultura de textos e representações para práticas vividas e suas implicações na rígida divisão entre níveis culturais distintos propiciou considerar em foco toda a produção de sentido.

O olhar sistêmico para a sociedade faz com o que os meios de comunicação sejam um novo espaço público, não apenas como o espaço em si, mas como o “lugar” das discussões públicas, da visibilidade e até mesmo da invisibilidade. Neste espaço, as novas tecnologias concomitantemente com a internet trazem novas significações em relação ao espaço e tempo.

## **| As novas tecnologias como espaço de significação e ressignificação**

As pesquisas em Comunicação, até meados de 1990, estudavam mídias como o jornal impresso, o rádio e a TV. A chegada da internet como nova tecnologia faz com que os pesquisadores repensem as pesquisas e, inclusive, o



olhar sobre essa nova tecnologia. Na trilha dos estudos culturais, a internet passa a ser vista como fenômeno e também como ambiente comunicacional.

Numa sociedade plural e profundamente diversificada, a internet é um espaço em que o outro pode se constituir. Há sempre um nicho, um “domínio” a ser conquistado. Mesmo que esse ainda não seja plenamente utilizado por todos, não deixa de representar um espaço político e um espaço público, fruto de uma nova racionalidade comunicativa, formado a partir das relações cotidianas, mesmo que virtuais. Como argumenta Linhares (2006), as novas formas de comunicação e os novos aparatos tecnológicos vêm contribuindo para complexificar esta realidade, proporcionando diferentes leituras e/ou interpretações de seu papel/importância para as relações contemporâneas.

No caso das tecnologias da comunicação, a internet representa muito bem essa realidade e cria novas necessidades e situações que nos possibilitam compreender a sociedade a partir de seus elementos, das formas de manifestação pública, de sua relação e convivência com a técnica, da compreensão dos processos de mediação (LINHARES, 2006, p.176).

Na mesma vertente de pensamento, Sousa (1999) adverte que:

A comunicação mediatizada exerce seu papel de mediação entre o indivíduo e a sociedade, em espaços plurais, onde formas distintas de acesso, individual ou coletivo, de alguma forma interferem na criação e na circulação de sentidos, na configuração de práticas, donde seu lugar, enquanto comunicação mediatizada, na construção dessas práticas, e por isso mesmo, práticas públicas com apropriações e canais de acesso diferenciados são mediações presentes e em mudanças (p.27).

Por sua própria constituição, as mídias tradicionais não oferecem espaço de discussão, mas de convencimento, de exposição pública das opiniões das classes dominantes, de tentativa de naturalização dessas opiniões como sendo de toda a sociedade. Elas são o espaço público de embate apropriado e utilizado, pois, “ao utilizar da mídia de maneira funcional, os setores hegemônicos buscam claramente a persuasão, a conquista dos demais setores para seus intentos e para um modo de vida baseado em seus preceitos” (BRITTO, 2006, p.203). Para esse autor, amplas e distintas parcelas da população se relacionam com a mídia “tradicional”, mas não é uma relação de submissão e de passividade e sim de conflito – em alguns momentos banais e, em outros, completamente antagônicos.





Convivem, portanto, nem sempre amistosamente, duas esferas sociais distintas: os espaços públicos parciais de debate e vivência, com seus laços lastreados no cotidiano e no real vivido, e o espaço público mediático, com seus laços simbólicos baseados no real mediático, no “comum social” mediado pelas técnicas de comunicação (BRITTO, 2006, p. 204).

E essa ação em busca da visibilidade dos espaços públicos pode se concentrar em indivíduos e/ou, principalmente, em grupos articulados, organizados e com o mesmo interesse, o que pode ser chamado, de acordo com Scherer-Warren (2006), de coletivos em rede, assim definidos:

[...] conexões numa primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou, mesmo, estabelecer estratégias de ações conjuntas, como são, por exemplo, os links e conexões que ONGs promovem entre si ou com outros atores políticos relevantes, através da Internet ou de outras formas de mídia alternativa. (...) os coletivos em redes poderão ser formas solidarísticas ou estratégicas de instrumentalização das redes de movimentos, seja em sua forma virtual, redes de ONGs diversas no ciberespaço, sendo propulsoras de movimentos específicos, como o feminista, o ecologista, etc.; ou em forma presencial, as grandes marchas pela paz, por exemplo, constitutivas do movimento mundial pela paz. Portanto, não definem por si mesmos um movimento social, mas são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216).

Por suas possibilidades técnicas, o ciberespaço pode ambientar o embate, praticamente inexistente nas mídias tradicionais, entre as classes e setores da sociedade que têm interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos (BRITTO, 2006).

Esse caminho permite às pessoas atuarem como sujeitos sociais através do ciberespaço, a partir de sua cultura local e vivida nas dimensões do regional, nacional e global, sendo assim configurado um espaço mediático como arena de negociação da sociedade. Scherer-Warren (2006) não entende o ciberespaço como uma esfera dissociada dos embates sociais concretos e sim como uma relação de confluência, de acréscimo e de sinergia entre o concreto e o virtual. Isso seria resultante, de um lado, da progressiva hibridação tecnológica e, de outro, do somatório de possibilidades que nenhuma das partes, isoladamente, alcançaria. Scherer-Warren esclarece:

As redes sociais primárias, interindividuais ou coletivas, caracterizam-se por serem presenciais, em espaços contíguos, criando territórios no sentido tradicional do termo, isto é, geograficamente delimitados; enquanto as redes



virtuais, resultantes do ciberativismo, são intencionais e transcendem as fronteiras espaciais das redes presenciais, criando, portanto, territórios virtuais cujas configurações se definem pelas adesões a uma causa ou por afinidades políticas ou ideológicas. Todavia, elas poderão vir a ter impacto sobre as redes presenciais e vice-versa, numa constante dialética entre o local e o mais global, entre o presencial e o virtual, entre o ativismo do cotidiano e ciberativismo digital, podendo vir a auxiliar na formação de movimentos cidadãos planetarizados (SCHERER-WARREN, 2006, p.219).

Para Manoel Castells (1999), a internet é o espaço no qual grupos de pessoas se comunicam, compartilham experiências, temas afins e se esforçam para atingir objetivos comuns. Castells ainda desenha um cenário em que os modelos, atores e locais da revolução tecnológica, operando em níveis diversos, conseguem equilibrar a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação dos fatos que contam as raízes sociais desta revolução.

Desta forma, nasce um novo paradigma da tecnologia da informação, tendo como característica o aprimoramento do indivíduo. Esse será um pré-requisito básico para a tecnologia continuar avançando sem prejudicar a qualidade de vida do homem e a segurança da própria humanidade, visto que as tecnologias são inseparáveis da evolução da natureza humana.

Castells chama o atual modelo social de “a sociedade em rede”, caracterizado como um sistema em que a realidade em si (ou seja, a existência material/simbólica das pessoas) está imersa por completo em um ambiente de imagens virtuais, no mundo do “faz de conta”, em que os símbolos não são apenas metáforas, mas contemplam a experiência real, o que ele denomina de “cultura da virtualidade real”.

A sociabilidade, no cenário digital, está se transformando em uma nova maneira de relação pessoal, por meio da qual se formam laços eletivos diferentes daqueles formados no trabalho ou no ambiente familiar (CASTELLS, 1999), assim como um influenciador no processo de alteração comportamental e das relações sociais com o espaço e o tempo.

Podemos, seguindo esse pensamento, então compreender que as redes, enquanto estratégia de comunicação e de construção de poder (empoderamento) pela sociedade civil, são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas dos movimentos sociais. Na sociedade da informação, teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa.



Touraine (1994) observa que o sujeito se coloca por oposição à lógica do sistema. “O Sujeito e o sistema não são universos separados, mas movimentos antagônicos” (TOURAINÉ, 1994, p.377), atores sociais e políticos que se enfrentam, mesmo quando as demandas do Sujeito não são tomadas em consideração por agentes políticos e quando os grandes sistemas de produção fazem crer a muitos que eles não são, senão, os agentes da racionalidade econômica, até mesmo servidores do público. Ou seja:

A sociedade não pode mais ser definida como um conjunto de instituições ou como o efeito de uma vontade soberana; ela não é a criação da história, nem de um Príncipe; ela é um campo de conflitos, de negociações e de mediações entre a racionalização e a subjetivação, que são as duas faces complementares e opostas da modernidade (TOURAINÉ, 1994, p. 377).

E é enfático ao dizer:

Não confiamos mais no progresso; não acreditamos mais que o enriquecimento traz consigo a democratização e felicidade. À imagem liberadora da razão sucedeu o tema inquietante de uma racionalização que concentra no cume o poder da decisão. Cada vez mais tememos que o crescimento destrua equilíbrios naturais fundamentais, aumente as desigualdades em nível mundial, imponha a todos a corrida esgotante às mudanças (TOURAINÉ, 1994, p.391).

Desse modo, assumimos que “o Sujeito não se define nem se constrói a não ser como ator de conflitos sociais, ao mesmo tempo que como criador de historicidade” (TOURAINÉ 1994, p. 380).

Com o advento das novas mídias, cada vez mais as pessoas têm acesso àquilo que Thompson (2012) chamou de “conhecimento não local”, que elas incorporam reflexivamente em seu processo de autoformação. Na era de alta visibilidade midiática, o domínio público se tornou um espaço complexo de fluxo de informação no qual palavras, imagens e conteúdos simbólicos competem pela atenção à medida que indivíduos e organizações procuram ser vistos e ouvidos ou, ainda, impedir que outros o sejam.

Obter visibilidade na mídia é ganhar uma espécie de presença ou reconhecimento no espaço público, que pode ajudar a chamar a atenção para nossa situação ou fazer avançar nossa causa. Proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades.



Os meios de comunicação não são apenas transmissores neutros que transmitem informação ou conteúdo simbólico de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) para outro – uma espécie de esteira transportadora de significados, por assim dizer; ao contrário, quando novos meios de comunicação são desenvolvidos e introduzidos, eles mudam as maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam uns com os outros e com eles próprios (THOMPSON, 2011, p. 8).

Paralelamente aos esforços que grupos empreendem para modificar as relações com os indivíduos e outros grupos na sociedade e, também, com as instituições existentes, a luta por visibilidade é fundamental. Obviamente, os atores cívicos (população em geral), particularmente os chamados “contra-públicos subalternos” – minorias e grupos dominados, como Maia (2006) propõe –, enfrentam graves obstáculos para formular seus interesses em importantes arenas de discussão, incluindo a arena midiática. Como atores políticos (tomadores de decisão), eles também precisam estabelecer estratégias e negociar com os profissionais da mídia a fim de “atravessar” este campo e conferir “existência pública” às suas causas.

Na sociedade contemporânea esta é a forma mais poderosa para disseminar informações para uma audiência ampliada, para além da própria comunidade ou do ambiente compartilhado, e, conseqüentemente, buscar interferir no entendimento coletivo sobre os problemas percebidos (MAIA, 2006). Como bem pontuou Wilson Gomes, “em suma, a esfera civil pode discutir o que quiser e quanto o queira, mas quem decide é a esfera política” (2006, p.58).

Sobre a conquista do espaço de visibilidade podemos, conforme o pensamento de Leal, dizer que “muito de sua presença ou participação nos espaços de deliberação ou na mídia vem do reconhecimento da importância da sua comunidade, em nome do qual eles se manifestam” (2006, p.3).

Mesmo que ainda sendo movimentos e, ou ações frágeis, não afirmados dentro do conceito de identidade, passam a existir e conquistar espaços através da linguagem, pois no momento de sua manifestação pública os agentes fazem com que elas existam na linguagem.

Na produção de formas simbólicas e na sua transmissão para os outros, os indivíduos geralmente empregam um *meio técnico*. E os indivíduos que empregam um meio devem conhecer, até certo ponto, as regras e os procedimentos. O domínio destas regras e procedimentos não exige,



necessariamente, a capacidade de formulá-los de modo claro e explícito, apenas a habilidade de usá-los na prática.

O que Thompson traz à luz é que, quando indivíduos codificam ou decodificam mensagens, eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas, também, várias formas de conhecimento e suposições de fundo, que fazem parte dos recursos culturais que trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico. Estes conhecimentos e pressuposições dão forma às mensagens, à maneira como eles as entendem, relacionam-se com elas e as integram em suas vidas. O processo de compreensão é sempre uma ação recíproca entre as mensagens codificadas e os intérpretes situados, e estes sempre trazem uma grande quantidade de recursos culturais de apoio a este processo.

Em termos de visibilidade ou invisibilidade, Thompson (2011) defende que a tradição oral e a interação face a face continuam a desempenhar um papel importante na elaboração de nossa compreensão do passado, mas elas operam cada vez mais em conjunto com um processo de compreensão que se serve mais de conteúdo simbólico presente nos produtos das indústrias da mídia e das novas tecnologias, nas relações mediadas. “A simultaneidade ganhou mais espaço e se tornou finalmente global em alcance” (THOMPSON, 2011, p.59). As novas tecnologias, sobretudo a internet, não pode deixar de ser esse espaço de visibilidade e dos conflitos sociais pois, como disse Touraine (apud THOMPSON, 2011, p.394), “a modernidade é refratária a todas as formas de totalidade, e é o diálogo entre a razão e o Sujeito, que não pode ser rompido nem terminado, que mantém aberto o caminho da liberdade”.

## **| Contextos e sujeitos da pesquisa**

Com o objetivo de perceber o contexto das discussões da época e, principalmente, o papel do Boletim Ecologia em Notícias e da internet no processo de mobilização e conscientização, optou-se pela realização de entrevistas abertas com dois dirigentes da Ecoa, três comunicadores e uma pesquisadora. Adotou-se um roteiro de entrevistas composto de perguntas abertas para ampliar o debate contextual da questão da Hidrovia e do processo de comunicação ambiental como um todo.



Nossos entrevistados foram: Alcides Faria, biólogo, fundador e presidente da ONG Ecoa que atua desde 1989 com a temática Pantanal e foi o proponente e secretário da Coalizão Rios Vivos; Éber Benjamin, Alysson Ishy e Yara Medeiros, jornalistas, socioambientalistas e produtores do Boletim Ecologia em Notícias, sendo Éber Benjamin responsável pela fase do uso do fax e os outros dois pela transição do fax à internet; Alessandro Menezes, publicitário, que foi o Coordenador de Mobilizações da Ecoa e Débora Calheiros, pesquisadora da EMBRAPA<sup>116</sup> e consultora da Rios Vivos.

As entrevistas foram presenciais e registradas por gravação em áudio. Especificamente no caso da entrevista com a pesquisadora Débora Calheiros não houve a possibilidade do contato presencial por indisponibilidade de horário da fonte e, portanto, adotou-se como meio de comunicação a internet através do *e-mail*, buscando manter os questionamentos os mais abertos possíveis, na intenção de interferir apenas quando necessário. Apesar de serem entrevistas abertas, buscou-se “interferir” apenas para garantir que todos os sujeitos entrevistados tratassem em suas falas dos temas norteadores. Para organizar os pontos de maior importância abordados pelos seis entrevistados, foram estabelecidos três eixos temáticos indispensáveis para esta pesquisa: como o entrevistado(a) se envolveu com a questão da Hidrovia; qual é (para ele) a importância da comunicação nesse processo; qual a opinião sobre o papel da publicação do Boletim, em especial, em sua fase digital, a partir do ano 2000 (distribuído através da internet).

### **| Análises da pesquisa empírica: pontos importantes**

A investigação realizada buscou compreender de que maneira a comunicação pode contribuir no processo de formação crítica dos indivíduos, com vistas à significação e ressignificação de valores, tanto em relação ao entendimento quanto em relação à preservação do Pantanal (abrangendo toda sua complexidade e noção de sistema).

Os resultados apontam que o Boletim “Ecologia em Notícias” foi um meio comunicacional importante e responsável por impulsionar o processo de

---

<sup>116</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.



ressignificação, sem contar em todo seu enlace comunicativo envolvendo várias etapas, desde os momentos de produção, articulação até sua disseminação, que foi criado e veiculado pela ONG Ecoa entre os anos de 1997 até 2002.

Vale ressaltar que a pesquisa teve como período de análise uma época de transição da veiculação do boletim, indo do extinto aparelho de fax até o ambiente online (*e-mail*) no ano 2000. A escolha desse momento de alteração de padrões para analisar se deve ao fato de que a transformação do boletim está inserida em um contexto histórico especial e de particularidades que fizeram desse veículo um expoente representativo e um exemplo de pioneirismo entre os projetos ambientais de mobilização na busca de transformação da opinião pública.

Esta pesquisa, a partir da descrição do contexto social e do debate público fomentado sobre o projeto para construção da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), acrescentando também a estes fatores o momento histórico, o resgate de memória por meio das entrevistas com os atores envolvidos nesse processo, procurou trazer à tona pontos sobre o periódico e o então ambiente de luta para a não implantação do projeto HPP.

Sobre o processo comunicacional que envolveu, em 2000, a mudança do boletim para o meio virtual, a percepção conclusiva é de que ele e a internet não cumpriram apenas uma função reducionista e mecanicista, enquanto meios e ambientes de comunicação, mas atuaram no papel de retomada de valor e da ressignificação do meio ambiente, neste caso em específico para a mudança da percepção do entendimento do Pantanal em sua integralidade.

O boletim, em consonância com todo transcurso que envolveu sua criação e evolução, junto aos atores que com ele colaboraram, transpôs a simples função de repasse de informação e passou a desempenhar um papel educativo junto aos sujeitos, atingindo os formadores de opinião, jornalistas e mediadores. Isto significa que o meio semanal ultrapassou os eventuais limites de retratar e repassar fatos, tornando-se um meio para uma espécie de “alfabetização ecológica do jornalista”, como elucidou o jornalista participante deste processo de criação, Alisson Yshy. Alcides Faria, diretor-fundador da Ecoa e peça-chave deste desenvolvimento de ressignificação, expôs alguns importantes pontos a serem retratados sobre a criação do Boletim e de todo seu entorno, em suas falas, conforme relato a seguir:



Em 95 nós compramos o primeiro computador da Ecoa. Era um computador de 250 gigabytes. Eu me lembro que as mensagens, os e-mails chegavam no ambiente “DOS”<sup>117</sup>. (...) nos deu uma base muito forte para a comunicação internacional. Porque mesmo no Brasil era muito limitado, eu desconfio que nós estamos entre os primeiros que a usou (a internet) no Brasil. (...) Era uma coisa meio assustadora, você trocando mensagens com Estados Unidos e Europa, que já estavam numa fase mais avançada para a internet. (...) Quando não havia essa tecnologia aqui no MS, como nós fazíamos o processo de comunicação internacional? Nós fazíamos com a outra tecnologia que estava disponível, que era o fax e telefone. Então nós estabelecemos, escolhemos um grupo de rádios, conversamos com as pessoas do noticiário, e propusemos a eles que nós produziríamos boletins informativos sobre meio ambiente semanalmente, com destaque a Hidrovia, e enviaríamos isso por fax. Em algum momento começam a ter e-mail, aí nós continuamos a enviar esse trabalho por e-mail. Chegou um momento que um jornal de Dourados - MS utilizou esse e-mail para publicar em uma coluna semanal. Para a comunicação local, nós tínhamos a Ecoa aberta para receber as pessoas. Muita gente, estudante, pesquisador, até mesmo jornalista. Nós tínhamos um atendimento diário de pessoas que era um outro meio de comunicação, que era em torno de 20 pessoas por dia. Hoje não vem ninguém aqui, só vem se for fazer entrevista com alguma pessoa. Hoje está disponível na internet, mas por outro lado temos uma mailing-list com 13 mil pessoas, com 13 mil endereços, que é o outro extremo da comunicação, nós temos um site que tem em torno de 3 mil visitas por dia, e também esse *mailing-list* (FARIA, 2012).

A repercussão do boletim se deve ao fato de que esse meio impresso, quando aliado e transformado em gênero textual digital, viabilizou uma conexão com a América Latina, Europa e EUA possibilitando, assim, a criação de uma coalizão entre entidades que chegou a contar com 300 organizações, mantendo contatos e trabalhando juntas pela causa ambiental a partir de suas realidades locais, mas com o entendimento global de coexistência com o meio ambiente. Assim, a Coalizão Rios Vivos surgiu de uma necessidade de articulação do movimento ambientalista, mas teve em seu crescimento e consolidação o auxílio da internet. Implantada desde 1994 na Ecoa, a internet conseguia a partir desse ponto possibilitar o estabelecimento de comunicação com organizações internacionais.

A pesquisa constatou que no Brasil a Ecoa foi pioneira nesse aspecto, mesmo sofrendo as consequências da lenta, dispersa e gradativa evolução tecnológica no país, que obviamente dificultou a comunicação interna com as organizações locais, que só passou a ser mais bem estabelecida através da internet

---

<sup>117</sup> Sigla para *Disk Operating System* (em português, Sistema Operacional em Disco).





já no fim da década de 90 com o fortalecimento desta nova tecnologia, o que levou à transição do Boletim Ecologia em Notícias para o *e-mail*.

O boletim consolidou de tal forma sua função social que, segundo o entrevistado Alisson Yshy, os jornalistas que o recebiam criaram certa expectativa, exemplificando que se a veiculação atrasasse algumas horas, os jornalistas ligavam questionando a que horas o mesmo seria publicado.

Houve até edições extraordinárias, principalmente no ápice de veiculação e foco nos assuntos da HPP (em 2000 e 2001) com circulação às quintas-feiras. Notas e informações referentes ao andamento da possível aceitação ou embargo do projeto também auxiliaram a tornar o meio de comunicação referência e fonte de credibilidade no tocante ao HPP, facilitando a conexão da Ecoa com os meios de comunicação e jornalistas atuantes nas redações.

Com isso, demonstrar os impactos ao meio ambiente que o projeto HPP traria fazia parte do intuito do boletim e, ao atingir certos mediadores comprometidos com a questão, e que não partilhavam da opinião vigente de benefícios econômicos que era repassada oficialmente pelo governo na grande mídia, criou-se um pequeno grupo, atuando em rede, onde o boletim operava como conector, uma peça primordial na necessidade de ressignificação, uma sistemática de comunicação articulada com a sociedade civil com uma meta. “Passos de formiga, de forma estratégica para um objetivo nobre”, essa era a noção da sistemática em rede para Alisson Yshy. Agregar o maior número de segmentos possível, sensibilizando-os para um bem maior, atuando com o tripé ambientalismo, jornalismo e justiça.

Pautando a questão da HPP e, ainda, funcionando como uma estratégia de formação socioambiental de jornalistas, o boletim “Ecologia em Notícias”, quando passou a ser distribuído por e-mail, dispunha de um *mailing* que possibilitou seu acesso à imprensa nacional, às instituições governamentais e não governamentais e, ainda, à imprensa internacional, onde se destacam inserções de notas sugeridas em veículos como BBC Internacional (*British Broadcasting Corporation*) e a Agência Reuters, ainda com a facilidade do baixo custo de produção no meio digital.

O boletim constituía, enfim, mais que um meio de disseminação de notícias ou um informativo de fatos. Com a adequação do vocabulário científico e ambiental, ele tinha, inclusive, um glossário para explicar termos mais



específicos e gradativamente educar os jornalistas para a área. Foi um instrumento politizador, também uma espécie de “*lobby* ambiental” necessário – como descreve o jornalista Alisson Yshy; e mesmo tendo como foco demonstrar os malefícios que o projeto HPP traria ao Pantanal, também trazia curiosidades sobre meio ambiente e temáticas diversas que se transformavam em inúmeras pautas na mídia nacional e mundial.

Em 1998, o governo Brasileiro declara não ter interesse no projeto HPP, embora haja contradições nos planos de desenvolvimento econômico em vigência no país. A pesquisa revela que a sociedade organizada conseguiu, ao menos momentaneamente, parar o megaprojeto HPP e se inserir no debate público, deixando clara as suas exigências e preocupações.

A temática que inicialmente não tinha apoio dos meios de comunicação passou a integrar as agendas midiáticas que até então, em geral, refletiam interesses governamentais e de empresas que queriam seguir com o projeto para implantar a hidrovía. O processo de transformação da opinião pública também influenciou nos tipos de notícias veiculadas pela mídia e no número de jornalistas que passaram a compreender a situação e refletir essa percepção no fazer jornalístico, criando um círculo de transformação mútua de mídia-audiência, culminando numa ressignificação do entendimento sobre o Pantanal e o projeto HPP, que foi a estratégia-chave para barrar a construção.

O entrevistado Éber Benjamim destacou um importante aspecto: de que “o sucesso do Ecologia em Notícias foi pelo fato de ter sido feito por jornalistas”. O mediador conhecia o processo, a audiência, adequava a linguagem aos sujeitos a quem se dirigia, o suporte técnico-científico tratava de embasar as informações e dar credibilidade às fontes. Para Benjamim, o impacto do boletim foi maior do que o esperado.

A entrevistada Débora Calheiros ressalta a perda significativa para as mídias e a sociedade com o fim do boletim. Relata que isso gerou uma carência de fontes, já que os jornalistas haviam se habituado à rotina. “O boletim foi determinante para lidar com a imprensa e, também, com a sociedade em geral, que só recebia por e-mail (informações), como através do que ele pautava à mídia”, ressalta a pesquisadora.



Enfim, a partir do fenômeno de descentralização do conhecimento, impulsionado pela internet, os jornalistas podem hoje utilizar como fonte, por exemplo, o site da Ecoa e de outras ONGs relacionadas que centralizam e disponibilizam informações, além de também atuarem nesse papel de educação não formal para o meio ambiente, para a tomada de consciência através do conhecimento, possibilitada pelo boletim nesse sentido de ser como um “porta-voz”, termo utilizado por Débora Calheiros para descrevê-lo.

## REFERÊNCIAS

BARBERO. J. M. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

BRITTO, R. R. Sociedade, novas tecnologias de comunicação e a possibilidade de articulação de espaços públicos de debate e embate. In: SOUSA, M. W. (Org.). **Recepção mediática e espaço público:** novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ECO. **Ecologia e Ação.** Disponível em: <<http://www.ecoa.org.br>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

GOMES, W. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LINHARES, N. R. Internet e ação comunicativa como elementos do espaço público sob uma perspectiva Habermasiana: crise e transição. In: SOUSA, M. W. (Org.). **Recepção mediática e espaço público:** novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.

MAIA, R. **Mídia e vida pública: modos de abordagem.** In: MAIA, R. (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MENDONÇA, M. L. M. O marketing no terceiro setor: possibilidades e limites. In: COGO, Denise; MAIA, João (Org.). **Comunicação para a cidadania.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.



\_\_\_\_\_. Redes digitais e movimentos sociais: perspectivas. **Revista Textos de la CiberSociedad**, v.13, 2009. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

PACIEVITCH, T. **Bacia do Prata**. 2008. Disponível em: <http://www.infoescola.com/hidrografia/bacia-do-prata>. Acesso em: 26 jan. 2014.

PORTAL PANTANAL. **Dados gerais do Pantanal**. Disponível em: <<http://portaldopantanal.com.br/dadosgerais.html>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

RIOS VIVOS. **Coalizão Rios Vivos**. Disponível em: <[www.riosvivos.org.br](http://www.riosvivos.org.br)>. Acesso em: 26 jan. 2014.

ROMERO, E.P. **A contribuição da internet na significação e ressignificação do bioma Pantanal**: o caso da hidrobio Paraguaí-Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Faculdade de Artes, Letras e Comunicação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2014. Disponível em: <<https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/4709>>. Acesso em 16 out. 2018.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais na sociedade da informação. In: MAIA, Rousiley; CATRO, M. C. P. S. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUSA, M. W. (Org.). **Recepção mediática e espaço público**: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.  
THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TREVISOL, J. V. Atores Sociais e Meio Ambiente: análise de uma rede transnacional de organizações da sociedade civil. **Série Debates**. Chapecó: Argos, 2007.



## **“O modo tradicional, agora em formato digital”: trilhas metodológicas de uma pesquisa em comunicação indígena**

*Raquel Gomes Carneiro*

***Ao escrever,  
Dou conta da ancestralidade,  
Do caminho de volta  
Do meu lugar no mundo.  
(Graça Graúna)***

### **| Introdução**

Nas próximas páginas, abordaremos a caminhada do método ao refletirmos sobre uma travessia investigativa, bem como suas inspirações epistemológicas, teóricas e metodológicas. As ponderações decorrem do trilhar de uma pesquisa de mestrado com foco na identidade étnica, na cidadania comunicativa e nas temporalidades socioculturais, compreendendo a *etnomídia indígena*<sup>118</sup>. O objeto empírico de investigação é tecido através das *práticas etnocomunicacionais* na produção multimidiática da Rádio Yandê, autointitulada *a primeira web rádio indígena do Brasil*, produzida e veiculada exclusivamente por *sujeitos comunicacionais indígenas*<sup>119</sup> de distintas etnias e situados em diferentes regiões brasileiras.

Ao recapitular alguns passos dessa trajetória, a intenção é refletir sobre as tessituras do problema de investigação que se elaboraram durante a pesquisa exploratória, um processo que caminhou conjuntamente com as trilhas teóricas, históricas e metodológicas. Os aportes teórico-metodológicos provenientes de estudos sobre apropriações midiáticas foram essenciais para os movimentos

---

Texto revisado por Rafael Tourinho

<sup>118</sup> Esse termo é utilizado pelo comunicador e fundador da Rádio Yandê, Anápuáka Tupinambá Hã Hã Hãe, para definir a apropriação de linguagens artísticas, literárias, audiovisuais e multimidiáticas feita exclusivamente por sujeitos indígenas para a produção de suas próprias narrativas. Disponível em: <<https://soundcloud.com/itaucultural/anapuaka-tupinamba>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

<sup>119</sup> O sujeito *em comunicação midiática* é aquele atravessado por lógicas produtivas, modelos ideológicos, modos discursivos, estruturas pedagógicas, retóricas e modelos informativos produzidos por indústrias culturais hegemônicas, mas capacitado a trabalhar com esses “formatos, estratégias, matrizes, gramáticas, gêneros e culturas mediante as próprias contradições, informações, conhecimentos e culturas produzidos por esses sistemas” (MALDONADO, 2013, p. 99).



observacionais, de contato e de entrevistas (BONIN, 2016; MALDONADO, 2014; MARTÍN-BARBERO, 2003). Também contribuíram no que se refere à cidadania comunicacional (CORTINA, 2005; SANTOS, 2008), às práticas comunicacionais (CERTEAU, 2004) e à comunicação decolonial (TORRICO VILLANUEVA, 2016). Pensamos, ainda, em trilhas de conhecimentos que apontam conexões com outras áreas, como a história oral (THOMPSON, 1992), e que se relacionam com temáticas análogas à problemática que trata da identidade cultural e étnica (BARTH, 2011; HALL, 2006, 2016; GARCIA-CANCLINI, 1998; CASTELLS, 2002).

As epistemologias indígenas apresentaram-se imprescindíveis para as formulações desta pesquisa científica de âmbito qualitativo. A elaboração do tecido metodológico, bem como histórico, teórico e cosmológico, teve o intuito de sustentar a investigação acerca dos *sujeitos comunicacionais indígenas*, dentro dos *processos (etno)comunicacionais* contextualizados pelos comunicadores e correspondentes da Rádio Yandê. Para tanto, acolheu-se os saberes ancestrais de autores indígenas brasileiros (GRAÚNA, 1999; JECUPÉ, 2001; BANIWA, 2006; SAMPAIO, 2014; KOPENAWA, 2015; MUNDURUKU, 2016).

A caminhada começa pela escuta de produtos *etnomidiáticos* oferecidos pela Rádio Yandê, como a música e a informação, juntamente com a observação (in)direta de comunicadores e colaboradores, por meio de suas interações nas redes digitais da web rádio, para a consolidação de uma metodologia investigativa. Sem objetivos ou roteiros previamente estabelecidos, o primeiro passo foi o de uma posição aberta para adentrar essas formas de pensar o mundo, os modos desses sujeitos de ver, ler e escutar a informação. Dessa maneira, era preciso considerar: suas historicidades; as problemáticas acerca de questões políticas, sociais, econômicas e culturais; os atravessamentos multimidiáticos (BONIN, 2016) constituintes de suas trajetórias de relações e vínculos com experiências midiáticas outras. Assim, seria possível compreender suas apropriações.

As incursões por tais pistas exploratórias descortinaram movimentos e lógicas específicas de operar, nos quais os sujeitos indígenas estabelecem táticas de resistência cotidiana, a partir de relações de desmonte de sentidos, de desvio, de bricolagem, que articulam e fomentam redes de antidisciplina (CERTEAU, 1994). As *práticas etnocomunicacionais* produzidas por *sujeitos*



*comunicacionais indígenas* na Rádio Yandê apontam para a tentativa de uma comunicação horizontal, um modelo que Luis Ramiro Beltrán (2007) concebe como processo de interação social democrática, que tem por base o intercâmbio de símbolos com os quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre, igualitário, dialógico e participativo.

Em uma visão ampla, a web rádio indígena propõe o desafio comunicacional em meio a mercados que operam lógicas simbólicas e culturais ocidentalizadas, instituídas por poderes econômicos e políticos hegemônicos que ditam comportamentos, culturas, experiências e interações. Trata-se de um combate ao genocídio e à repressão de culturas que resultaram no silenciamento e na dominação de povos, impondo a invisibilidade e a subalternização.

Nesse contexto, para transcender o espírito e a realidade de dominação estabelecidos nos tempos coloniais e que sobrevivem em nossos dias, a informação produzida e veiculada especificamente por sujeitos indígenas propõe novas formas de compartilhar e gerar produtos étnicos de cunho crítico, intelectual e político que possuem o poder, de acordo com Torrico Villanueva (2016), de romper com a ordem moderna/colonial por apropriarem-se do processo da comunicação. Se entendida, antes de tudo, como mediação social, a comunicação tem a possibilidade de aprender com a experiência insurgente dos movimentos indígenas e tomar o paradigma ameríndio para gerar processos de produção e valorização dos saberes práticos, sociais, ancestrais e populares tão subjugados por saberes universais e generalizantes das ciências sociais (HERRERA, 2013).

### **| A experiência de caminhar por distintos cenários**

Permitir-se estudar, analisar e complexificar temáticas comunicacionais significa levar em consideração as matrizes culturais e a diversidade de fontes do conhecimento para que se qualifique a informação. Dentro desse desafio, os caminhos epistemológicos oferecem inúmeras trilhas que devem ser cultivadas por novas possibilidades de configurações, por meio da instauração de processos, dimensões e situações de confluência entre os saberes ancestrais, populares, étnicos, regionais e científicos (MALDONADO, 2011).



As combinações e as confrontações intelectuais, não apenas racionais, colocam-se como exercícios constantes de mediação de pluralidades ao aprendiz-pesquisador. Isso porque procedimentos elaborados em arranjos de métodos devem estar articulados às dimensões teóricas e adequados às especificidades de culturas e realidades em que se inserem os coprodutores, os produtos midiáticos e os ambientes digitais (BONIN, 2016).

Um canto Kapinawá – povo descendente dos cidadãos que foram aldeados na Serra do Macaco, em Pernambuco, ainda no século XVIII – diz que “todos os caboclos têm ciência” (KAPINAWÁ, 2003). Experimentar com o pensamento, buscando pelos fluxos, pelas vertentes, pelos interesses e pelas causalidades, significa realizar uma ação epistemológica que resgata continuidades na produção de traduções hipertextuais que atravessam e vinculam os processos comunicativos sociais, caminhando conjuntamente a saberes que ultrapassam o ambiente científico para enriquecimento da própria ciência.

O método precisa estar sempre procurando o risco, a novidade (BACHELARD, 2001). É no percurso dessa busca que nos deparamos com os questionamentos diários e com as idas e vindas, ricos processos de fabricação da pesquisa. A percepção não é uma atividade passiva, mas constantemente construída sob uma perspectiva que deve sofrer reflexões intermitentes. O ambiente cria-nos e produz-nos enquanto sujeitos pensantes na insistente atitude de perguntar (BOSI, 2003). Somos parte daquilo que investigamos.

É um movimento desafiador em meio a uma vida social estruturada por instituições e organizações especializadas e arregimentadas por modelos de sociedades que limitam e condicionam o campo científico por questões econômicas que beneficiam pequenos grupos de poder, que ditam importância e relevância seguindo um modelo neocolonial estadunidense e eurocêntrico (MALDONADO, 2011). Assim sendo, a cidadania se faz problemática imprescindível no campo científico, ao refletirmos sobre configurações mais complexas nas sociedades contemporâneas extremamente midiáticas, que levam ao instrumentalismo, ao utilitarismo e ao individualismo, em um fundamentalismo de mercado que afeta profundamente nossas realidades (CORTINA, 2005). Para superar a rota economicista do pensamento, faz-se necessária uma crítica multidimensional epistemológica, teórica e político-social





à modernidade e à colonialidade, a partir de questionamentos sobre as condições de subalternidade nas estruturas e nas subjetividades poder, saber e ser.

O sujeito fragmentado é o estopim para pensar a cidadania comunicativa. É um indivíduo que quer buscar o seu semelhante, o coletivo. Para que se possa construir um novo saber, é preciso (re)encontrar a comunicação encoberta presente e viva nos povos originários como uma nova alter/nativa, o que significa um “outro/nativo” (TORRICO VILLANEUVA, 2016). Ou seja, trata-se da necessidade de conhecermos nosso próprio pensamento crítico latino-americano, com sua raiz na sabedoria das culturas nativas.

Para tanto, a autonomia do pensamento inicia-se na promoção de um pluralismo epistemológico, a partir de um modelo artesanal inventivo do sujeito (MILLS, 1975) que manuseia, aprimora e torna-se aprendiz-pesquisador-gerador de seus próprios métodos. O artesão científico, ao assumir a responsabilidade por seus resultados, vai recebendo as reflexões e as habilidades ao longo do tramar investigativo, ao passo que também extrai das experiências a cultura, o conhecimento e a diversão naquilo que se propôs a investigar, também enquanto sujeito de direito social.

A elaboração da trilha metodológica começou na interação e na observação de contextos e ambiências nos quais cidadãos indígenas estabelecem suas relações com as mídias em aspectos de confluência, embate e desmontagem, de acordo com as realidades socioculturais que apresentam no cotidiano. As inteligências e sensibilidades múltiplas desses *sujeitos multidimensionais* em distintos cenários “impedem a estruturação de alienações fixas, de condicionamentos estáveis e de embrutecimentos simbólicos eternos” (MALDONADO, 2013, p. 99). Na trilha empírica, o movimento foi de observação dos significados que emergem da produção multimidiática e em português da web rádio indígena e as inter-relações culturais, étnicas e digitais construídas por meio da produção de sentido elaborada exclusivamente por sujeitos comunicacionais indígenas.

A expressão *etnomídia indígena* se descortina nas ações experimentadoras, que, pouco a pouco, foram gerando suas próprias pistas acerca da comunicação realizada por cidadãos indígenas em diferentes territórios humanos, geográficos e digitais, lugares onde buscamos, em movimentos abertos, por meio do diálogo e da escuta, a compreensão das realidades dos sujeitos



coprodutores de nossa investigação. Nessa trilha pelo conhecimento, as primeiras trocas de ideias aconteceram em ambiência digital, em sites de redes sociais e *chats*. Depois, continuou pessoalmente, em eventos culturais e educacionais que abordavam questões indígenas. Por fim, houve encontros no Rio de Janeiro, cidade sede da Rádio Yandê. Ainda assim, as entrevistas foram realizadas de modo inesperado, em visita a uma exposição de arte, na praça onde aconteceu o primeiro encontro para fundar a web rádio, caminhando pelo centro da cidade e no trajeto de barca Rio-Niterói.

Nesses encontros, a intenção foi escutar os entrevistados, abrindo e construindo um espaço para o diálogo, para que pudessem contar aspectos de suas vidas sociais, culturais e midiáticas, com enfoque para o momento em que deram vida à Rádio Yandê, um projeto idealizado por três *sujeitos indígenas em contexto urbano*<sup>120</sup>, Anápuáka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe, Renata Tupinambá e Denilson Baniwa<sup>121</sup>. Com essa iniciativa, eles passaram a utilizar o potencial da internet como trilha de mudança social, constituindo redes comunicacionais autônomas e organizadas, que transcendem métodos usuais de controle empresarial e político (CASTELLS, 2013).

Ao longo de diversos encontros exploratórios em ambientes e contextos distintos, todos ocorridos na cidade, foi possível observar comportamentos e reações variados nas inter-relações estabelecidas entre os sujeitos indígenas e não indígenas. Os olhares de incômodo, empatia, admiração e surpresa sempre vinham após perceberem que aqueles sujeitos eram cidadãos étnicos. Muitas dessas posturas podem ser ilustradas na situação vivenciada por Daniel Munduruku ao chegar no guichê de um hotel, decisiva para seu próprio convencimento de que seria escritor:

---

<sup>120</sup> A expressão é utilizada pelos fundadores da Rádio Yandê para autodenominarem suas condições. Significa dizer que saíram durante a infância ou a adolescência para morar na cidade por motivo de estudo ou trabalho. No entanto, continuam a cultivar seus vínculos sociais e culturais com as comunidades étnicas às quais pertencem, oferecendo seus saberes e fazeres em prol de suas aldeias.

<sup>121</sup> O cidadão indígena acrescenta, ao seu sobrenome, o nome da etnia à qual pertence. Nesse caso, Anápuáka descende dos Tupinambá e do grupo Pataxó Hã Hã Hãe, ambos localizados na Bahia. A jornalista Renata também pertence à etnia Tupinambá e o artista plástico e designer Denilson é da etnia Baniwa, situada na Região do Alto Rio Negro, no Amazonas. Todos possuem nomes e sobrenomes sociais: Erick Muniz, Renata Machado e Denilson Monteiro, respectivamente. Porém, assinam o nome da etnia como sobrenome, não apenas por ser um direito assegurado, inclusive para registro civil, mas como um ato social e político de resistência. Para mais informações, ver a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2018.



O atendente me perguntou qual era minha profissão. Sendo professor por formação, sempre respondi que esta era minha profissão. Normalmente o recepcionista me cumprimentava e dava boas-vindas ao professor. Nesse dia, porém, disse que era escritor. O jovem me olhou de cima a baixo. Mediu as palavras que eu dissera e me perguntou: “O que é um escritor? Isso lá é profissão? Um ‘índio’ pode ser escritor? Um ‘índio’ não vive na floresta?” (MUNDURUKU, 2016, p.178).

No trajeto exploratório, levamos em consideração a veiculação de música e informação pela Rádio Yandê nas línguas étnicas, mas com foco no idioma português, atentando para como o sujeito indígena fala sobre si e quais traços culturais diferenciadores riscam “limites” demarcatórios (BARTH, 2011) de força à sua identidade social. A produção de uma lista de música realizada exclusivamente por sujeitos comunicacionais indígenas traz elementos que a diferenciam de um mesmo veículo elaborado por não indígenas. O ouvinte é “transportado” para os ambientes das aldeias e comunidades indígenas. Exceto por poucas gravações de artistas indígenas realizadas em estúdio, o conteúdo sonoro é veiculado sem tratamento especial, do modo como foi recebido pelos comunicadores em diferentes mídias. São entrevistas, depoimentos e músicas captados por equipamentos diversos e em ambientes distintos. É possível, por exemplo, escutar a fala de um pajé em sua língua originária, sem traduções, e ao fundo ouvir o canto dos pássaros. À primeira audição, a experiência estética sonora pode chegar aos ouvidos não indígenas com grandes ruídos diante da maneira ocidental convencional de escutar o som, domesticado e previsível. No entanto, o que pode nos parecer desentendimentos e imperfeições sonoras significa, para culturas outras, expressões do cotidiano que compõem suas construções culturais e políticas, sendo parte das mensagens (KRAPP, 2011). É dessa prática, a de promover as tradições e costumes de acordo com suas oralidades, que surge a frase slogan da Rádio Yandê referindo-se ao fazer comunicacional: “o modo tradicional indígena, agora em formato digital”<sup>122</sup>.

Ainda no trilhar dos movimentos exploratórios, houve um grande acolher por parte dos coprodutores de nossa investigação científica, uma relação

---

<sup>122</sup> Slogan da Rádio Yandê, visível no banner em movimento que se localiza no topo do site da web rádio. Disponível em: <<http://radioyande.com/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.



produtiva de trocas que, aos poucos, foi sendo tecida em conjunto. De imediato, houve a intenção por ambas as partes de um estudo científico construído a partir de conhecimentos e saberes ancestrais, culturais e comunicacionais, como oportunidade de ampliar e visibilizar suas próprias vozes em ambiência acadêmica, subvertendo e decolonizando conhecimentos pré-estabelecidos (TORRICO VILLANUEVA, 2016).

As experiências exploratórias investigativas, desde movimentos mais abertos a procedimentos de escuta das histórias de vida comunicacional, foram importantes para pensar a construção da autocomunicação (CASTELLS, 2013) indígena, bem como para problematizar as inter-relações e as temporalidades socioculturais étnicas que constituem o seu fazer comunicacional. As práticas *etnocomunicacionais* embasadas no respeito à informação, ao diálogo e ao *tempo indígena* são elementos imprescindíveis para a constituição de uma produção multimidiática que parte da Rádio Yandê.

### **| As estratégias metodológicas ao longo do caminho**

Como uma das trilhas para investigação do problema de pesquisa, pensamos a coleta de evocações com colaboradores e correspondentes sobre suas produções etnomidiáticas para a Rádio Yandê, com o objetivo de compreender as suas processualidades comunicacionais, bem como seus modos de ler, ver, escutar, sentir e produzir a informação. Consideramos inicialmente as categorias *música e informação em português* para observação e escuta. Ao veicular um canto ou o relato de um saber ancestral de uma etnia dentre as 305 existentes no Brasil e suas 274 línguas<sup>123</sup>, a web rádio torna-se um importante meio de (re)construção, preservação e fortalecimento de memórias e práticas que possibilitam, por meio das oralidades, o pertencimento, a identificação e o compartilhar de valores comuns. A fala é uma linguagem muito marcante na forma de comunicar para o povo Tupinambá e, dentro de sua cosmologia, as palavras ganham espírito. Vem daí a força do significado de suas narrativas dentro de suas visões de mundo:

---

<sup>123</sup> Dados disponíveis na página da Fundação Nacional do Índio (Funai). Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 25 jul. 2018.



Eu gosto de reproduzir algo que eu sempre ouvi, enquanto eu era jovem: que nosso narrar é como as águas em movimento e tem fluxos tecidos no espírito. E nas raízes cantam a nossa história. As palavras são como sementes que a gente planta até que continuem a crescer forte e, nessas árvores, que cresçam outras dessas sementes, que os nossos filhos ainda possam ler nas folhas delas as coisas da nossa cultura, né? Então, quando a gente fala assim é muito poético, mas é a nossa visão. É o nosso sentimento. Não apenas uma questão poética. É algo que atinge uma dimensão dentro do nosso mundo, muito, muito maior. Faz parte de uma consciência. Uma consciência que é coletiva, uma consciência que nos une à nossa comunidade, que nos une ao nosso povo, que nos faz ser quem nós somos (TUPINAMBÁ, 2017).

Os materiais multimidiáticos observados, como músicas, vinhetas, depoimentos e entrevistas veiculados, são fios que compõem um tecido comunicacional tramado nos conceitos de identidade étnica, cidadania comunicativa e temporalidades socioculturais. Para as entrevistas, foram desenvolvidos os critérios: 1) três sujeitos indígenas comunicacionais fundadores da Rádio Yandê; 2) correspondentes fixos da web rádio; 3) um colaborador de cada região geográfica do Brasil, sendo todos situados nos contextos aldeia/cidade. A seleção foi realizada a partir de um recorte que traduzisse a abrangência de uma rede comunicacional formada por oitocentos colaboradores e sete correspondentes fixos, um desenho pensado em convergência com as pistas advindas da pesquisa exploratória, de campos de saberes étnicos e ancestrais, para direcionar o foco no comunicacional e midiático da pesquisa (BONIN, 2011).

A primeira entrevista exploratória ocorreu com o diretor da web rádio, Anápuáka Tupinambá, em outubro de 2017, sem um roteiro pré-estabelecido e após conversas pelas redes digitais. O único momento elaborado foi o ato de ligar o gravador para que, posteriormente, aquela conversa não fosse esquecida. Não era o momento para fazer inúmeras perguntas, mas, sim, a ocasião para a aprendiz-pesquisadora colocar-se como ouvinte atenta às histórias que viriam e que lhes eram completamente desconhecidas. Nesse gesto, iniciou-se a construção do laço de confiança entre produtora e coprodutor do estudo científico. No ano seguinte, um novo encontro foi realizado, com perguntas que entravam em detalhes sobre a vida na infância e na adolescência, as relações com o mundo indígena e não indígena, a vida em contexto urbano e, por fim, a vida em contexto comunicacional. As perguntas passaram por reformulações para que



dessem conta da diversidade dos cenários onde se inserem nossos coprodutores de estudo.

Das diferentes ambiências, emergem cidadãos em contextos múltiplos de vida e com os quais vamos aprendendo a redesenhar ecologias simbólicas de aprendizagem conjunta, a partir do que Peruzzo (2008) chama de *dialogicidade*<sup>124</sup>. De um tecido de mediações históricas e socioculturais, tramado por fios de saberes ancestrais e conhecimentos autogerados, o *diálogo* e o *tempo indígena* mostram-se como alicerces de um fazer comunicacional que se elabora em processos capazes de gerar, melhorar e conduzir o exercício de uma autogestão comunicativa cidadã, ao compartilhar epistemologias e metodologias que são uma crítica ao verticalismo do conhecimento colonizador.

Seguindo a trilha exploratória, os sujeitos indígenas foram contextualizados com foco no papel comunicacional junto à Rádio Yandê. São fundadores e colaboradores com diferentes atividades profissionais e sociais, tais como ativistas, lideranças, professores, advogados, artistas visuais, antropólogos e artesãos. Para abarcar a pluralidade formadora de suas histórias de vida e midiáticas, utilizamos para este estudo investigativo a expressão *sujeitos multidimensionais*. Para Maldonado (2013), significa dizer que os consideramos cidadãos inseridos em multicontextos e que operam lógicas culturais, sociais, linguísticas, estéticas e psíquicas, em diversos caracteres constitutivos e revolucionários tecnológicos. Ao pensarmos em âmbito comunicacional, podemos dizer que *são sujeitos comunicacionais indígenas*, uma vez condicionados por lógicas produtivas, estilos discursivos e modelos ideológicos e informativos produzidos pelas indústrias culturais, mas que, em seus cotidianos, superam formatos, estratégias, matrizes e gêneros, por meio de suas próprias contradições, suas informações e seus conhecimentos elaborados a partir desses sistemas hegemônicos.

Deste modo, investigamos as articulações entre as práticas comunicacionais dos sujeitos indígenas, as diferentes temporalidades e a pluralidade de matrizes culturais acionadas no reconhecimento social desses

---

<sup>124</sup> Em Paulo Freire (2005), a noção de dialogicidade nasce da prática da liberdade do encontro dos homens, mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo e não se esgotando na relação eu-tu. Falar e dialogar são necessidades reais dos homens que se encontram e tentam saber mais, deslocando-se ao lugar do outro. O diálogo fundamenta-se no amor, na humildade, na fé dos homens, emergindo em uma relação horizontal, na qual a confiança de um polo no outro é consequência óbvia. Assim, constroem-se relações simétricas e horizontais.



cidadãos e da própria mestiçagem que nos constitui, uma nova sensibilidade política aberta às multiplicidades que coexistem em nossa sociedade (MARTÍN-BARBERO, 1997). O *sujeito comunicacional indígena* utiliza-se dessa pluralidade de meios e linguagens para a construção de seu próprio espaço de jogo (CERTEAU, 1994), para, de maneira criativa, desviar e inverter a ordem imposta pela sociedade, subvertendo, a partir de dentro, a ordem dominante de uma sociedade que insiste em invisibilizar o cidadão indígena.

Foi no trabalho de campo que encaramos o desafio do confronto entre as vivências e o real concreto. Foi complexo. Enquanto aprendizes-pesquisadores, jamais daremos conta de toda essa realidade e de seus diversos âmbitos e dimensões, mas de um recorte. Nesse sentido, os caminhos no cenário exploratório requereram necessidades metodológicas táticas e operacionais que também abraçassem a experimentação e o olhar multifocal, sistematizando e atravessando as intuições presentes em nossa trajetória de vida.

### **| Repensar trilhas, reconfigurar os próximos passos**

Ao coletar informações acerca dos processos de elaboração da comunicação indígena, por meio da Rádio Yandê, foi possível pensar o quanto as mídias digitais estão ligadas às ações políticas e sociais, colocando-se como fundamentais na luta pela cidadania dos povos. As narrativas de território e resistência trazem uma nova reflexão sobre a rede de comunicação indígena. Independentemente do contexto em que se inserem, há um comprometimento em aprender e compartilhar as realidades das comunidades, buscando-se, cada vez mais, caminhos autônomos. Comunicar, para o sujeito indígena, não tem a ver com a quantidade de *likes* ou a popularidade nas redes digitais, mas com expor as pautas relevantes para a sobrevivência de sua cultura e de sua própria vida.

A descoberta da Rádio Yandê ocorreu a partir da música, após a procura por sonoridades étnicas do mundo. Em seguida, houve a escuta curiosa da informação em diferentes línguas, mesmo sem a compreensão do que se tratava. Por fim, veio a escuta da música e da informação veiculadas em português. O fluxo desses movimentos observacionais foi desvelando a importância de um estudo investigativo científico de um meio comunicacional com esse perfil. Mais



que isso, apontou, principalmente, a relevância de conhecer os *sujeitos multidimensionais* que lhe dão vida, o que exigiria procedimentos que respeitassem as peculiaridades étnicas e culturais de cada coprodutor inserido nas produções da Rádio Yandê. Ao tentar compreender como eles pensam a comunicação, buscou-se uma aproximação à sua história de vida social e cultural, no intuito de compreender como esses cidadãos interpretam o mundo, bem como o seu lugar nele (THOMPSON, 1992). Nesse sentido, a construção da autocomunicação étnica pode ser compreendida a partir do diálogo nas comunidades e do respeito às temporalidades socioculturais, práticas estratégicas que rompem com as formas neocoloniais e que recuperam os laços ancestrais de pertença, as teorias comunitárias e assim, a cidadania, um conceito mediador de várias áreas e saberes (CORTINA, 2005).

A ponte aldeia/cidade experienciada por indígenas em contexto urbano é uma conexão de fundamental importância para pensar os processos comunicacionais que se elaboram para dar visibilidade social, cultural, política e midiática às suas comunidades. Observou-se três indígenas de três etnias distintas, que vivem hoje no Rio de Janeiro com o desafio de equilibrar vivências nos mundos indígena e não indígena. Ao chegar na cidade, o cidadão indígena Denilson Baniwa sofreu a tentativa de enfraquecimento de suas relações mediadas por consanguinidade, costumes e a tradição, em benefício àquelas mediadas pela razão, pelo cálculo e pelo interesse. Um dos fundadores da Yandê, ele vivenciou a dificuldade da moradia, da oportunidade de estudo e da colocação no mercado de trabalho, sendo todas essas problemáticas permeadas por preconceito e discriminação:

Ele não é dali. Ele é alienígena àquele lugar. Então, aquela coisa de “índio” ser burro, de “índio” não saber fazer as coisas, de não entender as coisas, tudo aquilo vem! Mas não é que somos burros, mas é que a gente não entende como funciona a cidade. A gente vive uma sociedade onde tudo é compartilhado e tudo é comum. E aí, a gente vem para um lugar onde tudo é individualizado e você não pode contar com ninguém a não ser você mesmo. (BANIWA, 2016).

As construções acerca do cidadão indígena, ao pensarmos nas produções construídas pelas próprias vozes dos *sujeitos comunicacionais* e veiculadas pela Rádio Yandê, caminham na contramão de discursos cristalizados e estereotipados reproduzidos constantemente pelos livros de História. Em um





movimento atravessado pelas mudanças culturais, midiáticas e digitais, o objetivo da web rádio é desmitificar a fragilidade, a temporalidade e o espaço das culturas indígenas, apropriando-se da comunicação e de suas possibilidades multimidiáticas. Assim, recriam-se formas de cooperar e atuar em diversas redes, nas quais cada processo local tem sua própria linguagem e sua própria coordenação. Configuram-se não apenas sujeitos coletivos que dinamizam e potencializam suas práticas sociais por meio das tecnologias da informação, como refere Rueda (2012), mas sujeitos comunicacionais que produzem novas formas de manter e estabelecer vínculos sociais, culturais e políticos por meio de diferentes repertórios tecnológicos, como descreve, no texto de apresentação da Yandê, a jornalista e coordenadora editorial Renata Tupinambá:

Temos como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet. Nossa necessidade de incentivar novos “correspondentes indígenas” no Brasil, faz com que possamos construir uma comunicação colaborativa muito mais forte, isso comparada às mídias tradicionais de Rádio e TV. Estamos certos de que uma convergência de mídias é possível, mesmo nas mais remotas aldeias e comunidades indígenas, e que isso é uma importante forma de valorização e manutenção cultural<sup>125</sup>.

As construções etnomidiáticas indígenas da web rádio podem ser compreendidas como elaborações que desejam formar uma grande rede autocomunicacional fortalecida pela cultura, pela memória e pelas tradições. De modo prático, o tecido comunicacional formado exclusivamente por sujeitos comunicacionais indígenas faz trocas de informações via redes digitais, como o aplicativo WhatsApp. Por meio do Grupo de Colaboradores Yandê, recebem fotos, vídeos e relatos de diferentes regiões do Brasil. Após a checagem das informações, compartilham o conteúdo no site da web rádio e em redes sociais, como Facebook e Instagram. É interessante observar que, ao veicular uma informação, os colaboradores reproduzem-na da forma como foi recebida, mesmo tendo acesso a recursos para tratamento e edição visual e sonora. Portanto, há difusão, de

---

<sup>125</sup> Texto de apresentação da Rádio Yandê. Disponível em: <<http://radioyande.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.



modo fidedigno, dos saberes, das formas de vida, das habilidades e de competências para, assim, demarcar territórios comunicacionais.

Para pensar tais relações e práticas comunicacionais, também consideramos, associadas às espacialidades, as identidades culturais múltiplas (HALL, 2006) que vivem processos de migração e, conseqüentemente, constroem sentidos sobre o tempo e a memória em suas oralidades e narrativas. Esses são elementos constituintes de um corpo midiático que, ao recuperar “o modo tradicional” de suas culturas, não realiza um gesto de resgate do que está no passado. Tem-se aí, sobretudo, uma produção de efeitos que altera e projeta os modos de agir, presente e futuro, em uma espécie de reencontro (BERGSON, 2006). Trata-se, principalmente, de como sujeitos multidimensionais se comunicam com o exterior e de como a experiência subjetiva atravessa a experiência histórica e a memória.

A utilização de “modernidades” ou novos meios não significa o abandono ou a perda da cultura indígena, mas, para Denilson Baniwa (2018), pode auxiliar no fortalecimento da identidade e ajudar a transpor mudanças que ocorreriam naturalmente ou forçadamente pela violência externa, como a demarcação de territórios e a garantia de direitos e políticas públicas para o cidadão indígena. O transitar entre a aldeia e a cidade elabora uma ponte possível de aquisição de conhecimentos da cultura do outro, no que diz respeito às leis, à educação, às relações sociais e a possíveis ferramentas de defesa contra abusos, como ocorre com a utilização das redes digitais.

Em abril de 2017, a Rádio Yandê registrou em vídeo<sup>126</sup> o momento em que mais de quatro mil indígenas caminham rumo à Esplanada dos Ministérios, durante o Acampamento Terra Livre (ATL)<sup>127</sup>, e são recebidos pela polícia com balas de borracha e bombas de efeito moral. Carregando arcos, flechas e caixões

---

<sup>126</sup> Descrição para o vídeo, conforme consta na postagem do Facebook: “Em Brasília indígenas começam uma das maiores manifestações dos povos da história do Brasil. Vídeo: Daiara Tukano/Correspondente Yandê”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/radioyande/videos/1171888952920744/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

<sup>127</sup> O Acampamento Terra Livre (ATL) é uma mobilização nacional que reúne, há 15 anos, representantes de povos indígenas de todo o Brasil em Brasília-DF, com o objetivo de disseminar a diversidade e a riqueza socioculturais, bem como pressionar o Estado pela manutenção e pela efetivação dos direitos desses povos. Tem uma programação de debates, plenárias, marchas, audiências com parlamentares, rituais e atos culturais. Informações disponíveis em: <<http://apib.info/2018/04/12/programacao-do-acampamento-terra-livre-2018/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.



de papelão, os indígenas não se intimidam e continuam a enfrentá-los, adentrando os espelhos d'água em frente ao prédio. O vídeo obteve mais de 2 milhões de visualizações e foi compartilhado cerca de 59 mil vezes nos sites de redes sociais.

Os diversos movimentos em variados espaços midiáticos possibilitam pensar uma capacidade de autocomunicação e auto-organização na tentativa de superar o bloqueio da mídia de massa, em um processo comunicacional que é o próprio produto (CASTELLS, 2013). Dessa maneira, perceber a historicidade das interações entre o cidadão indígena e as mídias, a partir de processos comunicacionais que põem em jogo demandas socioculturais e alteridades históricas, torna-se essencial para a compreensão desses sujeitos. Especificamente, entende-se as mudanças nas maneiras de eles reunirem-se e nas formas de estarem juntos, em estreito vínculo com os meios de comunicação como territorialidades (re)constituintes de identidades de sujeitos sociais e de conformação de comunidades (MARTÍN-BARBERO, 2003).

Assim sendo, visamos apreender as lógicas operadas pelos sujeitos comunicacionais indígenas da Rádio Yandê na produção e na veiculação da informação multimidiática, a partir de suas vozes, seus contextos e suas temporalidades, para compreender de que maneira constroem e elaboram as narrativas, na conjuntura das mediações dos processos comunicacionais. Por conseguinte, a entrevista teve seu foco nos três fundadores da web rádio, na atual coordenadora, Daiara Tukano, e em um correspondente indígena de cada região do país, procurando investigar questões sobre a vida em contexto urbano e na aldeia, a identidade social, a utilização dos meios de comunicação e as relações interculturais estabelecidas com a ambiência midiática.

Para a definição desse procedimento metodológico como fio condutor da pesquisa, tornou-se dimensão crucial nosso posicionamento profissional enquanto comunicadora de uma rádio *hard news* durante três anos, acompanhando formas de participação, compartilhamento e geração de produtos culturais que operam, no entanto, procedimentos instituídos e padronizados por oligopólios midiáticos e de lógicas hegemônicas culturais, econômicas e políticas. Era preciso conhecer outros modos, outras práticas, outras formas de interação entre sujeitos e outras produções simbólicas compartilhadas em novas tramas de



sociabilidades, que estão vivas em comunidades, redes e tribos (BONIN, 2011; MALDONADO, 2013; CASTELLS, 1999; RECUERO, 2009).

As formulações para as entrevistas seguiram trilhas de experiências inspiradoras de outros estudos investigativos (PEREIRA, 2013; PORTO, 2018; ARAÚJO, 2000), mas caminhou por um processo de artesanaria próprio, ainda que em horizonte semiestruturado, para colher as histórias de vida, considerando as vivências, as inter-relações aldeia/cidade, e, com foco especial, as marcas comunicacionais. A importância da utilização da história de vida como método é a de compreender pontos importantes das trajetórias dos sujeitos, para que possam auxiliar no entendimento sobre os usos e apropriações midiáticas. Para isso, alguns fatores são fundamentais, como as particularidades culturais, subjetivas e comunicativas dos sujeitos, bem como o trabalho de rememoração (BONIN, 2016). A partir da adequação às demandas do problema-objeto, o que provocou uma constante reconstrução e avaliação metodológica, emergiram aspectos importantes acerca do fazer comunicacional indígena, construídos sobre o respeito à *dialogicidade* e ao *tempo indígena*<sup>128</sup>.

Na construção do método, foram considerados, portanto, os contextos aldeia/cidade para o processo comunicacional – uma ambiência que envolve questões matriciais, históricas, sociais e políticas, que dizem sobre conflitos e reivindicações, em especial em instância midiática. Para compreender essas informações, utilizamo-nos da oralidade advinda das histórias e dos contextos sociais e políticos nos quais se inserem os coprodutores do estudo investigativo. Foi uma maneira de entender as formas de vivenciar a comunicação midiática, por meio da qual se denotam ações emancipatórias, estratégicas e (re)inventivas das identidades dos sujeitos.

---

<sup>128</sup> O termo é utilizado por Daniel Munduruku (2017) para definir o respeito ao tempo da natureza e do próprio corpo, obedecendo à circularidade que a própria natureza desperta. Para os povos indígenas, a língua manifesta a realidade conhecida, experimentada e compartilhada, o que só é possível quando se vive o presente, entendendo-o como um momento único. Para Bergson (2006), seria o tempo duração, aquele que diz respeito à consciência, ao tempo como movimento intuído, contínuo e em mudança constante. É o nosso tempo psicológico, o tempo interno vivido, a nossa própria temporalidade.



## | Aprendendo com (trans)metodologias indígenas

O ser humano precisa ser compreendido em sua multidimensionalidade, um aspecto primordial para se pensar a cidadania. Os coprodutores da pesquisa científica são sujeitos de ação e reação e suas processualidades comunicacionais, advindas de suas inter-relações, falam. O objeto de estudo expressa-se e, por isso, há necessidade de uma elaboração metodológica que se reconstrua constantemente, movimentando a percepção para questões significativas. Mais que isso, é preciso refletir sobre a forma como se relacionar com os sujeitos para que ingressem no trabalho científico como cidadãos, a começar pelo compartilhar entre pesquisador e pesquisado (BONIN, 2016), atentando-se para a comunicação que ocorre fora da linguagem, naquilo que não está materializado, mas nas bordas, como diria Ricoeur (2007).

O problema investigativo encontrou sua formulação metodológica baseada nos *processos etnocomunicacionais* para problematizar e compreender as diferentes configurações identitárias que emergem de um fazer comunicacional – fazer, esse, que opera com lógicas étnicas sustentadas por diálogo e cidadania, nas quais a participação e a autonomia da comunidade são prioridades. É um fazer que também se caracteriza pela escuta de saberes e pelo respeito ao *tempo indígena*. Tal expressão, pois, difere-se do tempo medido pelo capitalismo e pelo desenvolvimento econômico, indicando um modo de viver em que se escuta o todo, os seres, os valores, os espíritos, os conhecimentos e as histórias dos antepassados.

Apontou-se para a compreensão da *etnomídia indígena* como uma proposta de comunicação mais humana, social, comunitária, inclusiva e democratizante, na qual há o consenso e a inter-relação como finalidades na escuta dos seres, dos valores, dos espíritos, dos conhecimentos e das histórias ancestrais. A partir daí, passou-se a refletir também sobre o desenvolvimento de uma comunicação latino-americana que precisa aprender sobre as experiências e os conhecimentos ameríndios, abrindo-se para a ecologia de saberes existentes e viabilizando, em diálogo com a ciência, a sabedoria ancestral dos povos milenares (SANTOS, 2011).

A metodologia se enriqueceu com inspirações de diferentes áreas do conhecimento, o que permitiu compreender as inúmeras relações conectadas às



configurações de identidade cultural em processos comunicacionais e históricos do cotidiano. O método necessitou da ruptura com o senso comum e da aproximação com os saberes ancestrais, desconstruindo muros epistemológicos pré-concebidos e configurando alternativas renovadoras de investigação em um arranjo de múltiplas sabedorias e vivências. Assim, o passo inicial da aprendiz-pesquisadora, para além da observação, foi o de encontro do próprio lugar de escuta e de ressignificação da palavra *tempo*, um processo que floresceu na aproximação e no convívio com distintas etnias, no aprendizado e no equilíbrio das lógicas entre tantos mundos.

Fruto do olhar da pesquisa, a opção metodológica foi um modo de abordar o fenômeno havendo o entendimento de que não se é possível trilhar por todos os caminhos e que são muitas as incongruências nos encontros e desencontros. Ainda assim, são essas processualidades que geram suas próprias luzes, tornando-se fundamentais para o experimento científico. Os movimentos vão adquirindo sentido no instante em que se iniciam os atravessamentos entre empiria e teoria, em uma dialogicidade fecunda e constante (BACHELARD, 2001). Essencialmente, os sentidos emergiram na capacidade dos *sujeitos multidimensionais indígenas*, coprodutores da investigação científica, em entender e exercitar tal dialogicidade, de modo imprescindível e permanente.

Não seria possível um estudo acerca dos processos etnocomunicacionais por meio da Rádio Yandê sem a criação e o cultivo de relações, vínculos, espaços e condições por meio dos quais os comunicadores e colaboradores pudessem, primeiramente, falar e ser ouvidos com a autonomia de suas vozes. Portanto, trata-se de contemplar e experienciar possibilidades de entrecruzar saberes e metodologias científicas com cidadãos coprodutores inseridos em processos complexos e em diversos cenários. São culturas que nos convidam a vislumbrar olhares multidimensionais, através de trajetórias de resistências que desejam a construção de uma consciência crítica, política, justa e cidadã em meio a uma sociedade repleta de problemáticas e afetações, que, em vez de agregar, separa, rotula e discrimina a própria história, sua cultura e suas tradições.

Em Canto Mestizo, a escritora Graça Graúna, do povo Kadiwéu, apresenta uma obra que se desdobra no descobrimento dos vários Brasis e no destino incerto das tantas etnias que habitam essas pátrias. No poema Era Uma Vez (GRAÚNA, 1999), ouve-se uma voz que brinca com a palavra e que tem pressa



para desconstruir a narrativa indígena colonizadora dos livros – de quinto dos infernos a quinhentos reais, dos desmatamentos dos troncos de madeira às derrubadas de troncos linguísticos:

(...) no vai-e-vem dos troncos, quantas nações aos prantos. E os homens-daninhos seduzindo a taba, grávidos de malícia, sedentos de guerra, dançam a falsidade, esterilizam a festa. De quinto a quinhentos, o ouro encantou-se. Plastificaram o verde, pavimentaram o destino. E foi acontecendo, e foi escurecendo. Mas de manhã, bem cedinho, além da Grande Água, vi um curumim sonhando com “IVY-MARÃEY” formosa. (GRAÚNA, 2009, p.51).

Na mitologia Tupi-Guarani, Ivy-Marãey significa “terra sem males”, um lugar esplendoroso, sem fome nem guerras, onde os guaranis se trasmutariam em deuses-homens. No entanto, acreditam, é possível alcançar essa terra sem que seja necessária a prova da morte, buscando-se, isto sim, um local em vida. Por isso, há a necessidade de sempre caminhar e migrar, guiado pelo maracá, o chocalho do *Karaí*, o pajé.

Como aprendizes-pesquisadores, as trilhas da experimentação, do lúdico e da travessura são formas de transcender e seguir lutando para que não se esqueçam tradições e conhecimentos nos quais nos enraizamos, uma tentativa de, por meio de táticas inesgotáveis, desvios e improvisações, renovar as maneiras de vida e as existências (MATELLART, 1994). Tratam-se de constantes exercícios investigativos cidadãos pela desburocratização do conhecimento, no (re)encontro e na valorização da essência humana, ouvindo a sua voz.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Inesita Soares de. **Mercado Simbólico**: um modelo de comunicação para políticas públicas. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, vol.8, n.14, pp.165-178. Setembro de 2003 a Fevereiro de 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832004000100010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832004000100010&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BACHELARD, Gaston. **A Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BANIWA, Denilson. **Indígena na Cidade #2**. Vídeo postado em 28 de maio de 2016. Vlog do Denilson Baniwa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iU8Y8EtCb-w>>. Acesso em: 10 ago. 2018.



\_\_\_\_\_. **O ser humano como veneno do mundo.** Entrevista com Denilson Baniwa. Instituto Humanitas UNISINOS, São Leopoldo, 27 ago.2018. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/527>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: Poutignat, Phillipe; Streiff-Fenart, Jocelyne (Org.). **Teorias da etnicidade:** seguindo grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 185-227

BELTRÁN, Luis Ramiro. **Adiós a Aristóteles:** la comunicación horizontal. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación. São Paulo, v.12, n.23. Julho a Dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/749/396>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BERGSON, Henri. **Memória e Vida.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias da pesquisa em comunicação:** olhares, trilhas e processos. Porto Alegre, Sulina, 2011. p.19-42.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção.** In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Org.). Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2013, p.23-42.

\_\_\_\_\_. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Org.). **Pesquisa em comunicação:** metodologias e práticas acadêmicas. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas:** Estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

GRAÚNA, Graça. **Canto Mestizo.** Rio de Janeiro: Editora Blocos, 1999.

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: UNESCO, 2003.





\_\_\_\_\_); CERNICCHIARO, Ana Carolina (Trad.). **Etnicidade: identidade e diferença.** Revista Crítica Cultural, Santa Catarina, v.11, n.2, p. 317-327. Julho a Dezembro de 2016. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica\\_Cultural/article/view/4338/pdf](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/4338/pdf)>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

HERREROS, Mariano Cebria. **O rádio no contexto da comunicação multiplataforma.** Revista Rádio-Leituras. Minas Gerais, v.2, n.2. p.31-68. Julho a Dezembro 2011. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras/issue/view/37>>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

HERRERA, Eliana; SIERRA CABALLERO, Francisco; DEL VALLE ROJAS, Carlos. **Hacia una Epistemología del Sur.** Decolonialidad del saber-poder informativo y una nueva Comunicología Latinoamericana. Una lectura crítica de la mediación desde las culturas indígenas. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación. Ecuador, n.131, pp. 77-105. Abril a Julho de 2016. Disponível em: <http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2694/2738>. Acesso em: 10 de outubro de 2018

JECUPÉ, Kaká Werá. **Tupã Tenondé:** a criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani. São Paulo: Peirópolis, 2001.

KAPINAWÁ. **Todos o caboclo tem ciência.** Benditos, sambas de cocos e toantes. Álbum gravado entre 2002 e 2003, na aldeia de Mina Grande, em Pernambuco, nação Kapinawá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cDrBTbDrWwY>. Acesso em: 14 de novembro de 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu:** palavras de um xamã Yanomami. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

KRAPP, Peter. **Noise Channels:** Glitch and Error in Digital Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

MALDONADO, Alberto Efendy. **A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade.** In: XX Encontro da Compós na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1582.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1582.pdf)>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação:** olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p.277-303.

\_\_\_\_\_. A perspectiva transmetodológica na conjuntura da mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. **Perspectivas metodológicas em comunicação:** Novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p.31-57.

\_\_\_\_\_. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil.** 1 ed. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014, v. 1. p. 17-40.



MARTÍN-BARERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MATTELART, Armand. **Comunicação Mundo**. História das ideias e das estratégias. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MUNDURUKU, Daniel. **Memórias de um índio**: uma quase autobiografia. 1. ed. Porto Alegre: Edelbra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Tempo, tempo, tempo**. São Paulo, 03 de ago de 2017. Disponível em: <<https://historiasindigenas.files.wordpress.com/2017/08/3-daniel-munduruku.pdf>>. Acesso em 25 de agosto de 2018. Blog Histórias Indígenas.

PEREIRA, Carmem Rejane Antunes. **Processos Comunicacionais Kaingang**: configurações e sentidos de identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2010.

PERUZZO, Cicília. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. Revista Palavra Clave, Colômbia, v. 11, n.2, p. 367- 379, dez. 2008. Disponível: <http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

PORTO, Helânia Thomazine. **Pataxós em “territórios” de resistências e de utopias**: análises de seus processos dígitos-comunicacionais, identitários e cidadãos. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François [et. al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RUEDA, Rocío Ortiz. Cibercidadanias, multitud y resistencias. In: LAGO, Silvia (Org.). **Ciberespacio y resistencias**: exploración em la cultura digital. Buenos Aires: Henkht Libros, 2012, p.101-121.

SAMPAIO, Alvaro Fernandes. Doéthiro: Álvaro Tukano e os séculos indígenas no Brasil. Org. Frank Azevedo Coe – Porto Alegre: Ed.do Autor, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Epistemologias del Sur**. Utopía y Praxis Latinoamericana, Universidad del Zulia Maracaibo, vol. 16, n.54, p.17-39. Julho a Setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27920007003>>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Epistemologias del Sur. In: Utopia Y THOMPSON, P. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



TORRICO VILLANUEVA, Erick R. **Hacia la comunicación decolonial**. Serie Integrar. Volumen N°2. Sucre: Universidad Andina Simón Bolívar, 2016.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. **Reflexão indígena sobre geração de etnomídia**. Participação na disciplina de Transmetodologia ministrada pelo Prof Efendy Maldonado, integrante da grade curricular da Pós-Graduação em Comunicação da UNISINOS, em 24 de agosto de 2017.



## Sobre os autores:

**Ricardo Machado** é jornalista e mestre em Comunicação pela Unisinos, onde também realizou especialização em Filosofia. Atualmente é aluno do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Linha Cultura e Significação. Profissionalmente é Coordenador de Comunicação no Instituto Humanitas Unisinos - IHU. E-mail: ricomachado@gmail.com.

**Helânia Tomazine Porto** é professora Assistente da UNEB, no Departamento de Educação - Campus X. Doutoranda em Ciência da Comunicação: processos midiáticos, pela UNISINOS - RS. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens - GEICEL (CNPq/CAPES/UNEB) e do Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção - PROCESSOCOM (CNPq/CAPES/UNISINOS). E-mail:hthomazine@hotmail.com

**Lívia Saggin** é professora na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Membro do grupo de pesquisa Processocom e da Rede internacional temática de cooperação – Rede Amlat. Bolsista Capes-Proex. E-mail: liviasaggin@gmail.com.

**João Batista Nascimento dos Santos** é graduado em Publicidade e Propaganda (UNISINOS), Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS), Especialista em Gestão de Marketing em Serviços e Varejo (Unilasalle) e, atualmente, doutorando em Comunicação e Informação (UFRGS).

**Vitória Brito Santos** é Doutoranda do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, bolsista Capes; Mestra pelo mesmo programa, Licenciada em Pedagogia pela UFPEL; integrante dos Grupos de Pesquisa Criança na Mídia e Processocom, da Rede Amlat e da ABPEducom



**Paula Coruja** é jornalista formada pela Unisinos, doutoranda e mestra em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS. Integra os grupos de pesquisa Processocom, da Unisinos; Corporalidades e Comunicação e Práticas Culturais da UFRGS. Bolsista de doutorado CNPq. E-mail: paula.coruja@gmail.com

**Paulo Júnior Melo da Luz** é Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Ciências da Comunicação e Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, também pela Unisinos. E-mail: juniormelodaluz@hotmail.com.

**Leticia Giacomelli** é Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), sob a orientação do Prof. Dr. A. Efendy Maldonado. Integrante do Grupo PROCESSOCOM. E-mail: legiacomelli@gmail.com.

**Vivian Corneti** é professora na Universidade Federal do Oeste da Bahia e doutoranda em Comunicação e Culturas Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia, orientada pelo Prof. Dr. André Lemos. É Mestre em Comunicação pela UNISINOS. Pesquisa sobre inclusão; cibercultura; cidadania; identidades culturais; tecnologias acessíveis; usos e apropriações da internet.

**Eduardo Romero** é Jornalista, bacharel em Direito, vereador por Campo Grande – MS, Mestre em Comunicação pela UFMS, Doutorando pelo PPG-COM Unisinos, membro do PROCESSOCOM e Rede AMLAT. Sócio-ambientalista e ator. girobrasil@gmail.com

**Raquel Gomes Carneiro** é mestranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos na área de concentração Processos Midiáticos, na linha de pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologia da Comunicação. Membro do Grupo de Pesquisa Processos comunicacionais: epistemologia, midiatização, mediações e recepção – PROCESSOCOM e integrante da Rede AMLAT



## **Sobre as organizadoras:**

**Yvets Morales Medina** é Mestre em Comunicação e Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona, Especialista em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Mestranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS. Bolsista CNPQ. Integrante do Grupo de Pesquisa Processocom e da Rede Amlat.

**Leila Lima de Sousa** é professora efetiva do curso de jornalismo da UFMA/Imperatriz. Doutoranda pelo PPGCC UNISINOS. Bolsista Capes/ Prodoutoral. Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFPI. Jornalista pela UESPI. Vice-coordenadora do grupo de pesquisa COPS/UFMA/CNPq. Integrante do Grupo de pesquisa Processocom e da Rede Amlat.

**Bruna Lapa da Guia** é Doutoranda pelo PPGCC Unisinos. Mestra em Comunicação Social pelo PPGCOM PUC-Minas. Jornalista pela UFOP. Integrante do Grupo de Pesquisa Processocom e da Rede Amlat.





PROCESSOCOM

